

ESTUDOS

Sociedade e Agricultura

v. 31, n. 1

Janeiro a junho de 2023

Publicação contínua



ISSN 2526-7752

ESTUDOS

Sociedade e Agricultura

ISSN@ 2526-7752

v. 31, n. 1

janeiro a junho de 2023

Publicação contínua

Estudos Sociedade e Agricultura

Revista de Ciências Sociais aplicadas ao estudo do mundo rural
Janeiro a junho de 2022 (publicação contínua), volume 30, número 1
ISSN @ 2526-7752

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Instituto de Ciências Humanas e Sociais
Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (DDAS)
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA)

Reitor: Roberto de Souza Rodrigues; Vice-reitor: César Augusto Da Ros
Pró-reitora de Pesquisa e Pós-graduação: Lúcia Helena Cunha dos Santos
Chefe do DDAS: Cícero Pimenteira
Coordenadora do CPDA: Antonádia Borges

Editora-chefe: Maria José Carneiro
Editoras adjuntas: Carmen Andriolli e Leonilde Servolo de Medeiros

Conselho editorial: Alberto Riella (Universidad de La República, Uruguai), Ana Carneiro Cerqueira (Universidade Federal do Sul da Bahia), Andrea Lorena Butto Zarzar (Universidade Federal Rural de Pernambuco), Andréa Zhouri (Universidade Federal de Minas Gerais), Arilson Favareto (Universidade Federal do ABC), Breno Marques Bringel (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), Carla Gras (Universidad Nacional de San Martín, Argentina), Catia Grisa (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Cloves Farias Pereira (Universidade Federal do Amazonas), Cristiana Losekann (Universidade Federal do Espírito Santo), Cristóbal Kay (Erasmus Universiteit Rotterdam, Países Baixos), Darío Fajardo (Universidad Externado de Colombia, Colômbia), Edna Castro (Universidade Federal do Pará), Eli Napoleão de Lima (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – *in memoriam*), Georges Gérard Flexor (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro), Gil Almeida Felix (Universidade Federal da Integração Latino-Americana), Isidoro Moreno (Universidade de Sevilla, Espanha), João Carlos Barrozo (Universidade Federal de Mato Grosso), John Cunha Comerford (Universidade Federal do Rio de Janeiro), Marcelo Domingos Sampaio Carneiro (Universidade Federal do Maranhão), Marie France Garcia-Parpet (Institut National de la Recherche Agronomique, França), Marilda Aparecida de Menezes (Universidade Federal do ABC), Paulo Henrique Freire Vieira (Universidade Federal de Santa Catarina), Ramonildes Alves Gomes (Universidade Federal de Campina Grande), Renata Campos Motta (Freie Universität Berlin Alemanha), Rodrigo Constante Martins (Universidade Federal de São Carlos), Sergio Sauer (Universidade de Brasília), Sergio Schneider (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Sônia Maria Simões Barbosa Magalhães Santos (Universidade Federal do Pará), Susana de Matos Viegas (Universidade de Lisboa, Portugal) e Wendy W. Wolford (Cornell University, Estados Unidos).

Assistente Editorial e Comunicação: Delcio Junior (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)
Revisão de português: Vania Santiago
Revisão de inglês: Tracy Smith Miyake
TI e Administração Web: Diego Jesus de Oliveira (InfoInterativa)

Foto de capa: Ana Carneiro Cerqueira

Apoio: Reitoria da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (PROPPG), Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (DDAS) e Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA).

CPDA - Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
Av. Presidente Vargas, 417 – 6º a 10º andares – Centro – CEP 20071-003 – Rio de Janeiro – RJ
Tel.: +55 (21) 2224-8577
Editoria: estudoscpda@gmail.com
revistaesa.com

Sumário

Artigos

(fluxo contínuo)

Lutar às margens, ser a própria margem: revisitando o debate da fronteira pelo prisma das lutas políticas de mulheres na Amazônia

Laura dos Santos Rougemont

e2331104

Mudanças e reconfigurações da Agroindústria Sucroenergética Brasileira a partir da década de 1990: uma retrospectiva

Gerardo Enrique Cerdas Vega

e2331105

Resenhas

Patronato, terra e política nos campos sulinos

(Resenha para Senhores de terra, senhores de guerra: sociologia histórica do patronato estancieiro do Rio Grande do Sul (1920-2019), de Marcos Botton Piccin)

Everton Lazzaretti Picolotto

e2331113

Homenagem a Eli de Fátima Napoleão de Lima (1943-2020)

Homenagem à professora Eli de Fátima Napoleão de Lima

Comitê editorial

e2331101

Ruralidade trágica em Juan Rulfo: apontamentos entre ficção e realidade

Rodrigo Kummer, Eli Napoleão de Lima (in memoriam)

e2331102

Raízes agrárias, lugar no sertão, lugar no CPDA: uma homenagem à professora Eli Napoleão de Lima

Valdênio Freitas Meneses

e2331103

Seção Temática

Mulheres, territorialidades e epistemologias feministas – conflitos, resistências e (re)existências

Editoras da seção temática

Fabrina Furtado (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ)

Ana Carneiro (Universidade Federal do Sul da Bahia – UFSB)

Dibe Ayoub (Universidade Federal Fluminense – UFF)

Introdução à seção temática: Mulheres, territorialidades e epistemologias feministas – conflitos, resistências e (re)existências

e2331106

Fabrina Furtado, Ana Carneiro, Dibe Ayoub

Mulheres rurais e plantas medicinais: saberes populares e significados na luta pela terra

e2331107

Juliana Almeida da Costa, Joel Orlando Bevilaqua Marin

Las quebradeiras de coco babaçu y las nuevas narrativas emergentes en contra del Matopiba en el Médio Mearim-Maranhão

e2331108

Michelly Aragão Guimarães Costa, Laeticia Medeiros Jalil, Karina Bidaseca

Feminismo camponês popular: integração de lutas

e2331109

Michela Katiuscia Calaça

Uma análise interseccional das estratégias e resistências mobilizadas por mulheres negras em um assentamento de reforma agrária no sul de Minas Gerais

e2331110

Natércia Ventura Bambirra, Pedro Rosas Magrini

‘Sou preta, pobre e bicho do mato. É muita coisa pra uma pessoa só!’: violências, resistências e formas de luta das jovens mulheres na Região do Bico do Papagaio – TO, Brasil

e2331111

Elisa Guaraná de Castro, Luiza Borges Dulci, Joyce Gomes de Carvalho

Novos modos de resistência protagonizados por ‘mulheres atingidas’ a partir das intervenções no âmbito territorial

e2331112

Rodica Weitzman

Table of contents

Articles

(continuous flow)

Fighting on the margins, being the margin itself: revisiting the border debate through the prism of women's political struggles in the Amazon e2331104

Laura dos Santos Rougemont

Changes and reconfigurations in the Brazilian sugarcane agro-industrial complex from the 1990s onward: a look back e2331105

Gerardo Enrique Cerdas Vega

Reviews

Employers, land and politics in the southern fields

(Review to the the book *Senhores de terra, senhores de guerra: sociologia histórica do patronato estancieiro do Rio Grande do Sul (1920-2019)*, by Marcos Botton Piccin)

Everton Lazzaretti Picolotto e2331113

In honor of Eli de Fátima Napoleão de Lima (1954-2022)

In honor of Professor Eli de Fátima Napoleão de Lima e2331101
Comitê editorial

Tragic rurality in Juan Rulfo: considerations between fiction and reality e2331102

Rodrigo Kummer, Eli Napoleão de Lima (*in memoriam*)

Agrarian roots, sertão, and rural studies:
in honor of Professor Eli Napoleão de Lima (CPDA/UFRRJ) e2331103

Valdênio Freitas Meneses

Thematic Section

Women, territorialities, and feminist epistemologies –
conflicts, resistances, and (re)existences

Theme Editors

Fabrina Furtado (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ)

Ana Carneiro (Universidade Federal do Sul da Bahia – UFSB)

Dibe Ayoub (Universidade Federal Fluminense – UFF)

Introduction to the thematic section: Women, territorialities, and
feminist epistemologies – conflicts, resistances, and (re)existences

e2331106

Fabrina Furtado, Ana Carneiro, Dibe Ayoub

Rural women and medicinal plants:
popular knowledge and meanings in the struggle for land

e2331107

Juliana Almeida da Costa, Joel Orlando Bevilaqua Marin

Babassu palm nut breakers and new narratives
opposing Matopiba in Médio Mearim, Maranhão

e2331108

Michelly Aragão Guimarães Costa, Laetícia Medeiros Jalil, Karina Bidaseca

Peasant popular feminism: fight integration

e2331109

Michela Katiuscia Calaça

Intersectional analysis of strategies and resistances mobilized by Black women
in an agrarian reform settlement in southern Minas Gerais

e2331110

Natércia Ventura Bambirra, Pedro Rosas Magrini

‘I’m Black, poor, and from the sticks. It’s a lot for just one person!’:
violence, resistance, and forms of struggle among young women
in the Bico do Papagaio region of Tocantins, Brazil

e2331111

Elisa Guaraná de Castro, Luiza Borges Dulci, Joyce Gomes de Carvalho

New expressions of resistance by women affected by territorial interventions

e2331112

Rodica Weitzman

Artigos

Fluxo contínuo

Lutar às margens, ser a própria margem: revisitando o debate da fronteira pelo prisma das lutas políticas de mulheres na Amazônia

Fighting on the margins, being the margin itself:
revisiting the border debate through the prism of women's political
struggles in the Amazon

 Laura dos Santos Rougemont¹

 https://doi.org/10.36920/esa31-1_04

Resumo: Neste artigo, pretendemos visitar o debate clássico acerca da fronteira dentro das Ciências Sociais e Humanas para, a partir dessas premissas, incluir algumas outras, de modo a situar a análise da fronteira desde a perspectiva de lutas políticas de mulheres na Amazônia – compreendendo a Amazônia como a fronteira interna por excelência. Apontamos que a dinâmica da fronteira é tanto um processo que se repercute socioespacialmente quanto também ideológica e simbolicamente, coadunando cercamentos territoriais com imposições de modos de pensar, ou seja, com “mentalidades de fronteira”. Assim, entendemos que a fronteira é um dispositivo epistemológico que nos permite observar uma condição humana de liminaridade, que extrapola a especificidade espacial, impondo hierarquias e subalternizações de

¹ Assessora técnica de projetos no Instituto PACS (Políticas Alternativas para o Cone Sul). Pesquisadora do Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: lsrougemont@gmail.com.

corpos femininos fronteiriços, que são submetidos e violentados por razões e ações tipicamente masculinizadas na fronteira. A violência na fronteira carrega, portanto, um caráter político, que tem um peso diferencial para as mulheres que a habitam. Assim, a fronteira aqui é caracterizada como o lugar da violência política contra “mulheres-fronteira” e, por sua vez, como lugar de destituição de formas políticas que se aproximam das políticas do comum/da comunalidade.

Palavras-chave: fronteira; mulheres-fronteira; violência política; comum.

Abstract: This article revisits the classic debate within the social sciences and humanities on borders, taking these concepts and including others in order to situate analysis of borders from the perspective of women's political struggles in the Amazon, seeing the Amazon as an internal border *par excellence*. We note that border dynamics comprise a process with socio-spatial as well as ideological and symbolic repercussions, combining territorial enclosures with impositions of ways of thinking (“border mentalities”). In this way, the border is understood as an epistemological device which allows us to observe a human condition of liminality and extrapolate spatial specificity, imposing hierarchies and subordination of bordering female bodies which are subdued and violated through typically masculinized reasoning and actions in border areas. Violence at borders contains a political aspect which has a different dimension for the women who live there. Border areas are consequently characterized as places of political violence against “border-women” and, in turn, as places where political forms that approach the politics of the common or communality are dismissed and made powerless.

Keywords: border; border-women; political violence, common.

Introdução

Desde a colonização, a Amazônia é receptáculo de projetos externos, pensados e executados “de fora para dentro”, sem considerar as particularidades da natureza e dos grupos humanos que ali habitam. Esse *modus operandi* implica, historicamente, a redução da Amazônia a uma mera

reserva de valor, ou melhor, a “fundos territoriais” (MORAES, 2011) ainda não completamente explorados e incorporados pelo capital e pelo mercado. Em consequência dos consecutivos regimes de expropriação que vêm sendo praticados ao longo de séculos na Amazônia, ela é também a região geográfica que apresenta os maiores índices de violência no campo no Brasil, resultado da sua qualificação – simbólica e material – como “a fronteira” interna por excelência, por onde avançam os chamados projetos de desenvolvimento, tanto aqueles pautados em extrativismos, como a mineração e o garimpo, quanto os de cunho agrícola (agronegócio) e projetos hidrelétricos, por exemplo.

Segundo a organização *Global Witness*, o Brasil hoje ocupa o quarto lugar no *ranking* dos países que mais matam defensores e defensoras de direitos humanos, ficando apenas atrás de Colômbia, México e Filipinas (WEISSHEIMER, 2021). As investigações em torno do assassinato do indigenista brasileiro Bruno Pereira e do jornalista britânico Dom Phillips, em junho de 2022, no vale do Javari, estado do Amazonas, são os indícios mais recentes desta tragédia humanitária que atravessa a Região Amazônica por séculos.

Neste sentido, entendemos que a violência é um artifício regulador do avanço de projetos privados e/ou estatais no espaço amazônico, resultando numa produção desigual deste espaço. Desta maneira, dada a evidência da Amazônia na recepção de uma série de projetos colonizadores, integradores, modernizadores, desenvolvimentistas, neoliberais e, portanto, violentos e violadores, não podemos desprezar a especificidade amazônica se quisermos falar sobre violência no campo no Brasil e, mais precisamente, para fins de análise deste artigo, no que definimos por “violência na fronteira amazônica”.

Como primeira mediação, entendemos a Amazônia como uma “zona de margens”, no sentido mesmo de sua marginalização histórica estrutural e territorial, apenas evidenciada quando alvo de exploração por parte de agentes estatais e privados. Nas palavras de Malheiro:

A guerra capitalista contra a vida na Amazônia ganha contornos dramáticos. A morte, infelizmente, sempre foi uma realidade próxima para todos que se colocam no caminho dos interesses daqueles que drenam matéria e energia na

Amazônia, por meio da agropecuária, da mineração, dos monocultivos...E o pior, no espelho colonial que chamou Brasil, num paradoxo perverso, **a morte sempre foi a única forma de sensibilização para a vida em profusão que é a Amazônia.** (2022, grifo nosso)

Assim, visibilizada publicamente mais pelas suas sombras e apagamentos do que pela sua luz ou profusão de vida, a Amazônia – falamos aqui da abrangência da Amazônia Legal² – é um importante lócus de observação da dinâmica de fronteira. Por esta razão, neste artigo, pretendemos problematizar as noções e sentidos em torno da ideia de fronteira, aprofundando em algumas especificidades submersas em debates que, de certa maneira, já foram iniciados por pesquisadores(as) que se debruçaram sobre o tema. Dando continuidade a estas reflexões, o intento é elucidar alguns aspectos da fronteira que não se encontram tão evidentes ou exaustivamente debatidos. Neste sentido, apostamos na potência de lançarmos um novo olhar para uma já conhecida dinâmica (a dinâmica da/na fronteira), observando quais aspectos já estariam presentes e quais careceriam ainda de uma melhor qualificação. E este novo olhar se expressa, especificamente, a partir de mulheres que estão imbricadas em lutas territoriais na Amazônia.

Tradicionalmente, em sua atribuição mais convencional, a fronteira está associada à ideia de “divisão” ou “separação”. Como pontua Ferrari (2014), o termo “fronteira” é utilizado para uma diversidade de sentidos, associando-se tanto a fronteiras materiais quanto metafóricas. É empregado para indicar a linha divisória entre duas sedes político-territoriais, como países, estados ou municípios, mas também em sentidos simbólicos ou figurados: fronteira social, fronteira moral, fronteira linguística, fronteira militar, dentre outras. De qualquer maneira, fato é que “o uso do termo parece sugerir duas realidades opostas, qualquer que seja a natureza dessas realidades” (FERRARI, 2014, p. 2).

Para delimitar nosso foco, nos atemos mais ao sentido de fronteiras como barreiras ou como margens nas quais se tornam explícitas determinadas

² Composta pela totalidade dos estados do Acre, Pará, Amazonas, Amapá, Roraima e Rondônia, e de parcela dos estados do Maranhão, Goiás e Mato Grosso.

divisões, tanto práticas quanto simbólicas, entre formas de ocupação do espaço, culturas, valores, ou seja, entre distintas mentalidades que se desdobram em determinadas formas de configuração socioespacial. Deste modo, não nos interessa analisar a fronteira desde seu sentido administrativo, como convencionalmente a conhecemos, mas em seu sentido como este limite, esta borda que fricciona diferentes maneiras de conceber o estar no mundo e, por sua vez, entre distintas valorações de formas de viver.

Para este exercício, mencionamos panoramicamente o caso de três mulheres e lideranças que em virtude das suas atuações em lutas territoriais foram brutalmente assassinadas na Amazônia: Dilma Ferreira Silva, Nilce de Souza Magalhães e Jane Júlia de Oliveira. Apesar das vidas e atuações políticas de nossas interlocutoras terem se dado em localidades distintas, elas possuem como traço comum em suas trajetórias o fato de serem mulheres que buscaram oportunidades de sobrevivência e que militaram na Amazônia. Todas as três estiveram inseridas em contextos de lutas comunitárias por direitos à terra, às águas, à moradia e, conseqüentemente, ao território onde viviam. Alguns elementos associados à atuação política destas mulheres em seus contextos de luta serão tratados ao longo deste artigo, de modo a articular a atuação política das três a uma reflexão teórica a respeito das políticas no “feminino”.

Dilma saiu de Esperantinópolis (MA) rumo a Tucuruí (PA). Foi atingida pela UHE Tucuruí, passou a militar no Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e, a muito custo, tornou-se assentada em Baião (PA), conquistando um lote de terra dentro do Assentamento Salvador Allende. Além da luta pela reparação dos atingidos por Tucuruí, Dilma também se dedicava à agricultura familiar e articulava-se politicamente a partir de um grupo de base do MAB no local. Foi também no assentamento onde abriu seu pequeno comércio, anexo à sua casa. Mas, desde a instalação do assentamento, Dilma entrou em embate com madeireiros na região, que desmatavam a floresta ilegalmente e faziam circular caminhões carregados de toras. Sua combatividade e representatividade política, todavia, nunca a fizeram desistir de denunciar a continuidade da extração ilegal de madeira dentro do assentamento. Foi lá que Dilma foi brutalmente assassinada, junto

de seu marido e de seu vizinho, em 21 de março de 2019, dentro de sua residência.

Nilce, mais conhecida como “Nicinha”, veio de Xapuri (AC) com a família extrativista, na década de 1960, com destino ao distrito de Nova Abunã, perto de Porto Velho (RO). Nas duas primeiras décadas dos anos 2000, tornou-se atingida pelas barragens de Jirau e Santo Antônio, no rio Madeira. Passou a atuar também no MAB, já que em decorrência das barragens perdeu sua casa e também sua atividade principal como pescadora artesanal. Em meio a tantas impossibilidades e no ímpeto pela sobrevivência, ela e seu marido decidiram se mudar para um acampamento próximo ao lago da UHE Jirau, na localidade de Velha Mutum-Paraná (distrito de Nova Mutum-Paraná), em Porto Velho. Lá, tentou se dedicar ao agroextrativismo e à pesca como forma de subsistência. O papel ativo de Nicinha nas denúncias contra as violações de direitos humanos promovidas pela barragem de Jirau alçaram-na a uma posição de liderança no MAB. No dia 7 de janeiro de 2016, ela foi assassinada no acampamento onde vivia e seu corpo desapareceu por meses, tendo sido encontrado no próprio lago da barragem.

Jane partiu de Anápolis (GO) em direção ao Sudeste do Pará, em busca de um pedaço de terra. Era trabalhadora rural por ofício e seu envolvimento com a causa sem-terra resultou na conquista de um lote no Assentamento Nova Conquista, em Redenção (PA), fronteira com Pau D’Arco (PA), onde apesar de assentada continuou lutando em prol de outras famílias sem-terra, tornando-se presidenta da Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Nova Vitória, vinculada ao assentamento. Por sua atuação, foi convidada a liderar uma ocupação na improdutiva fazenda Santa Lúcia, no município de Pau D’Arco (PA), reunindo cerca de 180 pessoas na luta. Ela passou a utilizar o dinheiro arrecadado pelos(as) acampados(as) para entregar cestas básicas, fornecer atendimento médico e pagar custos do advogado que os representava. O grupo insistia na resolução de um processo aberto pelo Incra para negociar com os proprietários a compra da fazenda Santa Lúcia. Além disso, os(as) acampados(as) questionavam a documentação da propriedade que, segundo eles, também possuía títulos falsos, oriundos de processos de grilagem de terras da união. Jane havia recebido inúmeras ameaças e teve,

inclusive, sua prisão decretada. Ela e outros nove ocupantes da fazenda foram assassinados no dia 24 de maio de 2017 por policiais, no que se configurou como Chacina de Pau D'Arco.

Dilma, Nilce e Jane, portanto, foram três *lideranças comunitárias femininas na Amazônia*. E, pelas suas articulações políticas, foram vítimas, invariavelmente, de uma violência brutal, de uma dinâmica diferencial da fronteira. Suas lutas e as motivações para suas mortes nos deixam alguns indicativos ou vestígios bastante específicos, que trazem elementos para iniciar este exercício de repensar a noção de fronteira desde as lutas de mulheres.

Isto posto, este artigo é dividido em quatro partes principais, que têm como atribuição, cada uma, repensar a fronteira a partir de outras variantes que se conjugam com premissas já tratadas dentro deste amplo debate.

Na primeira parte, tratamos de ampliar a fronteira sob a ótica da despossessão e da banalidade da vida do outro, como ser que habita esse fora, esse limiar. Em seguida, abordamos as representações sobre uma das figuras masculinas hegemônicas encontradas na fronteira amazônica, cuja presença na região está associada às dinâmicas de expansão tanto a partir da apropriação de terras de forma lícita quanto ilícita. Estamos falando dos fazendeiros, pecuaristas, proprietários, grileiros, ou seja, de sujeitos externos, que em geral provêm das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do país, ascendendo na região amazônica como colonos/colonizadores e que têm como *modus operandi* uma forma espoliativa de incorporação de terras/territórios, aqui sintetizada no arquétipo de um “sujeito proprietário”, que expressa sua “mentalidade proprietária”. No terceiro tópico, enfatizamos a perspectiva da irmandade e/ou fraternidade entre homens como um aspecto relevante e revelador do caráter dos assassinatos de mulheres ou genocídios de gênero na fronteira, bem como da dimensão expressiva produzida por este tipo de assassinato. Adiante, acrescentamos a discussão acerca do “comum” e dos seus paralelos com a lógica da reprodução da vida protagonizada por mulheres, entendendo que as tentativas de destituição do comum – como

sinônimo da produção da vida e das políticas femininas – são parte desta lógica de masculinização da fronteira. Por fim, apresentamos as conclusões.

Os sentidos da fronteira

José de Souza Martins (1997), um dos grandes estudiosos da fronteira no campo da Sociologia, indica que o deslocamento pela fronteira no Brasil é um histórico de destruição. O que define e caracteriza a fronteira é a situação de conflito social iminente. Para ele, a fronteira é “essencialmente o lugar da alteridade” (MARTINS, 1997, p. 150), o que faz dela uma realidade singular, do encontro e da descoberta do outro, mas, ao mesmo tempo, um lugar de desencontro. O desencontro na fronteira é de distintas concepções de vida, visões de mundo e temporalidades históricas, e é por isso que ela se caracteriza como o local do conflito latente.

Imbuída na noção de fronteira está também a concepção de “frente pioneira”, que traz em si a ideia de que a fronteira sempre cria o novo, sendo uma situação espacial e social que “convida ou induz à modernização, à formulação de novas concepções de vida, à mudança social” (MARTINS, 1997, p. 153). Carregada de uma ideologia modernizadora, a fronteira corresponderia, então, a uma situação de contato na qual ocorre uma fricção interétnica, uma zona de estranhamento entre duas ou mais culturas, entre duas ou mais etnias, entre dois ou mais povos. Portanto, a fronteira é por essência o local de contradição e conflito, onde há tensões na aproximação entre os diferentes. É justo no desencontro de tempos na fronteira que entendemos residir uma das interpretações da violência política. O momento de expansão de novas fronteiras é tratado como trunfo e a fronteira aberta equivale a inúmeras potencialidades econômicas latentes. A construção da nação brasileira e de seu gigantismo perpassa pela dinâmica da fronteira, incorporando novas áreas de onde pode se proceder à acumulação capitalista. Por isso, a construção do Brasil reverbera a eloquência da fronteira como um “mito” (WEGNER, 2000; CHAUI, 2004; VELHO, 2009a).

No sentido sociológico e antropológico, a expansão sobre as fronteiras está intrinsecamente associada aos diversos ciclos de desenvolvimento, sendo

marcos da inauguração de novas ondas de apropriação e expropriação no espaço. As fronteiras, em seu movimento, desenham para a frente e para dentro novos limites de uso do espaço, no qual predomina mais a instabilidade e a mobilidade do que a organização ou a estabilidade. A fronteira, do ponto de vista espacial, é um acúmulo material ainda não inaugurado e não plenamente incorporado à circulação do capital. Portanto, perfaz um momento-movimento dual, em que convivem atraso e progresso, colonial e moderno. Um momento-movimento que, pela sua característica é um barril de pólvora prestes a explodir em conflitos; é o local em potencial das contradições em expansão. Mas a fronteira também aloca um caráter situacional, de uma condição constitutiva sempre em aberto, delegando a determinados contextos uma “situação de fronteira”.

A geógrafa Bertha Becker [1990a]/(2015a) assinala que a fronteira é o espaço de incorporação à cadeia global e fragmentada da divisão territorial do trabalho, de modo que o Estado se empenha para estruturá-la e integrá-la, ao mesmo tempo que manipula a preservação da imagem de “espaço alternativo” na dimensão ideológica. Auxiliando na viabilização da ocupação de áreas novas, o Estado sempre atuou na reprodução combinada do latifúndio e do campesinato (BECKER, 2015a, 2015b). Segundo Brum (2020), as áreas e os financiamentos públicos alimentaram um mercado de especulação em torno das terras na região amazônica em conformidade com os projetos da ditadura militar (1964-1985). Ocorre que hoje, mais do que nunca, o Estado também tem atuado na regularização da grilagem em terras públicas, transformando grileiros em latifundiários bem-sucedidos, que se utilizam deliberadamente de práticas criminosas, como a pistolagem e os incêndios intencionais, para “limpar o terreno” de floresta e de gente – dois entraves ao suposto desenvolvimento e à suposta modernização.

A região amazônica é hoje o principal alvo de um regime de desapropriação de terras, águas e territórios, visto que lá as florestas e os solos ainda não foram completamente incorporados na circulação do capital. Assim, a caracterização da fronteira amazônica hoje, mais do que representar um espaço selvagem ou um “vazio demográfico” que deve ser ocupado, representa um reservatório de

fundos territoriais (MORAES, 2011), mas também um fundo de reservas bioculturais (TOLEDO; BARREIRA-BASSOLS, 2015) em forma de terras e saberes indígenas, de territórios e saberes tradicionais e também de áreas protegidas, como unidades de conservação. São reservas de terras ainda não mercantilizadas que se mantêm imobilizadas parcial ou totalmente para os usos capitalistas.

Entendemos que além das fronteiras espaciais e/ou materiais, um debate a respeito das fronteiras de “pensamento”, ou seja, das fronteiras que demarcam diferentes formas de cognoscibilidade da realidade, deve ser aprofundado. Para isso, é necessário discutir a fronteira a partir do seu viés epistêmico e das “divisões” ou “separações” de mentalidades que ela também proporciona. Aqui, acrescentamos a perspectiva de que os movimentos na fronteira não são meros resultados de regimes de desapropriação e acumulação permanentes vistos como processos exclusivamente econômicos, mas também processos de espoliação de humanidades destoantes, resultado de diferentes paradigmas civilizatórios em conflito. Deste modo, tais concepções se complementam, pois as fronteiras geográficas se entrelaçam com as fronteiras cognitivas ou simbólicas.

Na fronteira, por esta razão, os cercamentos de fundos territoriais são acompanhados de cercamentos simbólicos, quando há a dominância de uma determinada mentalidade em relação a outras, criando a figura do humano “subalterno” a um modo de ser-saber-poder hegemônico. Assim, a subalternização na fronteira, bem como a acumulação, não se realiza apenas no momento inaugural do choque entre duas realidades materialmente distintas, mas é uma condição humana e social que está em permanente recriação.

Isso implica considerar que a fronteira define não somente uma temporalidade ou espacialidade em desconstrução ou reconstrução, mas também um limite do ser e do não ser, das vidas qualificadas ou não qualificadas como valiosas. Por isso, a fronteira é ainda um predicado classificatório, uma condição de atribuição de quem é humano e de quem não é, conformando uma distribuição desigual das oportunidades de viver e de morrer, como aponta Achille Mbembe (2014, 2018, 2020). Sendo assim, a

fronteira não é apenas uma circunstância ou situação realizada material e concretamente, mas é evidentemente uma condição de existência, pois a condição de fronteira cria indivíduos e coletivos destituídos dos meios básicos e essenciais de sobrevivência, cuja vida é o próprio limite, é a própria fronteira.

Pegando emprestada a proposição de Mezzadra e Neilson (2017), parece-nos fundamental compreender a fronteira, então, como um método, como uma ferramenta para entender as relações que se estabelecem no espaço: “Na medida em que serve ao mesmo tempo para estabelecer divisões e conexões, a fronteira se constitui em um dispositivo epistemológico, que se encontra em funcionamento cada vez que se estabelece uma distinção entre sujeito e objeto”. E torna-se método “precisamente na medida em que é concebida como um lugar de luta”.³

É desde ponto de vista que se pretende tratar a fronteira não como um dado em si, mas como dispositivo epistemológico que nos permite observar uma condição humana que extrapola a especificidade espacial. Em síntese, a fronteira reúne um processo de acumulação capitalista/de expropriação com uma condição de existência que é supérflua, assim classificada em decorrência da produção de mentalidades radicalmente distintas, que valorizam algumas vidas em detrimento de outras, vidas estas que estão nas *margens* e sobre as quais repousa uma indiferença ontológica.

O mito da fronteira é a força motriz que autoriza a ocupação dos fundos territoriais por meio de incursões, sejam elas violentas ou não. Por seu caráter de ocupação ou evolução processual, o espaço de fronteira está sempre inacabado, pois se estivesse cerrado, já não seria mais chamado de fronteira, visto que é o *status* de estar sempre “em aberto” o que a caracteriza. Por isso, é preciso chegar ao máximo ponto de seu uso, ocupação e expropriação, ou seja, levar ao extremo a prática de conquista, que é o que justifica a sua essência.

Ao mesmo tempo, carregando uma imagem de natureza ainda estocada ou intocada, os fundos territoriais que a fronteira abriga precisam ser

³ Tradução nossa nas duas passagens (MEZZADRA; NEILSEN, 2017, p. 36 e 37).

incorporados e integrados para entrar em “sintonia” com a nação, com as políticas de desenvolvimento propostas de fora para dentro. Consequentemente, por ser local de interpenetração de tempos e sociedades distintas, os “nativos” da fronteira só poderiam estar posicionados como atrasados, considerando uma linearidade do tempo e do desenvolvimento ocidentais. Neste sentido, torna-se coerente a ideia de que sendo atrasados, estes corpos na fronteira são também inferiores, pessoas em condições de vida e subalternidade que habitam um “não lugar” – afinal, por que seria definido como um lugar aquilo que historicamente foi sempre classificado como um vazio, abordagem reiterada nas políticas de ocupação da Amazônia, por exemplo?

A fronteira, então, é reforçada como terra de ninguém, para que “outros alguéms” possam justificar sua usurpação. Conclui-se que do ponto de vista da subjetividade moderna, capitalista, patriarcal, ocidental e sul/sudestino-cêntrica, habitantes de fronteira são considerados “menos gente”. A vida deles(as), portanto, vale menos que outras e não importa se são mortos(as), assassinados(as), violados(as), pois são seres supérfluos. Este é o aspecto fulcral do nosso debate na fronteira.

A violência na fronteira carrega, portanto, um caráter político, que tem um peso diferencial para as mulheres que a habitam. É na fronteira onde se desferem ataques, golpes e assassinatos, sejam eles físicos ou não, contra mulheres que estão vinculadas às lutas pela terra, pelas águas, pelos territórios, pela proteção de uma base de bens naturais, de um acúmulo de natureza, de práticas de subsistência e, consequentemente, de formas de fazer política. Assim, a fronteira também precisa ser caracterizada como o lugar da violência política contra mulheres, contra as “mulheres-fronteira”⁴ e, por sua vez, como lugar de destituição de formas de fazer um tipo de política que se aproxima de formas relacionadas ao comum.

Utilizando-se de uma constatação de Mbembe (2018), entendemos que a política do fazer comum é justamente o oposto da guerra, pois ela se define pelo estatuto da autonomia e do acordo em coletividade, aspectos que são

⁴ Em referência ao termo “homem-fronteira”, utilizado por Agier (2015).

negociados por meio da comunicação e do reconhecimento. Do avesso, as macropolíticas da “soberania” não têm como projeto a disputa por autonomia, mas servem para instrumentalizar a existência humana e promover a destruição material de corpos e populações. É a política como “trabalho da morte”.

E é em razão desta política que se executa como trabalho da morte, que a fronteira contemporânea precisa ser reposicionada em seu estatuto. Se a fronteira e seus mitos se desdobram primordialmente como processo ou dinâmica situacional de avanço de uma determinada lógica no espaço físico e material para se conformar, Mbembe (2020) ressalta que as fronteiras de hoje não se desdobram de forma exclusivamente física. O processo de fronteirização é híbrido, incompleto e segmentado, e as fronteiras passaram a ser referidas como os locais onde se manifesta, por excelência, a depredação contemporânea.

Conforme Mbembe (2020), por meio de políticas que se voltam contra as autonomias e os acordos de coletividade, os poderes hegemônicos contemporâneos têm como objetivo maior promover a “extração” e, para isso, é necessário intensificar a repressão. A tônica é eliminar aqueles(as) que são fontes potenciais de incômodo e tornar a emergência o estado permanente de ação do sistema, de modo a desmantelar todas as formas de resistência. O autor está partindo da biopolítica como gestão das vidas e mortes, como um conjunto de políticas direcionadas pelos poderes hegemônicos em relação ao controle das vidas humanas como um todo, calculadas como números. Mas sua acepção é plenamente adaptável às circunstâncias específicas das razões de repensarmos as fronteiras nos moldes das mortes de mulheres amazônidas. Afinal, o que se depreende de seu posicionamento é que se o processo de fronteirização não é exclusivamente físico, mas também circunstancial da depredação contemporânea, então isto nos permite interpretar a condição humana das mulheres e seus corpos como uma modalidade de fronteira contemporânea.

Mais uma vez, reforçamos que isso não implica a exclusão dos processos físicos e territoriais que se produzem no espaço amazônico nos casos

especificados, pois eles são causa e consequência de uma lógica ou forma de enxergar a fronteira que explica grande parte da violência a elas acometida. Mas a estes processos soma-se uma condição humana que, por vezes, é ignorada ou tratada menos detidamente nestes casos, condição esta que se generaliza no mundo desde especificidades próprias dos espaços geográficos em que se realizam, mas que agrega, como elemento comum, a disposição de vidas postas na liminaridade.

Repensar a fronteira a partir da despossessão e da descartabilidade do outro

Se a fronteira é o confim do humano (MARTINS, 1997), então nela está imbricado um caráter litúrgico e sacrificial; sua essência é trágica e conflitiva, resultado da divergência de mundos e tempos históricos que nela se opõem. Ao enfatizar a fronteira como zona da execução de sacrifícios do humano, Martins atenta para a descaracterização das formas de sobrevivência na fronteira. Pegando carona com esta ideia como marco essencial para o refinamento do nosso olhar sobre a fronteira, desenvolvemos aqui, mediante as expressões “despossessão” e “descartabilidade do outro” uma perspectiva análoga a esta.

Para Fraser e Jaeggi (2020), a acumulação por meio da “expropriação” vem antes da exploração contratualizada e é somente esse processo que torna a exploração possível. É esta chamada “história de fundo” que precisa se tornar evidente, pois apenas ela explica a realização da história oficial da exploração. Na realidade, a expropriação é uma acumulação por outros meios, de forma que há uma transferência de valor a partir do confisco de bens, tais como a terra, os animais, os minérios ou as fontes de energia e, conseqüentemente, também de seres humanos e suas capacidades sexuais e reprodutivas.

Enquanto a exploração se realiza a partir de um véu da suposta troca livre e contratual de valores e trabalho, a expropriação o faz por meio de mecanismos de roubo, já que o capital toma para si os valores da terra, do trabalho e das capacidades de sujeitos que o executam sem pagar pelos custos de produção. O que as autoras acrescentam é que alguns grupos são

considerados “inerentemente expropriáveis”, ou seja, passíveis de expropriação. E que essa sujeição se dá através de um corte hierárquico definido não apenas pela classe, mas por atributos de raça e de gênero. Elas concluem que é a sujeição de indivíduos não livres aos processos de expropriação, com marcadores raciais e de gênero, o que mantém possível a liberdade daqueles que os exploram.

Outro fator é que a expropriação concerne também a um processo de violência que extrapola as condições materiais e objetivas invocadas pela disputa de terras e territórios, e perpassa pela captura e desvalorização de certas subjetividades. No ato de usurpação dos meios de vida, são corrompidas ainda as formas específicas de lidar com lugares de moradia e vivência, submetendo certos grupos (de raça, de gênero) e suas autonomias ao aniquilamento, tanto a partir de tentativas de eliminação pela destituição de meios de vida quanto a partir da mortificação propriamente dita.

Atendo-se mais especificamente ao termo “desposseção”, a abordagem apresentada por Butler e Athanasiou (2017) também parece se encaixar com as perspectivas de análise para os casos de violência política contra mulheres elencados neste trabalho.

A desposseção, como um modo de separar a gente dos meios de sobrevivência, não é somente um problema de privação da terra, mas também um problema de violência subjetiva e epistêmica; ou, para colocar de outra maneira, um problema de apropriação discursiva e afetiva, com implicações crucialmente sexualizadas e vinculadas à política de gênero. Esta apropriação de espaços corporais e afetivos, a qual está imbricada na construção social da vitimização, é um aspecto crítico da desposseção (pós) colonial e seus mecanismos de normalização. (BUTLER; ATHANASIOU, 2017, p. 43)

Como destacado pelas autoras, mais que privar o acesso à terra, é a privação dos meios de sobrevivência que, antes da morte, produz como efeito uma violência subjetiva e epistêmica, vinculada a uma política de gênero. Segundo afirmam, as formas de poder colonial são marcadas pela racialização e pela sexualização da economia, dado que criam um tipo ideal de humano, em oposição aos “não humanos. Enquanto alguns/algumas possuem o direito de

ter uma vida longa, outros(as) estão relegados(as) a ter uma morte lenta. Há localizações diferenciais entre humanos e “não humanos”, seres que ocupam uma posição hierárquica distinta em termos do acesso aos direitos, posição sempre reafirmada por critérios de raça e gênero.

Esta classificação de humanidades supérfluas ou não, provém de processos de espoliação colonial, que desde sempre produziram diferenças entre a valoração do colonizador e dos povos colonizados. Para Castro-Gómez (2005), o colonizado é “o outro” inventado, lado obscuro da razão dentro de um imaginário que legitima a superioridade do colonizador. E os atributos de raça, cultura e gênero são essenciais para produzir tais definições, que são históricas, mas também atemporais, dado que permanecem como matriz de classificação até a contemporaneidade. O “outro” é reduzido a noções como barbárie, maldade e irracionalidade, o que justifica por parte do colonizador medidas disciplinares e corretivas. Assim, cria-se, em oposição, o imaginário da civilização e o imaginário da selvageria, pois para que o lado da subjetividade cidadã e moderna predomine e se reafirme, é imprescindível que se construa o seu oposto, produzindo, por sua vez, uma violência igualmente epistêmica em relação ainda ao conjunto de práticas e saberes do “outro”.

Continuando nesta perspectiva, Mbembe (2018) afirma que a invenção do outro se desdobra na leitura deste como ameaça ou perigo, fazendo com que somente a iminência de eliminá-lo contribua para o reforço do potencial da vida e da segurança daqueles cuja vida merece ser vivida, pois não são descartáveis. É a morte de alguns que paradoxalmente permite a plenitude da realização da vida por outros. Esta maneira de conversão do outro em inimigo foi típica das colônias do Terceiro Mundo, as quais sempre foram encaradas por parte do estado como fronteiras habitadas por selvagens. Nelas, houve suspensão absoluta da lei e de qualquer vínculo racial e humano entre o conquistador e o nativo, este último visto como semelhante a um animal, cuja eliminação não era tida como um crime. A violência, neste caso, operou sempre como mecanismo de exceção em favor de um serviço de “civilização”.

Sob o respaldo civilizatório, a violência aparece como chave de interpretação desde as colônias até as regiões de fronteira mais recentes, inclusive no âmbito

da demarcação de territórios voltados para a exploração de recursos específicos, formando verdadeiros enclaves econômicos pelos quais jorram fluxos de capitais, convertendo-os em “espaços privilegiados de guerra e morte” (MBEMBE, 2018, p. 57). Aos destituídos(as) e despossuídos(as), resta a descartabilidade das suas vidas e de seus meios de sobreviver. As violações acometidas em afronta a estes sujeitos “sem humanidade” são por vezes omitida ou sequer compreendida como uma violação.

Isto poderia ser considerado o *modus operandi* do que Agier (2015) chama de “política da indiferença”, que se dá em relação ao mundo que nos circunda e à existência do outro, o ser diverso e diferente que habita o nosso redor. Disso decorrem relações incertas, relações partidas, que o autor sintetiza como situações “entre-dois”. Quando não se reconhece o outro como tal, produz-se uma condição de alienação do outro, como se estes seres estivessem constantemente fora do lugar. É esta condição de ritualização da situação do outro como um marginal, como habitante do limiar, que produz a condição de fronteira hoje, no sentido atribuído por Agier.

Deste modo, para além das fronteiras como limites internacionais de transição entre países – como muros que ao mesmo tempo que permitem, impedem o acesso e o ir e vir do migrante –, ou seja, para além do debate da fronteira em torno das migrações, Agier (2015) amplia a interpretação da fronteira como sendo uma condição, uma posição ou modalidade de ocupação do mundo que cada vez mais se generaliza nos corpos marginalizados ao redor do globo, independente da natureza e da especificidade de inserção destes corpos em contextos locais.

Estendendo a pesquisa a todas as situações de fronteira, isto é, a todas as situações nas quais uma prova de relativa estrangeiridade é partilhada, poderemos levar essa estrangeiridade para o comum e relativizar a distancia até o outro, qualquer que seja a linguagem dessa alteridade: étnica, racial ou humanitária. Assim, poderemos reconhecer melhor o sujeito-outro que existe por meio dessas manifestações de alteridade, cuja fronteira é o lugar. (AGIER, 2015, p. 154)

O autor traduz esta generalização da fronteira como condição humana através do termo “cosmopolitismo banal” que, segundo ele, “é a experiência daquelas e daqueles que provam a concretude do mundo, sua rugosidade” (p. 146), ou “soma de todas as situações de fronteiras vividas hoje” (p. 299). São os(as) desenraizados(as) do mundo, pessoas de lugar nenhum, pois sua situação não lhes permite um lugar. São estrangeiros no mundo, mas também podem ser estrangeiros em seu próprio país, simplesmente por sua posição de alteridade, seja ela étnica, racial, humanitária ou qualquer outra (AGIER, 2015). Teriam sido Dilma, Nilce e Jane estrangeiras em seus próprios lugares, enquadradas na condição dos cosmopolitas banais?

Embora a despossessão na fronteira não resulte na descartabilidade ou imposição de um não lugar apenas para mulheres, estes processos adquirem particularidades que acentuam seus efeitos entre mulheres, conforme poderemos observar nas pistas dadas adiante.

Repensar a fronteira a partir da permanência do ‘sujeito proprietário’ e da replicação da mentalidade proprietária

Se a historiografia brasileira abusou de mitos fundadores para justificar as incursões nas fronteiras, especialmente na Região Centro-Oeste e na Amazônia, ela teve no bandeirante um dos seus arquétipos mais comumente associados à ideia de herói nacional, que foi inclusive revivido no período da Marcha para o Oeste, durante o Estado Novo. O bandeirante era a figura responsável por carregar a “modernidade” para os sertões, para os espaços hostis a serem desbravados do outro lado da fronteira (interna). Era o homem capaz de vencer a natureza selvagem, os índios incivilizados, as doenças e toda má sorte proporcionada pela aventura da conquista.

Assim, o bandeirante é, em termos de sua importância para a nação, mais relevante do que os grupos escondidos nos rincões do país. Como que continuando a saga bandeirante, ainda hoje os privilégios de poder, de raça, de classe e de gênero continuam conformando um perfil de valorização de certos sujeitos em detrimento de outros desde os tempos coloniais. Com o passar do tempo este perfil foi caracterizando a posição do soberano, do dominador, do

detentor de direitos, enfim, do cidadão [do bem]. Há um tipo de sujeito que ainda é considerado o responsável por carregar o progresso à frente nos dias atuais. Falaremos um pouco deste tipo agora.

O arquétipo do “bandeirante moderno” pode facilmente se relacionar ao sujeito definido por Butler e Athanasiou (2017) como *proper(tied) subject* – expressão que traduzimos por “sujeito proprietário”. As autoras enfatizam o sufixo *tied*, colocando-o entre parênteses, provavelmente como uma associação ao verbo *to tie*, sendo *tied* sua conjugação no passado, que significa “amarrado”, “atado” ou “conectado”; mas também entendemos a ênfase como uma referência direta ao substantivo *tie*, que significa “gravata” em português. Interpretamos tais relações como se se tratasse de um sujeito que se define somente a partir da sua conexão com a propriedade privada, como se a ela estivesse “amarrado” para se impor como sujeito de valor. Num jogo de palavras, a gravata possivelmente faz alusão ao “homem engravatado”, alguém visto socialmente como possuidor de *status*, poder financeiro e político. A expressão, portanto, é autoexplicativa sobre o perfil desse homem moderno/colonial/privilegiado, em oposição ao perfil dos(as) despossuídos(as) e descartáveis.

Nas colônias europeias, a propriedade foi um pré-requisito para a subjetividade e a cidadania política em um sentido próprio, mas também, ao mesmo tempo, esta estava ligada a certos requerimentos de raça e gênero – digamos, a ser branco e masculino – que significavam a subjetividade humana civilizada propriamente dita (e proprietária). (BUTLER; ATHANASIOU, 2017, p. 44-45, tradução nossa)

Assim, a propriedade aparece com uma função atribuidora de direitos e cidadania política aos sujeitos, especialmente aos homens brancos que a detêm, garantindo-os a classificação como humanos civilizados, como homens modernos. No entanto, é importante que se diga que todo esse privilégio foi forjado a partir de processos de dessubjetivação do outro, que é convertido em objeto de desejo para depois ser descartado, sendo a descartabilidade um dos elementos centrais da subjetividade neoliberal e

proprietária, conforme apontam as autoras. Ou, na síntese elaborada por Segato:

De acordo com o padrão colonial moderno e binário, qualquer elemento, para alcançar plenitude ontológica, plenitude de ser, deverá ser equalizado, ou seja, equiparado a partir de uma grade de referência comum ou equivalente universal. (...). O “outro indígena”, o “outro não branco”, a mulher, a menos que depurados de sua diferença ou exibindo uma diferença equiparada em termos de identidade que seja reconhecível dentro do padrão global, não se adaptam com precisão a este ambiente neutro, asséptico, do equivalente universal, ou seja, do que pode ser generalizado e a que se pode atribuir valor e interesse universal. Só adquirem politicidade e são dotados/as de capacidade política, no mundo da modernidade, os sujeitos – individuais e coletivos – e questões que possam, de alguma forma, processar-se, reconverter-se, transpor-se ou reformular-se de forma que possam se apresentar ou ser enunciados em termos universais, no espaço “neutro” do sujeito republicano, onde supostamente fala o sujeito cidadão universal. Tudo o que sobra nesse processo, o que não pode converter-se ou equiparar-se dentro dessa grade equalizadora, é resto. (SEGATO, 2018)

O *proper(tied) subject*, assim, é o equivalente do sujeito universal exemplar, cuja lógica de *autoridade* se realiza em detrimento de uma lógica de *alteridade*, posicionando “o outro”, ou os outros, a diferente na categoria de despossuído(a) e descartável. Para exemplificar o sujeito proprietário, resgatamos algumas falas vocalizadas por proprietários rurais e políticos locais logo após o massacre de Pau D’Arco, no Pará. Mesmo após a perícia da polícia, os depoimentos de testemunhas, as confissões de participantes da execução das dez vítimas da chacina (dentre elas, Jane Júlia de Oliveira, a liderança da ocupação na Fazenda Santa Lúcia, onde ocorreu o massacre) e de uma acusação feita pelo Ministério Público demonstrando a brutalidade de um massacre nu e cru – no qual não houve qualquer tipo de reação por parte das vítimas –, alguns desses sujeitos ainda defendiam a ação e o mérito dos policiais na execução dos(as) agricultores(as) – conforme matéria de Tinoco (2017) para a *Revista Piauí*.

O fazendeiro e advogado goiano Walteir Rezende, presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Redenção (PA) à época do massacre, foi um deles. Durante uma feira de produtores rurais em Xinguara (PA), ele aparecera desfilando montado num cavalo e erguendo a bandeira do sindicato quando, ao relembrar sua chegada à região, afirmou compreender que a polícia teve razão no massacre de Eldorado de Carajás (ocorrido em 1996). Ele manifestou também preocupação com o risco da chacina de Pau D’Arco se tornar um novo Carajás, e proferiu ao microfone, durante a feira, o seguinte: “Bandido é bandido. E o bandido que enfrenta a polícia vai perder. Não podemos criminalizar a polícia por matar bandido. Lamento muito o ocorrido, mas lamento muito mais pelos policiais.” Segundo ele, o Sul do Pará sobrevive de pecuária e minério e apresenta alto poder aquisitivo, dado que só se veem carros novos na cidade, principalmente caminhonetes com tração 4x4. Grande parte delas, inclusive, estava adesivada com propagandas de Jair Bolsonaro em 2018, e Walteir demonstrou confiança de que o seu candidato iria ser vitorioso na eleição em Xinguara. Ele foi aplaudido pelos presentes após suas falas.

Outro ruralista presente no mesmo evento, o ex-presidente do sindicato rural local e ex-prefeito de Pau D’Arco, Luciano Guedes, lembrou que a cidade palco da chacina fora fundada pelo seu sogro, Laudelino Hanemann. Sobre a ação policial, disparou: “Tem que matar, é bandido. Se você perguntar aqui, a sociedade toda ficou feliz, todo mundo deu parabéns à polícia. Quem falar que não apoia é porque não quer se expor.” Luciano e Laudelino são paranaenses e chegaram a Pau D’Arco em 1988 quando, segundo ele, nada existia no local: “Nós construímos tudo. Eu tenho o maior orgulho de dizer que eu desmatei, que construí cidades, estradas.”

Vitório Guimarães da Silva, também fazendeiro, pontuou durante sua fala que tinha conhecimento de que produtores da região contratavam seguranças privados que seriam responsáveis por abrir terras e expulsar posseiros. Ele, que por quatro anos admitiu ter se utilizado de segurança armada na sua fazenda com o intuito de coibir ocupações e disputas com agricultores sem-terra, garantiu: “Você tem que ter uma arma.”

Além da defesa do seu patrimônio material (na maior parte das vezes usurpado da união) e da atribuição de um escalonamento das vidas que importam e das que não importam (vidas policiais valem mais do que vidas sem-terra, por exemplo), poderíamos acrescentar que o sujeito proprietário agrega em seu discurso a defesa de um patrimônio cultural e também de uma lealdade territorial entre os seus – para pegar emprestada a expressão empregada por Segato (2005). A sua lealdade territorial está acima de todas as outras, inclusive acima do cumprimento das leis e do acesso aos direitos por parte de determinados sujeitos que não fazem parte do seletivo grupo do “nós”.

Em um ambiente totalitário, o valor mais martelado é o *nós*. O conceito de *nós* torna-se defensivo, entrincheirado, patriótico, e quem o infrinje é acusado de traição. Nesse tipo de patriotismo, a primeira vítima são os outros interiores da nação, da região, da localidade – sempre as mulheres, os negros, os povos originários, os dissidentes. Esses *outros* interiores são coagidos para que sacrifiquem, calem e posterguem sua queixa e o argumento de sua diferença em nome da unidade sacralizada e essencializada da coletividade (SEGATO, 2005, p. 281, grifo no original).

A coletividade, neste caso – na qual se incluem e é representada por Walteir, Luciano e Vitório –, é a de um conjunto de homens que atuam de forma totalitária e mancomunada a um ilusório “patriotismo”, uma suposta unidade sacralizada em defesa da pátria. Sabe-se, no entanto, que se trata de um termo bastante genérico e esvaziado de sentido prático, acionado apenas para atender a interesses muito específicos, como aqueles representados por máfias locais que disputam os territórios disponíveis, ou os fundos territoriais. Enquanto isso, essa lealdade territorial do “nós” exclui outras articulações sociais e territoriais. Se entre o *nós* predomina o individualismo, a defesa da propriedade e dos bens privados, entre os outros predomina um mundo miserável. “Nós” é o mundo próximo, imediato, enquanto o “outro” representa um mundo distante, inacessível, impraticável (AGIER, 2015).

Conclui-se que se as vítimas da violência política na fronteira são tanto homens quanto mulheres, a violência e sua conivência – expressas tanto pelos apoiadores quanto pelos mandantes e executores de crimes – parte de corpos

eminentemente masculinos/brancos/proprietários, que têm a autorização e a autoridade pública para destilar ódio contra os diferentes, contra os que questionam a lógica proprietária da qual usufruem e que constitui suas identidades e essências. Por esta razão, estas articulações em torno deste núcleo de poder têm efeitos outros quando operam em detrimento de vítimas femininas/racializadas/não proprietárias.

Isso não equivale dizer que todos os homens associados ao “nós” se encaixem exatamente nesse arquétipo, dado que esta constatação não pode ser entendida como uma regra. Por isso, mais do que se atentar para o perfil aparentemente decifrável a partir de características fenotípicas ou da leitura de um *ethos* dominante masculino/branco/proprietário, é importante se ater às bases discursivas sobre as quais este arquétipo se reproduz a todo tempo. Trata-se, antes de tudo, da replicação de uma mentalidade proprietária, que sempre esteve associada ao exercício de desbravar, de conquistar, de dominar, mentalidade esta enraizada e encruada culturalmente como verdadeira, única, lógica: uma mentalidade proprietária de fronteira.

É esta mentalidade, tal como o imaginário da fronteira, que se reproduz e se atualiza ciclicamente, forjando ininterruptamente figuras masculinas que consolidam práticas protecionistas dos seus interesses e destrutivas para com o interesse de outros – no nosso caso em questão, de outras. Se no início da colonização tais práticas eram impregnadas na ação colonizadora e, portanto, na ação dos colonos, com o passar do tempo esta mentalidade passou a se expressar também amplamente pelos descendentes dos colonizadores (os “crioulos”). Apesar de não serem europeus, já que nascidos nas Américas, eles internalizaram a violência dos descendentes, submetendo nativos a brutalidades raciais e patriarcais e executando o papel branqueado da dominação. Este papel é executado até hoje pelos colonos ou bandeirantes modernos, resumidos na figura do “sujeito proprietário”.

Tal mentalidade de fronteira extrapola e também é replicada por variados grupos de sujeitos marginalizados, sem poder aquisitivo, sem propriedade e racializados, pois mentalidades transmitem-se como valores morais ainda entre aqueles que não estão necessariamente no lado hegemônico do poder,

isto é, no lado da branquitude colonial de matriz europeia de dominação. Pode-se dizer que a transmissão destes valores como uma oportunidade ou como reforço da masculinidade (como veremos no próximo tópico) ocorre a partir de uma “pedagogia da crueldade”, que se dissemina culturalmente entre gerações e coletivos de homens, tanto para o homem indígena, que se transforma em colonizador dentro de sua própria casa, quanto para o homem urbano de massa, que se converte em patrão também dentro de sua própria casa (SEGATO, 2018, p. 14).

Portanto, se em alguns casos o fenótipo coincide com este perfil do sujeito proprietário, nem sempre este paralelo se realiza, pois a violação e a violência da dominação, cujas bases são coloniais e patriarcais, se transmitem por códigos, valores e mentalidades, mais do que meramente por continuidades “hereditárias” entre homens. Cria-se uma espécie de língua e de linhagem comum que articula esta mentalidade proprietária de fronteira, que tem nos atos violentos a conformação de um sistema comunicativo difícil de ser eliminado, porque a “violência constituída e cristalizada em forma de sistema de comunicação transforma-se em uma linguagem estável e passa a se comportar com o quase automatismo de qualquer idioma” (SEGATO, 2005, p. 277). A violência, neste caso, naturaliza-se como língua predominante.

Esta mentalidade de fronteira diferencia-se absolutamente e, por isso, não pode ser confundida com o chamado “pensamento crítico de fronteira”. Enquanto o nacionalismo que assume um caráter de atavismo desbravador é forjado dentro de estruturas políticas e de pensamento com raízes eurocentradas, segundo Walter Mignolo, o pensamento crítico de fronteira localiza-se no polo exatamente oposto a essa definição, pois desconstrói a episteme do projeto de modernidade ocidental-eurocêntrico. Este pensamento enfatiza, por oposição, as cosmologias subalternas, exploradas, oprimidas pela diferença colonial, que redefinem categorias centrais da modernidade, como direitos humanos, relações econômicas, democracia e outros valores, rompendo com tais referenciais da modernidade/colonialidade (GROSFOGUEL, 2008).

Como exemplo do pensamento crítico de fronteira, criador de novas linguagens não pertencentes ao sistema comunicativo da violência, mas da

transcendência das relações de poder colonial, podemos citar o trabalho de Glória Anzaldúa, de 1987, intitulado *Borderlands/La Frontera: the new mestiza*. Nele e em outros trabalhos, o pensamento “fronteiriço” se traduz exatamente como uma subversão de uma mentalidade hegemônica e proprietária de fronteira.

Comecei a pensar em termos de consciência mestiça. O que acontece com gente como eu que está ali no entre-lugar de todas essas categorias diferentes? O que é que isso faz com nossos conceitos de nacionalismo, de raça, de etnia, e mesmo de gênero? Eu estava tentando articular e criar uma teoria de existência nas fronteiras [...]. Eu precisava, por conta própria, achar algum outro termo que pudesse descrever um nacionalismo mais poroso, aberto a outras categorias de identidade. (ANZALDÚA, 1987, s/p)

Portanto, o pensamento crítico de fronteira difere-se essencialmente da mentalidade proprietária de fronteira aqui abordada e, neste caso, contribui para uma consciência mestiça da história, do feminismo e contra a exclusão da alteridade dos lugares de privilégio na construção da modernidade.

Repensar a fronteira a partir da dimensão expressiva dos assassinatos de mulheres e das lealdades territoriais masculinas

Segato (2018) amplia a noção de feminicídios para compreender este tipo de crime contra mulheres em áreas de fronteira, especialmente na fronteira do México e dos Estados Unidos onde, há alguns anos, mulheres desaparecem e são assassinadas sem que se tenha condenação dos culpados. Para a autora, existe uma diversidade de crimes contra mulheres que se dão em vários âmbitos, aumentando ano a ano as taxas de feminicídio. Porém, a generalização dos dados a partir do mesmo rótulo, sem atentar para a especificidade de cada crime em virtude da sua origem ou motivação (se violência doméstica, se violência urbana, se violência política, entre outras), acaba por vezes contribuindo mais para a confusão do que para o esclarecimento destes. Por esta razão, é importante diferenciá-los.

Assim, entendemos que o termo “femigenocídios”, utilizado por Segato, é o mais apropriado ao nosso contexto de análise, pois ao incluir a dimensão de “genocídio” no âmbito destes assassinatos, inflexiona sobre a especificidade dos crimes de violência contra a vida de mulheres na fronteira amazônica, que se diferenciam de feminicídios domésticos, por exemplo. Um genocídio carrega implicitamente a ideia de extermínio, parcial ou total, de grupos étnicos, raciais, religiosos, e que possuem entre si vínculos comunitários e de identidade. Outro termo também já utilizado para referir-se ao assassinato de mulheres rurais ou defensoras de direitos humanos e ambientais, como o caso da hondurenha Berta Cáceres, é “femicídio territorial”. Também nos parece adequado, pois trata da dimensão relacional que estas mulheres estabeleciam com a natureza e o território vivido, o território da comunalidade.

Em muitos casos, os genocídios de gênero funcionam como mecanismo para essa sujeição a regimes de propriedade, mercantilização e individualidade, a mulher neste caso constituindo-se alvo prioritário de uma guerra que se impõe a grupos étnicos e racializados, que não interessam ao capital. Por isso, estes mecanismos de mortificação de mulheres impulsionam a desintegração da forma-comunidade, transformando coletivos em indivíduos isolados, o que contribui para a desterritorialização como um todo – como sugerem Meneghel e Lerma (2017). A destituição da coletividade e a imposição da individualidade é o que interessa ao capitalismo de caráter racista, patriarcal e necrófilo.

Neste sentido, o que este tipo de crime esconde e que é importante salientar é a sua dimensão anticomunitária e antiterritorial (neste caso contra algumas territorialidades específicas, aquelas das mulheres nas frentes de luta na Amazônia). Por isso, para além do fato de serem simplesmente um alvo feminino *per se*, o que implicaria uma dimensão da instrumentalidade destes assassinatos, eles têm um desdobramento que se refere ao caráter de exemplaridade que assumem diante da imagem pública. Ou seja, estas mortes funcionam como paradigma e carregam uma dimensão expressiva que extrapola para além da relação homem *versus* mulher: trata-se de uma reverberação que atinge toda a comunidade circundante, como

uma espécie de recado do que pode vir a acontecer com outros(as) comunitários/as caso desafiem a lógica territorial de poder mafiosa que se impõe (SEGATO, 2018).

Para exemplificar a correlação entre estas duas dimensões (instrumental e expressiva), resgatamos o que houve com Dilma Ferreira da Silva, militante do MAB no Pará, no dia de seu assassinato. Além de ter em seu corpo desfalecido marcas de estupro, símbolo da brutalidade contida na relação de dominação instrumental masculina sobre o corpo feminino, Dilma fora assassinada com um corte na garganta, ato que carrega também a dimensão expressiva do paradigma, e que pode ser interpretado facilmente como um silenciamento da voz daquelas e daqueles que ousam denunciar qualquer ilicitude. Fica explícita a mensagem de que quem muito fala e denuncia os crimes praticados por fazendeiros na região (tráfico, exploração ilegal de madeira, entre outros) pode ter o mesmo destino de Dilma. A expressividade é uma das marcas mais gritantes destes assassinatos, difundindo entre as comunidades e militantes locais o domínio de grupos hegemônicos no território.

Estabelecendo conexões entre morte de mulheres e mortes territoriais, outro aspecto que os femigenocídios ou femicídios territoriais evidenciam é que este tipo de crime, além de alimentar o ódio e a dominação contidos na relação entre o agressor *versus* a vítima (eixo vertical, relação entre homem e mulher), retroalimenta uma relação de compadrio entre o violador e outros homens (eixo horizontal). Se no primeiro eixo de análise predomina o controle sobre o corpo da mulher, no segundo eixo fica explícito que além de se opor a uma mulher, a atitude de violência tem como fim o reforço da masculinidade perante outros homens, componentes das máfias territoriais. Na segunda relação, portanto, os agressores coadunam com o que a autora chama de “mandato de masculinidade”. Ao exercer o seu papel dentro deste mandato, fica claro que o agente da violência não trabalha solitariamente, pois está respaldado por um grupo de homens, demonstrando que por trás de cada crime contra uma mulher na fronteira, existe uma lealdade fortalecida entre homens.

Dentro desta lógica de facções e de lealdade entre homens, os atos individuais dos executores dos crimes possuem estreita relação com uma reafirmação de pertencimento ou não a uma determinada irmandade criminosa, sendo seus atos condições para a confirmação ou não de sua força e virilidade masculinas. Ambas as relações confluem paralelamente no ato de mortificação, mas Segato (2018) afirma que a primeira força de relação muitas vezes é a que aparece mais a respeito deste tipo de crime, enquanto a segunda dimensão é ocultada, dificultando o esclarecimento das razões factuais que estão por trás deste mecanismo de violência contra as mulheres.

No outro caso apresentado, atentamos para o fato de que o pescador Edione Pessoa confessou o assassinato de Nicinha próximo ao lago da barragem da UHE Jirau. Com seu ato, ele responde nitidamente a uma lealdade masculina hegemônica naquele território, cumprindo seu mandato de masculinidade perante outros homens. Pela ótica de classe, poderíamos dizer que como pescador e atingido pela instalação da hidrelétrica e, portanto, reivindicando um auxílio oferecido pelo Consórcio ESBR, Edione teria mais afinidade com sua vítima, uma mulher, do que com os mandantes do assassinato. Afinal, uma das exigências de Nicinha como militante era justamente o aumento do valor de compensações para atingidos(as) da hidrelétrica, como Edione e sua família.

No entanto, o pertencimento ou reconhecimento de sua força e capacidade recai no fato de que o Consórcio se tornou mais aliado dele do que Nicinha, fazendo com que Edione, tão subjugado quanto ela, representasse naquele momento a lógica hegemônica do território, eminentemente masculina e proprietária. Assim, ao invés de se articular com seus semelhantes, reconhece como semelhante outros não a partir de afinidades de classe, mas a partir da masculinidade, contribuindo para eliminar uma força política feminina que se opunha a essa mesma lógica. Mesmo do lado dos(as) despossuídos(as), Edione converteu-se em colonizador e vilão “dentro de sua própria casa” por meio da reincidência de uma pedagogia da crueldade.

Podemos lembrar também do policial Antonio Miranda, envolvido na chacina de Pau D’Arco. Após uma das operações policiais que teve como resultado o incêndio e a destruição de barracos, pertences e plantações dos

ocupantes sem-terra na Fazenda Santa Lúcia, Honorato Babinski Filho, o dono, ofereceu um churrasco aos policiais na sede da fazenda para comemorar o feito. Antes de o policial Miranda sair de cena com o grupo de outros policiais e com Babinski Filho para comemorar a operação, ele se direciona especificamente para Jane e dispara: “eu ainda te pego”.

O que justifica que no meio de um grupo de homens ocupantes de terra, Jane seja o alvo prioritário dos policiais? Certamente, um elemento elucidativo é a sua liderança e força política como mulher, tornando-se presa fácil das afrontas de Miranda para demarcar sua autoridade policial, mas também masculina, perante a vítima. Por outro lado, a ameaça de Miranda ainda cumpre um papel diante do grupo de homens que o cerca (tanto Babinski quanto os policiais), fortalecendo a fraternidade e a coalizão masculina entre eles. Nada mais sintomático da reafirmação do mandato de masculinidade ante outros semelhantes. Relembramos que desde este episódio Jane passou a sofrer atentados frequentes, inclusive com a presença de grupos de homens rondando a sua residência constantemente, ou por meio de intimidações via chamadas telefônicas, violações que culminaram pouco tempo depois no seu assassinato, momento em que também não foram poupados xingamentos misóginos, sendo ela, uma vez mais, o alvo principal dos executores.

Nesse sentido, pode-se dizer que não é possível compreender a fronteira sem considerar que por trás do assassinato de mulheres irrompe uma lógica masculina fraticida, cujo resultado dos atos de mortificação contribui para valorizar a dimensão expressiva dos crimes perante a comunidade circundante, assim como para reafirmar o mandato de masculinidade dos executores tanto diante de suas vítimas quanto diante de outros homens.

Repensar a fronteira a partir da destituição das políticas do comum “no feminino”

Quando nos remetemos ao termo “destituição”, estamos nos referindo a medidas de impedimento, afastamento ou de desapossamento (para pensarmos na despossessão) de uma determinada forma de fazer política, ou seja, de um determinado engajamento político conectado a uma luta política

específica. Tais lutas, a depender dos “outros” que as protagonizam, são constantemente acoissadas e surrupiadas pela política hegemônica territorial, que atua em coalizões sufocando células de resistência e que visam, pouco a pouco, eliminar um tipo de contestação política. No caso em questão, no qual contemplamos as lutas políticas protagonizadas por Dilma, Nicinha e Jane, ponderamos que a eliminação de suas ações está estritamente vinculada à eliminação de formas de políticas do fazer comum. Mas o que seria a produção do comum?

O comum é a expressão atribuída ao conjunto de práticas pautadas pela reprodução material e imaterial da vida social. A despeito de outras interpretações e contribuições acerca do conceito de comum, nossa posição coincide com a apresentada por Gutiérrez Aguilar, Navarro e Linsalata (2016) e Linsalata (2019), pesquisadoras constituintes do Seminário de Investigação Permanente *Entramados Comunitarios y formas de lo Político*,⁵ cuja abordagem do comum se dá na sua potencialidade como relação social, e não como bem, coisa ou objeto tangível. Para as autoras, o comum é a atividade prática estabelecida entre homens e mulheres conjuntamente em seus afazeres do dia a dia, de modo a proporcionar vínculos de cooperação e solucionar problemas e desafios de forma compartilhada, focados na produção e reprodução satisfatória da vida como um todo. Trata-se de:

um conjunto diverso, heterogêneo e versátil de tramas sociais, comunidades locais, processos organizativos, experiências associativas – de diferente enraizamento e profundidade histórica – dentro das quais mulheres e homens de carne e osso cultivam, ensaiam, recuperam, reinventam, produzem e, em consequência, exercem – naqueles âmbitos da vida onde podem realizar – aquela antiga arte humana que a heteronomia capitalista se encarrega de expropriar a todo tempo: a de cooperar para conformar nossa existência social-material com base nos fins coletivamente deliberados; de decidir autonomamente sobre os assuntos comuns; a capacidade de autodeterminar coletivamente (a partir dos

⁵ Trata-se de um seminário aberto que é parte do programa de Pós-Graduação de Sociologia do Instituto de Ciências Sociais e Humanidades (ICSyH), da Benemérita Universidad Autónoma de Puebla (Buap), no México. Dele fazem parte nomes destacados na discussão sobre o comum, que incluem não só Lucia Linsalata, mas também Raquel Gutierrez Aguilar, Mina Lorena Navarro e outros(as) autores(as) citados(as) ao longo deste trabalho.

âmbitos mais imediatos da reprodução social) o sentido, os ritmos e os canais de nossa vida prática. (LINSALATA, 2015, p. 17 *apud* LINSALATA, 2019, p. 115, tradução nossa)

Para compreender a natureza dos assassinatos dentro da perspectiva de fronteira que estamos propondo, temos que incluir em nossa análise a perspectiva de “defesa e produção do *comum* como condição para a reprodução material da vida social” (AGUILAR, 2019, p. 93). E observar que a maior afronta da mentalidade proprietária de fronteira contra as mulheres-fronteira – como Nilce, Jane e Dilma – está justamente na tentativa de subverter tais práticas conectadas com a produção e reprodução da vida e, em consequência, com formas de fazer política “no feminino”.

Segundo Aguilar (2019), o capitalismo se esforça para sempre romper as formas políticas que esboçam outros tipos de relação ou laços que não sejam do individualismo ou de mercantilização, ou seja, que não estejam diretamente implicadas na produção de lucro. Assim, deslegitima os sentidos dos vínculos e relações conectadas a políticas de defesa e reprodução da vida e do comum, das articulações coletivas, substituindo-as sempre por regimes estéreis de individualidade e propriedade.

A tais formas do político, com frequência desdobradas do que alguma vez se denominou como “âmbito social-natural” – e, mais recentemente, de “política das necessidades vitais” – que se contrapõem antagonicamente à quase sempre violenta apropriação privada dos bens comuns – e que, em seus desdobramentos, modificam drasticamente as mais fundamentais relações mando-obediência que segmentam, hierarquizam e estruturam as sociedades, é o que chamo *política no feminino*. (AGUILAR, 2019, p. 69 e 70, tradução nossa, grifo no original)

Neste sentido, o que a autora sugere como política no feminino nada mais é do que um modo específico de fazer política que se distingue radicalmente de uma forma única de compreensão e prática da política, que é a forma institucionalizada. Por essência, tal política no feminino se opõe aos “cânones clássicos” da política, que é estruturalmente masculina e conectada com a acumulação do capital e com os ditames da propriedade privada, da

hierarquia, do monopólio, da exclusão e do alijamento de participações coletivas na tomada de decisões. As políticas do comum no feminino, por outro lado, têm por prioridade o compromisso coletivo com a reprodução da vida em seu conjunto.

As políticas no feminino, então, são políticas que reivindicam e valorizam a inclusão e a participação da política como parte do cotidiano, que têm como base as formas comunitárias de discussão. Isso não quer dizer que as políticas no feminino sejam exclusivamente pautadas e executadas por mulheres, pois elas também incluem as práticas políticas realizadas por alguns homens. No entanto, em virtude da associação imediata entre as mulheres e as funções de reprodução da vida, e buscando uma adjetivação que faça o contraponto às políticas hegemônicas tradicionais centradas no Estado – aqui entendido como polo masculino –, elas recebem o predicado “feminino”.

A despeito de serem interpretadas como um modelo de governo, Aguilar (2019) enfatiza que essas políticas se referem a um caminho de vida e luta, traduzindo-se mais em uma linguagem do que em uma estrutura normativa. São, pois, parte de uma gramática de lutas sociais que se distingue das políticas convencionais, na medida em que questionam e desestruturam antigas relações de poder e de mando que estão presentes nas políticas modernas, fundamentadas no capital e no Estado. Como política subversiva e promotora da autonomia, a forma da “política do comum no feminino” prima pela apropriação da palavra e pela decisão coletiva em relação àquilo que é de todos. Por esta razão, torna-se tão incômoda.

Entendemos que as mulheres-fronteira aqui enunciadas fazem parte de contextos coletivos que Aguilar e Lohman (2019) intitulam de “tramas” comunitárias (*entramados comunitários*), uma rede de relações sociais que se empenha na produção do comum. Mas o comum não é equivalente a um bem material ou natural necessariamente que se partilha entre todos(as), mas trata-se especificamente de uma forma de produção de relações sociais que estão na base de subsistência de comunidades indígenas, originárias, camponesas, urbanas autônomas e outras que se preocupam em reproduzir a vida prioritariamente. Tal reprodução se dá tanto em momentos de luta quanto em momentos de festa, formas estas não completamente incorporadas

ou mediadas pelas relações capitalistas. Trocando em miúdos, o comum é a “forma natural” de reprodução da vida, tendo como base a produção de valores de uso, não de troca.

Entendemos, pois, as tramas comunitárias como constelação de relações sociais de “compartimento” – jamais harmônica ou idílica, mas pletórica de tensões e contradições – que operam coordenadas e/ou cooperativamente de forma mais ou menos estável no tempo com objetivos múltiplos – sempre concretos, tão diversos quanto renovados, ou seja, situados – que, por sua vez, tendem a cobrir ou a ampliar a satisfação de necessidades básicas da existência social e, portanto, individual. Agora bem, é claro que essa *forma das relações sociais* se potencializa nos momentos de aprofundamento do antagonismo social, nos quais se desdobram ações de luta que desafiam, contêm ou fazem retroceder as relações capitalistas. (AGUILAR; LOHMAN, 2019, p. 24-25, tradução nossa, grifo no original)

O que pode ser mais antagônico à pulsão da vida do que a morte? É por isso que nos momentos de aprofundamento dos antagonismos gerados pelo sistema, ou em momentos de ofensiva deste sistema sobre os recursos que estão em jogo na fronteira, inevitavelmente provocam-se mais mortes e violências, pois a única resposta para grupos comunitários que têm na sustentação da própria vida seu maior objetivo de luta é promover mais morte, destituindo-os das suas maneiras de viver.

E a força do simbolismo das formas de morrer que atingiram estas mulheres repercute no fato de que não são somente modos de eliminação da vida como oposto da morte, mas como eliminação de um conjunto de formas de estar-saber-fazer em vida, cotidianas, com um conjunto de práticas que pretendem que sejam destruídas a partir de um assassinato com um caráter notório de exemplaridade. O assassinato de mulheres-fronteira tem uma marca tanto física como simbólica e/ou comunicativa, pois é o padecimento do corpo destas mulheres que serve de lição moral para que aqueles(as) que estão ao redor também desistam de saber-viver antes mesmo de serem assassinados de forma literal.

Mas há outro elemento importante em jogo: para Segato, sem a subordinação psicológica e moral do outro não há poder soberano, dado que o poder da morte não é suficiente. A colonização é uma etapa mais eficaz no alcance de seu objetivo do que o extermínio em massa, “porque somente o poder de colonização permite a exibição do poder de morte diante daqueles destinados a permanecer vivos” (2005, p. 270-271), transformando-se em audiência para o dominador por parte de quem testemunha a morte ou o massacre. Talvez por isso as práticas de ameaças de morte e terrorismo psicológico, no caso das mulheres vítimas de violência na fronteira, sejam largamente utilizadas ao longo do tempo, muito mais do que o próprio assassinato, dado que seu poder comunicativo é avassalador, não necessariamente produzindo a morte, mas “deixando morrer” aos poucos.

Assim, o assassínio e o assédio psicológico e moral caminham lado a lado com os objetivos de destituição do comum. Afinal, “a politicidade concreta e coletiva que se gera na trama comunitária é, pois, também, uma dimensão específica da produção do comum que se baseia em uma dimensão específica do trabalho comunitário” (AGUILAR; LOHMAN, 2019, p. 38). Portanto, na fronteira não se afronta, com o ato de violência, somente a vida como materialidade corpórea, mas a vida como conjunto de atributos políticos que tornam possível realizá-la, sendo a subsistência com autonomia um destes principais atributos que são roubados em momentos de violência. O objetivo máximo é tornar única a relação fundamentada na propriedade privada e individualizada, suplantando as relações de comunalidade e coletividade envolvidas em cada contexto de ataque.

Conclusões: algumas contribuições das lutas políticas de mulheres-fronteira

Somente “lutas de fronteira” – para pegar emprestado um termo empregado por Fraser e Jaeggi (2020) – podem ser acionadas para desmobilizar a “mentalidade de fronteira” aqui discutida. Para as autoras, tão importantes quanto as lutas contra o capital, estão as lutas contra o racismo, o imperialismo e o sexismo, fragmentadas pelo próprio sistema. Porque estas últimas incluem

em seu escopo aqueles processos de reivindicação que advêm de práticas de expropriação e, portanto, de confisco de bens comuns visando à acumulação, aspecto em muito negligenciado pelas lutas em torno exclusivamente do conceito de trabalho. “O que denominei de ‘lutas de fronteira’ não emerge de ‘dentro’ da economia, mas nos pontos em que a produção encontra a reprodução, a economia encontra a política e a sociedade humana encontra a natureza não humana” (FRASER; JAEGGI, 2020, p. 187).

São exatamente estes os pontos nodais que derivam da atuação política das mulheres na Amazônia em torno do comum: produção e reprodução, economia e política e sociedade humana e natureza. Enquanto tais núcleos são abordados de forma independente, como se tivessem vida própria no âmbito da exploração da fronteira, a prática de uma luta comunitária demonstra que não é possível dissociá-los. As atuações comunitárias de Dilma, Nilce ou Jane, por exemplo, promovem justamente uma aproximação desses universos, razão das tentativas de desvinculação de tais demandas via mortificação.

Apesar de serem demandas encampadas por mulheres, ou lutas lideradas por mulheres-fronteira, as pautas delas não se circunscrevem a uma luta por causas simplificada e relacionadas ao feminino ou feminismo. São lutas não fragmentárias e dependentes de outras lutas, pois a partir do momento que se pautam no entorno do comum, traduzem-se na produção e reprodução da vida, lutas pela natureza e pelo direito ao exercício de humanidades subjugadas, lutas que aproximam a causa econômica da política do cotidiano, da política do viver. O ponto para o qual atentamos é que tais lutas não podem ser reduzidas a lutas nucleadas ou fragmentadas, pois elas têm, por essência, o posicionamento contrário ao desenvolvimento, à predação e à expropriação histórica da natureza amazônica. A nossa visão acerca destas lutas femininas é que se tratam, em suma, de lutas muito mais universais do que particulares, como equivocadamente poderiam ser interpretadas. Esta distinção, no entanto, não impede que suas práticas cotidianas sejam formas de fazer política que ponham em xeque a “masculinização dos territórios”.

A partir destes elementos, podemos concluir que as lutas de mulheres-fronteira contribuem para produzir – por que não? – fronteiras, mas, neste

caso, no sentido de restrição à homogeneização de um modo de produção do espaço. Como se no embate contraditório, as lutas femininas impedissem, desde núcleos em pequena escala, o espraiamento da lógica proprietária/branca/masculina/necropolítica (e tantos outros adjetivos!) da fronteira. Tais lutas funcionam como uma espécie de contenção de danos, de contenção de uma determinada moralidade e normatividade de ocupação do espaço: a moralidade do desenvolvimento, da modernização, da pátria, do produtivismo e de tantos outros substantivos, cujos principais efeitos históricos têm sido a produção da morte e do esvaziamento da vida para os que estão às margens desta lógica pelo simples fato de serem diversos.

Tais lutas são, portanto, contenção de uma condição de fronteira que insiste em se universalizar destituindo o lugar e o valor da vida do outro, dele tirando o teto, dele tirando o chão, tentando promover um apagamento de suas referências e tentando eliminar formas de fazer política a partir da eliminação da própria vida deste outro – e destas “outras”. Mais do que discutir a dimensão do espaço no debate sobre fronteira, importa incluir a dimensão da condição-fronteira no espaço, esta última produzida prioritariamente por tentativas de apagamento de corpos políticos de mulheres-fronteira por meio da violência e dos genocídios de gênero, raciais, culturais e outros.

Referências

- AGIER, Michel. *Migrações, descentramento e cosmopolitismo: uma antropologia das fronteiras*. Maceió: EDUFAL; São Paulo: Editora da Unesp, 2015.
- AGUILAR, Raquel Gutiérrez. Común, ¿hacia dónde? Metáforas para imaginar la vida colectiva más allá de la amalgama patriarcado, capitalismo y dominio colonial. In: EL APLANTE (Org.). *Producir lo común. Entramados comunitarios y luchas por la vida*. 1. ed. Madri: Traficantes de Sueños, 2019. p. 79-93.
- AGUILAR, Raquel Gutiérrez; LOHMAN, Huáscar Salazar. Reproducción comunitaria de la vida. Pensando la transformación social en el presente. In: EL

- APLANTE (Org.). *Producir lo común. Entramados comunitarios y luchas por la vida*. 1. ed. Madri: Traficantes de Sueños, 2019. p. 21-44.
- ANZALDÚA, Gloria. *Borderlands/La Frontera: the new Mestiza*. São Francisco: Aunt Lute Books, 1987.
- BECKER, Bertha. A fronteira em fins do século XX: oito proposições para um debate sobre a Amazônia (1990a). In: VIEIRA, Ima Célia Guimarães. *As Amazônias de Bertha K. Becker: ensaios sobre geografia e sociedade na região Amazônica*, v. 1. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2015. p. 265-279.
- BECKER, Bertha. Amazônia (1990b). In: VIEIRA, Ima Célia Guimarães. *As Amazônias de Bertha K. Becker: ensaios sobre geografia e sociedade na região Amazônica*, v. 2. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2015. p. 7-94.
- BRUM, Eliane. A miliciarização da Amazônia: como o crime vira lei e o criminoso “cidadão de bem” na maior floresta tropical do mundo. In: Comissão Pastoral da Terra – CPT. *Conflitos no Campo Brasil 2019*. Goiânia: CPT Nacional, 2020. p. 105-114.
- BUTLER, Judith; ATHANASIOU, Athena. *Desposesión: lo performativo en lo político*. Tradução de Fernando Bogado. 1. ed. Buenos Aires: Eterna Cadencia, 2017.
- CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciencias Sociales, violencia epistémica y el problema de la ‘invención del otro’. In: LANDER, Edgardo (Org.). *La colonialidad del saber: Eurocentrismo y ciencias sociales – perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 87-95.
- CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. 5. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- FERRARI, M. As noções de fronteira em geografia. *Perspectiva Geográfica*, Cascavel, v. 9, n. 10, p. 1-25, 2014. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/pgeografica/article/view/10161>. Acesso em: 10 out. 2022.
- FRASER, Nancy; JAEGGI, Rahel. *Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica*. Tradução de Nathalie Bressiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.
- GROSFUGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, 80, p. 115-147, 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/697>. Acesso em: 8 set. 2022.
- GUTIÉRREZ AGUILAR, Raquel; NAVARRO, Mina Lorena; LINSALATA, Lucía. Repensar lo político, pensar lo común. Claves para la discusión. In: SOLIS, Israel Daniel Inclán; LINSALATA, Lucía; MONCAYO, Mária Millán (Orgs.). *Modernidades alternativas*. Cidade do México: FCPyS / UNAM, 2016. p. 377-417.

- LINSALATA, Lucía. Repensar la transformación social desde las escalas espacio-temporales de la producción de lo común. In: *In: EL APLANTE* (Org.). *Producir lo común. Entramados comunitarios y luchas por la vida*. 1. ed. Madri: Traficantes de Sueños, 2019. p. 111-120.
- MALHEIRO, Bruno. *Quando o único projeto para a Amazônia é matar*. Amazônia Latitude, [s.l.], 15 jun. 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3OgNwAy>. Acesso em: 17 jun. 2022.
- MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. *Tempo Social*, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 25-70, 1996.
- MARTINS, José de Souza. *Fronteira. A degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MBEMBE, Achille. *Brutalisme*. Paris: La Découverte, 2020.
- MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Tradução de Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2014.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1, 2018.
- MENEGHEL Stela Nazareth; LERMA, Betty Ruth Lozano. Femicídios em grupos étnicos e racializados: sínteses. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 117-122, 2017.
- MEZZADRA, Sandro; NEILSON, Brett. *La frontera como método – o la multiplicación del trabajo*. Tradução de Verónica Hendel. Madri: Traficantes de Sueños, 2017.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. *Geografia histórica do Brasil: capitalismo, território e periferia*. São Paulo: Annablume, 2011.
- SEGATO, Rita Laura. *Contra-pedagogias de la crueldad*. 1. ed. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2018.
- SEGATO, Rita Laura. *Que és um feminicídio*. Notas para un debate emergente. Brasília: Serie Antropologia, 2006. p.1-11.
- SEGATO, Rita Laura. Território, soberania e crimes de segundo Estado: a escritura nos corpos das mulheres de Ciudad Juarez. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n. 2, p.265-285, 2005.
- TINOCO, Juliana. *O massacre de Pau D'Arco*. Revista Piauí, edição 135, dez. 2017, Anais do conflito agrário. Disponível em: <http://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-massacre-de-pau-darco/>. Acesso em: 13 ago. 2020.
- TOLEDO, Victor; BARREIRA-BASSOLS, Narciso. *A memória biocultural: a importância ecológica das sabedorias tradicionais*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento*. São Paulo; Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 1979 [2009a].

VELHO, Otávio Guilherme. *Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 1972 [2009b].

WEGNER, Robert. *A conquista do Oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.

WEISSHEIMER, Marco. *Brasil é o 4º país do mundo que mais mata defensores de direitos humanos*. Sul 21, 9 dez. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3N5INK5>. Acesso em: 17 jun. 2022.

Como citar

ROUGEMONT, Laura dos Santos. Lutar às margens, ser a própria margem: revisitando o debate da fronteira pelo prisma das lutas políticas de mulheres na Amazônia. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, e2331104, 29 mar. 2023. DOI: https://doi.org/10.36920/esa31-1_04.



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.

Mudanças e reconfigurações da Agroindústria Sucroenergética Brasileira a partir da década de 1990: uma retrospectiva

Changes and reconfigurations in the Brazilian sugarcane agro-industrial complex from the 1990s onward: a look back

 Gerardo Enrique Cerdas Vega¹

 https://doi.org/10.36920/esa31-1_05

Resumo: O artigo apresenta o processo de mudanças institucionais, organizacionais e políticas experimentado pelo complexo agroindustrial canavieiro no Brasil, em particular pelos grupos de maior poder econômico, concentrados no estado de São Paulo, a partir da década de 1990 até o ano de 2014. Esses grupos, denominados no contexto da pesquisa como *Agroindústria Sucroenergética Brasileira* (ASB), passaram de um modelo de organização setorial de corte burocrático e estado-cêntrico, para um de caráter mais aberto, flexível e diversificado no tocante aos atores participantes, mas no qual a presença e a participação do Estado brasileiro continuou como parte essencial das relações entre o poder estatal e a grande agricultura patronal canavieira.

Palavras-chave: agroindústria sucroenergética; etanol; Estado e poder corporativo.

¹ Professor e pesquisador na Escola de Ciências Agrárias da Universidade Nacional Costa Rica (UNA). Doutor em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural de Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). E-mail: gerardo.cerdas.vega@una.cr.

Abstract: This article describes the most relevant processes of institutional, organizational, and political change experienced by the sugarcane agro-industrial complex in Brazil, particularly by the groups with greater economic power, concentrated in the state of São Paulo from the 1990s to 2014. These groups shifted from a bureaucratic and state-focused sectoral organization model to a format that was more open, flexible, and diversified in terms of participating actors, but in which the presence and participation of the Brazilian government remained an essential part of the relationship between state power and large-scale sugarcane agriculture.

Keywords: sugarcane energy agroindustry; ethanol; state and corporate power.

Introdução²

A partir de 2003, a Agroindústria Sucroenergética Brasileira (ASB) vivenciou expressivas transformações, associadas por um lado ao ressurgimento do etanol como alternativa aos combustíveis fósseis e, por outro, à intensa reconfiguração patrimonial do setor cuja marca fundamental tem sido, nos últimos anos, a internacionalização de uma parte importante do complexo sucroalcooleiro.

Nesse sentido, usamos o termo *Agroindústria Sucroenergética Brasileira* para nos referir aos grupos econômicos aglutinados pela União das Indústrias de Cana-de-Açúcar (Unica), com presença na região Centro-Sul, predominando os grandes produtores do estado de São Paulo. De acordo com os dados da entidade, as mais de 130 companhias associadas à Unica, na época da realização do estudo, eram responsáveis por mais de 50% do etanol e 60% do açúcar produzidos no Brasil (UNICA, 2015). Cabe notar que as dinâmicas de expansão, internacionalização e crise da agroindústria canavieira ao longo do período analisado (2003-2014) se concentraram nesses grupos econômicos,

² O presente trabalho apresenta parcialmente as reflexões contidas na tese doutoral do autor, intitulada: "A dupla serpente: estado e agroindústria sucroenergética brasileira na construção de uma nova matriz de inserção global (2003-2014)", que versa de forma extensiva sobre o processo de internacionalização da Agroindústria Sucroenergética Brasileira e sobre as múltiplas interfaces deste com as formas de atuação e intervenção estatal no processo de acumulação de capital relativas à grande agricultura no Brasil. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2677880.

no bojo de um ciclo de expansão e investimentos iniciado, aproximadamente, no ano de 2003 e simbolizado pelo lançamento do carro “flex-fuel” no mercado automobilístico brasileiro.

Para compreender esse processo, situamos a análise das tendências no movimento de longo prazo da economia e da política brasileiras, destacando o relevante papel do Estado na configuração das condições de acumulação de capital na agroindústria canavieira, não apenas no passado, mas ainda hoje. Abordamos a internacionalização da ASB como sendo a resultante de mudanças que envolvem tanto a internacionalização do capital e a globalização econômica quanto a construção de nova matriz de inserção global ativamente elaborada por dentro do próprio Estado brasileiro a partir da década de 1990, quando se iniciaram: (i) a forte virada para a liberalização e desregulamentação econômica no plano doméstico; e (ii) o alargamento do espaço global de acumulação, especialmente pela guinada para a financeirização da economia, no plano externo. Esse processo se reflete atualmente no predomínio do grande capital transnacional na ASB, tanto na produção quanto na comercialização nacional e internacional de suas principais *commodities*.³

O objetivo geral da pesquisa foi analisar a relação entre o Estado brasileiro e os grupos corporativos da ASB, tal como esta relação se materializava na atuação de suas agências e instâncias representativas, que, de forma combinada, favoreceram a inserção da ASB numa nova “matriz de inserção global” caracterizada pela centralização, concentração e internacionalização

³ Um dos principais achados da nossa pesquisa foi constatar o elevado grau de internacionalização da ASB no período do estudo (2003-2014), mas não é possível aprofundar o assunto no presente artigo, dadas as limitações de espaço. Para efeitos analíticos, compreendemos o período 2003-2010 como uma fase expansiva da ASB e o período 2010-2014 como um período de crise. Durante o primeiro, assistimos marcos importantes como a abertura em bolsa das primeiras empresas do setor no início dos anos 2000 (os grupos Cosan, Guarani e São Martinho abriram seu capital nesse período), a corrida maciça de grandes *tradings* agrícolas do mundo ocidental que se associaram a grupos brasileiros produtores de açúcar e álcool, a expansão significativa das lavouras, os investimentos em novas áreas e usinas, fusões e aquisições marcantes, dentre outros aspectos que sinalizam claramente esse período de bonança. Já no período posterior a 2010, há uma mudança de rumo, com paralização de investimentos, perda relativa de interesse estratégico no etanol no contexto da descoberta do pré-sal, política de preços dos combustíveis não favorável para o álcool, dentre muitos outros fatores. Contudo, no período de realização do estudo, a composição da Unica era o fiel reflexo da mudança setorial operada nesse processo, com uma clara dominância em sua Diretoria de grandes grupos corporativos transnacionais provenientes de três setores-chave: as grandes *tradings* transnacionais (Bunge, Cargill, Louis Dreyfuss Commodities, entre outras), as grandes companhias petrolíferas (Shell, British Petroleum) e grupos de investimentos internacionais que foram importantes para facilitar as fusões e aquisições verificadas nos últimos anos, em que grandes grupos estrangeiros e nacionais foram os protagonistas de uma crescente centralização do capital no setor. Para além desses três grupos, muitas outras empresas transnacionais vieram ao Brasil buscando uma participação no promissor mercado dos biocombustíveis, embora muitas de suas aspirações viram-se frustradas posteriormente (CERDAS VEGA, 2015).

do capital, a partir de 2003, aproximadamente. Para tanto, tentamos compreender a reorganização do complexo canavieiro, especialmente a partir da década de 1990, assim como mapear os novos arranjos institucionais mediante os quais o Estado brasileiro continuou a manter expressiva capacidade de regular a expansão de um dos setores mais tradicionais da grande agricultura capitalista, considerando ao mesmo tempo os potenciais conflitos interburocráticos presentes.

No contexto da pesquisa realizada, trabalhamos com diversas hipóteses relativas aos processos descritos. Mais especificamente, o presente artigo responde à hipótese de que o arranjo institucional da ASB, para o período 2003-2014, apresentava diferenças expressivas com relação àquele prévio à década de 1990, no sentido de que o Estado não dispunha mais de mecanismos centralizados de decisão, de que as regras do jogo não eram mais determinadas a partir de regras/critérios fixos definidos pela institucionalidade e de que os grupos empresariais ganharam um peso relativo maior na determinação das políticas setoriais. Ao mesmo tempo, apresentava importantes semelhanças/continuidades com o passado, no sentido de ser um arranjo fragmentado, do qual participavam diversas agências estatais e privadas, cada qual agindo de forma estratégica na consecução de fins específicos, e no qual prevaleciam formas de representação não formalizadas numa única estrutura de representação vertical e central (SANTOS, 1993).

Aqui serão analisados em detalhe os arranjos político-institucionais setoriais construídos a partir dos anos 1990 até meados da década de 2010, sublinhando continuidades e discontinuidades com relação ao passado e às diversas formas em que o Estado continuou a ocupar um lugar central na sustentação da ASB. A internacionalização da ASB, não apenas no plano comercial, mas no tocante ao domínio do capital, transformou as relações entre Estado e agroindústria canavieira, introduzindo novos atores, dinâmicas e escalas na disputa política. Cabe frisar que, ao falarmos de “internacionalização” da ASB, fazemos referência de forma específica ao processo de entrada de grandes capitais estrangeiros na produção de etanol e açúcar no período do estudo, assim como aos desdobramentos econômicos e políticos desse fenômeno.

Não obstante, há de se considerar que a internacionalização em si mesma não é algo novo para a agroindústria canavieira, como atestam suas origens históricas e a importância que o capital estrangeiro ganhou na passagem do século XIX para o XX (quando, por iniciativa do governo imperial, buscou-se “modernizar” os engenhos brasileiros recorrendo a capitais estrangeiros) e pelo fato de que a mesma modernização da agricultura no Brasil já teve expressiva participação de capitais externos, especialmente americanos. Desta maneira, o uso que fazemos do termo aponta para processos mais restritos no tempo e é uma forma de sinalizar o caráter ou tendência geral mais significativa que observamos com relação ao conjunto da ASB nos anos recentes. Portanto, buscamos dar uma visão panorâmica destas transformações e inseri-las no conjunto de reflexões e pesquisas que historicamente tem debatido o lugar da agroindústria canavieira na economia e na política brasileiras, indicando as formas concretas em que são reconfiguradas as históricas relações de poder entre a ASB e o aparato estatal.

No tocante à dimensão teórico-metodológica, a elaboração do artigo pautou-se pelo método de articulação categorial de Marx. Na *Introdução à Crítica da Economia Política*, Marx criticou a forma convencional do pensamento econômico, invertendo o procedimento de articulação das categorias analíticas e formulando que “o concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso” (MARX, 1982, p. 14). Tendo isto em mente, tentamos identificar quais seriam essas “determinações” vinculadas ao objeto de estudo cuja síntese constitui o “concreto” e cuja articulação é indispensável para alcançar ou construir o “concreto-em-pensamento” (JESSOP, 1982), a representação e interpretação que fazemos do real a partir da análise de suas múltiplas dimensões internas. Assim, categorias como “internacionalização da agroindústria sucroenergética brasileira”, “relação Estado-grupos corporativos”, “nova matriz de inserção global”, dentre outras utilizadas em nossa análise, foram abordadas levando em consideração a inter-relação de suas partes ou processos constitutivos, tentando assim, de alguma forma, capturar seu movimento e fazê-lo inteligível. Adicionalmente, a tese sustentou-se na abordagem estratégico-relacional do Estado desenvolvida

por Jessop (2008) e na compreensão de que os processos que conhecemos genericamente como “globalização”, passam em grande parte pela internalização, pelo próprio Estado, das condições que fazem possível a existência de uma ordem global, desnacionalizando e privatizando parcialmente algumas de suas competências e agendas-chave, na medida em que as articula em função de questões “privadas” que se apresentam como “públicas” (SASSEN, 2008).

O trabalho de campo abrangeu a obtenção de informações de fontes primárias e secundárias. Com relação às fontes primárias, foram realizadas 19 entrevistas, que envolveram a participação de 28 pessoas, representantes dos meios acadêmico, institucional e empresarial, localizados no Rio de Janeiro, Brasília e interior de São Paulo. As entrevistas datam de finais de 2010 até meados de 2014.

Mudanças relativas à (des)regulamentação da ASB e seus reflexos na organização setorial

As mudanças relativas à regulação da ASB, assim como aos arranjos político-institucionais que a sustentaram durante a maior parte do século XX, podem ser lidas como parte de um processo de reestruturação do capitalismo brasileiro dentro do qual mudaram tanto as dinâmicas de inserção econômica do Brasil no mercado mundial como o modo pelo qual o Estado intervém, seleciona, articula e dinamiza um certo projeto hegemônico e suas respectivas estratégias de acumulação. A análise do processo nos permite olhar para um novo desenho que foi sendo construído aos poucos e, com frequência, recorrendo a formas de negociação, gestão, conhecimentos e práticas já utilizadas no passado, mas que foram reconstituídas em novas condições (SASSEN, 2008; JESSOP, 2008).

Até a década de 1990, a ASB se estruturava em função de uma lógica burocrática de realização dos lucros, atrelada às formas de planejamento e controle estatal centralizado, com alta heterogeneidade produtiva, cuja competitividade estava baseada nos baixos salários e na expansão quantitativa, sendo basicamente constituída por grandes empresas regionais de origem familiar. A integração ao mercado mundial se dava apenas pela exportação de açúcar, também controlada pelo Estado (BELIK; VIAN, 2002).

É nesse contexto que se inicia um processo de desregulamentação marcado por conflitos entre os diversos agentes (públicos e privados) sobre a efetivação da abertura setorial, sendo que alguns segmentos dentro da ASB lutaram ferrenhamente pela manutenção das condições preexistentes e outros, contrariamente, pela instauração do ‘livre mercado’, visando realizar sua capacidade de crescimento e investimento acima da média do setor (BELIK; VIAN, 2002). Pode se dizer que a ‘desregulamentação’ da ASB foi espelhada por um processo de ‘(re)regulamentação’, mediante o qual outra institucionalidade foi sendo criada e novas regras do jogo definidas, tomando como base, em muitas ocasiões, os arranjos anteriores (BACCARIN, 2005b). Falar desta dinâmica de ‘desregulamentação’ e ‘(re)regulamentação’ reflete os muitos interesses e forças que demandavam não a retirada do Estado, mas sim seu reposicionamento a fim de garantir a continuidade da acumulação em um contexto de intensas mudanças na organização do capitalismo brasileiro e mundial.

As reformas dos anos 1990 configuraram nova estrutura técnica e organizacional para o setor, redefinindo as condições de sua competitividade. A intervenção estatal teria apenas mudado de foco e de intensidade, pois, apesar do seu viés ‘liberal’, o setor como um todo continuou a ter “enorme dependência em relação às decisões emanadas diretamente pelo Estado e, indiretamente, por suas agências reguladoras” (BELIK; VIAN, 2002, p. 70). A Constituição de 1988 estabeleceu que o planejamento estatal fosse tão somente indicativo, não sendo mais obrigatório que os capitalistas aceitassem as decisões emanadas do Estado na moldagem de suas estratégias de acumulação (BACCARIN, 2005b). O que observamos não é um enfraquecimento e sim uma reorganização da intervenção do Estado, que continuou sendo a peça-chave para garantir a acumulação de capital.

Por outra parte, houve mudanças na forma em que o Estado passou a encarar a política agrícola. Por exemplo, a estruturação do Conselho Nacional de Política Agrícola favoreceu a formação de Câmaras Setoriais como espaços de deliberação e tomada de decisões envolvendo o Estado e os produtores, estabelecendo as bases para uma nova dinâmica de representação de interesses, fortalecida a partir de 1998 com a criação do ‘Conselho do

Agronegócio' que passou a fazer parte do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

Já a partir do primeiro governo Lula, estas instâncias (Câmaras e Conselhos) foram consideradas “um importante canal de comunicação com a sociedade, além de contribuírem na democratização da administração pública” (ZIMMERMANN, 2013, p. 9), portanto foram legitimadas como interlocutoras no desenho das políticas setoriais. A rearticulação de espaços deliberativos vinculados à grande agricultura capitalista, ao longo das últimas duas décadas e meia,⁴ é um bom exemplo de como se reorganizaram capacidades-chave (técnico-administrativas e políticas) para viabilizar as interfaces entre o Estado e as organizações patronais agropecuárias (ZIMMERMANN, 2013). Nesse sentido, cabe lembrar brevemente o que foi apontado por Sassen a respeito do conceito de “capacidades”, tanto como uma capacidade de ação específica quanto como um dispositivo aberto e flexível que se rearticula em contextos cambiantes. Assim, capacidades técnicas, administrativas e políticas desenvolvidas num momento anterior ao arranjo institucional da ASB, puderam ser rearticuladas e ressignificadas no período recente. Não há ruptura brusca, mas sim adaptação a novas condições econômicas e institucionais, globais e nacionais (2008).

As mudanças na regulação setorial na década de 1990, abertura e desregulamentação/(re)regulamentação

Entre 1987 e 1988 foram adotadas medidas que reduziram e/ou modificaram o grau de intervenção do Estado na ASB. Por exemplo, os Decretos-Lei n^{os} 2.401 e 2.437, de 21/12/1987 e 24/5/1988, respectivamente, proibiram a utilização de recursos do Tesouro Nacional na comercialização do açúcar, que a partir de então só poderia ser realizada por pessoas físicas e jurídicas. Além disso, foi iniciado um processo de reorganização setorial “objetivando alcançar melhores índices de produtividade e eficiência, a redução da dependência da agroindústria canavieira a recursos do Tesouro Nacional e da intervenção do

⁴ A referência temporal abarca do início dos anos 1990 até meados dos anos 2010.

Governo no setor”, e a conformação de uma nova estrutura institucional e organizacional do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA).

Em termos legais, o marco das reformas foi dado pela Lei nº 8.029, de 12/4/1990, que autorizou o Poder Executivo a extinguir ou transformar diversas entidades da administração pública federal, dentre elas o IAA. Pouco depois vieram o Decreto nº 99.240, de 7/5/1990 (que autorizou a extinção dessas autarquias), assim como o Decreto nº 99.288, de 6/6/1990, mediante o qual as competências do IAA foram transferidas para a Secretaria de Desenvolvimento Regional da Presidência da República e, em particular, as competências do presidente e Conselho Deliberativo do Instituto foram realocadas na figura do secretário de Desenvolvimento Regional. O Quadro 1 apresenta um resumo, embora não exaustivo, das normativas elaboradas para reorganizar os arranjos político-institucionais relativos ao setor sucroalcooleiro.

Quadro 1 – Decretos, leis e principais disposições relativas à reorganização do complexo sucroalcooleiro e à liberalização dos preços do açúcar e do etanol – década de 1990 e início da década de 2000 (contínua)

Decreto	Data	Disposições principais
Decreto nº 98.054	15/8/1989	• Passa a ser admitida a exportação privada de açúcar e seus derivados, desde que garantidos o abastecimento interno e a formação de estoques de segurança, prévia autorização do IAA.
Lei nº 7.817	14/09/1989	• Estabelece a data de 31/5/1990 como prazo último para o controle prévio do IAA sobre as exportações sucroalcooleiras.
Lei nº 8.117	13/12/1990	• Dispõe que as exportações sucroalcooleiras deviam sujeitar-se ao controle prévio da Secretaria de Desenvolvimento Regional da Presidência da República, até a data de 31/5/1995.
Lei nº 8.029	12/4/1990	• Autoriza o Poder Executivo a extinguir ou transformar várias entidades da Administração Pública Federal, dentre elas o IAA.
Decreto nº 99.240	07/5/1990	• Autoriza a extinção do IAA e transfere suas competências para o Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento.
Decreto nº 99.288	6/6/1990	• Transfere as competências do IAA para a Secretaria de Desenvolvimento Regional da Presidência da República.
Decreto s/n	20/4/1993	• Cria uma Comissão Interministerial para reexame da participação do álcool na matriz energética nacional.

Decreto s/n	27/10/1993	<ul style="list-style-type: none"> • Cria a Comissão Interministerial do Álcool (Cinal), no âmbito do Ministério de Minas e Energia, como a entidade responsável por compatibilizar os diferentes órgãos públicos com responsabilidades sobre o setor, assim como pela formulação de políticas de desenvolvimento setorial, especialmente aquelas voltadas para a estabilização das atividades do complexo e sua autossustentação econômica.
Lei nº 8.723	28/10/1993	<ul style="list-style-type: none"> • Dispõe sobre as percentagens de mistura obrigatória de álcool anidro à gasolina, fixando-o em 22%.
Decreto s/n	12/9/1995	<ul style="list-style-type: none"> • Transfere a Cinal para o Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, definindo a participação dos seguintes Ministérios: Minas e Energia; Fazenda; Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária; Ciência e Tecnologia; Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal; Planejamento e Orçamento.
Portaria nº 64, do Ministério da Fazenda	29/3/1996	<ul style="list-style-type: none"> • Liberaliza os preços da cana-de-açúcar, inclusive os fretes, fornecida às usinas e às destilarias autônomas de todo o país, do açúcar cristal standard, do álcool para fins carburantes de todos os tipos, do álcool para fins não carburantes de todos os tipos e do mel residual, a partir de 1º de janeiro de 1997.
Portaria nº 294, do Ministério da Fazenda	12/1996	<ul style="list-style-type: none"> • Revoga a Portaria nº 64 emitida anteriormente e prorroga a liberação dos preços da cana-de-açúcar, do açúcar e do álcool em datas distintas para a liberação do álcool anidro e a dos demais produtos. • Define que os preços do álcool anidro estariam liberados a partir de 1º de maio de 1997 e os preços da cana-de-açúcar, do açúcar cristal standard, do álcool de todos os tipos (com exceção do anidro) e do mel residual passariam a ser livres a partir de 1º de maio de 1998.
Lei nº 9.478	6/8/1997	<ul style="list-style-type: none"> • Introduce normas sobre a política energética nacional, em especial sobre questões relativas à ruptura do monopólio estatal sobre o petróleo, instituindo o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) e a Agência Nacional do Petróleo (ANP). • O CNPE, presidido pelo Ministério de Minas e Energia, ficou incumbido de estabelecer diretrizes para o uso e desenvolvimento de álcool e outras fontes de energia. • A Lei formalizou o uso do conceito de 'etanol' em substituição ao conceito de 'álcool'. • A ANP passou a exercer atividades relativas à distribuição e à revenda de derivados de petróleo e álcool.
Decreto nº 42.056 (Alesp)	6/8/1997	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelece como mandatória a obrigação de acabar com a queimada da cana-de-açúcar no estado de São Paulo, dentro de um prazo de oito anos, mediante a implementação da mecanização da colheita.

Decreto s/n	21/8/1997	<ul style="list-style-type: none"> • Cria o Conselho Interministerial do Açúcar e do Alcool (Cima) como entidade responsável pela deliberação sobre o setor sucroalcooleiro, visando definir políticas relativas à participação dos produtos da cana-de-açúcar na matriz energética nacional e à sustentação econômica do setor. • Define o Ministério de Indústria, Comércio e do Turismo na presidência do Cima e o Ministério de Agricultura e Abastecimento na presidência da Secretaria Executiva. Ampliou o número de ministérios envolvidos. • Cria um Comitê Consultivo para a Política Sucroalcooleira, com o objetivo de assessorar e propor ao Cima medidas visando ao desenvolvimento do setor sucroalcooleiro, composto por representantes dos produtores de açúcar e de álcool, dos plantadores de cana e de entidade de classe dos trabalhadores na agricultura.
Lei nº 9.478	6/8/1997	<ul style="list-style-type: none"> • Institui o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) e a Agência Nacional do Petróleo (ANP). Ambas entidades passaram a deter importantes atribuições relativas ao mercado de etanol.
Portaria nº 102, do Ministério da Fazenda	29/4/1998	<ul style="list-style-type: none"> • Prorroga novamente a data de liberação dos preços da cana-de-açúcar, do açúcar cristal standard e do álcool hidratado para fins carburantes, para 1º de novembro de 1998.
Portaria nº 275, do Ministério da Fazenda	19/10/1998	<ul style="list-style-type: none"> • Propõe por mais três meses a liberação dos preços da cana-de-açúcar, do açúcar cristal standard, do álcool hidratado para fins carburantes, de álcool para fins não carburantes e o do mel residual, passando para 1º de fevereiro de 1999.
Decreto nº 3.159	1/9/1999	<ul style="list-style-type: none"> • Altera o Decreto de 21/8/1997 e dispõe que o Ministério da Agricultura e do Abastecimento passará a exercer a presidência do Cima.
Decreto nº 3.546	17/7/2000	<ul style="list-style-type: none"> • Transfere o Cima para o Ministério da Agricultura e do Abastecimento. • Reduz a quantidade de pastas ministeriais envolvidas: Ministério de Agricultura e Abastecimento, da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, de Minas e Energia. • Estabelece que a Secretaria Executiva do Cima fica a cargo do secretário executivo do Ministério da Agricultura e do Abastecimento.
Decreto nº 3.890	17/8/2001	<ul style="list-style-type: none"> • Regulamenta a administração de recursos destinados ao PNA (parcelas de tributos sobre a gasolina) e dispõe sobre a gestão de programas e operações relativos ao setor agroindustrial canavieiro e a administração dos recursos financeiros utilizados, altera o sistema de deliberação do Conselho Interministerial do Açúcar e do Alcool etc.

Lei nº 10.336	19/12/2001	<ul style="list-style-type: none"> • Cria a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível (Cide). O novo imposto estabeleceu uma alíquota menor para o etanol em relação à gasolina, tornando-o mais competitivo em termos de preço.
Lei nº 10.453	13/5/2002	<ul style="list-style-type: none"> • Dispõe sobre subvenções ao preço e ao transporte do álcool combustível, visando assegurar a estabilidade do setor produtivo, reduzir a volatilidade de preço do etanol e contribuir para a estabilidade da oferta do produto, favorecendo tanto aos produtores do combustível quanto da matéria-prima. Essa lei ficou conhecida como a “Lei do Álcool”.
Decreto nº 4.267	12/6/2002	<ul style="list-style-type: none"> • Dispõe sobre subvenções ao preço e transporte do álcool combustível. • Altera o sistema de deliberação do Cima.
Portarias nº 154 e nº 12, do Ministério da Agricultura	2/7/2004 e 12/1/2006	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecem a Câmara Setorial do Açúcar e do Álcool e regulam seu funcionamento. • A Presidência da Câmara cabe ao setor privado e a Secretaria, ao setor público.

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas publicações das Leis, Decretos e Portarias citadas no quadro e em Moraes (1999), Moraes; Zilberman (2014), Alesp (2023).

A criação de um novo arranjo institucional para enquadrar a ASB foi progressiva e levou mais de uma década até amadurecer. O processo esteve repleto de percalços, atrasos e conflitos entre os diversos agentes envolvidos, diante da complexidade de assuntos que era preciso equacionar antes de uma situação de ‘livre mercado’ se estabelecer, inclusive, o grande receio dos empresários do ramo de se enfrentar uma situação de liberalização efetiva dos preços (BACCARIN, 2005a). Na verdade, logo cedo, ficou claro que as peculiaridades da ASB impediam abolir todo e qualquer mecanismo de controle governamental, a despeito do teor liberalizante do discurso oficial (MORAES, 2002; ALMEIDA, 2010).

É importante se considerar, por exemplo, que o processo de abertura e liberalização dos preços ocorreu num momento de crise relativa do setor diante do desabastecimento de álcool experimentado no país desde finais dos anos 1980. A chamada “crise do álcool” no Brasil na década de 1990 foi um período de desaceleração na produção e uso de etanol como combustível. A

combinação de preços mais elevados do açúcar no mercado internacional e a redução do incentivo ao uso de biocombustíveis diante da baixa nos preços internacionais do petróleo, juntamente com a liberalização anunciada dos preços do açúcar e do etanol, levou a um declínio na produção de etanol no país. Aspectos como esses aumentavam as incertezas sobre o futuro da ASB e colocavam questões sobre os riscos de uma “saída” abrupta do amparo estatal ao setor (BACCARIN, 2005a).

Por esse motivo, insistimos que, em vez de desregulamentação, parece mais adequado falar de uma ‘(re)regulamentação’ da ASB. Por exemplo, a partir de 1996 ficou definido, por decisão do Ministério da Fazenda, que os preços da cana-de-açúcar fornecida às usinas e destilarias em todo o território brasileiro, do açúcar não refinado e de todos os tipos de etanol seriam liberados a partir de 1º de janeiro de 1997. Contudo, a data de liberalização dos preços foi adiada em três oportunidades, entrando em vigor só em 1º de fevereiro de 1999, dois anos depois do previsto (a liberação do preço do álcool anidro aconteceu em maio de 1997, enquanto os preços da cana-de-açúcar e do álcool hidratado foram liberados em 1999) (CAVALCANTI, 2011).

No caminho da ‘desregulamentação’, governo e produtores de cana e/ou de açúcar e álcool se depararam com a necessidade de estabelecer critérios, normas e regulações sobre aspectos como: a (in)viabilidade econômica do etanol hidratado *vis-à-vis* à gasolina, caso fossem eliminados os subsídios que incidiam sobre seu preço;⁵ a criação de reserva de mercado para o etanol anidro e as percentagens de mistura mais adequadas; os impactos potenciais da elevação dos preços do etanol hidratado sobre os consumidores e sobre a renda dos distintos atores da cadeia produtiva; a necessidade de instaurar ‘ajustes operacionais’ relativos à distribuição do álcool em escala nacional; a necessidade de se estabelecer novos mecanismos de sustentação de preços; o estabelecimento de critérios e padrões para a comercialização da matéria-prima nas usinas, e do álcool nos postos; a inexistência de diagnósticos sobre o setor que subsidiassem a tomada de decisões; a inadequação dos mecanismos

⁵ Especificamente, cabe lembrar da chamada “Parcela de Preço Específica”, mediante a qual, parte do preço da gasolina era destinada a subsidiar o preço do etanol, tornando-o mais competitivo em relação à gasolina. (BACCARIN, 2005a).

de estímulo existentes, que favoreciam a sonegação; a importância de se garantir uma política de estoques de álcool e uma adequada administração da oferta, que impedissem a volatilidade dos preços no mercado e a ruína dos produtores; questões ambientais relativas à queima da cana,⁶ dentre outros (MORAES; ZILBERMAN, 2014; BACCARIN, 2005b).

Nesse marco, foram adotadas medidas compensatórias para atender os diversos interesses mobilizados; progressivamente novos mecanismos de amparo (incluindo a renegociação, em termos favoráveis, das vultosas dívidas setoriais com o Tesouro Nacional e os bancos públicos) foram substituindo os anteriores, a ponto de que, na virada do século, teria sido incorreto afirmar que o setor operava em condições de livre mercado. Em alguns casos, os empresários apoiaram as medidas de abertura, como no caso da liberalização da exportação de açúcar; em outros, continuaram a demandar políticas de compensação de preços e de formação de estoques, por exemplo. Não houve uma direção clara ou unívoca nem o estabelecimento de um arranjo institucional radicalmente diferente ao que prevaleceu até a extinção do IAA.

Em certo sentido, isso decorreu do fato de que o próprio IAA estava muito debilitado desde que os mecanismos de governança do Programa Nacional do Álcool (PNA), na década de 1970, tiraram grande parte de suas atribuições, criando uma estrutura de governança bastante complexa e descentralizada. A extinção formal do IAA foi a confirmação de uma situação *de facto*, pois diversas agências estatais já compartilhavam o processo decisório. Os novos arranjos que foram construídos mantiveram, no essencial, as feições do preexistente: descentralização, participação de várias agências e criação de mecanismos colegiados para a tomada de decisão.

A partir de 1997, o novo arranjo instaurado começou a ganhar características mais definidas, com a criação do Conselho Nacional de Política Energética

⁶ A queima da cana-de-açúcar era amplamente criticada por seus impactos ambientais e humanos, o que levou à instauração, em 1997, da sua eliminação compulsória no prazo de oito anos, no estado de São Paulo. Embora o Decreto que proibiu as queimadas fosse estadual, pode-se afirmar que seu impacto teve dimensões para o conjunto da ASB, uma vez que implicou uma mudança tecnológica fundamental relativa a aspectos como meio ambiente, organização da força de trabalho e legitimação internacional do setor (MORAES; ZILBERMAN, 2014). É importante frisar que a proibição das queimadas esteve precedida pelo chamado *Protocolo Agroambiental do Setor Sucroenergético*, um acordo firmado entre o governo do estado de São Paulo e as usinas de açúcar e álcool em 1997, com o objetivo de reduzir os impactos ambientais causados pela produção desses produtos. As usinas que aderissem ao protocolo recebiam incentivos fiscais e créditos para financiar investimentos em tecnologias mais limpas e eficientes.

(CNPE), da Agência Nacional do Petróleo (ANP) e do Conselho Interministerial do Açúcar e do Alcool (Cima), como as principais agências públicas para o setor. Essas novas instâncias reforçaram a participação do Estado na definição de questões relevantes para garantir a acumulação de capital na ASB. Mesmo quando ele abriu mão de mecanismos de regulação e planejamento, outros dispositivos foram criados ou reinventados para permitir seu reposicionamento, tanto para orientar as decisões dos produtores quanto para garantir as condições legais, estruturais e financeiras indispensáveis à continuidade do processo de acumulação.

Em especial, o Cima teve uma importante atuação no controle do mercado, adquirindo os excessos de etanol anidro para evitar a queda dos preços e instaurando novas regras para as aquisições governamentais de etanol hidratado visando uma política de estoques; também orientou medidas para estimular a demanda de etanol, anidro e hidratado. Assim, o governo continuou atuando, mesmo que de forma parcial, tanto com relação à oferta quanto à demanda dos produtos da ASB, durante esse período de transição entre um ‘mercado regulado’ e um ‘mercado aberto’. Contudo, as disposições implementadas não conseguiram evitar por completo a crise de superprodução que terminou instalando-se na ASB, acirrando os conflitos entre Governo Federal, governos locais, produtores e outros elos da cadeia produtiva (MORAES; ZILBERMAN, 2014).

Em 1999, como resultado de protestos organizados pela ASB, foi assinado o ‘Pacto pelo Emprego no Negócio Sucroalcooleiro’, envolvendo o governo de São Paulo, o Governo Federal, governos de diversos municípios canavieiros, a indústria automobilística, a indústria de açúcar e álcool, os trabalhadores ligados ao setor e as distribuidoras de combustíveis. Os protestos obrigaram o Estado a assumir novos compromissos, visando garantir uma dinâmica confiável para a realização do capital. Dentre os acordos feitos naquela oportunidade, destacam-se o voltado a incentivar a ampliação da ‘frota verde’ tanto no governo como em âmbito nacional, outorgando incentivos preferenciais para a fabricação de carros a álcool, aumentar a mistura de álcool anidro na gasolina para 26% e analisar o uso de uma mistura de 3% de álcool no

óleo diesel, abrir novos mercados para a exportação e trabalhar pela remoção das barreiras protecionistas contra o álcool em outros países, estimular a produção de eletricidade a partir do bagaço da cana e aprimorar uma política pública de estoques regulatórios (MORAES; ZILBERMAN, 2014; BARROS; MORAES, 2002).

Afirmar que houve continuidade na presença do Estado não quer dizer que tudo permaneceu igual. Houve sim menor controle estatal com relação ao passado, especialmente a partir do momento em que os preços do açúcar e do álcool foram liberados. Além disto, o planejamento perdeu a consistência de outras décadas, já que os volumes de produção registrados nos Planos de Safra deixaram de ter caráter obrigatório e passaram a ser indicativos. Portanto, aumentou o grau em que os atores privados passaram a se defrontar com decisões a serem tomadas para responder ao novo contexto criado, gerando persistentes conflitos entre os grupos empresariais formados ao calor do apoio ou da rejeição às políticas oficiais. Em compensação, foram abertas novas janelas de participação para o empresariado, que aos seus tradicionais recursos de poder e influência pôde agregar um renovado reconhecimento institucional como interlocutor para a tomada de decisões.

Depois de várias décadas de planejamento estatal, controle de preços, monopólio estatal da exportação de açúcar etc., a acomodação de interesses foi alterada mediante a introdução de mudanças na legislação e nos acordos até então prevalecentes. Isso se traduziu em descompassos sobre uma marcha forçada de reformas que, seletivamente, beneficiavam uns e prejudicavam outros. O resultado desse processo de disputas refletiu uma específica correlação de forças entre agências estatais, usineiros, fornecedores de cana, distribuidores de combustíveis, organizações de classe, entre outro, que articularam suas respostas diante dos novos cenários por dentro e por fora do Estado até alcançar situações de relativo equilíbrio entre os objetivos ideais da política (a liberalização total do setor) e os interesses realmente existentes (que continuaram a demandar presença significativa do poder público como alicerce do processo de acumulação), no contexto de conflitos que marcaram toda a década de 1990.

É preciso atentar para o fato de que os ‘novos’ arranjos não implicaram uma ruptura radical com o passado; eles foram progressivamente adequados para a viabilização da nova lógica organizadora da acumulação de capital que começava a despontar na economia brasileira. Quando comparamos a configuração institucional a partir dos anos 1990 com aquela dos anos 1970-80, as diferenças são significativas, mas as continuidades também. Entre a época de instauração do PNA e a atualidade, o nível de complexidade do arranjo institucional relativo da ASB é bastante alto e foi aumentando. Dele participam várias entidades públicas que disputam o controle de distintos aspectos do processo decisório, assim como novos atores atuando na defesa de interesses específicos ou setoriais difusos, sem a prevalência de um único centro de poder ao redor do qual giram as decisões dos outros atores relevantes. Não obstante, o Cima continua tendo papel relevante de coordenação política e a ANP tem papel destacado ao ser responsável pela maioria das normas em vigor relativas à produção, à distribuição, à comercialização e às especificações dos combustíveis.

As continuidades/descontinuidades de um determinado arranjo institucional e a significativa relevância que o Estado conseguiu preservar durante as transições dos anos 1990 não devem ser entendidas como uma ‘liberalização incompleta’ ou uma implementação falha das políticas. Na verdade, não poderia ter sido de outra forma, uma vez que a acumulação de capital não é possível apenas sobre a base das chamadas *forças do mercado*. Embora o discurso da época fosse sensivelmente marcado pelo apelo neoliberal aos mercados livres e defendesse a tese da participação mínima do Estado, é preciso reconhecer que o poder estatal **continuou sendo fator crítico na conformação de dinâmica estável de acumulação na agroindústria sucroalcooleira**. O processo de acumulação é coconstituído por fatores econômicos e extraeconômicos, cabendo às funções estatais um lugar central na modulação dos interesses em jogo e no favorecimento de determinados grupos/frações de classe (seletividade estratégica).⁷

⁷ Segundo Jessop (2002), as instituições estatais têm a capacidade de selecionar, priorizar e apoiar certas áreas da economia ou setores específicos em detrimento de outros, o que ele chama “seletividade estratégica” (JESSOP, 2002, p. 40). De acordo com o autor, a seletividade estratégica é um processo político complexo, que envolve a interação entre atores estatais e não estatais, como empresas, sindicatos e organizações da sociedade civil. A seletividade

O discurso sobre a abertura, privatização e desregulamentação praticado no decorrer dos anos 1990 esconde o fato de que, em última instância, o que houve foi o avanço de regulamentações que criaram uma **nova normatividade no coração do Estado**, estabelecendo assim as condições para que, a partir da primeira década do século XXI, a ASB experimentasse novos ciclos de crescimento e uma internacionalização inédita (e talvez impensável) no passado, operando em escalas globais integradas a lógicas de acumulação que extrapolam os limites do capitalismo brasileiro.

Mediante transformações no arcabouço legal foram ‘produzidas’ as condições de inserção na economia globalizada de um setor que, até poucos anos atrás, operava numa escala muito aquém do que observamos hoje, mesmo quando sempre esteve vinculado ao mercado internacional. Por isso, colocar a ênfase sobre a suposta perda de capacidades, que termos como ‘desregulamentação’ carregam, impede que seja observada a complexa produção de uma nova realidade que é operada por dentro do Estado, com o envolvimento efetivo do próprio.

Assim, algumas das velhas capacidades estatais foram reconfiguradas para funcionarem num novo contexto relacional, adaptando seu significado a novos requerimentos e necessidades sistêmicas. Como Sassen (2008) bem apontou, necessitamos levar em conta as características dos arranjos políticos anteriores para compreender com maior profundidade e complexidade as mudanças em curso, já que uma boa parte do ‘novo’ é uma atualização de saberes, práticas e dinâmicas preexistentes que são (re)instrumentalizadas a partir das estratégias cambiantes dos atores em disputa. Além disto, também foram desenvolvidas novas competências; em especial, a criação da ANP representa a emergência de uma racionalidade de intervenção estatal diferente daquela encarnada pelo IAA, tanto porque o órgão não regula exclusivamente questões relativas à ASB quanto porque inexiste uma determinação sobre produção e preços como houve no passado (sendo que as condições de mercado do etanol e do açúcar passaram a influenciar mais fortemente as decisões dos atores dentro do setor).

estratégica pode ser promovida por meio de políticas públicas, tais como incentivos fiscais, investimentos em infraestrutura, subsídios e regulações específicas, refletindo em todo momento um instável balaço de forças entre atores desigualmente dotados de capacidades e recursos para perseguir seus próprios fins políticos e econômicos.

A década de 1990, no tocante à ASB, pode ser entendida como o período em que tem lugar um processo de ajustes e transições que introduziu mudanças **progressivas e seletivas**, visando à readequação das dinâmicas de acumulação dentro deste complexo às dinâmicas que despontavam na economia brasileira e mundial. Não era o objetivo real afastar o Estado da gestão setorial, mas reconfigurar suas competências e reorganizar suas capacidades em função de uma nova lógica organizadora. Os compromissos que o Estado foi assumindo no processo de desregulamentação setorial prepararam o terreno para a ampliação de sua intervenção nos anos que seguiram, favorecendo assim novo ciclo de expansão, investimento e internacionalização da ASB, permitindo ao mesmo tempo atualização das capacidades do Estado e suas agências.

É por isso que observamos continuidades e descontinuidades: as chamadas reformas ‘pró-mercado’ não levaram a uma liberalização completa da ASB, nem a uma retirada do Estado, nem a uma mera repetição do passado. Há um misto de abertura econômica e política, ampliação da margem de manobra para o capital e redesenho dos âmbitos de intervenção do Estado, elementos que convergiram a partir da virada de século, na constituição do que temos chamado de uma ‘nova matriz de inserção global’ da agroindústria sucroenergética.

O impacto das reformas na organização da ASB

Desde a década de 1970 estava em gestação uma mudança significativa do sistema de representação de interesses agrários, especialmente naqueles segmentos da agricultura capitalista mais modernizados e diversificados. No trânsito da década de 1980 para a de 1990, as grandes entidades de representação perderam força e foi surgindo uma estrutura paralela de representação de interesses patronais agrários. Essas novas organizações, de caráter interprofissional ou por produto, foram expressão da diversificação dos interesses agrários e da obsolescência da representação de caráter geral/unitária e se caracterizaram por favorecer crescente autonomia com relação àquelas entidades e fomentar padrões próprios de organização e ação política (ORTEGA, 2005; MENDONÇA, 2010).

Segundo Mendonça (2010), a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) foi a entidade que conseguiu galvanizar a hegemonia como porta-voz dos interesses da agropecuária no final dos anos 1980 e que contribuiu de forma decisiva na instauração de um “novo projeto para a agricultura” (MENDONÇA, 2010, p. 233), um projeto que, nos anos 1990, encontraria sua expressão na formação da Associação Brasileira de Agribusiness (Abag),⁸ baseada na associação de megaempresas agrícolas, industriais e financeiras destinadas a consolidar o ‘agronegócio’ no país, sob a tutela do grande capital financeiro (MENDONÇA, 2010).

Para Bruno, Sevá e Carneiro (2009), o surgimento de novos sujeitos no âmbito do patronato rural ao longo das últimas décadas está vinculado à necessidade de redefinir os termos da relação entre os interesses agroindustriais e o Estado e com a transição entre a “velha” e a “nova” geração de lideranças rurais, essa última mais preocupada com questões de gestão e governança empresarial, profissionalização da representação e construção de “nova cultura” organizacional, capaz de responder de forma adequada à multiplicidade de interesses específicos e interligados que a modernização operada no campo fez possível. Destaca-se a articulação de plano discursivo que legitima o ‘agronegócio’ como setor “moderno” e “competitivo” da economia nacional, preocupado com o desenvolvimento, o meio ambiente, a segurança alimentar e energética, dentre outros temas de relevância que, se alega, formam parte de uma agenda pública, para além de interesses estritamente setoriais (BRUNO; SEVÁ; CARNEIRO, 2009).

Esses pontos contribuem para a compreensão das mudanças na ASB no tocante à organização e à representação de seus interesses ao longo da década de 1990, conforme avançavam tanto a desregulamentação quanto a (re)regulamentação do setor, já comentada. O PNA modernizou o complexo, mas também aumentou sua heterogeneidade produtiva (especialmente na industrialização da cana), fazendo emergir conflitos entre as distintas frações ou agudizando os já existentes (SANTOS, 1993; BELIK; VIAN, 2002). Até o final dos anos 1980, esses conflitos puderam ser processados pela institucionalidade

⁸ Posteriormente adotou o atual nome Associação Brasileira do Agronegócio.

vigente, pois o arranjo do PNA absorvia e arrefecia/adiava as disputas, embora não as resolvesse de maneira definitiva. No entanto, a partir da extinção do IAA e do início das reformas, as diferenças e conflitos entre as diversas frações do capital agrário canavieiro vieram à tona, demandando novas formas de mediação e organização, tanto por parte do Estado quanto dos empresários e suas entidades de representação.

Pelo lado dos usineiros, a resposta foi a formação de uma nova entidade, pensada nos moldes da Abag: a União da Indústria da Cana-de-Açúcar (Unica), fundada em 1997 representando, fundamentalmente, os usineiros paulistas. A entidade nasceu em substituição à Associação das Indústrias de Açúcar e Álcool (Aiaa) e à Sociedade dos Produtores de Álcool de São Paulo (Sopral), com a finalidade de articular as demandas comuns do setor com o Estado e superar a divisão interna, em face dos clientes (os distribuidores de combustíveis) e os governos federal e estadual (BELIK; VIAN, 2002). Também passaram a integrar a Unica entidades de menor tamanho, como a Associação da Indústria Sucroalcooleira do Estado de São Paulo (Sucresp), a Associação das Destilarias Autônomas (ADA), a União das Destilarias do Oeste Paulista (Udop), dentre outras (PAULILLO; DE MELLO, 2005). No entanto, como afirmam os autores:

Na prática, porém, a conciliação desses interesses não era tão simples assim. Podemos dizer que o desafio da Unica era 'o seu próprio objetivo'. Parte das indústrias de São Paulo era favorável à manutenção da regulamentação e dos subsídios do Estado ao setor. O restante das empresas, que eram os associados da Unica, tinham um discurso diferenciado e apresentavam-se favoráveis ao livre mercado e à maior independência do setor em relação ao governo. Por isso, a Unica estava posicionada na defesa dos interesses comuns apenas do segundo grupo. O primeiro grupo, por sua vez, atuava mais próximo do sistema de representação dos usineiros do Nordeste, alguns com unidades instaladas em outros Estados do Centro-Sul. (BELIK; VIAN, 2002, p. 73)

Desde sua fundação, a Unica se posicionou a favor da total desregulamentação do setor, embora houvesse significativas divergências entre as organizações fundadoras, o que levou a uma nova cisão entre elas. Por

exemplo, a Coopersucar, naquele momento o maior aglomerado de unidades produtivas filiado à entidade, tinha preferência pela produção de álcool anidro, dada a especialização de suas cooperadas nesse produto e da proximidade com o mercado consumidor (Paulínia, São Paulo, Ribeirão Preto), onde existem terminais de distribuição de combustíveis. Por sua vez, os grupos que integravam a Sopral (que havia resultado de uma cisão anterior da Copersucar, na década de 1970), eram empresas produtoras exclusivamente de álcool hidratado, de menor porte e localizadas no interior, muitas vezes em regiões de fronteira e com mais dificuldades de acesso ao mercado (o que lhes fazia precisar mais ainda da garantia de mercado pelo Estado que os seus concorrentes). Esta fração demandava um processo de desregulamentação gradativo, mediante a (re)criação de mecanismos de controle do mercado de álcool combustível que mantivesse um papel ativo do Estado (BELIK; VIAN, 2002; PAULILLO; MELLO, 2005).

As tensões foram extremas e o conflito, sem ser resolvido, terminou com a saída de muitas destilarias do quadro da Unica e com a formação de uma nova entidade, a Sucroalco, posteriormente extinta (BELIK; VIAN, 2002). Foi criada também uma organização chamada ‘Coligação das Entidades Produtoras de Açúcar e Álcool’, por usineiros de São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Goiás, Paraná e outros estados que não se sentiram representados pela Unica, vista como de representação dos interesses paulistas. Uma vez que os interesses de todos esses atores não eram totalmente convergentes, o objetivo de traçar estratégias comuns para o setor como um todo não esteve isento de contradições. Diversas entidades, mesmo integrando a Unica, continuaram a defender seus interesses específicos, já que a sua sobrevivência não estava garantida em condições de livre mercado. A consolidação da Unica como entidade de representação setorial foi um processo marcado pela disputa entre os distintos interesses que tentavam se articular numa organização comum.

A reconfiguração das relações de poder estatal e corporativo na ASB

A estrutura da Unica é elucidativa das mudanças na forma de organização setorial verificadas nas últimas décadas. A entidade está conformada por um

Conselho Deliberativo, integrado por representantes de suas associadas e por uma equipe de executivos, especialistas e consultores técnicos, dedicados em tempo integral. O foco cai sobre questões de representatividade, expertise e complexidade temática, sem deixar de lado o fato de que ela atua dentro e para além do Brasil, representando os interesses setoriais nos principais mercados mundiais mediante a instalação de escritórios internacionais nos Estados Unidos, desde 2007, e na Europa, desde 2008. A Unica pretende ser o espaço unitário para se desenvolver estratégias de interação com o poder público, os fornecedores, a sociedade e para articular a defesa dos interesses comuns dos associados, inserindo-se na tentativa de renovação da imagem do capitalismo agrário brasileiro, incorporando porta-vozes não relacionados diretamente com o setor; buscando apresentar uma configuração moderna e profissional, embora mantendo as mesmas estruturas de poder seculares.

De acordo com alguns analistas, a Unica teria contribuído para mudar o padrão do setor, comumente identificado com o atraso de “meia dúzia de latifundiários”, ao qualificar a comunicação institucional e o perfil técnico da representação e, portanto, alinhando-se melhor com o novo marco regulatório, induzindo mudanças em questões relativas à sustentabilidade, imagem, acesso à informação sobre o setor (dados sobre produção, exportação etc.), atuação e projeção internacional, isso tudo somado ao fato de que a Unica teria que equacionar interesses muito diversos e até conflitantes, não apenas os dos usineiros, mas de grande número de novos atores, como os grandes *players* do agronegócio, das petroleiras, fundos de investimento e de empresas do ramo da construção civil, ademais de usinas tradicionais, que hoje integram seu quadro de associadas (Entrevista concedida ao autor por professora e pesquisadora da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da Universidade de São Paulo – ESALQ/USP. Piracicaba, 10 set. 2014).

A Unica na atualidade tem um quadro de associadas bastante diverso daquele que fundou a entidade, não só pelas cisões internas já mencionadas, mas também pela mudança patrimonial que a ASB vem experimentando como resultado de sua crescente internacionalização. A composição atual da entidade mostra que há uma crescente concentração de poder entre grandes grupos

nacionais e estrangeiros, esses últimos com uma presença cada vez maior em termos absolutos e relativos. De acordo com o nosso levantamento, 43% das usinas aglomeradas na Unica são controladas (total ou parcialmente) por um grupo estrangeiro e os 57% restantes por grupos nacionais. Contudo, na prática o capital estrangeiro termina tendo um poder relativo maior, pois a participação nas instâncias diretivas da entidade depende da capacidade de moagem incorporada e não do número de usinas, como fica claro na declaração a seguir:

Na Unica o modelo é o seguinte: quanto mais cana moída, mais paga e, portanto, mais voz tem o grupo dentro do Conselho. Como nós temos algo assim como 280 ou 290 milhões de toneladas de cana moída na safra passada, e nós temos 25 assentos no Conselho, dá mais ou menos 12 milhões por cadeira, por assento, ou seja, cada 12 milhões de toneladas ganha um assento no Conselho. Aí tem Grupos como a Raizen que tem cinco assentos dos 25, Copersucar que é uma Cooperativa, ela se não me engano tem 80 ou 90 milhões [de toneladas de cana moída], então ela tem oito assentos dos 25, só que a Copersucar são 47 ou 48 usinas, então eles definem quem vai sentar lá e aí tem grupos que tem 15 milhões então têm um assento, então [o Conselho] funciona assim. (Entrevista concedida ao autor por membro da Diretoria da Unica. Brasília, 15, 16 e 17 jul. 2014)

Observando a composição atual da Unica, é possível perceber que a relação entre ‘usineiros’ e representantes empresariais profissionalizados tem mudado bastante, já que, como observa o diretor da entidade entrevistado, estes últimos prevalecem no Conselho Deliberativo. Segundo o entrevistado:

Esse processo foi muito acelerado: eu estou na Unica há sete anos, quando eu entrei na Unica [...] nós tínhamos vinte e quatro conselheiros, mais o presidente, para um total de vinte e cinco conselheiros, pois na época o presidente do Conselho era o presidente da Unica. Então eram vinte e cinco conselheiros dos quais dois ou três eram executivos, os outros vinte e dois eram donos de usina, isso há sete anos. Hoje eu diria que se você tem dez donos de usina, é muito; os outros são todos executivos contratados no mercado. (Entrevista concedida ao autor por membro da Diretoria da Unica. Brasília, 15, 16 e 17 jul. 2014)

O Quadro 2 oferece mais detalhes sobre a conformação da Unica.

Quadro 2 – Grupos empresariais e usinas/destilarias que integram o quadro de associadas da Unica, 2015 (contínua)

Empresa ou grupo primário	Grupo secundário	Usinas / Destilarias	Origem
Copersucar (36)	Balbo (SP) Batatais (SP) Cocal (SP) Furlan (SP) Ipiranga (SP) Pedra Agroindustrial (SP) Santa Adélia (SP) Umoe Bioenergy (SP) Viralcool (SP) Virgolino de Oliveira (SP) Zilor (SP)	Balbo [São Francisco (SP), Santo Antônio (SP)], Batatais [Batatais (SP), Lins (SP)], Cocal [Narandiba (SP), Paraguaçu Paulista (SP)], Furlan [Furlan (SP), Avaré (SP)], Ipiranga [Descalvado (SP), Iacanga (SP), Mococa (SP)], Pedra Agroindustrial [Buriti (SP), Ibirá (SP), Ipê (SP), Serrana (SP)], Santa Adélia [Pioneiros (SP), Jaboticabal (SP), Pereira Barreto (SP)], Umoe [Umoe Bioenergy II (SP)*], Viralcol [Viralcol (SP), Santa Inés (SP), Viralcol II (SP)], Virgolino de Oliveira [Ariranha (SP), Itapira (SP), José Bonifácio (SP), Monções (SP)], Zilor [Barra Grande (SP), Quatá (SP), São José (SP)]. Usinas associadas independentes: Ferrari (SP), Pitangueiras (SP), São José da Estiva (SP), São Luiz (SP), São Manoel (SP), Santa Luzia (SP), Santa Maria – J. Pilon (SP)	Nacional
Raízen (24)	Shell e Cosan (<i>joint venture</i>)	Centroeste (GO), Ibaté (SP), Paraguaçu (SP), Tarumã (SP), Araraquara (SP), Benálcool (SP), Bom Retiro (SP), Bonfim (SP), Caarapó (MS), Costa Pinto (SP), Destivale (SP), Diamante (SP), Dois Córregos (SP), Gasa (SP), Ipaussu (SP), Junqueira (SP), Maracaí (SP), Matriz (SP), Mundial (SP), Rafard (SP), Santa Elena (SP), São Francisco (SP), Tamoio (SP), Univalem (SP)	Estrangeiro (Inglaterra-Holanda), e nacional

Biosev (11)		Continental (SP), Cresciumal (SP), Jaboticabal (SP), Jardest (SP), Lagoa da Prata (MG), Maracaju (MS), Morro Agudo (SP), Passa Tempo (MS), Rio Brilhante (MS), Santa Elisa (SP), Vale do Rosário (SP)	Estrangeiro (Holanda)
Odebrecht (9)	Odebrecht Agroindustrial	Alcídia (SP), Alto Taquari (MT), Conquista do Pontal (SP), Costa Rica (MS), Eldorado (MS), Morro Vermelho (GO), Perolândia (GO), Rio Claro (GO), Santa Luzia (MS)	Nacional
Bunge (8)		Frutal (MG), Guariroba (SP), Itapagipe (MG), Moema (SP), Monteverde (MS), Ouroeste (SP), Pedro Afonso (TO), Santa Juliana (MG)	Estrangeiro (Estados Unidos)
Tereos (7)	Guarani (SP)	Severínia (SP), Andrade (SP), Cruz Alta (SP), Mandu (SP), São José (SP), Tanabi (SP), Vertente (SP)	Estrangeiro (França) e nacional
Noble Group (4)	Noble Group Brasil	Catanduva (SP), Potirendaba (SP), Sebastianópolis (SP), Meridiano (SP)	Estrangeiro (China)
São Martinho (4)		Boa Vista (GO)** , Iracema (SP), São Martinho (SP), Santa Cruz (SP)	Nacional
Colombo (3)		Colombo (SP), Albertina (SP), Palestina (SP)	Nacional
USJ (3)		São João (SP), São Francisco (GO), Cachoeira Dourada (GO)	Nacional e estrangeiro (<i>joint venture</i> com a CARGILL)
Adecoagro (3)		Angélica Agroenergia (MS), Monte Alegre (MG), Nova Ivinhema (MS)	Estrangeiro (Estados Unidos)
British Petroleum (3)		Central Itumbiara Bioenergia (GO), Ituiutaba Bioenergia (MG), Tropical (GO)	Estrangeiro (Inglaterra)
Bazan (2)		Bazan (SP), Bazan – Bela Vista (SP)	Nacional
Shree Renuka Sugars (2)	Renuka do Brasil	Renuka (SP), Revati (SP)	Estrangeiro (Índia)

Cabrera (1)		Cabrera Energética (MG)	Nacional
Atalla (1)		Central Paulista Açúcar e Álcool (SP)	Nacional
Cerradinho (1)		Porto das Águas (GO)	Nacional
Cargill (1)		Central Energética Vale do Sapucaí (Cevasa, SP)	Estrangeiro e nacional (<i>joint-venture</i> entre Cargill e Canagrill)
João Pessoa (1)		Companhia Brasileira de Açúcar e Álcool (SP)	Nacional
Usinas independentes (9)			
Água Bonita (SP), Alto Alegre (SP), Della Colleta Bioenergia (SP), Usina Ester (SP), Nardini (SP), Usina Rio Pardo e Agrícola Tatez (SP), Rio Vermelho Açúcar e Álcool (SP), São Fernando Açúcar e Álcool (MS), Usina Santa Rosa (SP), Ceaa-ADM (MG)			

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da Unica, 2015.

*O Grupo Umoe é de capital norueguês.

**A usina Boa Vista é uma *joint venture* entre São Martinho e Petrobras Biocombustíveis.

Assim, a Unica se constitui hoje em dia como um campo estratégico de representação de interesses heterogêneos, que dependem da posição de cada um dos grupos em um ou em vários elos da cadeia produtiva e segundo critérios como a diversificação de seus negócios, o tamanho das empresas e a origem do capital (nacional ou estrangeiro). Nos últimos anos, a entidade desenvolveu um ativo papel de representação fora do Brasil, chamando a atenção em especial o *lobby* nos Estados Unidos e na Europa, mobilizando capacidades institucionais (de negociação, de promoção, de imagem pública, entre outras, ademais da óbvia influência financeira sobre a estrutura política) diferentes, ao menos em grau, das requeridas para operar no sistema político brasileiro, pois demanda o desenvolvimento de competências em ambientes institucionais complexos, com regimes políticos, financeiros, comerciais e até culturais diversos dos que existem no Brasil.

Este ponto ilustra bem uma das mudanças organizacionais mais expressivas da representação patronal da ASB, se fôssemos comparar com o período histórico anterior, durante a vigência do PNA. Essa atuação, contudo, não se dá isoladamente. No caso dos Estados Unidos, para além do estabelecimento do escritório da Unica em Washington, a relação com os congressistas conta com o apoio/intermediação da *Brazil Industries Coalition* (BIC),⁹ uma organização não governamental estabelecida segundo as leis daquele país composta por várias empresas, firmas de consultorias e instituições brasileiras associadas, encarregada da representação “exclusiva” das empresas e associações empresariais brasileiras, com a finalidade de superar as restrições e limites que teria a atuação isolada dessas entidades (GALAN, 2012).

A Unica legitima sua atuação nos Estados Unidos como defensora dos interesses brasileiros com relação aos mercados de açúcar e álcool, cada um com suas características específicas em termos de atores econômicos e questões legais envolvidas (marco regulatório). A posição do Brasil como principal exportador mundial de açúcar e segundo maior produtor de etanol precisa de uma constante articulação e barganha com relação a interesses igualmente poderosos, de forma que a Unica, representando por sua vez os interesses [contraditórios] de suas associadas, projeta papel central na configuração estratégica do poder estatal tanto nos Estados Unidos quanto na Europa e no Brasil, envolvendo uma clara ampliação da escala de atuação/representação/mediação de interesses e conflitos.

Vários são os exemplos de como a Unica atua internacionalmente na promoção do etanol brasileiro, e não é o caso de descrever todos esses eventos, seminários, visitas, publicações, apresentações e parcerias, divulgadas pela mesma entidade mediante seus boletins semanais. A entidade também se especializa na realização e/ou participação em feiras, fóruns e debates internacionais, nos quais é promovida a “commoditização” do etanol e a internacionalização do setor, tais como *US-Brazil Innovation Summit*, o Encontro Anual de Biocombustíveis (convocado pela *World Refining Association*), e o *Ethanol Summit* (organizado pela Unica no Brasil, a cada dois

⁹ BIC history. Disponível em: <https://bicus.org/about/history/>. Acesso em: 29 mar. 2015. BIC members. Disponível em: <https://bicus.org/missions/global-team/>. Acesso em: 29 mar. 2015.

anos, desde 2007), entre outros. Muito especialmente, o *Ethanol Summit* pode ser considerado, hoje, um dos grandes momentos de encontro de empresários, autoridades de diversos níveis governamentais, pesquisadores, investidores, fornecedores e acadêmicos do Brasil e do exterior, com centenas de participantes em cada edição. Desta maneira, a Unica contribui para a criação de consensos globais sobre o papel do etanol na nova economia ‘verde’ e consolida um certo arranjo de atores privados e públicos que favorecem a introdução da agenda das corporações nas agendas públicas, costurando interesses e objetivos distintos, mas convergentes.

Por outra parte, a Unica tem promovido entre suas associadas a incorporação aos sistemas de certificação voluntária do etanol, como o da Bonsucro (especificamente voltado para o setor sucroalcooleiro), que buscam padronizar os combustíveis de biomassa segundo parâmetros internacionais, atendendo especialmente aos requerimentos europeus. A Unica é, igualmente, membro da *Roundtable on Sustainable Biomaterials* (RSB), organização sediada na Suíça que reúne agricultores, companhias, organizações não governamentais, experts, governos e agências intergovernamentais vinculadas à produção e à comercialização de biomateriais.

Mostra-se assim como uma entidade afinada com as principais tendências do discurso ambientalista oficial/empresarial, pautado na “commoditização” da natureza como uma forma de viabilizar novas fronteiras de acumulação no mercado mundial. Estas iniciativas, em termos gerais, podem ser lidas como um esforço por adequar a ASB a padrões internacionalmente aceitos que legitimam o acesso do etanol e do açúcar, assim como dos novos produtos derivados da cana, aos grandes mercados consumidores, nos quais existe certa preocupação com os impactos indiretos do uso da terra e sobre a real contribuição do etanol na redução dos gases de efeito estufa.

Outro dos eixos de ação da Unica que nos interessa destacar é seu papel como ‘formadora de opinião’ e ‘geradora de conhecimento’ sobre a ASB, visando influenciar tanto aos atores políticos e econômicos (dentro e fora do Brasil) quanto à mídia e à sociedade em termos gerais. Por exemplo, as campanhas nos Estados Unidos, que têm o propósito de melhorar a imagem do

etanol brasileiro, voltaram-se à opinião pública, complementarmente às ações desenvolvidas no sistema político. Essas campanhas contribuíram para criar um clima favorável à consecução dos objetivos da entidade, por exemplo, derrubar a tarifa sobre a importação de etanol brasileiro naquele país e firmar a imagem do etanol como um combustível compatível com a preservação ambiental.

No Brasil, sobressai o lançamento do **Movimento + Etanol**, envolvendo agentes e órgãos públicos, universidades e institutos de pesquisa, parlamentares e governadores, organizações não governamentais, trabalhadores da agroindústria sucroalcooleira, dentre outros. A iniciativa foi definida como um grande projeto de comunicação integrada, abrangendo uma ampla gama de atores sociais.¹⁰ Podemos afirmar, nesse sentido, que a estratégia do setor se sustenta num “apelo a uma cultura de *agribussines* que está muito mais apoiada em mecanismos ideológicos e mecanismos de forjação [sic] de consensos, do que foi, por exemplo, na época dos militares” (Entrevista concedida ao autor por pesquisador do Instituto de Pesquisas Econômicas – IPEA. Brasília, 24 mar. 2014).

No tocante à relação com o Estado, a Unica tem se constituído desde sua fundação como uma entidade representativa de classe com a finalidade de exercer pressão sobre as agências que integram o arranjo político-institucional sucroalcooleiro pós-desregulamentação, fazendo valer os interesses de suas associadas e, pretensamente, de toda a ASB. Segundo Pedro Ramos: “A história do complexo agroindustrial canavieiro no Brasil é a história da relação entre proprietários e Estado” (RAMOS, 1999, p. 21). Mas qual seria o grau de validade dessa assertiva nos dias atuais, à luz das evidências que estamos analisando?

Feitas algumas especificações, a frase ainda é pertinente. Se, por um lado, resulta claro que a desregulamentação praticada desde finais dos anos 1980 teve um impacto sobre o grau e a profundidade da relação entre usineiros e aparato estatal, por outro, também é claro que há uma continuidade desses vínculos e uma renovação de suas formas e mecanismos – (re)regulamentação. Como afirmou um pesquisador entrevistado sobre o assunto:

¹⁰ Projeto Agora. Disponível em: <http://www.projetoagora.com.br/iniciativas.php>. Acesso em: 30 mar. 2015.

Num nível mais genérico, eu diria que se alterou significativamente essa relação, mas numa expressão de uma sociedade capitalista, a relação continua forte. Eu não mudaria a frase, entendida como uma relação do aparelho de Estado com relação aos proprietários. [...] Então, muda significativamente essa relação no nível mais imediato, mais prático, como eu disse, no fim das cotas de produção, no fim das exportações apenas pelo IAA, mas isso não significa que acaba a relação entre Estado e proprietários. Essa relação deixa de ser menos intervencionista e passa a ser mais disfarçada, eu diria até que não formalizada, mas continua forte. (Entrevista concedida ao autor por professor e pesquisador do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. Campinas, 13 mar. 2014)

Assim, embora haja mudanças significativas na relação entre a ASB e o Estado a partir dos anos 1990, o núcleo da relação não foi rompido; pelo contrário, mesmo com a retirada do Estado simbolizada pela extinção do IAA, houve enorme estatização das dívidas da agropecuária em geral e, particularmente, da ASB,¹¹ uma das mais beneficiadas pelo farto crédito público que irrigou o PNA durante uma década e meia. Essas dívidas foram transferidas para a Fazenda Pública e isso significa que o Estado assumiu esses custos em nome de toda a sociedade, permitindo ‘limpar’ as contas dos usineiros e os preparando para o novo ciclo de expansão e investimentos verificado a partir de 2003 (Entrevista concedida ao autor por pesquisador do IPEA. Brasília, 24 mar. 2014).

A Unica tem uma clara preferência ideológica pela liberdade de atuação e movimentação dos capitais e, em geral, pelo livre mercado. Mas isso não quer dizer que a entidade renuncie a toda e qualquer forma de vinculação com o aparelho estatal; pelo contrário, não há um só momento da trajetória da Unica

¹¹ Como salienta BACCARIN (2005a), houve um tratamento privilegiado para o complexo sucroalcooleiro no tocante à repactuação das dívidas, com relação a outros setores. De acordo com o autor: “Em 31 de janeiro de 1991, o complexo sucroalcooleiro registrava uma dívida de US\$ 1.578,7 milhão junto ao Banco do Brasil e US\$ 363,4 milhões junto ao Instituto do Açúcar e do Alcool, resultando em um total de US\$ 1.942,1 milhão [...] A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Endividamento Agrícola estimava que, em 1993, o endividamento das usinas e destilarias estava na casa dos US\$ 2,0 bilhões [...] Em vários momentos, obteve-se renegociação da dívida junto ao sistema financeiro e órgãos públicos, algumas de acordo com as condições gerais de renegociação das dívidas da agricultura brasileira como um todo, outras específicas para o complexo sucroalcooleiro. **Em 1999, o endividamento sucroalcooleiro com o Banco do Brasil era de US\$ 6,3 bilhões. Dois anos depois, em 2001, graças à renegociação de um pouco mais da metade da dívida, aquele valor tinha caído para R\$ 5,0 bilhões**” (BACCARIN, 2005a, p. 188-189. Grifo nosso).

em que ela não busque influenciar e determinar as decisões dos gestores públicos. Segundo o representante da Unica, a organização não se opõe à intervenção do Estado, desde que esta seja de caráter regulatório e complementar à atuação dos agentes de mercado. Ele afirmou que o Estado deve promover políticas públicas para estimular o investimento no setor, portanto, reiteradamente a Unica demanda do Governo Federal medidas que favoreçam o funcionamento organizado dos mercados de açúcar e muito em especial de álcool que, por seu caráter estratégico, envolve a participação de complexas redes de interesses, desde os produtores de cana até os distribuidores de etanol nas bombas (Entrevista concedida ao autor por membro da Diretoria da Unica. Brasília, 15, 16 e 17 jul. 2014). A Unica desenvolve uma ativa política de influência focando no Poder Executivo e no Congresso Nacional.

Nesse sentido, cabe sublinhar que durante o período 2003-2010, a articulação política da Unica privilegiou a relação direta com o Poder Executivo, dado o significativo apoio do presidente Lula ao setor sucroenergético. Como resultado disso, a relação da organização com os ministérios relevantes foi facilitada e a pressão via Congresso não ocupou lugar proeminente nas estratégias políticas da entidade. Mas já a partir do primeiro mandato da ex-presidente Dilma Rousseff houve uma mudança no tratamento do Executivo ao setor, deixando de considerá-lo como peça-chave da matriz energética nacional, dentre outras coisas, como desdobramento da descoberta do Pré-Sal, assim como pela ausência de definições sobre critérios de precificação, tributos e outros elementos que incidem sobre os preços relativos do etanol e da gasolina, o primeiro perdendo competitividade em razão do aumento dos custos de produção do álcool e o controle governamental dos preços dos combustíveis fósseis praticado entre 2011 e 2015.

Portanto, a partir de 2011-2012 a Unica passou a privilegiar como foco estratégico a atuação no Congresso Nacional, como forma de pressionar a adoção de medidas em benefício da ASB. Estabeleceu uma sede em Brasília para acompanhar a agenda legislativa e fomentar, com outros atores, a conformação da 'Frente Parlamentar pela Valorização do Setor

Sucroenergético’, lançada oficialmente em novembro de 2013. Essa Frente Parlamentar que atua em Brasília somou-se às outras duas conformadas na Assembleia Legislativa do estado de São Paulo: a Frente Parlamentar em Defesa do Setor Sucroenergético e a Frente Parlamentar em Defesa dos Municípios Canavieiros, ambas estabelecidas em 2013 (UNICA, 2013).

Como parte da estratégia voltada ao Congresso, a Unica optou por uma política de construção de consensos, acordos setoriais e hegemonia compartilhada, entendendo que isto aumentaria suas chances de sucesso. Portanto, privilegiou a institucionalização do Fórum Nacional Sucroenergético (FSN), entidade que existia desde 2003, mas que foi formalizada em julho de 2013, reunindo as lideranças de 16 entidades estaduais representativas da indústria do açúcar e do álcool. Como o objetivo da Frente Parlamentar é fortalecer o trabalho de pressão com relação ao Poder Executivo, considerou-se necessário articular um Fórum unitário do setor que se apresentasse como a voz de todas as regiões produtoras e dos diversos elos da cadeia produtiva, facilitando dessa forma a adesão de parlamentares, identificados com a causa em suas respectivas regiões (Entrevista concedida ao autor por membro da Diretoria da Unica. Brasília, 15, 16 e 17 jul. 2014).

Para finalizar, várias questões podem ser levantadas com relação à Unica e aos impactos que a formação dessa entidade teve no conjunto da representação patronal da ASB. Em primeiro lugar, a criação da nova associação dos usineiros paulistas resolveu parcialmente as contradições vivenciadas durante o processo de desregulamentação da década de 1990, favorecendo a atuação empresarial nos moldes de um mercado aberto, ao mesmo tempo que passou a demandar o estabelecimento de políticas de estímulo em benefício do setor, pressionando o governo não apenas ‘por dentro’ do arranjo, mas também perante a opinião pública e outros atores sociais. A Unica representa a emergência de um novo tipo de entidade patronal, onde a figura do velho ‘senhor feudal’ cede o lugar à imagem do executivo experiente, moderno, o que fica claro ao se observar as mudanças na composição interna da entidade, em que perdem força os donos de usina e ganham relevância os *Chief Executive Officer* (CEOs) dos grandes grupos que compõem a entidade nos dias atuais,

assim como sua diretoria profissionalizada, que assumem o papel de porta-vozes setoriais.

Em segundo lugar, é preciso chamar a atenção para o fato de que a representação realizada pela Unica não apenas mudou no tocante aos estilos de gestão, mas também aumentou sua complexidade e escala. De complexidade, porque algumas das principais associadas da organização são grandes grupos multinacionais cujos interesses diversificados colocam desafios para a equalização das distintas lógicas em jogo, em que cada ator objetiva ganhos tanto individuais quanto coletivos, interagindo em arenas múltiplas. De escala, porque a representação não é realizada apenas com relação ao Estado brasileiro, mas também nas estruturas de poder sofisticadas, localizada nos principais mercados globais.

Isto implica o desenvolvimento de capacidades de *lobby* e *advocacy*, cuja abrangência geográfica obriga a pensar simultaneamente no global e no nacional, de forma que a atuação da Unica contribui para produzir a internacionalização da ASB pelo mesmo fato dela ir para além dos moldes do Estado nacional, incorporando demandas, lógicas e formas de gestão que também transformam a maneira em que o Estado produz a institucionalização de nova ordem econômica e política dentro de seu próprio território, agora '(re)escalado' como parte desta 'geografia estratégica' na qual são tomadas as principais decisões econômicas.

A atuação nacional e internacional da Unica está fortemente marcada pela construção de campos e alianças de poder com atores múltiplos. Tanto no Brasil quanto fora, a lista de parceiros, aliados e adversários com relação a qual a entidade define suas estratégias é bastante complexa e diversificada, portanto é necessário repensar os parâmetros de avaliação disponíveis sobre as organizações representativas do 'agronegócio' brasileiro, evitando simplificações e generalizações como a de que são grupos internamente coesos (o que impede ver a emergência de contradições e conflitos no seio destas entidades) ou a que ainda as representa como grupos tradicionais pautados unicamente no exercício de um poder clientelista e na captura de privilégios concedidos pelo Estado, ainda que essas práticas continuem a existir, metamorfoseadas.

Finalmente, observamos descontinuidades na capacidade que a Unica teve de incorporar com bastante sucesso discurso pautado na sustentabilidade ambiental como alicerce de sua estratégia política, à diferença da época do PNA, quando prevaleceu discurso pautado na segurança energética. Na atualidade, praticamente toda a argumentação em defesa dos interesses do setor baseia-se na ideia de que o etanol contribui decisivamente para resolver os graves problemas socioambientais contemporâneos, gerando emprego e renda e dinamizando outros setores econômicos, estimulando a pesquisa e o desenvolvimento de novas tecnologias e ‘limpando’ a matriz energética brasileira/global. Neste sentido, independentemente da veracidade do discurso, a adoção de padrões internacionais socioambientais, faz parte da estratégia voltada a melhorar a imagem do etanol fora do país, apresentando-o como ambientalmente correto e socialmente justo. Para além das críticas que possam ser formuladas a esta visão, interessa-nos aqui entender a forma como são moldados um discurso e a estratégia setorial sobre a base de tópicos extremamente relevantes para a sociedade como um todo.

Observamos continuidades, também, no fato de que o Estado sustenta a realização do capital na ASB, a despeito do discurso liberal predominante. O apelo à desregulamentação não deveria ser confundido de forma alguma com um apelo para a retirada do Estado; há uma adaptação de estruturas, práticas e conhecimentos, de forma que hoje podemos notar a existência de um ‘arranjo de economia política’ pautado na intervenção moderada e descentralizada, na concessão seletiva de privilégios e maior abertura do aparato estatal para as entidades representativas de classe. Nesta reconfiguração dos espaços de disputa, claramente transformados em terreno relacional de interesses, visões e estratégias, um ator como a Unica tem sabido tirar benefícios e contribuir na ‘reinvenção’ da ASB ao longo de quase duas décadas.¹²

¹² Mais recentemente, a Unica perdeu densidade, mas continua como principal representante do setor, exercendo mais o seu papel de *lobby* interno e externo, além de ocupar espaço importante na produção de estatísticas e acompanhamento de safras – papel esse que o Estado (IBGE, Conab etc.) não consegue exercer – e na produção de material técnico (contratado com as universidades, Embrapa e outros órgãos não tão independentes). Com isso, a Unica se firma como interlocutor privilegiado do governo em uma área estratégica fundamental, que é a geração de bioenergia.

Conclusão

As reformas e a reorganização da ASB a partir da década de 1990 resultaram num processo de reconfiguração das relações históricas de poder entre a agroindústria canavieira e o Estado brasileiro. Durante nossa pesquisa, identificamos continuidades e descontinuidades nos arranjos políticos e institucionais que sustentam a realização dos lucros e acumulação de capital nesse setor, mas hoje num cenário de intensas mudanças econômicas, patrimoniais e organizacionais que exprimem a internacionalização da economia brasileira em geral e a de um de seus mais tradicionais setores agroindustriais, em particular.

Ao longo de três décadas, as mudanças institucionais repuseram o lugar do Estado e dos diversos atores empresariais e corporativos numa matriz de poder cujas características em larga medida dão continuidade aos arranjos do passado, mas incorporando novas capacidades, discursos e lógicas organizadoras que demandam um esforço analítico para observar a emergência dessas particularidades. Assim, as reformas levaram a mudanças, mas as mudanças não significaram rupturas drásticas e sim uma nova matriz de inserção global para a ASB como um todo, embora favorecendo de forma especial aqueles grandes grupos hoje reunidos sob a liderança da Unica como a entidade de representação patronal que mais adequadamente simboliza a direção que as reformas tomaram.

A análise aqui desenvolvida é apenas uma parte do conjunto de questões que foram levantadas na tese doutoral do autor, que permitiu avançar numa compreensão mais acurada das complexas dinâmicas de mudança havidas no seio da grande agricultura corporativa nas últimas décadas, que envolveram ativamente o Estado e um amplo leque de atores corporativos, nacionais e internacionais, dinâmicas que estão ainda em aberto e, portanto, nos desafiam para novos aprofundamentos de pesquisa no futuro.

Referências

- ALMEIDA, Mónica. *Reformas neoliberais no Brasil: a privatização nos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso*. 2010. 427 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/16851>. Acesso em: 10 ago. 2022.
- BACCARIN, José Giacomo. *A desregulamentação e o desempenho do complexo sucroalcooleiro no Brasil*. 2005. 291 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de São Carlos. 2005a. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/3466>. Acesso em: 8 ago. 2022.
- BACCARIN, José Giacomo. *A Constituição da Nova Regulamentação Sucroalcooleira*. Cadernos do CEAM. Brasília: Editora UnB, 2005b.
- BARROS, Geraldo Santana de Camargo; MORAES, Márcia Azanha Ferraz Dias de. A desregulamentação do setor sucroalcooleiro. *Revista de Economia Política*, [s.l.], v. 22, n. 2 2002. Disponível em: <https://centrodeeconomiapolitica.org/repos/index.php/journal/article/view/940>. Acesso em: 25 ago. 2020.
- BELIK, Walter; VIAN, Carlos Eduardo de Freitas. Desregulamentação estatal e novas estratégias competitivas da agroindústria canavieira em São Paulo. In: MORAES, Márcia Azanha Ferraz Dias de; SHIKIDA, Pery Francisco Assis (Orgs.). *Agroindústria canavieira no Brasil. Evolução, desenvolvimento e desafios*. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- BRASIL. Casa Civil. *Decreto-Lei nº 2.401, de 21 de dezembro de 1987*. Proíbe a utilização de recursos do Tesouro Nacional em operações de compra e venda de açúcar de produção nacional, para fins de exportação, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del2401.htm. Acesso em: 22 mar. 2015.
- BRASIL. Casa Civil. *Decreto-Lei nº 2.437, de 24 de maio de 1988*. Altera a redação do art. 1º do Decreto-lei nº 2.401, de 21 de dezembro de 1987, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1988a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del2401.htm. Acesso em: 22 mar. 2015.
- BRASIL. Casa Civil. *Decreto nº 3.159, de 01 de setembro de 1999*. Altera dispositivos do Decreto de 21 de agosto de 1997, que cria o Conselho Interministerial do Açúcar e do Alcool - CIMA, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3159.htm.

Acesso em: 21 mar. 2015.

BRASIL. Casa Civil. *Decreto nº 3.546, de 17 de agosto de 2000*. Cria o Conselho Interministerial do Açúcar e do Alcool - CIMA e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3546.htm. Acesso em: 21 mar. 2015.

BRASIL. Casa Civil. *Decreto nº 3.890, de 17 de julho de 2001*. Regulamenta a administração dos recursos a que se refere o art. 13, inciso II, da Lei nº 4.452, de 5 de novembro de 1964, dispõe sobre a gestão de programas e de operações relativos ao setor agroindustrial canavieiro, a administração dos recursos financeiros utilizados, altera o sistema de deliberação do Conselho Interministerial do Açúcar e do Alcool, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2001a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3890.htm. Acesso em: 21 mar. 2015.

BRASIL. Casa Civil. *Decreto nº 4.267, de 12 de junho de 2002*. Regulamenta os artigos 7º e 8º da Lei nº 10.453, de 13 de maio de 2002, que dispõe sobre subvenções ao preço e ao transporte do álcool combustível e subsídios ao preço do gás liquefeito de petróleo - GLP, altera o sistema de deliberação do Conselho Interministerial do Açúcar e do Alcool - CIMA, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2002a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4267.htm. Acesso em: 21 mar. 2015.

BRASIL. Casa Civil. *Decreto nº 98.054, de 15 de agosto de 1989*. Dispõe sobre as exportações de açúcar, álcool, mel rico e mel residual e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1989a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/d98054.htm. Acesso em: 30 abr. 2023.

BRASIL. Casa Civil. *Decreto nº 99.240, de 7 de maio de 1990*. Dispõe sobre a extinção de autarquias e fundações públicas, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1990a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99240.htm. Acesso em: 20 mar. 2015.

BRASIL. Casa Civil. *Decreto nº 99.288, de 06 de junho de 1990*. Transfere atribuições, e competência, do extinto Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), e de seus órgãos, para a Secretaria do Desenvolvimento Regional, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1990b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99288.htm#art5. Acesso em: 20 mar. 2015.

BRASIL. Casa Civil. *Decreto s/n, de 20 de abril de 1993*. Cria Comissão Interministerial para reexame da participação do álcool na Matriz Energética Nacional. Brasília:

Presidência da República, 1993a. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/antecedentes/2000/1993/Dnn1494.htm. Acesso em: 21 mar. 2015.

BRASIL. Casa Civil. *Decreto s/n, de 27 de outubro de 1993*. Constitui, no âmbito do Ministério de Minas e Energia, a Comissão Interministerial do Alcool (CINAL), e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1993b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/antecedentes/2000/1993/dnn1804.htm. Acesso em: 21 mar. 2015.

BRASIL. Casa Civil. *Decreto s/n, de 12 de setembro de 1995*. Transfere para o âmbito do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo a Comissão Interministerial do Alcool (CINAL), e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1995. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/antecedentes/2000/1995/Dnn3323.htm. Acesso em: 21 mar. 2015.

BRASIL. Casa Civil. *Decreto s/n, de 21 de agosto de 1997*. Cria o Conselho Interministerial do Açúcar e do Alcool - CIMA, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1997a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/antecedentes/2000/1997/Dnn5652.htm#art8. Acesso em: 21 mar. 2015.

BRASIL. Casa Civil. *Lei nº 7.817, de 14 de setembro de 1989*. Dispõe sobre o controle prévio nas exportações de açúcar, de álcool, de mel rico e de mel residual (melaço). Brasília: Presidência da República, 1989b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1989_1994/17817.htm. Acesso em: 30 abr. 2023.

BRASIL. Casa Civil. *Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990*. Dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração Pública Federal, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1990a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18029cons.htm. Acesso em: 22 mar. 2015.

BRASIL. Casa Civil. *Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993*. Dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8723.htm. Acesso em: 30 abr. 2023.

BRASIL. Casa Civil. *Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997*. Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1997b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9478.htm. Acesso em: 30 abr. 2023.

BRASIL. Casa Civil. *Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001*. Institui Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a

comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível (Cide), e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2001b. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10336.htm. Acesso em: 30 abr. 2023.

BRASIL. Casa Civil. *Lei nº 10.453, de 13 de maio de 2002*. Dispõe sobre subvenções ao preço e ao transporte do álcool combustível e subsídios ao preço do gás liquefeito de petróleo - GLP, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2002b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2002/lei-10453-13-maio-2002-452545-norma-pl.html>. Acesso em: 30 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Portaria nº 12, de 05 de janeiro de 2006*. Cria e regulamenta a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Açúcar e do Alcool. Brasília: Mapa, 2006. Disponível em: <http://sistemasweb.agricultura.gov.br/sislegis/action/detalhaAto.do?method=consultarLegislacaoFederal>. Acesso em: 3 abr. 2015.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Portaria nº 154, de 02 de julho de 2004*. Cria a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Açúcar e do Alcool. Brasília: Mapa, 2004. Disponível em: <http://sistemasweb.agricultura.gov.br/sislegis/action/detalhaAto.do?method=consultarLegislacaoFederal>. Acesso em: 3 abr. 2015.

BRUNO, Regina; SEVÁ, Janaína Tude; CARNEIRO, Olavo Brandão. Agronegócio e representação de interesses. In: BRUNO, Regina (Org.). *Um Brasil ambivalente: agronegócio, ruralismo e relações de poder*. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad/EDUR, 2009.

CAVALCANTI, Marcelo. *Tributação relativa etanol-gasolina no Brasil: competitividade dos combustíveis, arrecadação do estado e internalização de custos de carbono*. 2009. 261 f. Tese (Doutorado em Planejamento Energético) – Programa de Pós-graduação em Planejamento Energético, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: https://minerva.ufrj.br/F/?func=direct&doc_number=000762564&local_base=UFR01. Acesso em: 12 ago. 2022.

CERDAS VEGA, Gerardo Enrique. *A dupla serpente: Estado e agroindústria sucroenergética brasileira na construção de uma nova matriz de inserção global (2003-2014)*. 2015. 322 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2677880. Acesso em: 20 jul. 2022.

- GALAN, Gilberto. *Relações governamentais e lobby. Apreendendo a fazer*. 1. ed. São Paulo: Aberje, 2012.
- JESSOP, Bob. *The Capitalist State: Marxist Theories and Methods*. Oxford: Robertson & Company, 1982.
- JESSOP, Bob. *The future of the Capitalist State*. Cambridge/Oxford: Polity Press/Blackwell Publishing, 2002.
- JESSOP, Bob. *State Power. A Strategic-Relational Approach*. Cambridge: Polity Press, 2008.
- MARX, Karl. *Para a crítica da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. *O patronato rural no Brasil recente (1964-1993)*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.
- MORAES, Márcia Azanha Ferraz Dias de. *A desregulamentação do setor sucroalcooleiro brasileiro*. Tese (Economia Aplicada). 1999. 309 f. Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Universidade de São Paulo, 1999. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11132/tde-20200111-141031/pt-br.php>. Acesso em: 15 ago. 2022.
- MORAES, Márcia Azanha Ferraz Dias de. Desregulamentação da agroindústria canavieira: novas formas de atuação do Estado e desafios do setor privado. In: MORAES, Márcia Azanha Ferraz Dias de; SHIKIDA, Pery Francisco Assis (Orgs.). *Agroindústria Canavieira no Brasil. Evolução, desenvolvimento e desafios*. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- MORAES, Márcia Azanha Ferraz Dias de; ZILBERMAN, David. *Production of Ethanol from Sugarcane in Brazil. From State Intervention to Free Market*. 1. ed. Londres: Springer/FAPESP, 2014.
- ORTEGA, Antônio César. *Agronegócios e representação de interesses no Brasil*. 1. ed. Uberlândia: Edufu, 2005.
- PAULILLO, Luiz Fernando de O.; MELLO, Fabiana Tanoue de. Redes de poder e instituições: limites, incentivos e exclusão no agronegócio paulista. In: FUSCO, José Paulo Alves (Org.). *Redes produtivas e cadeias de fornecimento*. 1. ed. São Paulo: Arte e Ciência, 2005.
- RAMOS, Pedro. *Agroindústria canavieira e propriedade fundiária no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SANTOS, Maria Helena de Castro. *Política e políticas de uma energia alternativa. O caso do PNA*. 1. ed. Rio de Janeiro: Notrya, 1993.
- SÃO PAULO. ALESP – Assembleia Legislativa do estado de São Paulo. *Decreto nº 42.056, de 6 de agosto de 1997*. Altera a redação do artigo 5º do Decreto 41.719, de 16/04/1997 que regulamentou a Lei nº 6.171/1988, alterada pela Lei nº 8.421/1993, que dispõe sobre o uso, conservação e preservação do solo agrícola. São Paulo: Alesp, 1997. Disponível em:

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1997/decreto-42056-06.08.1997.html>. Acesso em: 1 maio 2023.

SASSEN, Saskia. *Territory, authority, rights: from medieval to global assemblages*. Princeton: Princeton University Press, 2008.

UNICA – União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia. Histórico e missão. 2022.

Disponível em: <https://unica.com.br/sobre-a-unica/historico-e-missao>. Acesso em: 21 set, 2022.

UNICA – União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia. *Frente Parlamentar Sucroenergética é instalada na Câmara dos Deputados*. 2013. Disponível em:

<http://www.unica.com.br/na-midia/40728229920327496692/cana-por-cento3A-frenteparlamentar-sucroenergetica-e-instalada-na-camara-dos-deputados>. Acesso em: 5 nov. 2013.

UNICA – União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia. *Grupos empresariais*.

Disponível em: <http://unica.com.br/empresas/letra=C&acao=filtrar>. Acesso em: 13 abr. 2015.

ZIMMERMANN, Silvia Aparecida. Espaços públicos e políticas públicas para a agricultura no Brasil: entre a agricultura familiar e o agronegócio. In: ENCONTRO INTERNACIONAL PARTICIPAÇÃO, DEMOCRACIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: aproximando agendas e agentes. Araraquara, 2013. *Anais...* Araraquara: Unesp, 2013.

Como citar

CERDAS VEGA, Gerardo Enrique. Mudanças e reconfigurações da Agroindústria Sucroenergética Brasileira a partir da década de 1990: uma retrospectiva. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, e2331105, 31 maio 2023. DOI: https://doi.org/10.36920/esa31-1_05.



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.



Resenhas

Patronato, terra e política nos campos sulinos

Employers, land and politics in the southern fields

 **Everton Lazzaretti Picolotto¹**

 <https://doi.org/10.36920/esa-v31n1-r1>

Resumo: Resenha do livro *Senhores de terra, senhores de guerra: sociologia histórica do patronato estancieiro do Rio Grande do Sul (1920-2019)*, de Marcos Botton Piccin.

Palavras-chave: resenha; patronato; agronegócio.

Abstract: Review of the book *Senhores de terra, senhores de guerra: sociologia histórica do patronato estancieiro do Rio Grande do Sul (1920-2019)*, by Marcos Botton Piccin.

Keywords: review; employers; agribusiness.

¹ Professor de Sociologia do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria (PPGCS/UFSM). Doutor em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). E-mail: everton.picolotto@ufsm.br.

PICCIN, Marcos Botton. *Senhores de terra, senhores de guerra: sociologia histórica do patronato estancieiro do Rio Grande do Sul (1920-2019)*. Curitiba: Editora CRV, 2021. 374 p.

A obra de Marcos Botton Piccin chegou às nossas mãos em um momento em que o chamado agronegócio está em alta no país, e a sua capacidade e poder contribuíram para galvanizar a ascensão política da chamada “nova direita”. Sua importância é destacada pelo seu peso econômico – em partes, aumentado pela crescente reprimarização da economia (DELGADO; LEITE, 2022) –, pela modernidade tecnológica do setor, pelas suas contribuições, ao financiar e eleger grandes bancadas parlamentares, prefeitos, governadores e presidentes, e as suas ousadas intenções na disputa da hegemonia cultural da sociedade brasileira – direção intelectual e moral, no sentido gramsciano (BRUNO, 2022).

O protagonismo das elites rurais nesses temas não é novo no país. Desde os tempos do Império e da República Velha, tais elites comandam as grandes questões nacionais. Seja com o domínio dos partidos mais relevantes no período do Império, seja ocupando diretamente os maiores cargos da República, nas suas primeiras décadas e até mesmo no pós-golpes de Estado de 1930 e 1964. O livro de Piccin faz uma análise sociológica sobre como as elites estancieiras do estado mais meridional do Brasil participaram do jogo do poder regional e nacional desde a década de 1920, a sua participação nos movimentos políticos (e, em alguns casos, político-militares) que levaram à ascensão aos postos altos do país, em diferentes momentos, de alguns de seus membros mais ilustres, tais como: Getúlio Vargas, João Goulart, Arthur da Costa e Silva e Emílio Garrastazu Médici. Para além destes, tanto à esquerda quanto à direita do espectro político, muitos integrantes das principais linhagens de famílias estancieiras riograndenses estiveram no centro das decisões políticas nacionais de 1930 até 1980.

A ascensão política da elite estancieira corresponde também à sua ascensão econômica, o que marca diferenças fundamentais de mobilidade para com outras elites agrárias nacionais como os senhores de engenho e barões do café,

que viveram certo declínio relativo à sua importância político-econômica após 1930. O autor, fazendo uso da teoria de Pierre Bourdieu, debruça-se sobre o *espaço social estancieiro* para analisar a distinção social de classe, o poder simbólico do prestígio pelo consumo, o estilo de vida aristocrático, sua participação na política e nos movimentos armados, as estratégias matrimoniais e de sucessão dos seus patrimônios, as relações sociais de produção e de dominação em seus domínios fundiários, os cálculos econômicos e as transformações deste espaço ao longo do tempo. O livro está ancorado em extenso e diversificado material empírico, desde exaustiva observação direta em estâncias no município de São Gabriel (região da Campanha Gaúcha, área tradicional da pecuária), realizada entre 2011 e 2016, até entrevistas com diversos agentes (estancieiros e suas esposas, arrendatários, sindicalistas, prefeito, advogado, juíza do trabalho e *peões*), genealogias familiares de estancieiros de importância política e dados sobre as propriedades (cadastros do Incra e dos censos do IBGE).

A obra é organizada em sete capítulos, abrangendo a formação dos latifúndios pastoris nos campos do Sul do Brasil, o estabelecimento das charqueadas para produção e processamento das carnes bovinas destinadas ao mercado nacional, para atender a demanda de alimentação dos trabalhadores das regiões agroexportadoras (como do café e da cana) e a formação dos frigoríficos controlados por cooperativas de estancieiros no pós-1930. A partir desta época, passaram a produzir “artigo de luxo”, a carne frigorificada destinada aos consumidores urbanos no país e no exterior. Com esta mudança, segundo a análise de Piccin, o rendimento monetário do estancieiro criador de gado bovino “é maior do que qualquer outra atividade agrícola para o período que vai até o final da década de 1980” (p. 15). Contudo, acompanhando o processo de redemocratização política, abertura da economia e outras mudanças, os estancieiros iniciaram o seu descenso político e econômico. A partir da década de 1990, presenciaram a ascensão de outros agentes no mesmo espaço social – tal como os *colonos*, descendentes de imigrantes e pequenos proprietários de outras regiões do Rio Grande do Sul, que passaram a arrendar e depois a comprar terras dos seus domínios –, a

pressão dos movimentos sociais de luta por terra e a conquista de diversos assentamentos e as causas trabalhistas que passaram a interpelá-los na Justiça.

O livro traz uma análise sobre a estrutura da sociedade estancieira e a distribuição dos capitais entre as suas classes sociais no longo prazo. Situa a elite estancieira no topo da hierarquia social, conferindo-lhe prestígio social, títulos, domínio das terras, poder econômico, político e militar. Na base da estrutura social estão os *peões*, trabalhadores relativamente desqualificados, empregados na criação do gado. Conforma uma estrutura social bastante desigual. Neste aspecto, chama a atenção a forma particular com que a identidade de *gaúcho* (termo usado, nos tempos atuais, como identificadora dos nascidos no estado do Rio Grande do Sul) é usada nesse meio. Segundo o apontado por Piccin, no ambiente estancieiro, o termo *gaúcho* é guardado para a designação dos que “vivem do próprio trabalho” (p. 99). Tendo inclusive uma variação do termo, a de *gauchinho*, usada no interior das estâncias para designar “especificamente os *peões* de estância” (p. 99). Ou seja, nas áreas estancieiras do Rio Grande do Sul, os entusiastas e frequentadores de Centros de Tradições Gaúchas (CTGs) são os *gaúchos* (*peões*) e adeptos urbanos, não os estancieiros. Estes últimos mantêm clubes próprios para o seu convívio social, como o “Aristocrático Clube Comercial” de São Gabriel. O nome do clube já diz muito!

A obra destaca que as mudanças ocorridas após os anos 1990 tornaram visível certo descompasso entre o *habitus* aristocrático internalizado pelas famílias da elite estancieira ao longo de décadas de bonança e as estruturas do campo econômico que se deterioraram rapidamente. O estilo de vida, *status* e prestígio social foram sedimentados em momento em que a atividade do gado era muito valorizada e os membros da elite estancieiras obtiveram acessos aos melhores espaços da sociedade brasileira. Desenvolveram um *habitus* que valoriza atividades de “espírito desinteressado”, como pintura, esportes, literatura, política e em profissões como medicina, direito, engenharia e no exército, em detrimento de ocupações garantidoras do sustento econômico e do “espírito” burguês, da avareza, da acumulação. Mesmo após a derrocada econômica, as estruturas anteriores sobreviveram como disposições sociais incorporadas, como “efeito de histerese”, nos termos de Bourdieu (1983), para

designar o descompasso histórico entre o passado e o presente do agente, ou seja, entre as suas condições de geração e as suas condições de operação. Nesse sentido, o *habitus* desinteressado nos aspectos econômicos se apresenta como um fator desestabilizador em muitas estâncias e, até mesmo, como motivador da falência, se os seus proprietários não são capazes de realizar um processo de *reconversão* das espécies de capitais que detém para outros mais rentáveis e legítimos nos tempos atuais. Essas situações, acabam atraindo para as áreas das estâncias outros agentes, melhor adaptados ao campo econômico (atentos às regras do mercado) e o cultivo de grãos, especialmente, a soja.

Outra grande revelação das pesquisas sistematizadas no livro diz respeito ao relativo atraso entre a promulgação da legislação trabalhista rural e a sua aplicação efetiva no espaço estancieiro. Apesar da legislação trabalhista rural ter sido regulamentada ainda no início da década de 1960 e aplicada desde essa época em áreas de Pernambuco, Paraíba e São Paulo, por exemplo, na região estancieira só passou a ser efetivamente cumprida a partir da década de 1990. Alguns dos depoimentos de estancieiros trazidos na obra de Piccin (p. 176-179) revelam inclusive certo saudosismo de como eram “boas” as relações com os trabalhadores e suas famílias no passado, em formas de “dominação tradicional” (em sentido weberiano), antes da vigência efetiva das leis trabalhistas: “os empregados eram muito baratos... eles eram achegos ali, ganhavam alguma coisa”; “eles nasciam no campo... apreendiam com os avôs e com os pais... eram empregados polivalentes, sabiam domar um cavalo, amansar uma junta de boi, alambrar [fazer cercas], sabiam de tudo”; “antigamente... o peão era um pessoal que era da família praticamente, porque o cara entrava guri pra estância e se aposentava lá... com o advento da justiça essa... do trabalho, mudou tudo, agora é pura questão trabalhista”; “naquela época era assim: o empregado era como se fosse um patrimônio, porque dava casa e o empregado morava, *dependia*. O empregado, o filho e o neto todo mundo trabalhava...”; “começou a mudar mesmo de 90 a 2000... a estância tinha 8 funcionários e meu avô gastava uma vaca para pagar os 8 funcionários [por mês]... Hoje [2011] eu preciso de duas vacas para pagar um empregado.”

Como se percebe, a modernização nas relações de trabalho trazida pela legislação é vista como algo nocivo para a ordem local e revela certo descompasso no *habitus desinteressado* dos estancieiros diante da sua nova condição social, da falta de certos privilégios e das angústias da necessidade de tratar os empregados como cidadãos, como iguais perante a lei. O ressentimento da perda de *status*, da necessidade de reconhecer direitos, de certa aproximação social com grupos que julgam inferiores é apontado por vasta bibliografia como uma das bases morais do conservadorismo contemporâneo, base da “nova direita”. O livro de Marcos Piccin nos dá algumas indicações preciosas de como esses processos ocorrem no espaço social das estâncias sulinas. Vale muito a sua leitura.

Referências

- BRUNO, Regina. O processo de construção da hegemonia do agronegócio no Brasil: recorrências históricas e *habitus* de classe. *Trabalho Necessário*, Niterói, v. 20, n. 41, p. 1-26, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/52566>. Acesso em: 20 dez. 2022.
- DELGADO, Guilherme Costa; LEITE, Sergio Pereira. O agro é tudo? Pacto do agronegócio e reprimarização da economia. *Revista Rosa*, São Paulo, v. 6, n. 2, 2022. Disponível em: <https://revistarosa.com/6/agro-e-tudo>. Acesso em: 10 jan. 2023.

PICCIN, Marcos Botton. *Senhores de terra, senhores de guerra: sociologia histórica do patronato estancieiro do Rio Grande do Sul (1920-2019)*. Curitiba: Editora CRV, 2021.

BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato (Org.). *Pierre Bourdieu: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. p. 46-81.

Como citar

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. *Patronato, terra e política nos campos sulinos*. Resenha do livro *Senhores de terra, senhores de guerra: sociologia histórica do patronato estancieiro do Rio Grande do Sul (1920-2019)*, de Marcos Botton Piccin. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, e2331105, 19 abr. 2023. DOI: <https://doi.org/10.36920/esa-v31n1-r1>.



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.



Homenagem



Homenagem à
Eli de Fátima Napoleão de Lima
(1954-2022)

Homenagem à professora Eli de Fátima Napoleão de Lima

In honor of Professor Eli de Fátima Napoleão de Lima

Comitê Editorial

Este número da Revista *Sociedade e Agricultura* se inicia com uma homenagem à professora Eli de Fátima Napoleão de Lima. Há um ano, em janeiro de 2022, nossa colega faleceu e deixou um importante legado nas atividades de docência, pesquisa, orientação e escritos sobre a relação entre história, literatura e agricultura, cujo escopo abrangia, sobretudo, o sertão amazônico.

Quando sua morte foi anunciada, o CPDA/UFRRJ recebeu diversas mensagens de alunos, ex-alunos e colegas de trabalho. Na homenagem que ora fazemos apresentamos algumas delas. Logo após, publicamos dois artigos de ex-orientandos: o de Rodrigo Kummer, escrito em parceria com a professora Eli um pouco antes de seu adoecimento, e o de Valdênio Freitas Meneses, problematizando sua produção acadêmica.

Homenagem da Direção do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (ICHS/UFRRJ)

É com pesar e profunda tristeza que comunicamos o falecimento da professora Eli de Fátima Napoleão de Lima, do DDAS/CPDA, na manhã de hoje. A história de nossa querida Eli se confunde com a dos estudos rurais e conflitos agrários no Brasil. Graduada em História pela UFRJ, ingressou em 1977 como estagiária no CPDA. Desde então, nunca mais se afastou: pesquisadora do pioneiro e interdisciplinar projeto Pipsa, mestranda, doutoranda, docente, coordenadora de inúmeros projetos de reconhecimento nacional e internacional, orientadora de dezenas de dissertações e teses, uma das quais laureada, em 2019, com o Prêmio Capes na área de Sociologia. Além desta decisiva contribuição intelectual e acadêmica, Eli Napoleão de Lima igualmente se dedicou de forma incansável à construção institucional de nossa UFRRJ nestes mais de 40 anos. Chefe do DDAS e coordenadora do CPDA em diversas ocasiões, Eli também foi vice-diretora do ICHS na primeira metade da década de 1990.

Todos os que tiveram a honra de com ela conviver sempre se lembrarão de sua presença forte, corajosa, criativa, alegre, combativa, solidária e afetiva.

A Direção do ICHS se solidariza com familiares e amigos, particularmente com a comunidade do DDAS/CPDA, por esta perda insubstituível. Seguiremos trabalhando arduamente sob o legado fértil que ela nos deixou e não esqueceremos jamais de seus ensinamentos: “A mim, resta desejar que se encerre em breve a apatia diante desse presente pantanoso e que retomemos à ousadia de reafirmar verdades como as referentes às dívidas sociais que o país carrega desde sempre, sem solução efetiva até então, que faça qualquer sentido socialmente, ou seja, a questão agrária. Ela sempre vai estar presente” (extrato de entrevista de Eli de Fátima Napoleão de Lima concedida à *Revista IDeAS/CPDA*, dez. 2019).

Direção do ICHS/UFRRJ

Homenagens de colegas

A nossa querida Ly, o Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade e o CPDA têm suas histórias costuradas, feito ponto cruzado, um ponto forte, também conhecido como ponto bruxa. Ly e sua magia iluminavam o DDAS/CPDA. Ela costurava as relações internas entre técnicos, entre docentes, entre alunos. Costurava também as nesgas entre docentes e técnicos, entre alunos e técnicos e entre alunos e docentes. Com sua magia, encanto e alegria, fazia das relações tensas alta-costura. Na “sede”, em Seropédica, chegava com seu brilho, seu sorriso e sua elegância em reuniões, sobretudo naquelas que indicavam que seus tecidos iam desfiar. Com chuleio ou ponto luva, costurava as extremidades, segurando-as e, com isso, unindo os tecidos sem desfiar. De 2002 a 2020, esteve em quatro mandatos da chefia do DDAS. De 1987 a 1995, esteve em esteve mandatos da coordenação do CPDA. Entre 1991-1993, foi vice-diretora do Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Entre 2004 e 2008, esteve na direção da Rede de Estudos Rurais. Ly era uma máquina de costurar relações. Vez ou outra era reconduzida para o cargo do qual havia saído para, com seu ponto atrás, refazer costuras desfeitas e que eram necessárias para manter a força da subsede. Ly costurava, com brilho e elegância, o tecido que formava o DDAS/CPDA. Com seu falecimento precoce, perdemos um modo institucional de costurar relações. Perdemos seu brilhantismo, seu dinamismo, sua inteligência emocional e afetiva que produziu institucionalmente o DDAS/CPDA, suas relações internas e externas. Apesar disso, o tecido que Ly coseu permanece sustentando o DDAS/CPDA, pois está imortalizado no carinho e na admiração que todas e todos que ali permanecem mantêm por ela e por sua memória. Espero e desejo que consigamos preservar sua alta-costura.

Carmen Andriolli

A querida colega Eli de Fátima Napoleão de Lima, simplesmente Ly para seus colegas mais próximos, nos deixou no último sábado acometida de um câncer silencioso e cruel que, em tempos de pandemia, demorou a ser identificado e combatido. Ly era historiadora, gostava de ser identificada assim e, apesar de sua pós-graduação em Ciências Sociais (no CPDA), nunca renunciou ao olhar de historiadora em suas disciplinas, seja na Graduação, seja na pós-graduação (no CPDA/DDAS) ou na orientação de seus alunos. Excelente profissional, acadêmica rigorosa e grande conhecedora da História do Brasil como de seus intérpretes, se destacava por seu olhar cuidadoso e profundo sobre qualquer tema que estivesse trabalhando, para suas aulas, suas pesquisas e as de seus alunos, aos quais tratava sempre com carinho e generosidade que eram suas marcas. Em 2019, teve a alegria de ter a tese de um de seus orientandos de doutorado (Valdênio Freitas Meneses) premiada pela Capes como a melhor tese em Sociologia. Mas não era só na academia e na didática que a Ly deixou sua contribuição. Sua dedicação à instituição foi notória em várias conquistas nos diversos períodos como chefe de departamento (DDAS) e como vice-diretora do ICHS, entre as quais destaco os esforços envidados nas negociações para a incorporação ao patrimônio da UFRRJ de mais três andares do prédio em que se localiza a sede do CPDA. Apesar de lotada no DDAS, que funciona na av. Presidente Vargas, Ly frequentava a “Sede”, como ela gostava de dizer, constantemente. Era conhecida e desenvolveu amizade com servidores e colegas da administração, assim como de outros departamentos, tratando-os com a proximidade que lhe era peculiar. A distância e o fato de não ter carro nunca foram empecilhos para o deslocamento no percurso dos oitentas e tantos quilômetros que separam sua residência da “Sede”.

Como a mais antiga integrante na ativa do Programa de Pós-Graduação de Sociologia em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA), vestia a sua camisa antes de colocar sua roupa para sair de casa. O CPDA era também a sua casa e a sua família, gostava de dizer. Frequentava cotidianamente sua sala que estava sempre aberta para quem precisasse de uma ajuda, seja profissional, seja pessoal. Sua solidariedade não tinha limites para quem quer que necessitasse e que ela pudesse atender. Todos eram seus “queridos”, como os

tratava, e a cada um designava um apelido carinhoso que acabava se fixando à identidade da pessoa. Assim foi com o Regis, com a Rejú, com a Raquelucha, com o Rob, com o Rai e outros tantos... Dizer que “deixou um vazio” ou “um buraco que nunca será preenchido” é pouco para falar da ausência da nossa querida Eli. Ela levou muito de nós com ela, mas deixou sua luz em nossos corações. Seremos responsáveis por manter essa luz acesa, cultivando nossas relações como ela soube cultivar as suas: com extrema alegria, um sorriso largo e carinhoso e muita generosidade e solidariedade, qualidades que se confundem na pessoa da Eli. Assim, homenagearemos a Ly e seremos melhores.

Maria José Carneiro

Não poderia ter sido diferente. Nossa Ly, ao preparar-se para a partida, nos entrelaçou amorosamente feito ciranda, carimbó e outros passos de dança por ela inventados em dias de festa, nos aniversários e comemorações de bancas de tese ou quando a vontade de dançar se anunciava.

Ela então juntou familiares, amigo(as), “zamigas” de longa caminhada e gentes que vieram ajudá-la. Feito um pastoril, uniu mestras e contramestras, embaralhou a linha de frente com a retaguarda, misturou o cordão encarnado com o cordão azul, somou cantores(as) e poetas que mal sabiam solfejar e rimar. E, ciosamente, preservou nossas individualidades, jeito de ser e de amar, crenças e concepções de mundo.

Assim constituído o grupo, ela também entrou na dança. Obviamente que do seu jeito, a seu modo e dentro de suas possibilidades. Hoje percebo que Ly preparou-se e preparou-nos para a sua partida. Sem fôlego, cansada e com dores, sabiamente transformou-nos em narradores(as) de suas caminhadas, que hoje também são nossas, e intérpretes de suas trajetórias.

Em comum o amor maior feito carinho, solidariedade e afeto.

Juntas(as), revivemos recordações guardadas na memória, resgatamos fotografias coloridas ou esmaecidas pelo tempo. Conhecemos inúmeras histórias recontadas a partir das mais belas e expressivas fotos e causos os mais divertidos como a manta de frio em pleno calor ou ou a compra no brechó justamente de roupas da amiga querida ao invés de pegá-las no armário.

Viajamos por esse mundo afora. Escalamos montanhas, singramos mares, mergulhamos em suas ondas; bebericamos e cantamos. Sorrimos quando alguém comentou que ela comia “insuportavelmente” devagar. Conosco também e sempre dizia: “fiquem à vontade, não me esperem”. E gargalhamos quando soubemos de suas “crises de riso pelos motivos mais bobos”.

E muito mais.

Juntos(as) revisitamos a sua sala de trabalho no nono andar do CPDA, conhecida como a sala da “escuta acolhedora”. Recordamos a valorização do *éthos* da comunidade com seus prós e contras e seu infindável afeto. E conhecemos pessoas extremamente afetivas e carinhosas. Sem constrangimentos para falar que choraram diante do sofrimento e da dor e ao mesmo tempo dizer que não perdem a esperança. Zamigas que rezam suas rezas, acendem velas e diariamente desejam “energias positivas” e “chuvas de benção”, “violetas” “juntas em oração”. Corações floridos, moventes, pulsantes. E flores mil.

Sem esquecer o nosso imenso carinho pela minha/nossa mui cara amiga que, mesmo na exaustão das responsabilidades, ficava sensibilizada diante de nossa aflição por notícias e nos garantia informações e acontecimentos ocorridas, seja durante o dia, seja à noite e até na madrugada.

Juntamente com a paixão pelo mar, o amor à natureza e a felicidade de estar ao lado da sua família e de amigos(as), ela se manteve fiel e aprofundou a sua leitura sobre Gilberto Freyre de *Casa Grande & Senzala*. Ficou feliz quando o seu artigo sobre Graciliano Ramos foi aprovado para publicação. E, na função de orientadora, se adentrou por novas searas sobre direito territorial, terras indígenas e bancada ruralista. Ly vibrou com a premiação de seu orientando. Nunca deixou de assumir atividades institucionais. Seja “Pensando a Respeito”, seja à frente de coordenações e chefias.

Consciente ou inconscientemente, ela foi se afastando de mansinho sem se fazer notar, mas prestando contas de seus compromissos profissionais. Intensificou as defesas de teses e dissertações de seus orientandos e orientandas. Delegou a outrem tarefas de longo prazo, há décadas sob sua responsabilidade. Encaminhou o seu processo de aposentadoria. Sempre atenta não faltou a nenhuma reunião, mas mudou a posição do computador. E manteve a alegria da vida. Tomou banho de mar. De seu lugar preferido, assistiu o amanhecer e o entardecer do dia.

Se Norbert Elias, sociólogo, tivesse tido a oportunidade de presenciar a partida da Ly seguramente não teria escrito *A solidão dos moribundos*.

Na despedida, sussurramos baixinho: “Está tudo bem!”. Colocamos sua música. Velas foram acesas dia e noite. Pedimos a proteção de Iemanjá, rainha do mar. Ficamos felizes quando alguém decidiu plantar hibiscos – símbolo da continuidade da vida.

Eli Ly, Lili, Tililica delegou-nos como herança seus sonhos, propósitos e projetos. Ela nos humanizou, o que é um privilégio em tempos tão difíceis e afeitos ao egoísmo. E nós a ajudamos a fazer a sua passagem sabendo-se amada...

De minha parte, basta como memória e afeto o apelido Rejú.

Regina Bruno

Homenagem de ex-alunos

A partida da Eli, tão precoce e repentina, me bateu como aquelas rasteiras que a gente toma e faz cair de cara no chão. Chorei um choro pesado, não sei se de tristeza, raiva, desamparo, injustiça, saudade ou tudo junto. A gente não merecia perdê-la assim. Não agora.

A verdade é que Eli era uma pessoa tão necessária, que a qualquer momento que ela partisse, deixaria sempre um vazio enorme. Mas como boa professora

que era, o que ela deixou mesmo foram ensinamentos preciosos. E não me refiro somente aos estudos rurais e conflitos agrários, ou às tantas causas em que lutou, nas quais será sempre uma grande referência. Mas também àquilo que ela ensinava no dia a dia. Eli era sinônimo de solidariedade, coragem, força, afetividade e alegria.

Conheci a Eli na minha arguição oral durante a seleção para o doutorado, e o que era para ser um momento tenso e difícil, fez-se leve e fluido com a generosidade e o interesse verdadeiro com que ela me questionava. Logo depois, veio a ser minha primeira orientadora (antes de passar o bastão à Carmen) e professora. Fui sua aluna no CPDA e também tive a honra de dividir a sala de aula com ela, quando me confiou seus alunos da graduação na Rural. Nesse dia, fez questão de me apresentar o *campus* inteiro, com uma alegria de menina recém-chegada, mesmo fazendo aquele caminho há mais de 40 anos.

Eli me acolheu quando me separei, me levou para beber no seu querido Paladino e dançou comigo até o chão na nossa festa de fim de ano. Sem falar nas ricas conversas, ideias e risadas que tive o privilégio de trocar com ela. Minha tese já caminha para o final, mas vai ficar incompleta sem a sua leitura.

Eu não me conformo com a sua partida. Mas quero guardar o que de melhor ela deixou, embora seja difícil escolher dentre tantas qualidades. Eli era pura alegria e pulsão de vida, que exalavam pelos poros, tanto numa manhã chuvosa de segunda-feira quanto num fim de sexta depois de vários chopes. Eu me questionava em silêncio como, depois de tudo o que viveu, do que enfrentou, ainda havia tanto brilho naqueles olhos. Não sei, mas desconfio. Eli era especialista em criar bons momentos e alimentar as melhores lembranças.

E assim, sigo sua lição.

Obrigada, professora.

Joyce Barbosa

No início de 2020, falamos sobre escrever um artigo a respeito das imagens dos ferros de gado, sobre Ariano Suassuna, gastronomia e sertão – artigo agora que sei que tenho de continuar sozinho. Durante a pandemia, nós nos falávamos por e-mail e WhatsApp. Em 2021, ela escreveu um prefácio para o livro da nossa tese. Em março desse mesmo ano, ela entra rápido em uma *live* para a qual fui convidado e manda um abraço. Em maio, falei com ela quando perdemos, na atual tragédia brasileira, um grande amigo – o Felipe Prado, doutorando de 2014, e outra figura que marcou profundamente minha passagem no CPDA. Em outubro, saem os primeiros lotes do livro originado da tese. Envio para Eli um exemplar com uma dedicatória e aguardo resposta. Em dezembro, estranho a demora na resposta e reenvio mensagem. Enfim, no dia 31 de dezembro conversamos e ela anuncia que estava doente grave – estava ainda entendendo essa “hecatombe”, nas suas palavras – e reforçava o orgulho de trabalharmos juntos. Estava óbvia a despedida. Apaguei esses áudios da memória do celular para não mais ouvi-los. Prefiro lembrar da Ly como alguém da festa, da rua, do movimento, da inquietação, da energia. Era potência e energia e do correr da vida que tudo embrulha.

Foi em uma manhã chuvosa e cinzenta de janeiro de 2022, na cidade de São Paulo, que fui recebendo, por intermédio dos amigos do CPDA, a notícia da despedida definitiva da minha querida amiga, orientadora e “cachaceira” sertaneja. Na nossa vastidão de crenças, é impossível não colocarmos a Eli no plano sagrado por meio da poesia: “morre jovem aquilo que os Deuses amam”, como diz um dos vários heterônimos de Fernando Pessoa. As memórias dos amigos e amigas fazem a gente sentir o “cheiro” da saudade. Eu me emocionei com as homenagens das professoras Regina Bruno e Maria José Carneiro. Também foi amável e gentil todo o cuidado dos amigos Sérgio Leite, Carmen Andriolli e Leonilde Medeiros nos momentos finais – assim como a Ly o fez nas despedidas de Raimundo Santos e de Hector Alimonda.

A despedida física da Ly tornou ainda mais forte sua energia agregadora. Figuras como Eli Napoleão não são mais pessoas físicas – sua matéria está dispersa nas cinzas –, mas são, agora, “entidades” que podem ser interpretadas à luz da melhor tradição antropológica. Pessoas que se tornam “mana”, ou

seja, energia social e que circulam como um “patrimônio”. Eli é o nosso patrimônio: ela define processos e gerações do CPDA, do Horto Florestal, de Seropédica e até dos apertados andares (6º a 9º), mas sempre acolhedores, do prédio da avenida Presidente Vargas, 417.

Por fim, ao sobrevivermos a esse momento histórico e dramático que se passa no mundo e no nosso país, evoco a Eli, mas também a lembrança de amigos e amigas que nos deixarão saudades de um CPDA “pré-pandêmico”, que não mais existirá senão em nossa “ilha de edição” de memórias. E que essas memórias nos tragam a certeza de que a atividade acadêmica deve manter a navalha crítica e o realismo, mas que também seja gentil e acolhedora. Esses foram alguns dos aprendizados que tive dentro de veredas nos sertões em que a Eli me guiou com suas cenas “elinapoleônicas”: do agradável ambiente da sua sala no 9º andar ao “bar do Paladino” ou “bar da Igreja”, da literatura latino-americana, da nossa “saudade e rusticidade” e, por fim, da incessante busca – seja ela poética ou acadêmica – pelas raízes agrárias da formação social brasileira.

Valdênio Freitas Meneses



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.

Homenagem à professora Eli de Fátima Napoleão de Lima

In honor of Professor Eli de Fátima Napoleão de Lima

Comitê Editorial

Este número da Revista *Sociedade e Agricultura* se inicia com uma homenagem à professora Eli de Fátima Napoleão de Lima. Há um ano, em janeiro de 2022, nossa colega faleceu e deixou um importante legado nas atividades de docência, pesquisa, orientação e escritos sobre a relação entre história, literatura e agricultura, cujo escopo abrangia, sobretudo, o sertão amazônico.

Quando sua morte foi anunciada, o CPDA/UFRRJ recebeu diversas mensagens de alunos, ex-alunos e colegas de trabalho. Na homenagem que ora fazemos apresentamos algumas delas. Logo após, publicamos dois artigos de ex-orientandos: o de Rodrigo Kummer, escrito em parceria com a professora Eli um pouco antes de seu adoecimento, e o de Valdênio Freitas Meneses, problematizando sua produção acadêmica.

Homenagem da Direção do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (ICHS/UFRRJ)

É com pesar e profunda tristeza que comunicamos o falecimento da professora Eli de Fátima Napoleão de Lima, do DDAS/CPDA, na manhã de hoje. A história de nossa querida Eli se confunde com a dos estudos rurais e conflitos agrários no Brasil. Graduada em História pela UFRJ, ingressou em 1977 como estagiária no CPDA. Desde então, nunca mais se afastou: pesquisadora do pioneiro e interdisciplinar projeto Pipsa, mestranda, doutoranda, docente, coordenadora de inúmeros projetos de reconhecimento nacional e internacional, orientadora de dezenas de dissertações e teses, uma das quais laureada, em 2019, com o Prêmio Capes na área de Sociologia. Além desta decisiva contribuição intelectual e acadêmica, Eli Napoleão de Lima igualmente se dedicou de forma incansável à construção institucional de nossa UFRRJ nestes mais de 40 anos. Chefe do DDAS e coordenadora do CPDA em diversas ocasiões, Eli também foi vice-diretora do ICHS na primeira metade da década de 1990.

Todos os que tiveram a honra de com ela conviver sempre se lembrarão de sua presença forte, corajosa, criativa, alegre, combativa, solidária e afetiva.

A Direção do ICHS se solidariza com familiares e amigos, particularmente com a comunidade do DDAS/CPDA, por esta perda insubstituível. Seguiremos trabalhando arduamente sob o legado fértil que ela nos deixou e não esqueceremos jamais de seus ensinamentos: “A mim, resta desejar que se encerre em breve a apatia diante desse presente pantanoso e que retomemos à ousadia de reafirmar verdades como as referentes às dívidas sociais que o país carrega desde sempre, sem solução efetiva até então, que faça qualquer sentido socialmente, ou seja, a questão agrária. Ela sempre vai estar presente” (extrato de entrevista de Eli de Fátima Napoleão de Lima concedida à *Revista IDeAS/CPDA*, dez. 2019).

Direção do ICHS/UFRRJ

Homenagens de colegas

A nossa querida Ly, o Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade e o CPDA têm suas histórias costuradas, feito ponto cruzado, um ponto forte, também conhecido como ponto bruxa. Ly e sua magia iluminavam o DDAS/CPDA. Ela costurava as relações internas entre técnicos, entre docentes, entre alunos. Costurava também as nesgas entre docentes e técnicos, entre alunos e técnicos e entre alunos e docentes. Com sua magia, encanto e alegria, fazia das relações tensas alta-costura. Na “sede”, em Seropédica, chegava com seu brilho, seu sorriso e sua elegância em reuniões, sobretudo naquelas que indicavam que seus tecidos iam desfiar. Com chuleio ou ponto luva, costurava as extremidades, segurando-as e, com isso, unindo os tecidos sem desfiar. De 2002 a 2020, esteve em quatro mandatos da chefia do DDAS. De 1987 a 1995, esteve em esteve mandatos da coordenação do CPDA. Entre 1991-1993, foi vice-diretora do Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Entre 2004 e 2008, esteve na direção da Rede de Estudos Rurais. Ly era uma máquina de costurar relações. Vez ou outra era reconduzida para o cargo do qual havia saído para, com seu ponto atrás, refazer costuras desfeitas e que eram necessárias para manter a força da subsede. Ly costurava, com brilho e elegância, o tecido que formava o DDAS/CPDA. Com seu falecimento precoce, perdemos um modo institucional de costurar relações. Perdemos seu brilhantismo, seu dinamismo, sua inteligência emocional e afetiva que produziu institucionalmente o DDAS/CPDA, suas relações internas e externas. Apesar disso, o tecido que Ly coseu permanece sustentando o DDAS/CPDA, pois está imortalizado no carinho e na admiração que todas e todos que ali permanecem mantêm por ela e por sua memória. Espero e desejo que consigamos preservar sua alta-costura.

Carmen Andriolli

A querida colega Eli de Fátima Napoleão de Lima, simplesmente Ly para seus colegas mais próximos, nos deixou no último sábado acometida de um câncer silencioso e cruel que, em tempos de pandemia, demorou a ser identificado e combatido. Ly era historiadora, gostava de ser identificada assim e, apesar de sua pós-graduação em Ciências Sociais (no CPDA), nunca renunciou ao olhar de historiadora em suas disciplinas, seja na Graduação, seja na pós-graduação (no CPDA/DDAS) ou na orientação de seus alunos. Excelente profissional, acadêmica rigorosa e grande conhecedora da História do Brasil como de seus intérpretes, se destacava por seu olhar cuidadoso e profundo sobre qualquer tema que estivesse trabalhando, para suas aulas, suas pesquisas e as de seus alunos, aos quais tratava sempre com carinho e generosidade que eram suas marcas. Em 2019, teve a alegria de ter a tese de um de seus orientandos de doutorado (Valdênio Freitas Meneses) premiada pela Capes como a melhor tese em Sociologia. Mas não era só na academia e na didática que a Ly deixou sua contribuição. Sua dedicação à instituição foi notória em várias conquistas nos diversos períodos como chefe de departamento (DDAS) e como vice-diretora do ICHS, entre as quais destaco os esforços envidados nas negociações para a incorporação ao patrimônio da UFRRJ de mais três andares do prédio em que se localiza a sede do CPDA. Apesar de lotada no DDAS, que funciona na av. Presidente Vargas, Ly frequentava a “Sede”, como ela gostava de dizer, constantemente. Era conhecida e desenvolveu amizade com servidores e colegas da administração, assim como de outros departamentos, tratando-os com a proximidade que lhe era peculiar. A distância e o fato de não ter carro nunca foram empecilhos para o deslocamento no percurso dos oitentas e tantos quilômetros que separam sua residência da “Sede”.

Como a mais antiga integrante na ativa do Programa de Pós-Graduação de Sociologia em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA), vestia a sua camisa antes de colocar sua roupa para sair de casa. O CPDA era também a sua casa e a sua família, gostava de dizer. Frequentava cotidianamente sua sala que estava sempre aberta para quem precisasse de uma ajuda, seja profissional, seja pessoal. Sua solidariedade não tinha limites para quem quer que necessitasse e que ela pudesse atender. Todos eram seus “queridos”, como os

tratava, e a cada um designava um apelido carinhoso que acabava se fixando à identidade da pessoa. Assim foi com o Regis, com a Rejú, com a Raquelucha, com o Rob, com o Rai e outros tantos... Dizer que “deixou um vazio” ou “um buraco que nunca será preenchido” é pouco para falar da ausência da nossa querida Eli. Ela levou muito de nós com ela, mas deixou sua luz em nossos corações. Seremos responsáveis por manter essa luz acesa, cultivando nossas relações como ela soube cultivar as suas: com extrema alegria, um sorriso largo e carinhoso e muita generosidade e solidariedade, qualidades que se confundem na pessoa da Eli. Assim, homenagearemos a Ly e seremos melhores.

Maria José Carneiro

Não poderia ter sido diferente. Nossa Ly, ao preparar-se para a partida, nos entrelaçou amorosamente feito ciranda, carimbó e outros passos de dança por ela inventados em dias de festa, nos aniversários e comemorações de bancas de tese ou quando a vontade de dançar se anunciava.

Ela então juntou familiares, amigo(as), “zamigas” de longa caminhada e gentes que vieram ajudá-la. Feito um pastoril, uniu mestras e contramestras, embaralhou a linha de frente com a retaguarda, misturou o cordão encarnado com o cordão azul, somou cantores(as) e poetas que mal sabiam solfejar e rimar. E, ciosamente, preservou nossas individualidades, jeito de ser e de amar, crenças e concepções de mundo.

Assim constituído o grupo, ela também entrou na dança. Obviamente que do seu jeito, a seu modo e dentro de suas possibilidades. Hoje percebo que Ly preparou-se e preparou-nos para a sua partida. Sem fôlego, cansada e com dores, sabiamente transformou-nos em narradores(as) de suas caminhadas, que hoje também são nossas, e intérpretes de suas trajetórias.

Em comum o amor maior feito carinho, solidariedade e afeto.

Juntas(as), revivemos recordações guardadas na memória, resgatamos fotografias coloridas ou esmaecidas pelo tempo. Conhecemos inúmeras histórias recontadas a partir das mais belas e expressivas fotos e causos os mais divertidos como a manta de frio em pleno calor ou ou a compra no brechó justamente de roupas da amiga querida ao invés de pegá-las no armário.

Viajamos por esse mundo afora. Escalamos montanhas, singramos mares, mergulhamos em suas ondas; bebericamos e cantamos. Sorrimos quando alguém comentou que ela comia “insuportavelmente” devagar. Conosco também e sempre dizia: “fiquem à vontade, não me esperem”. E gargalhamos quando soubemos de suas “crises de riso pelos motivos mais bobos”.

E muito mais.

Juntos(as) revisitamos a sua sala de trabalho no nono andar do CPDA, conhecida como a sala da “escuta acolhedora”. Recordamos a valorização do *éthos* da comunidade com seus prós e contras e seu infindável afeto. E conhecemos pessoas extremamente afetivas e carinhosas. Sem constrangimentos para falar que choraram diante do sofrimento e da dor e ao mesmo tempo dizer que não perdem a esperança. Zamigas que rezam suas rezas, acendem velas e diariamente desejam “energias positivas” e “chuvas de benção”, “violetas” “juntas em oração”. Corações floridos, moventes, pulsantes. E flores mil.

Sem esquecer o nosso imenso carinho pela minha/nossa mui cara amiga que, mesmo na exaustão das responsabilidades, ficava sensibilizada diante de nossa aflição por notícias e nos garantia informações e acontecimentos ocorridas, seja durante o dia, seja à noite e até na madrugada.

Juntamente com a paixão pelo mar, o amor à natureza e a felicidade de estar ao lado da sua família e de amigos(as), ela se manteve fiel e aprofundou a sua leitura sobre Gilberto Freyre de *Casa Grande & Senzala*. Ficou feliz quando o seu artigo sobre Graciliano Ramos foi aprovado para publicação. E, na função de orientadora, se adentrou por novas searas sobre direito territorial, terras indígenas e bancada ruralista. Ly vibrou com a premiação de seu orientando. Nunca deixou de assumir atividades institucionais. Seja “Pensando a Respeito”, seja à frente de coordenações e chefias.

Consciente ou inconscientemente, ela foi se afastando de mansinho sem se fazer notar, mas prestando contas de seus compromissos profissionais. Intensificou as defesas de teses e dissertações de seus orientandos e orientandas. Delegou a outrem tarefas de longo prazo, há décadas sob sua responsabilidade. Encaminhou o seu processo de aposentadoria. Sempre atenta não faltou a nenhuma reunião, mas mudou a posição do computador. E manteve a alegria da vida. Tomou banho de mar. De seu lugar preferido, assistiu o amanhecer e o entardecer do dia.

Se Norbert Elias, sociólogo, tivesse tido a oportunidade de presenciar a partida da Ly seguramente não teria escrito *A solidão dos moribundos*.

Na despedida, sussurramos baixinho: “Está tudo bem!”. Colocamos sua música. Velas foram acesas dia e noite. Pedimos a proteção de Iemanjá, rainha do mar. Ficamos felizes quando alguém decidiu plantar hibiscos – símbolo da continuidade da vida.

Eli Ly, Lili, Tililica delegou-nos como herança seus sonhos, propósitos e projetos. Ela nos humanizou, o que é um privilégio em tempos tão difíceis e afeitos ao egoísmo. E nós a ajudamos a fazer a sua passagem sabendo-se amada...

De minha parte, basta como memória e afeto o apelido Rejú.

Regina Bruno

Homenagem de ex-alunos

A partida da Eli, tão precoce e repentina, me bateu como aquelas rasteiras que a gente toma e faz cair de cara no chão. Chorei um choro pesado, não sei se de tristeza, raiva, desamparo, injustiça, saudade ou tudo junto. A gente não merecia perdê-la assim. Não agora.

A verdade é que Eli era uma pessoa tão necessária, que a qualquer momento que ela partisse, deixaria sempre um vazio enorme. Mas como boa professora

que era, o que ela deixou mesmo foram ensinamentos preciosos. E não me refiro somente aos estudos rurais e conflitos agrários, ou às tantas causas em que lutou, nas quais será sempre uma grande referência. Mas também àquilo que ela ensinava no dia a dia. Eli era sinônimo de solidariedade, coragem, força, afetividade e alegria.

Conheci a Eli na minha arguição oral durante a seleção para o doutorado, e o que era para ser um momento tenso e difícil, fez-se leve e fluido com a generosidade e o interesse verdadeiro com que ela me questionava. Logo depois, veio a ser minha primeira orientadora (antes de passar o bastão à Carmen) e professora. Fui sua aluna no CPDA e também tive a honra de dividir a sala de aula com ela, quando me confiou seus alunos da graduação na Rural. Nesse dia, fez questão de me apresentar o *campus* inteiro, com uma alegria de menina recém-chegada, mesmo fazendo aquele caminho há mais de 40 anos.

Eli me acolheu quando me separei, me levou para beber no seu querido Paladino e dançou comigo até o chão na nossa festa de fim de ano. Sem falar nas ricas conversas, ideias e risadas que tive o privilégio de trocar com ela. Minha tese já caminha para o final, mas vai ficar incompleta sem a sua leitura.

Eu não me conformo com a sua partida. Mas quero guardar o que de melhor ela deixou, embora seja difícil escolher dentre tantas qualidades. Eli era pura alegria e pulsão de vida, que exalavam pelos poros, tanto numa manhã chuvosa de segunda-feira quanto num fim de sexta depois de vários chopes. Eu me questionava em silêncio como, depois de tudo o que viveu, do que enfrentou, ainda havia tanto brilho naqueles olhos. Não sei, mas desconfio. Eli era especialista em criar bons momentos e alimentar as melhores lembranças.

E assim, sigo sua lição.

Obrigada, professora.

Joyce Barbosa

No início de 2020, falamos sobre escrever um artigo a respeito das imagens dos ferros de gado, sobre Ariano Suassuna, gastronomia e sertão – artigo agora que sei que tenho de continuar sozinho. Durante a pandemia, nós nos falávamos por e-mail e WhatsApp. Em 2021, ela escreveu um prefácio para o livro da nossa tese. Em março desse mesmo ano, ela entra rápido em uma *live* para a qual fui convidado e manda um abraço. Em maio, falei com ela quando perdemos, na atual tragédia brasileira, um grande amigo – o Felipe Prado, doutorando de 2014, e outra figura que marcou profundamente minha passagem no CPDA. Em outubro, saem os primeiros lotes do livro originado da tese. Envio para Eli um exemplar com uma dedicatória e aguardo resposta. Em dezembro, estranho a demora na resposta e reenvio mensagem. Enfim, no dia 31 de dezembro conversamos e ela anuncia que estava doente grave – estava ainda entendendo essa “hecatombe”, nas suas palavras – e reforçava o orgulho de trabalharmos juntos. Estava óbvia a despedida. Apaguei esses áudios da memória do celular para não mais ouvi-los. Prefiro lembrar da Ly como alguém da festa, da rua, do movimento, da inquietação, da energia. Era potência e energia e do correr da vida que tudo embrulha.

Foi em uma manhã chuvosa e cinzenta de janeiro de 2022, na cidade de São Paulo, que fui recebendo, por intermédio dos amigos do CPDA, a notícia da despedida definitiva da minha querida amiga, orientadora e “cachaceira” sertaneja. Na nossa vastidão de crenças, é impossível não colocarmos a Eli no plano sagrado por meio da poesia: “morre jovem aquilo que os Deuses amam”, como diz um dos vários heterônimos de Fernando Pessoa. As memórias dos amigos e amigas fazem a gente sentir o “cheiro” da saudade. Eu me emocionei com as homenagens das professoras Regina Bruno e Maria José Carneiro. Também foi amável e gentil todo o cuidado dos amigos Sérgio Leite, Carmen Andriolli e Leonilde Medeiros nos momentos finais – assim como a Ly o fez nas despedidas de Raimundo Santos e de Hector Alimonda.

A despedida física da Ly tornou ainda mais forte sua energia agregadora. Figuras como Eli Napoleão não são mais pessoas físicas – sua matéria está dispersa nas cinzas –, mas são, agora, “entidades” que podem ser interpretadas à luz da melhor tradição antropológica. Pessoas que se tornam “mana”, ou

seja, energia social e que circulam como um “patrimônio”. Eli é o nosso patrimônio: ela define processos e gerações do CPDA, do Horto Florestal, de Seropédica e até dos apertados andares (6º a 9º), mas sempre acolhedores, do prédio da avenida Presidente Vargas, 417.

Por fim, ao sobrevivermos a esse momento histórico e dramático que se passa no mundo e no nosso país, evoco a Eli, mas também a lembrança de amigos e amigas que nos deixarão saudades de um CPDA “pré-pandêmico”, que não mais existirá senão em nossa “ilha de edição” de memórias. E que essas memórias nos tragam a certeza de que a atividade acadêmica deve manter a navalha crítica e o realismo, mas que também seja gentil e acolhedora. Esses foram alguns dos aprendizados que tive dentro de veredas nos sertões em que a Eli me guiou com suas cenas “elinapoleônicas”: do agradável ambiente da sua sala no 9º andar ao “bar do Paladino” ou “bar da Igreja”, da literatura latino-americana, da nossa “saudade e rusticidade” e, por fim, da incessante busca – seja ela poética ou acadêmica – pelas raízes agrárias da formação social brasileira.

Valdênio Freitas Meneses



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.

Ruralidade trágica em Juan Rulfo: apontamentos entre ficção e realidade

Tragic rurality in Juan Rulfo:
considerations between fiction and reality

 Rodrigo Kummer¹

 Eli Napoleão de Lima²

 https://doi.org/10.36920/esa31-1_02

Resumo: Esta é uma análise da produção literária do escritor mexicano Carlos Juan Nepomuceno Pérez Rulfo Vizcaíno (1917-1986). Buscou-se aprofundar os sentidos de seus enredos trágicos, ambientados e referenciados à desigualdade social e à ruralidade mexicana de meados do século XX. O objeto de discussão se circunscreve às obras literárias *Chão em Chamas* (1953) e *Pedro Páramo* (1955). Estes textos, notoriamente complexos e enigmáticos, se relacionam entre a realidade social mexicana do início do século XX e o imaginário social, permeado pelo misticismo e pelo fantástico. A literatura rulfiana, portanto, assumiu a tessitura de um discurso que oscila entre o real e o imaginário e que dá sentido às experiências históricas. Nesse viés, um dos elementos fundamentais da produção literária de Rulfo é a presença da tragédia. Ela apresenta, sobretudo, elementos de uma ruralidade permeada pela escassez, pela exploração e pela pobreza. Sua obra representa, de modo original, uma

¹ Professor da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Doutor em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). E-mail: kummer2004@yahoo.com.br.

² Professora Associada IV do Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). *In memoriam*.

contribuição ao pensamento decolonial, pois apresenta uma manifestação literária que advoga e dialoga com sua realidade de forma propositadamente pragmática. Sua tragicidade rural é, além de denúncia, um forçoso choque de realidade.

Palavras-chave: ruralidade; literatura; tragédia; história; México.

Abstract: This analysis of literature by the Mexican writer Carlos Juan Nepomuceno Pérez Rulfo Vizcaíno (1917–1986) is intended to further explore the meanings of his tragic plots set among and making reference to social inequality and rurality in Mexico during the first half of the twentieth century. We focus on *The Plain in Flames* (1953) and *Pedro Páramo* (1955), two notoriously complex and enigmatic texts relating to the social reality in Mexico in the early 1900s and the social imagination permeated by mysticism and the fantastic. Rulfian literature consequently acted as an interwoven discourse oscillating between the real and the imaginary, lending meaning to historical experiences. In this sense, tragedy is one of the fundamental elements in Rulfo's literary work, which essentially presents elements of a rurality permeated by scarcity, exploitation, and poverty. His writings represent an original contribution to decolonial thinking by offering a literary manifestation that advocates for and dialogues with its reality in a purposefully pragmatic way. The rural tragedy contained in this work is not only an accusation, but also an inevitable clash with reality.

Keywords: rurality; literature; tragedy; history; Mexico.

Introdução

O objetivo e o sentido deste artigo é aproximar-se da obra de Juan Rulfo. Nesta análise tomamos o pressuposto de Frederic Jameson (1992), de que a literatura engendra um aprofundamento político. Isso significa ir além da distinção do posicionamento do escritor. Refere-se ao conjunto articulado em que opera todo processo literário. Jameson, em sua abordagem do inconsciente político, destaca o método do metacomentário: “segundo o qual o nosso objeto de estudo é menos o próprio texto do que as interpretações

através das quais tentamos abordá-lo e dele nos apropriar” (1992, p. 10). Assim, busca-se uma interpretação possível, não uma interpretação definitiva.

Juan Rulfo construiu uma literatura singular. Uma expressão sua, própria e complexa, em que se destaca a presença de quadros trágicos. A tragédia literária, como aponta Puppi (1981), evoca um conjunto de relações de poder que expressa um contexto de violência e sofrimento. Significa demonstrar o sofrimento como elemento humano e como denúncia. O autor define a tragédia como “situação de violência institucional, sofrida individualmente até as últimas consequências como denúncia” (1981, p. 43).

É nessa percepção que Juan Rulfo escreve sobre a sociedade ruralizada do México de meados do século XX, e é sobre essa representação que se dispõem elementos de compreensão histórico-social. Segundo Boixo (1986), o ambiente rural é o que define a obra de Rulfo. Uma ruralidade que está envolvida nos processos de poder e que não está isolada das manifestações humanas em geral. Mais, que sofre pela injustiça e que se verifica como um problema social não resolvido pelas tentativas revolucionárias. Não se trata de fazer terra arrasada sobre os movimentos sociais, mas de demonstrar que havia, ainda, muito a se fazer.

O texto está organizado em três partes. Inicialmente, abordam-se os aspectos biográficos de Juan Rulfo, ponderando sobre os possíveis vetores que influenciaram sua maneira de escrever e sua obra. Na segunda parte, analisa-se a obra *Pedro Páramo*, focalizando a produção da tragédia rural, relacionada à morte e ao esquecimento. Por fim, na terceira parte, discutem-se os contos da obra *Chão em Chamas*, com especial atenção à tragicidade e aos aspectos da desigualdade social mexicana, ambientados no contexto rural.

Juan Rulfo: um escritor da perplexidade enigmática

Carlos Juan Nepomuceno Pérez Rulfo Vizcaíno, popularmente conhecido como “Juan Rulfo”, nasceu em Apulco,³ um povoado da cidade de Sayula, província de Jalisco, em 16 de maio de 1917 e faleceu em 7 de janeiro de 1986,

³ “Eu nasci definitivamente em Apulco, uma cidade pertencente a San Gabriel e San Gabriel por sua vez, é do distrito de Sayula e é uma cidade que não aparece nos mapas, a maior população sempre é dada como sua origem” (RULFO, 1977).

na Cidade do México. Casou-se com Clara Angelina Aparicio Reyes em 1947, tendo quatro filhos: Cláudia Berenice, Juan Francisco, Juan Pablo e Juan Carlos. Foi um trabalhador trivial, atuando como vendedor ambulante, vendedor de pneus e funcionário do Serviço de Migração. A inserção na vida literária, além da fotografia e do cinema, lhe rendeu reconhecimento e atividades em revistas e no Instituto Nacional Indigenista na Cidade do México. A partir de 1976, passou a integrar a Academia Mexicana da Língua.

Rulfo foi, além de literato e redator de cinema, um grande fotógrafo. A arte fotográfica que apresentou dialogava com um México interiorano, rural e focado em paisagens humanas. Havia em sua percepção da realidade uma perspicaz visão humanística. Os cenários e paisagens que descreveu ou fotografou tinham sempre o foco na existência de pessoas, de histórias e de vida (BRENNAN, 2018).

Eric Nepomuceno afirma que o escritor mexicano teve uma vida “frágil, intensa e atormentada” (2014, p. 9). Para Miriam Adelstein (1982), a literatura de Rulfo descreve a si mesmo como reflexo da história do México, isto é, de forma trágica e fatalista: “*los temas generales de que tratan los cuentos de Rulfo son los establecidos por su vida personal. La trágica vida del campesino mexicano preocupa a Rulfo y le provee de la temática para toda su obra*” (1982, p. 91).

Sua infância foi dura. Perdeu sua família na Guerra Cristera (1926-1929) e acabou em um orfanato. Assim, Jalisco se constituiu num símbolo nebuloso e no qual teceu, não por acaso, os enredos de suas histórias. Sua experiência de infância no orfanato, de fato, deixou marcas significativas: “a disciplina era péssima e o sistema era a prisão, a única coisa que aprendi foi ficar deprimido. O pânico que tenho da multidão é uma coisa natural congênita, talvez. Aprendi a conviver com a solidão” (RULFO, 1977).

A Guerra Cristera que afetou o escritor foi um desdobramento da Revolução Mexicana (1910-1917). O conflito foi desencadeado pelos atritos que tomaram corpo a partir da constituição do governo revolucionário em 1917. Havia um objetivo claro de minorar o poder eclesiástico, que era muito grande entre trabalhadores pobres e camponeses, e aumentar o poder do Estado. A Igreja estaria condicionada ao poder estatal (LÓPEZ, 2011; QUEZADA, 2012).

A disputa em torno da religião em meio aos desdobramentos da Revolução Mexicana levou a divisão entre: a “*Confederación Regional Obrera Mexicana*” – Crom, que era aliada do governo, anticlerical, e tinha intenção de estabelecer uma Igreja Católica Apostólica Mexicana; e a “*Unión Popular y la Liga Nacional de Defensa de la Libertad Religiosa*” – LNDLR, que arregimentava os militantes católicos (LÓPEZ, 2011; QUEZADA, 2012).

O presidente Elías Calles (1924-1928) insistiu em aplicar leis constitucionais anticlericais. Como forma de protesto, em agosto de 1926 a Igreja Católica anunciava que suspenderia os cultos. Esse jogo de poder entre Estado e Igreja tinha contornos mais diplomáticos no meio urbano, porém ganhou notória dimensão física no meio rural. No início de 1927, o conflito agravou-se, transformando-se em uma guerra civil, sem ameaçar, contudo, o poder do governo. A zona centro-ocidental, congregando os estados de Jalisco, Michoacán, Colima, Aguascalientes, Nayarit, Zacatecas e Guanajuato, foi a mais afetada. Nessa região, os cristeros chegaram a controlar povoados e recebiam grande apoio social (LÓPEZ, 2011; QUEZADA, 2012).

O fim da guerra foi operado por um acordo entre governo e Igreja. Os combatentes cristeros foram desautorizados a seguir na luta que havia tolhido de 70.000 a 85.000 almas. Foi um episódio cruel e que retomou o imaginário de violências vivido na Revolução Mexicana. Em pontos mais isolados, o conflito se manteve por mais tempo, irrompendo “*la segunda*”, em 1934, até a rendição completa, em 1940 (ARIAS URRUTIA, 2002). Essa continuidade representava também outras insatisfações das populações camponesas com o governo revolucionário (LÓPEZ, 2011).

A vida de Rulfo foi, efetivamente, um corolário trágico em que a violência se manifestou de diversas formas, seja contra a vida em si, seja contra a dignidade da existência. Tal qual outros tantos mexicanos, o contato com a miséria humana, com os infortúnios e com os problemas sociais moldou seu olhar e sua identidade. O infortúnio pode ser tomado como um vetor aleatório, porém falamos aqui de uma condição social, estruturada por forças antagônicas e interesses escusos. Havia em Rulfo, portanto, uma condição social trágica.

De acordo com Ubaldo Puppi (1981), o trágico literário é um conceito relacionado à violência e às relações de poder. Entende que ela é, ao mesmo tempo, uma consequência e uma denúncia da violência institucional. Segundo ele, existe um sentido real e um sentido ficcional do trágico. Em Rulfo, porém, é complexo definir uma diferenciação clara. Ainda que seus personagens e suas situações narrativas estejam frontalmente construídas ficcionalmente, o vetor central da tragédia é tomado da realidade. Ele é incorporado pelo cotidiano, numa triste e concreta existência.

Dessa forma, a tragédia como tecitura literária evoca uma relação mais íntima com a realidade. Como assevera Roger Chartier, o romance ocupa o lugar da fábula e a comédia e a tragédia pertenceriam à representação “[...] se a tragédia e a comédia são ‘representações’ é porque dão uma imagem verdadeira, um conhecimento adequado das ações humanas” (CHARTIER, 2003, p. 89, grifos do autor).

Trata-se, portanto, de construir e dialogar com cenários reais da ruralidade mexicana. Esses, por sua vez, tendem a ser fundamentados em descrições bucólicas, como pontua Raymond Williams (1989). Para este o autor, a ruralidade é historicamente associada a um par qualitativo-pejorativo. É descrita ao mesmo tempo como um lugar de paz e tranquilidade, mas também de atraso e pobreza. A cidade, como espectro opositivo do campo, seria espaço de realizações, de riqueza, ao mesmo tempo que congrega a pecha de mundanidade, de perigos e barulho. Nesse contraste dicotômico, relacionado à intensa migração rural-urbana, a característica primordial relativa ao campo acaba sendo o bucolismo, a romantização e a nostalgia. Trata-se de um rural não mais vivido no cotidiano, mas acionado na memória e por isso eivado de idealizações. Conforme Williams (1989), a construção representacional da ruralidade tomada pela noção bucólica invisibiliza o trabalho e a condição de vida dos trabalhadores rurais.

A questão parece ser tratada por um outro viés na literatura rulfiana. Embora não negue essa dicotomia, Rulfo aborda a ruralidade prioritariamente pelas relações de classe. A maior tragédia rural é a pobreza, a desigualdade, a injustiça social. O leitor de Rulfo percebe, com facilidade, que o cenário de tragédias representado em sua obra tem relação com o real, dado o contexto

sócio-histórico no qual escreve. O sentido dessa tragédia, porém, é assumido com graus variados pelos leitores, notadamente influenciados pela experiência social em que cada um processa uma comparação.

As proposições literárias de Rulfo podem contribuir para a construção de uma representação negativa da ruralidade, sobretudo como lugar de pobreza. Num sentido mais acurado, pode-se afirmar que a paisagem rural humana construída por Rulfo é uma denúncia sobre a desigualdade, donde a pobreza é um dos seus produtos, tal qual a fome, a violência ou a morte. É um sentido de sobrecarga dramática, pois expõe – numa ambientação fantástica – que aquela fortuna é obra humana e como tal, sobressaem a maldade e a falta de empatia com as misérias, malogros e má-sorte.

A noção de tragédia pode ser associada a um destino manifesto dos povos. Aqueles bem-aventurados colhem resultados positivos por uma definição da divina providência. Aqueles que sofrem, tragicamente, estão sendo testados ou punidos. Há um recurso heurístico de definir que o trágico é o que é, ponto. Não cabe revolta, mas aceitação. Povos sofrem porque haveriam de sofrer. A alocação é geralmente apontada aos ditos “povos inferiores”, povos selvagens, pobres (de cultura e matéria). Nesse conjunto aparecem, por exemplo, os povos rurais, camponeses, extrativistas, entre outros. Sua existência é trágica pelo destino que precisam enfrentar e aceitar. Como problematiza Puppi (1981), na trama, aquele que sofre o infortúnio nem sempre conhece suas causas nem as estruturas que produzem o sofrimento.

Todavia, nos pressupostos de Rulfo, os enredos deixam esses elementos evidentes para o leitor. O trágico é menos inexorável, é uma situação concreta, não uma condição inevitável. É evitável, passível de alteração e ressignificação. Trata-se de uma realidade social construída e que se revela trágica, na medida em que se compreendem os jogos de poder e a violência imputada sobre determinadas pessoas ou grupos sociais. Não se joga com o destino, senão com a vida tal qual ela é. Aqueles que sofrem, sofrem por um motivo claro.

O que queria Rulfo com suas obras carregadas de um contexto trágico? A interpretação que perdura é a de denunciar, de relatar um quadro social complexo e sofrível. Sustenta-se numa tragédia social vívida que incorpora

elementos religiosos, folclóricos e culturais. Um drama contemporâneo, diferente dos casos clássicos gregos (contexto mítico) ou modernos shakespearianos (contexto político controverso). É uma composição fortemente articulada com as condições históricas, materiais, sociais, políticas e culturais das sociedades. Como aponta Puppi, “a variante contemporânea da tragédia denuncia, sempre por meio de pobres personagens marcadas como vítimas exemplares, a violência institucional contida nas contradições da formação econômica e política manipulada por centros esotéricos de decisão” (1981, p. 44).

Efetivamente, Rulfo não parece desejar construir uma moral catártica com suas obras. Trata-se de uma demonstração pragmática de uma realidade visível e vivenciada. Como não é dado conhecer no íntimo a intenção do autor, tampouco seja isso o mais importante, interessa analisar os efeitos possíveis de sua obra. No caso de Rulfo, o que se torna evidente, além do caráter denunciante, é o ponto de inflexão entre a empatia com o sofrimento e a indiferença com o alheio.

A violência, nesse contexto, exerce um dos papéis proeminentes. Seja operada pelo Estado, pelos caudilhos, pelos revolucionários, ou mesmo pela dinâmica familiar, pois fora naturalizada de tal forma que assumia a face mais dramática da miséria humana. Logo, também a morte assumia papel de protagonismo no imaginário social. Não é difícil perceber, portanto, a relação que a realidade social desempenhava nos textos de Rulfo (SEBESTYEN, 2011).

Rulfo não escreveu para narrar a Revolução Mexicana ou a Guerra Cristera. O que fez foi construir enredos literários que davam conta de expressar a perplexidade da vida daqueles que eram afetados, não só pelos conflitos em si, mas pela causa e efeitos deles (CHOUBEY, 2004). Como destaca López-Quñones (2013, p. 84), Rulfo mostra um México ferido após a Revolução que fracassara em trazer “liberdade, bem-estar e justiça”. Seus personagens são silenciados, não reproduzem discursos estetizados e ocidentalizados. Seu silêncio reflete uma condição social de dupla marginalização: “*son mexicanos (pertenecientes a un país periférico si tomamos como referencia el modelo europeo) y, pertenecen a una clase social de parias absolutamente desprotegida que, además, después de la revolución, ha quedado desolada y en tierra de nadie*” (LÓPEZ-QUIÑONES, 2013, p. 84).

Embora vários dos contos de Rulfo, presentes em *Chão em Chamas*, tenham sido escritos ainda nas décadas de 1930 e 1940, somente na década de 1950 foram publicados, assim como *Pedro Páramo*. Nesse momento histórico havia uma estabilidade social, que na verdade tinha relação com o desenvolvimento produtivo no campo, mas solidificava as contradições e as desigualdades presentes desde os movimentos revolucionários. Nas obras de Rulfo resiste uma crítica fatalista ao fracasso das esperadas transformações.⁴ A morte havia sido a personificação das mudanças e era sentida principalmente entre aquelas famílias pobres, que continuavam a conviver com ela, seja no imaginário, seja num dia a dia dramático.

[...] os prêmios são como o destino. Estão girando sempre na roda da vida; às vezes, alguns são contemplados, e outros não. E nessa roda a gente sempre está no centro, e ao redor de nós estão sempre girando a vida, a morte, a saúde, a doença, o destino, o infortúnio e a felicidade, que alternativamente se aproxima de nós. Mas a única coisa inexorável desta espécie de serpente que morde a própria cauda é a vida e a morte. (RULFO, 1986)

Particularmente, a literatura passou a ocupar o cotidiano de Juan Rulfo na medida em que via nela uma forma de enfrentar a solidão, que desde muito cedo fazia parte da sua existência (NEPOMUCENO, 2014). Nessa faina, buscou reconstruir contextos memoriais particulares, aproximando-se da vida rural, porém reorganizando cenários, questionando paradigmas e mesclando todo esse conteúdo com uma linguagem direta, polida e inovadora.

Segundo Myriam Núñez (2012), Rulfo herdou a tradição da escrita realista de outros autores, como Victoriano Álvares e Mariano Azuela, também jaliscienses. Porém, ele constituiu um estilo próprio ao aprofundar técnicas de narrativa experimentais e incorporar influências da literatura universal, sobretudo daquela publicada em língua inglesa. Isso, reforçando as palavras de Núñez, lhe permitiu fundir dois elementos expressivos da realidade social e literária do México entre 1915 e 1940, isto é, o campo e a violência armada.

⁴ Como assevera Germán Dehesa (1997), a obra *Pedro Páramo* é a última grande elaboração mítica da Revolução Mexicana. É o aviso de que a revolução já está morta e que segue emitindo palavras. São os murmúrios que chegam do cemitério.

Além disso, é também unânime a suposição de que Rulfo foi influenciado pela literatura nórdica, russa e notadamente por Dante Alighieri, já que há uma similaridade na dramaticidade exposta nos livros de ambos os autores. Outra referência significativa é a da filosofia, especialmente do existencialismo que permeia seus escritos, como destaca López-Quiñones.

En la obra del autor jaliscoense hay obsesiones filosóficas de fondo que van de la mano de la agenda intelectual que el existencialismo impuso en la ciudad letrada de varios continentes: énfasis en la subjetividad, extrañamiento ante el mundo, identificación de lo auténtico con el ejercicio de la voluntad, el pathos de la angustia como tono predominante y la aspiración de la libertad como último horizonte antropológico y la certeza de su negación. (2013, p. 89)

A obra rulfiana, baseada na ambiguidade, na fragmentação, na ruptura intermitente e no fatalismo, gerou e gera um sensível desconcerto, assombro e perplexidade (FELL, 1997). A complexidade de seus textos, ainda concordando com Claude Fell, está vinculada a dois paradoxos articulados: a) a universalidade de um autor ligado à realidade local; b) a utilização de uma linguagem popular por um escritor eminentemente moderno, cosmopolita e audaz. A oralidade que utiliza é mesclada num processo de “ficcionalização” que justapõe tradições culturais nativas e colonizadas.

Convém assinalar que a literatura, segundo Eagleton, não pode ser definida objetivamente, pois está disposta sobre a leitura dela feita: “a definição de literatura fica dependendo da maneira pela qual alguém resolve ler, e não da natureza daquilo que é lido” (1997, p. 11, grifo do autor). Em resumo, não podemos esquecer que os efeitos das obras de Rulfo incidem na composição da própria complexidade que foi percebida. O discurso, da mesma forma, não pode ser vinculado de maneira específica e unitária, pois é sempre amplo e dependente das relações tecidas na leitura e não apenas na escrita. “O discurso, em si, não tem um significado definido, o que não quer dizer que não

encerre pressupostos: é antes uma rede de significantes capaz de envolver todo um campo de significados, objetos e práticas” (EAGLETON, 1997, p. 277).

Outro ponto é a dificuldade de separar, nos escritos de Rulfo, o que é história e o que é ficção. Obviamente que seus enredos são fictícios, porém amalgamados numa realidade muito sensível. Podemos dizer que se Rulfo não está escrevendo uma História do México rural de meados do século XX, ele produz, por meio da literatura, uma contribuição histórica sobre elementos sociais da ruralidade mexicana de meados do século XX. Como afirma Peter Gay: “a verdade é um instrumento opcional da ficção, não sua finalidade essencial” (1990, p. 172), e acrescenta que “por mais que possamos apreciar as histórias de ficção pelas verdades que revelam, apreciamos-las ainda mais pelas mentiras que contam” (1990, p. 175). Rulfo é, portanto, um agregador discursivo generalista e não um especialista disciplinar.

Dentre os muitos fatores que influenciam seus textos, a terra, a sociedade pós-Revolução, o pecado, a religião, o isolamento, a solidão, a violência, a morte e o pessimismo são recorrentemente permanentes. A expressividade dos textos figura na forma de manejar tantos temas com uma perspectiva essencialmente inovadora que congregava o enigma, a simplicidade e uma ironia trágica. Nepomuceno (2014, p. 12) resume que Rulfo “escreveu e revelou o mundo de seus fantasmas e esperanças, e assim, nos revelou o mundo de todos nós”. Talvez sua maior virtude seja a capacidade recorrente de atingir o leitor de formas variadas em poucas linhas. Assim também destaca Fell, “*hay en Rulfo todo un juego de tropos destinado a plasmar las implicaciones de lo real y a trasponer un personaje, un hecho, una acción, un tiempo, a otra realidad sensorial o afectiva desprovista de cualquier contacto con el contexto original*” (1997, p. 31). Ocupou-se, como ninguém, de escrever sobre existências trágicas, seja na vida ou na morte. Distinção, aliás, que subverteu.

Enfim, Rulfo se mostra tão encantador quanto desafiador. Suas obras não são de leitura fácil, embora encantadoras. Como adverte Sebestyen, “*la brevedad de los textos, la complejidad del lenguaje y la carencia de un narrador omnisciente exigen un lector activo para descifrar las historias*” (SEBESTYEN, 2011, p. 3). Todo arcabouço de recursos fragmentários e incógnitos que lança

mão desnorteiam seus admiradores. É imperativo questionar se essa fragmentação e quebra discursiva não seria uma forma de representar a própria existência humana. Parece muito claro que há nisso um indicativo crítico de que a vida, num complexo conjunto, é feita mesmo dessas rupturas sistêmicas e donde o sentido é uma árdua construção simbólica do cotidiano. Isso, em síntese, é Rulfo: um escritor simples, narrador de si e em si um narrador da humanidade.

Pedro Páramo: um enredo enigmático porque trágico

“Vim a Comala porque me disseram que aqui vivia meu pai, um tal de Pedro Páramo” (RULFO, 2014, p. 25). Essas são as palavras iniciais do livro de Juan Rulfo. Nelas despontam a primeira impressão de que a obra caminha para um monólogo narrativo e aparentemente previsível: a história de um filho, Juan Preciado, em busca de um pai, Pedro Páramo. Tão logo novas laudas são galgadas, o leitor é tomado de assalto por uma confusão intermitente entre os caminhos e sobressaltos da história. Tanto isso é verdade que se torna uma tarefa árdua acompanhar a trajetória e os enredos propostos pelo autor. É nisso que, sinteticamente, consiste *Pedro Páramo*, um livro que, baseado no cotidiano simplório, serve-nos para complexificar as pré-noções sociais e as bases pressupostas da humanidade.

A própria localidade de Comala, onde o romance se desenvolve, apresenta-se como um espaço misterioso e que oscila entre a realidade e o sobrenatural. A pergunta que transparece é se aquele local existe ou é uma divagação do narrador somada ao processo imaginário do leitor. Rulfo não a apresenta com maiores detalhes, o que aguça uma composição representativa mais acurada que depende do interlocutor, não do texto em si. E não há preocupação em defini-la, do início ao fim continua como um espaço pendular entre o real e o fantasmagórico. Como alerta Germán Dehesa (1997), o povoado de Comala não tem presente nem futuro, apenas passado. Para ele, a temporalidade de *Pedro Páramo* não é histórica, é mítica. Um mito como uma metáfora persistente, como uma elaboração do imaginário coletivo.

Pedro Páramo aborda um tema sensível da ruralidade camponesa: o êxodo, a decaída, o esvaziamento de gentes, a ausência de energias, o fim de comunidades. Não é um fim qualquer, é o fim melancólico de memórias, histórias e de paisagens. Nesses lugares desolados resta o silêncio de casas inabitadas e de cemitérios esquecidos. O golpe mais drástico na humanidade é o esquecimento. É o complemento trágico da morte. Como sentencia Luis Carlos Borges: “*Manuel Flores va a morir / Eso es moneda corriente / Morir es una costumbre / Que sabe tener la gente. [...] Vendrán los cuatro balazos; Y con los cuatro el olvido / Lo dijo el sabio Merlín / morir es haber nacido*” (1984, p. 970). Na obra de Rulfo, este se torna um tema crucial na representação da morte. A ausência de vidas, de gentes que o tempo tratará de fazer esquecer.

É uma obra feita de vários enredos, múltiplos narradores e muitas histórias. Não é um livro único. Não há uma sequência lógica. Não há expectativa que resista ao emaranhado de memórias que são tão realistas quanto míticas, ao mesmo tempo. O campo mexicano está retratado nele, mas não como campo físico. É uma crônica das existências naquele espaço, não uma resenha de lugares, como aponta Nepomuceno.

Pedro Páramo se move entre diferentes tempos, em distintos planos narrativos, e em suas páginas rompem-se todas as fronteiras entre vivos e mortos. Há vários livros dentre deste romance conciso e contido. Uma história de amor desmesurado, desesperado e belo; também uma história da injustiça; outra, de vingança; e mais um painel depurado e amargo da realidade social nos campos do México de uma época imprecisa, e por isso mesmo, permanente; e também a história de um filho à procura do pai; e de um povoado habitado por mortos fantasmas. (2014, p. 17)

Embora Nepomuceno (2014) se esforce para definir a obra como um mosaico que acaba alcançando a perfeição e o encaixamento, pareceu-nos um pouco difícil acompanhar tal raciocínio. Em nossa percepção, Rulfo não se preocupa em fechar seus argumentos. É justamente o contrário, ele abandona o raciocínio para manter o leitor reflexivo sempre. É essa capacidade de manter um horizonte aberto e inconcluso que faz seu texto tornar-se tão intenso e paradigmático.

Logo, é uma obra exemplar da revolução literária latino-americana, pois transgride normas e expõe novas abordagens da questão cultural. Cumpre o papel da recriação de um passado histórico que se reveste de atualidade no contexto latino-americano. É a literalização do passado para compreensão do presente – que é moderno –, mas reproduz e intensifica problemas antigos (PEDROSO, 2009b).

Referencia Pedroso (2009b), que a forma de escrever, compilando várias áreas do conhecimento, serviu para que autores latino-americanos como Gabriel García Márquez, Alejo Carpentier, Jorge Luis Borges e Juan Rulfo reinventassem o discurso e reconstruíssem as narrativas que apresentavam de maneira passiva à realidade de seu povo. Essa forma é definida como Realismo Fantástico. Segundo a autora, essa vertente literária confere uma percepção oblíqua quanto ao local e o universal. Além disso, a história dos povos que está tratando Rulfo exigiria uma imersão nos elementos “sobrenaturais” e essencialmente no mistério: “o componente mítico, a cultura da superstição e da fé, está na base da formação dos povos latino-americanos, e o elemento fantástico é condição essencial ao escritor nesse contexto” (PEDROSO, 2009b, p. 9).

Chandra Choubey (2004), por outro lado, aponta que a narrativa de Rulfo não é baseada no realismo mágico, mas apenas no realismo, pois apresenta a condição de vida dos camponeses mexicanos. “*Rulfo no pretendió mostrar, como en el realismo mágico, sucesos extraños o improbables, sino la realidad de los pueblos de México*” (CHOUBEY, 2004, p. 15). Teria sido, como afirma a autora, uma vítima do realismo mágico pela associação apressada a que foi exposto no momento de ascensão dessa forma de escrita.

Considerando essa espécie de disputa estilística, há que se considerar a percepção de que a literatura latino-americana, em geral, se alterna num conflito entre o local e o universal. Há uma presença muito forte na noção de dependência, que se coloca como uma espécie de depreciação do conteúdo produzido em terras incultas, em relação a um mundo ocidental letrado. Esse conflito é contrastado pela passagem do regionalismo para um super-regionalismo, donde a oralidade assume papel preponderante, pois, como destacam Bastos e Brunaci (2005), os dominados se expressam pela oralidade,

enquanto os dominantes pela escrita. Quando escritores se utilizam da oralidade e a legitimam no texto escrito, há, sem dúvida, algo de diferente em curso nas relações de classe. É uma faceta do pensamento decolonial.

Considerando os aspectos específicos da obra, é notório que as falas em *Pedro Páramo* são oriundas de uma vida camponesa, porém é uma “linguagem popular depurada e rigorosa” (PEDROSO, 2009a, p. 152). Significa que, embora detalhe modos de vida muito peculiares, Rulfo utiliza uma linguagem objetiva e que prima pela essência comunicativa (perfeccionismo).

Seu perfeccionismo linguístico é contrastado com um discurso ambíguo. Veja-se que, logo que Juan Preciado estabelece relação com Dona Eduvigis, a narrativa passa a se fragmentar e o leitor é efetivamente tolhido pela relação multidimensional da história. Ele tende a ficar confuso, tanto quanto parece estar o narrador ao chegar a Comala, e se vê numa complexa gama de histórias inconclusas. Esse artifício faz com que o leitor se mantenha em dúvida e oscilante. Essa intenção estaria ligada a uma perspectiva de crítica à história do México, permitindo uma reflexão que se estende para quaisquer outros contextos mundiais (PEDROSO, 2009a).

Nesse caso, não é exatamente uma história vista de baixo, mas uma história vigilante e questionadora. Como destaca Choubey, sua preocupação não é com uma história cronológica: “*refleja una realidad social vivida por los personajes, narrada por ellos, con una visión colectiva. Son ellos los que narran desde su interior. Tampoco le importa que la historia sea lineal, ni se preocupa por el tiempo cronológico*” (2004, p. 18).

Verifica-se, que os protagonistas da narrativa Pedro Páramo se dedicam a recordar ou revelar um passado sob uma perspectiva ambígua, sendo que a rotina da vida quotidiana se mistura ao misterioso mundo fantástico, levando o leitor a hesitar frente a uma situação em que paira a dúvida se o que está acontecendo é real ou é obra da imaginação. (PEDROSO, 2009b, p. 10)

Todavia, Bastos (2005) questiona essa capacidade de Rulfo de produzir uma literatura ambígua, pois ao mesmo tempo estaria desqualificando o mundo representado. Segundo ele, há uma narrativa comentada, na qual as

interpolações se sobrepõem à narrativa. Isso significa que Rulfo estaria fugindo do ideal de escrever como se fala quando ficcionaliza a oralidade. Essa questão pode revelar um ideal rulfiano que intensifica a própria noção de literatura, donde está intrinsecamente ligada à história e aos problemas sociais mexicanos. Os problemas vividos pelo autor seriam uma expressão da visceralidade e mortalidade com a qual encara e personifica o texto.

López-Quiñones (2013), por seu turno, insiste no predicativo da utilização do silêncio como um dos principais recursos de Rulfo. O silêncio funciona em seu texto como um mecanismo para melhor ouvir e melhor dizer sobre o México pós-revolucionário: “*el silencio así es un símbolo de la tensión entre la violencia exterior y la lentitud de la vida interior en el México postrevolucionario*” (LÓPEZ-QUIÑONES, 2013, p. 81). Não é um vazio vago, mas um ambiente frutífero de muitas formas de dizer. Nisso é ressaltado o papel dos murmúrios – aliás, título provisório da obra posteriormente definida como *Pedro Páramo*.

Ademais, como destaca López-Quiñones, o silêncio não representa, apenas “é”, em sentido estrito e autônomo. Isso confere autenticidade aos personagens e suas formas complexas de narrar. Vivem num “presente eterno, denso e onírico” (2013, p. 87), sempre oscilando numa temporalidade específica, não linear ou datável. São corporificados num espaço suspenso, ao mesmo tempo local-real e universal-abstrato.

Los personajes de Juan Rulfo hablan muy poco. De ahí que sus obras estén presididas por un ritmo lento y una quietud enormemente densa. Esta quietud ayuda a los personajes a retrotraerse a su mundo interior, de manera que en ocasiones las palabras no surgen del diálogo, ni de los personajes, ni tan siquiera de una entidad corporal, sino que parecen surgir de una nada suspendida en el tiempo y el espacio. (LÓPEZ-QUIÑONES, 2013, p. 80)

Há um mundo interior e anterior evocado pelos personagens rulfianos. Eles constituem um tecido de memórias, conexas ou não, donde a reflexão parece ditar fragmentos saudosos e mais fortemente lamurientos. Nessa conjuntura,

o silêncio não é apenas um recurso narrativo, é parte essencial do narrado – paradoxalmente como algo não narrado e que se dilui como um murmúrio. O murmúrio silencioso cumpre uma função essencial na obra, porque permite a imersão no misterioso. Concordando com Pedroso (2009a), há que se afirmar: o mistério de Rulfo não é narrado explicitamente, é o não compreendido, todo suspeição e hesitação.

El silencio en Rulfo no se identifica con una paz relajada y sin conflictos. Justo al contrario, el silencio supone el origen de todas las tensiones. Es la mejor plataforma para percibir los ruidos más imperceptibles de la existencia. Los sonidos son tantos y tan agudos, las voces son tan numerosas y tan confusas que el silencio llega a volverse ensordecedor, insufrible para el oído humano. Algunos de estos sonidos que el silencio deja oír son el arroyo, los pasos de los personajes, el chirriar de los dientes, el sudor al caer por la frente de un personaje, el viento, la respiración de un hombre agotado, el llanto, el sonido de las lenguas que chasquean en una boca reseca y sedienta de agua, etc. (LÓPEZ-QUIÑONES, 2013, p. 82-83)

Os fantasmas são, como aponta Pedroso (2009a), a voz dos excluídos, dos marginalizados, daqueles que expressam na obra a crueza e a desgraça de suas existências. De forma análoga, o narrador, em Rulfo, é geralmente um dos personagens, embora a primazia narrativa não permaneça em um deles e é diluída entre vários. Isso significa que, em geral, não há um protagonista específico, até porque muitas são as justaposições de pontos de vista e o entrelaçamento de histórias pessoais a um suposto enredo universal (CHOUBEY, 2004).

Exemplar é sinalizar que em *Pedro Páramo*, o narrador, Juan Preciado, abandona o leitor no meio da obra. Deste momento em diante não há clareza específica sobre quem está narrando, ou seja, todos narram de forma metaforicamente parcial.

As memórias acionadas pelos mortos são trazidas como *flashbacks* cinematográficos que são manejados entre várias idas e vindas da narração (NÚÑEZ, 2012). No entanto, não parece claro que se trata de mortos. O leitor tende a demorar para perceber que o cenário, até então confuso, torna-se

lógico na medida em que é lido no sentido mágico-fantasmagórico. São dois mundos, mas não é simples definir em cada qual estamos navegando, como destaca Pedrosa: “esta capacidade de confundir o leitor, mergulhando-o em dois mundos totalmente diferentes ao mesmo tempo, o mundo da razão e o mundo da ilusão, faz do escritor, muitas vezes incorporado ao narrador, um mágico” (2009b, p. 5).

O narrador principal – e não o personagem principal – Juan Preciado, só é devidamente apresentado no decorrer da obra. Sua intenção é retomar a cidade e as memórias da mãe. Na localidade de Comala vivia também seu pai, Pedro Páramo, o qual jamais havia conhecido. Tinha prometido a mãe que lhe exigira ir em busca daquilo que era de seu direito.

Em seu deslocamento, viu-se por caminhos ambíguos e estranhos. Ao chegar no povoado, percebeu-se num lugar sem vida, silencioso, triste, questionando as memórias nostálgicas de sua mãe. Daí em diante a narrativa passa a incorporar entes diversos como um desfiar de testemunhos trágicos. A tragicidade, aliás, marca a vida das pessoas de Comala. É um lugar fantasmagórico, cheio de murmúrios e lamentos dos mortos. Mas como dizia a mãe de Preciado, é também um “murmúrio da vida”.

Esta cidade está cheia de ecos. Parece até que estão trancados no oco das paredes ou debaixo das pedras. Quando você caminha, sente que vão pisando seus passos. Ouve rangidos. Risos. Umas risadas já muito velhas, como cansadas de rir. E vozes já desgastadas pelo uso. Você ouve tudo isso. Acho que vai chegar o dia em que esses sons se apagarão. (RULFO, 2014, p. 71)

Os vários personagens da obra não são introduzidos formalmente, aparecem repentinamente, tampouco. Eles narram a si próprios. Como afirma Núñez, “*Rulfo presenta a cada personaje en su compleja humanidad. Casi no recurre a la descripción física, más bien nos permite conocer a sus personajes a partir de sus razones, sus sinrazones y sus sentimientos contradictorios*” (2012, p. 47). Dentre eles, podemos citar Juan Preciado, Abundio, Dona Eduviges Dyada, Dolores (Doloritas, mãe de Preciado), Bartolomé San Juan, Susana San

Juan, Dom Pedro Páramo, Miguel Páramo, Padre Rentería, Anita Rentería, Damiana Cisneros, Toribio Aldrete, Fulgor Sedano e Dorotea Perneta.

A figura de Pedro Páramo, ou Dom Pedro – “a pura maldade” – personifica o poder e os abusos cometidos pelos grandes proprietários de terra mexicanos. As violações, os estupros e o descomedimento eram uma constante na sociedade rural mexicana na época da Revolução e Rulfo congregou todas elas na figura de Pedro Páramo.

Ele abandonou os filhos e manteve subjugada uma cidade. Em seu afã de juntar terra e posses para poder viver seu amor por Susana, Dom Pedro tornou-se um terrível *terrateniente*.⁵ Em sua infância fora muito pobre e, apaixonado por Susana, buscou lograr êxito usando sua ambição e métodos criminosos para enriquecer. Ao herdar a propriedade do pai, passou a modificar as divisas e se apossar das terras vizinhas. Os opositores, camponeses ou outros grandes proprietários, foram subjugados pela violência e pela conivência da justiça. Há nele, porém, um lado cálido, aquele expressado pela paixão que demonstra por Susana. Assim como a obra, o ator principal é também ambíguo.

[...] *Pedro Páramo es una historia en la que los vivos callan para que los muertos hablen. Y el testimonio de estos muertos es que el purgatorio y el infierno están aquí, en la propia tierra y dentro de cada uno de los personajes. Pedro Páramo, el déspota dueño de las vidas y destinos de los habitantes de La Media Luna, tiene también un lado sublime: el del hombre enamorado que sufre el rechazo de la mujer a la que amó y deseó durante toda su vida: Susana San Juan. Ella no se resigna a la muerte de su esposo y se mantiene unida a él por fuertes lazos de sensualidad. Ante este amor, el poderío de Pedro Páramo resulta insuficiente.* (NÚÑEZ, 2012, p. 46-47)

Como afirma Adelstein (1982), Rulfo é fascinado pela morte e a explora à exaustão. A morte que cerca toda obra é apresentada como um destino mais que inevitável, imediato. Sua antítese, estar vivo, é percebida muitas vezes como uma desvantagem. Por nosso lado, cremos que o autor ironiza a vida.

⁵ Optamos por utilizar o termo *terrateniente*, que na língua espanhola significa proprietário de grandes extensões de terra. A tradução para o português é, muitas vezes, utilizada como “coronel”, porém os termos não possuem exatamente o mesmo sentido.

Ela é um calvário em que a morte, tão corriqueira, parece ser uma redenção. Todavia, a implicação da religiosidade faz com que os mortos continuem a sofrer por seus pecados. Em vários momentos o desalento e a religião são acionados para explicar a existência dos personagens que estão ligados aos grandes mitos do mundo rural mexicano: “o pecado, a culpa e a condenação” (FELL, 1997, p. 23).

Que seja tudo por Deus: as coisas nunca saem do jeito que a gente quer. (RULFO, 2014, p. 38)

Tem ar e sol, e tem nuvens. Lá em cima um céu azul e talvez atrás dele existam canções; talvez melhores vozes... Há esperança para nós, contra o nosso penar. (RULFO, 2014, p. 51)

Saiu para fora da casa e olhou o céu. Choviam estrelas. Lamentou aquilo, porque teria gostado de ver um céu quieto. Ouviu o canto dos galos. Sentiu a envoltura da noite cobrindo a terra. A terra, este vale de lágrimas. (RULFO, 2014, p. 59)

– Imagine só. E nós aqui tão sozinhos. A gente se desvivendo por conhecer nem que seja só um tantinho da vida. (RULFO, 2014, p. 83)

A questão religiosa permeia toda a obra, seja no sentido dos pecados e da salvação, num ambiente tão dramático, seja em virtude do poder da Igreja Católica. Destaca-se o papel exercido pelo Padre Rentería. Uma de suas maiores tarefas era encomendar almas. Rulfo problematiza a própria relação da religião com o poder dos *terratenientes*, conforme dois trechos específicos. O primeiro, quando o Padre Rentería se negou a dar a bênção ao filho de Dom Pedro, Miguel Páramo, que era acusado de abusar de sua sobrinha e um sem-número de outras violações. O segundo, em que o Padre e seu superior discutem sobre a condição social de Comala, principalmente no que se refere ao controle de suas terras:

– Padre, queremos que o abençoe para nós!

– Não! – disse ele mexendo a cabeça e negando. – Não vou fazer isso. Foi um homem ruim, e não entrará o Reino dos Céus. Deus irá me levar a mal se eu interceder por ele. (RULFO, 2014, p. 51)

- E no entanto, padre, dizem que as terras de Comala são boas. Pena que estejam nas mãos de um homem só. Pedro Páramo ainda é o dono, não é?
- Esta é a vontade de Deus.
- Não acho que a vontade de Deus intervenha nesse caso. O senhor também não acha, padre?
- Às vezes, duvidei; mas lá acham e reconhecem.
- E você está entre os que acham e reconhecem?
- Eu sou um pobre homem disposto a se humilhar, cada vez que sinto o impulso para fazer isso. (RULFO, 2014, p. 109)

Rulfo demonstra, ainda, que a Revolução constituía muitas variantes em relação à pauta de lutas na qual estava envolvida. Pedro Páramo, por exemplo, negocia com um grupo rebelde e se coloca como um contribuinte da luta. O objetivo era manter uma boa relação e controlar suas ações em sua área de influência. Embora o discurso dos revolucionários fosse inflamado como consta – “nós nos rebelamos contra o governo e contra os senhores porque já estamos fartos de suportá-los. O governo porque é ordinário, e os senhores porque não passam de uns desavergonhados bandidos e ladrões sebentos” (2014, p. 140) –, as relações políticas que implicavam a luta demonstram que, em muitos casos, os sacrificados da Revolução eram os pobres e não os ricos, como o discurso previa.

Pedro Páramo acaba a vida melancolicamente. Sua amada Susana morre e ele definha como se a vida não fizesse sentido. Comala não velou sua amada e ele abandonou o povoado. Paradoxalmente seu definhamento pessoal culminou com o esfacelamento da localidade. O antes poderoso e temido Dom Pedro morreu pelas mãos de um de seus tantos filhos renegados, Abundio. Os golpes fatais que Abundio desferiu foram fortalecidos por todo um conjunto de ódio que nele se centralizou. Foi o golpe da miséria contra a barbárie.

Juan Preciado também acaba morrendo. As causas, no entanto, foram os murmúrios e seus medos: “[...] os murmúrios me mataram. Embora eu trouxesse um medo atrasado. Tinha vindo se juntando, até que não aguentei mais. E quando me encontrei com os murmúrios minhas cordas arrebentaram” (RULFO, 2014, p. 92). A morte tem o poder de pôr fim aos medos,

mas não aos murmúrios. Por isso Comala é um mundo em atividade. É este o desfecho da obra, onde mortos e vivos se confundem para representar o real. É um real que diz muito pelo silêncio e pouco pelo dito. É o real de Rulfo, um real da ruralidade e desigualdade mexicana do início do século XX.

Chão em Chamas: a polissemia da tragédia camponesa mexicana

O livro de contos *Chão em Chamas (El Llano en Llamas)* é, senão tão paradoxal quanto Pedro Páramo, mais perspicaz e igualmente complexo. São dezessete contos que remetem à vida camponesa mexicana e apontam as inúmeras contradições sociais e morais nas quais estão inseridos esses atores.

Segundo Sebestyen (2011), o conjunto de contos é uma mesma obra, ou melhor, constitui-se não como a soma de pequenos fragmentos, mas que se fragmenta para se construir como unidade. Seria uma representação realista da mesma sociedade sob várias perspectivas diferentes. Não se trata de um mundo dito civilizado, mas das vidas pobres, violentas, odiosas e mortíferas. De forma análoga, a descrição do terrível e do repulsivo é efetivada como algo normal no mundo de Rulfo (ADELESTEIN, 1982).

A obra focaliza e articula processos de violência e resistência associados à opressão, pobreza e desigualdade: “[...] *la violencia en la sociedad rulfiana es creada por la relación entre poder y resistencia. Los líderes ejercen su poder a través de un sistema opresivo y la población a su vez practica resistencia para recuperar el poder sobre su propia vida*” (SEBESTYEN, 2011, p. 4). Os cenários, ainda que diversos, centralizam-se num mesmo espaço: o território rural e campesino mexicano. Trata-se de uma representação trágica da ruralidade mexicana como lugar da vivência mais cruenta das misérias e das desigualdades humanas.

Rulfo constrói cenários e enredos rurais que evocam um pragmatismo que tende a acentuar as mazelas, a crueza e mesmo o desencanto. Não evoca um contexto apenas de limitação, mas demonstra, de maneira tenaz, a crueldade da desigualdade social, ambientada no mundo rural mexicano. Trata-se de explorar e denunciar uma condição trágica, não apenas desfavorável. Nesse

sentido, não constrói um enredo comparativo e dicotômico de ruralidade-urbanidade, mas vinculado à questão das desigualdades de classe.

Para Choubey (2004), *Chão em Chamas* “representa a renovação narrativa operada por Rulfo. Dentre o conjunto de contos, destaca que ‘Luvina’ é o melhor e do qual emerge a construção de um ‘mundo fantasmal’, que abrange em toda sua plenitude o posterior enredo de *Pedro Páramo*”.

Neste conto, Rulfo apresenta uma cidade fantasma, esquecida e isolada que foi tolhida pela pobreza e pela seca. Nela reina o silêncio e a tristeza, que define como: “a imagem do desconsolo... sempre” (2014, p. 304). Os seus moradores se recusam a migrar, pois na cidade estão seus mortos. Não se empenham numa transformação, pois descreem do governo. É o quadro mais característico da melancolia e do fatalismo rulfianos que, embora superlativos, expressam uma faceta pulsante do campo mexicano.

No primeiro conto, “E nos deram terra”, Rulfo ironiza e denuncia o fracasso do projeto revolucionário de estender o direito à terra a todos os camponeses. O governo lhes destina uma terra inculta e árida, a chapada ou planalto. Espera-se que eles tomem posse daquela terra imprópria e a cultivem, porém, a percepção que se forma do local é negativa: “não, a chapada não é coisa que sirva. Não há coelhos nem pássaros. Não há nada. A não ser uns quantos espinheiros mirrados e uma ou outra manchinha de capim amarelado com suas folhas enroscadas; a não ser isso, não há nada” (RULFO, 2014, p. 183).

Compreendendo que aquela terra não serve para nada, os camponeses protestam. Afinal, como contribuir para o ideal revolucionário se a condição básica da terra não é atendida ou mal atendida? A burocracia responde a seu modo pela voz do representante estatal: “Então façam uma reclamação por escrito. Vocês têm de atacar o latifúndio, não o governo que lhes dá a terra” (RULFO, 2014, p. 184).

A questão que se evidencia é a do significado que assume o ser camponês no planalto. É possível problematizar essa matize do fazer campesino, quando as agruras são potencializadas pelo clima, pelo relevo, pelo solo, pelas guerras, pelas disputas, pelas doenças, entre outras dificuldades. Soma-se a isso a necessidade constante de migrar e vagar em busca de melhores terras, algum

trabalho, alguma provisoriedade que os mantenha vivos. A dramaticidade, nesse caso, seria um componente na construção da própria identidade rural.

A perversidade dos *terratenientes* – mesmo após a divisão das terras pela Revolução – é apresentada em “A colina das comadres”. Dois irmãos, Odilón e Remigio Torico, mantêm sua influência e temeridade ao imputar no povoado toda sorte de roubos e violências. A narrativa reforça que a justiça não alcançava as lonjuras do campo mexicano, onde as relações de reciprocidade, compadrio e as agressões mútuas davam o tom da condição social. A demarcação oficial das terras não podia substituir, de uma cartada, anos de subjugação a que os proprietários estavam acostumados.

Mas é bom lembrar que que na Colina das Comadres os Toricos também não se davam bem com ninguém. As desavenças eram seguidas. E se não for falar demais, lá eles eram donos da terra e das casas que estavam em cima da terra, com tudo, e que quando houve a partição, a maior parte da Colina das Comadres tinha sido repartida entre todos nós da mesma forma, aos sessenta que morávamos lá, e para eles, os Toricos, ficou só um pedaço de monte, com uma plantação de mezcal e nada mais, mas por onde estavam espalhadas quase todas as suas casas. Apesar disso, a Colina das comadres era dos Toricos. (RULFO, 2014, p. 192)

O conto que mais nos chama a atenção e que encarna de forma mais dramática a condição camponesa chama-se “É que somos muito pobres”. Nele, Rulfo caracteriza o fatalismo de forma mais original ao apresentar uma sucessão de tragédias além da própria existência infortunada. A primeira frase destaca a lamúria: “aqui tudo vai de mal a pior”. As queixas fazem parte de um *modus operandi* da pobreza. Parece que o queixar-se, além de ser um instrumento de denúncia imperativo, contribui em seu enfrentamento/conformação.

A vida de uma família camponesa é narrada através dos infortúnios, como mortes e desgraças climáticas. Nessa perspectiva, o clima e o ambiente adquirem feições peculiares no imaginário social no qual as irregularidades são comuns: a chuva em demasia ou a falta dela, o frio, calor, ventania, deserto, sertão, floresta, banhados, pedregulhos. A noção do espaço se traduz como

indutora da vida: “a terra”, e a natureza: “clima”, como um conjunto de noções que incidem sobre o destino. Rulfo, como ninguém, inverte e polemiza essas forças simbólicas, como destaca Adelstein no caso da água.

lgunas imágenes y símbolos aparecen por toda su obra. De éstos, el símbolo del agua es el más importante porque tradicionalmente indica un renacimiento y la vida, pero en los cuentos vemos otra inversión irónica del mundo de Rulfo. La gran fuerza destructiva de Es que somos muy pobres es el río, un río sucio que no trae el nacimiento, sino la muerte; no la purificación moral, sino la certidumbre de la declinación espiritual. A causa del desastre, Tacha se une al río perverso, sus lágrimas son parte de él. (1982, p. 93)

A condição social da família já pobre é agravada porque a enxurrada levou consigo um dos únicos bens: a vaca Serpentina. Comprada com muito custo, ela simbolizava o capital associado à filha Tacha. Suas duas irmãs mais velhas haviam se tornado prostitutas, segundo a explicação, por não terem um capital para utilizarem como dote e contraírem um bom casamento. As irmãs seriam, além de pobres, revoltadas. Isso teria contribuído para se tornarem prostitutas e serem expulsas de casa pelo pai, evidenciando uma moral masculina e patriarcal.

Assim, a perda do animal significou uma suspeição trágica sobre o futuro de sua detentora, ainda uma adolescente. O capital que a vaca representava poderia determinar sua condição futura. A ameaça que a prostituição manifestava parecia induzir ainda mais uma condição de infortúnio pessoal e familiar.

A morte, mais uma vez, povoa praticamente todos os contos. No conto “O homem”, a morte é tomada como um equívoco, uma perda de controle e crueldade. Já em “Na madrugada”, a morte é associada à necessidade do ato, já que há uma agressão e uma chaga moral a ser vingada. Paradoxalmente, o conto “A noite em que deixaram ele sozinho” apresenta a fuga da morte. Uma história breve de um revoltoso que se desgarra dos companheiros e, depois que eles são capturados, foge de seu destino mortífero.

A questão moral familiar, sexual e matrimonial é destacada em “Talpa”, no qual um triângulo amoroso é associado ao infortúnio de uma doença terminal

e à fé que revigora as esperanças. Em “Macario”, Rulfo aborda a deficiência e a segregação que agudiza também a dureza de destinos tão sofríveis. Porém, incita problematizar a forma como a sociedade exclui permanentemente a diferença de forma hostil e violenta.

O conto que nomina o livro, isto é, “Chão em chamas”, apresenta uma crônica da luta da Revolução Mexicana. A noção romanesca da luta revolucionária é questionada ao apresentarem-se as práticas de destruição e saques de povoados. Não se trata de legitimar as ações violentas dos rebeldes, mas problematizar o peso negativo que seus atos tinham diante da luta que, em todo caso, era popular. O ato de incendiar plantações e casas simbolizava o caos que se instalava. Os roubos de animais, de moças e as consequentes violações, subjugar os índios, enfim, causar inúmeros prejuízos em nome da Revolução, evidenciam as contradições em que estavam inseridos.

Um dos contos mais paradoxais é “Diga que não me matem!”. Nele, Rulfo vai ao extremo do drama ao apresentar a morte sob dois ângulos em uma mesma pessoa: o do assassino e o da vítima. O medo da morte e da vontade de viver se torna um drama sufocante, como destaca Adelestein.

En Diles que no me maten, Rulfo nos presenta el temor a la muerte. Él analiza las reacciones que van del miedo por el racionalismo y la esperanza falsa, al pánico completo. El deseo de vivir sobrepasa todos los otros deseos. Así Rulfo, en Diles que no me maten dice: “No tenía ganas de nada. Sólo de vivir”. Lo paradójico de esto es que su vida, si puede llamarse vida, es nada más que la huida y la desgracia. Es muy interesante ver cuánto vale la vida, cualquier vida, cuando la muerte se le acerca. (1982, p. 92-93)

Na história, Juvencio Nava se desentende com Dom Lupe Terreros por questões de divisas e de acesso ao pasto. Acaba assassinando Dom Lupe e passa a vida toda se escondendo. “[...] A única coisa que sobrava para ele cuidar era a vida, e ele iria conservá-la do jeito que fosse. Não podia deixar que o matassem. Não podia. E muito menos agora” (RULFO, 2014, p. 291). Seu temor se faz sentir ainda maior quando o filho de Dom Lupe, agora um coronel, captura-o e o

sentencia à morte. A súplica pela vida – “Não me mate! Diga a eles que não me matem!” (2014, p. 296) – não é suficiente e a morte da qual tanto havia fugido acabou lhe encontrando. Esse conto, segundo Arias Urrutia (2002), teria relação com a história pessoal de Rulfo, que perdera o pai muito jovem.

Migrar, uma perspectiva que sempre ronda o imaginário das populações pobres e rurais, é sintetizada de forma também trágica em “Passo do norte”. Um homem jovem decide deixar de cuidar de porcos pela pobreza em que sua família vivia e vai trabalhar nos Estados Unidos. Encarrega seu pai de cuidar da família enquanto estiver fora. No entanto, é atacado na fronteira e tem de retornar ferido. Com isso, descobre que sua mulher o abandonou e seus bens foram vendidos pelo pai.

A memória das tragédias alheias é evocada em “Lembre-se”, que retrata uma família pobre em que muitos filhos morreram. Dos que restaram vivos, Urbano fora sempre discriminado e motivo de chacota. Ao retornar para o povoado já adulto e como policial cheio de ódio, acabou matando seu cunhado e foi enforcado. Essa perspectiva continua com a odisseia de um pai carregando o filho ferido, que é o tema de “Você não escuta os cães latirem”. O filho havia se tornado bandido e o pai o levava pelo respeito que tinha pela mãe do rapaz.

Narrar, como algo complexo, é sintetizado em “O dia do desmoronamento”. Além de apresentar a tragédia de um terremoto, da bajulação e petulância do governador e das brigas provocadas por uma falta de civilidade, emerge a questão de como esses episódios povoam o imaginário social e como a autoridade de quem narra é preponderante para estabelecer um tipo de verdade. Como nos lembra Peter Gay, “grande parte da memória coletiva é uma distorção conveniente ou uma amnésia de idêntica conveniência”, pois a “a cultura quer um passado que possa usar” (1990, p. 186).

O ressentimento é tema de “A herança de Matilde Arcángel”. Matilde, a esposa, morreu numa queda de cavalo ao proteger o filho. O pai culpa o filho pelo acontecido, já que havia ele berrado e assustado o cavalo. O ódio consumiu o pai, que maltratava o filho. Com o movimento revolucionário e as mortes subsequentes, coube ao filho renegado enterrar o pai, demonstrando o apelo às lições morais familiares.

O conto “Anacleto Morones” ironiza as percepções de fé e de heroísmo popular. Apresenta o caso de um suposto profeta e milagreiro, que vagava pelo campo mexicano. A noção de um messianismo camponês é reforçada pela pobreza que se abatia sobre a população. O referido Santo, porém, era um farsante e fora morto em disputa financeira por seu genro. A memória de sua obra, porém, animava beatas e seguidoras, na esperança de vida melhor.

A obra se complementa, enfim, pela sequência variada de dramas e de tragédias abordadas por uma espécie de naturalização. A fina ironia de Rulfo esculpe uma crônica polissêmica da vida camponesa mexicana. Novamente ele aciona um discurso pendular entre o imaginário e o real para pontuar uma crítica ácida. Embora pareça um retrato, o que Rulfo desenvolve é um profundo lamento que denuncia justamente as leituras rasas que tomam aquela condição social como natural, inclusive as revolucionárias.

Considerações finais

A obra rulfiana é complexa. Oscila entre literatura historicista ou história literata, acionando uma perspectiva filosófica que relaciona o imaginário e o real como um tipo específico de realidade que congrega a vida rural mexicana da primeira metade do século XX. Esse é o papel preponderante de Rulfo como escritor, produzir uma literatura polissêmica e não ajustada, ou melhor, uma literatura invariavelmente provocativa. Nesse sentido, Rulfo cria, talvez não intencionalmente, um documento para interpretar e analisar a realidade social que retrata. Não são elementos evidentes, mas potenciais, visto que a literatura representa e interpreta simbolicamente a realidade social.

Nessa complexa arquitetura, o “fantástico” do realismo de Rulfo funciona como um catalizador de imaginários. É uma imersão num contexto de aproximação e de distanciamento. O pano de fundo e o tecido em si são, ambos, a realidade. Ao produzir uma sequência de várias transições entre mundos duais, o autor provoca um estranhamento entre eles. O efeito de simbiose entre o mundo dos vivos e dos mortos reflexiona sobre a história mexicana. Lembremo-nos que a dualidade não existe no real, apenas no imaginário. Se considerarmos isso, Rulfo está embaralhando uma dualidade

imaginária para tecer uma crítica e uma ironia fina à sociedade na qual se vincula. A sobreposição de cenários, histórias e narrativas seria uma forma de facilitar a construção de um sentido para a obra e uma explicação para a realidade na qual se baseia, embora não a reproduza.

Condição de aflição, de opressão, desgraça, tristeza. Os textos de Rulfo são agudamente tristes. Mais tristes se tornam quando se percebe que representa, poeticamente, uma situação real. É a tristeza sentida, compartilhada e divulgada sob o traço literário. A tragédia literária pode servir para amenizar a crueza de um relato verdadeiro. Trata-se de uma dor que pode ser relativizada.

A ruralidade que Rulfo narra é trágica, porque se expressa pela violência, pela pobreza, pela fome. É um quadro de tristeza e de fatalismo que evoca um sentimento de profunda e aguda dor. Quem lê seus enredos sente cruamente o peso de uma existência angustiante. Desencadeia um choque, uma derrocada, uma sensibilização. Este elemento se aproxima de um dos aspectos do pensamento decolonial, que é a manifestação tácita das desigualdades sociais herdadas de um sistema predatório. A partir dessa percepção mais catastrófica, pode-se reforçar uma identidade latina, camponesa e indígena que se manifesta no contexto de denúncia da exploração e reprodução da dominação estrangeira e das elites locais.

Por isso, o trágico se sobrepõe e a morte é elemento permanente, pois o que questiona vai além da condição social imediata dos mexicanos. Rulfo coloca em dúvida toda a percepção da existência humana. Ao narrar a morte, está, nos parece, falando da vida. O paradoxo e o enigma são suas ferramentas de trabalho. Adicionando fatalismo e melancolia, legou ao mundo uma narrativa do desconcerto cotidiano. Assim que seu texto funciona: desestabiliza e confunde para criticar, aguçar e questionar. Cada página é um golpe que corta fundo nas idealizações e simplificações feitas sobre uma realidade que pensamos conhecer.

Referências

ARIAS URRUTIA, Ángel. La Guerra Cristera en la narrativa mexicana. *Historia y ficción. Anuario de Historia de la Iglesia*, n. 11, p. 423-430, 2002.

- ADELSTEIN, Miriam. La vida y la obra de Juan Rulfo. Actas del IV Congreso de la Asociación Internacional de Hispanistas. Salamanca, 1982. [pp. 91-94].
- BASTOS, Hermenegildo; BRUNACCI, Isabel. História literária entre acumulação e resíduo: o eixo Graciliano-Rulfo. *Terceira Margem*, Rio de Janeiro, n. 12, p. 117-129, 2005. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/tm/article/view/37875>. Acesso em: 23 jun. 2022.
- BOIXO, José Carlos Gonzalez. "El gallo de oro" e outros textos marginalizados de Juan Rulfo. *Revista Iberoamericana*, v. 52, n. 135-136, p. 489-505, 1986.
- BORGES, Jorge Luis. Milonga de Manuel Flores. In: BORGES, Jorge Luis. *Obra Completa*. 14. ed. Buenos Aires: Emecé Editores, 1984.
- BRENNAN, Dylan. Sobre a Fórmula secreta. In: RULFO, Juan. *O gallo de ouro*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2018. p. 187-191.
- CHARTIER, Roger. *Formas e sentido. Cultura escrita: entre distinção e apropriação*. Campinas: Mercado das Letras; ALB, 2003.
- CHOUBEY, Chandra Bhushan. Juan Rulfo: lo real, no lo mágico. *Fragmentos*, Florianópolis, n. 7, p. 15-23, 2004.
- DEHESA, Germán. *Juan Rulfo*. Conferência, 28 nov. de 1997. Museo de Historia Mexicana, 1997.
- EAGLETON, Terry. *Teoria da Literatura: uma introdução*. Tradução de Waltensir Dutra. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- FELL, Claude. Introducción del coordinador. In: RULFO, Juan. *Toda la obra*. Edición crítica. Claude Fell (Coord.). Madrid; París; México; Buenos Aires; São Paulo; Lima; Guatemala; San José de Costa Rica; Santiago de Chile: ALLCA XX, 1997. p. 21-31.
- GAY, Peter. *O estilo na história*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- JAMESON, Frederic. *O inconsciente político*. A narrativa como ato socialmente simbólico. Tradução de Valter Lellis Siqueira. São Paulo: Ática, 1992.
- LÓPEZ, Damián. La guerra cristera (México, 1926-1929): una aproximación historiográfica. *Historiografías*, n. 1, p. 35-52, 2011.
- LÓPEZ-QUINONES, Loreto Gómez. El silencio como estrategia en la obra de Juan Rulfo. *Revista AnMal Electrónica*, n. 35, p. 79-92, 2013.
- NEPOMUCENO, Eric. Prefácio. In: RULFO, Juan. *Pedro Páramo & Chão em Chamas*. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2014. p. 9-21.
- NÚÑEZ, Myriam Aleida. Homenaje a Juan Rulfo a 26 años de su muerte. Pedro Páramo: las voces fantasmales del México rural. *Revista Digital Mirada Ferroviaria*, n. 16, p. 46-50, 2012.
- PEDROSO, Bernadet Korzun. Consciência crítica e elaboração estética de Juan Rulfo. *Revista de Literatura, História e Memória*, Cascavel, v. 5, n. 6, p. 151-161, 2009.

- PEDROSO, Bernadet Korzun. Reflexões sobre o fantástico em Pedro Páramo de Juan Rulfo. *Travessias*, Cascavel, v. 6, 2009. [pp. 1-9].
- PUPPI, Ubaldo. O trágico: experiência e conceito. *Trans/Form/Ação*, São Paulo, 4, p. 41-50, 1981. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/transformacao/article/view/12034>. Acesso em: 20 jun. 2020.
- QUEZADA, Claudia Julieta. La mujer cristera em Michoacán, 1926-1929. *Historia y Memoria*, n. 4, p. 191-223, 2012. Disponível em: https://revistas.uptc.edu.co/index.php/historia_memoria/article/view/813. Acesso em: 5 mai. 2020.
- RULFO, Juan. Entrevista concedida a César Orué Paredes. *Jornal Hoy*, Assunção, 19 jan. 1986.
- RULFO, Juan. Entrevista concedida a Joaquín Soler. *Programa A Fondo*, Primera Cadena de Televisión Espanola, 1977.
- RULFO, Juan. La vida no es muy seria en sus cosas. In: RULFO, Juan. *Antología Personal*. Mexico: Nueva Imagen, 1978. p. 153-156.
- RULFO, Juan. *Pedro Páramo & Chão em Chamas*. Tradução de Eric Nepomuceno. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.
- RULFO, Juan. Talpa. *Revista América*, n. 62, p. 31-38, 1950.
- SEBESTYEN, Åsa. *El origen de la violència: un estudio de poder y resistencia en la obra rulfiana*. Gotemburgo: Göteborgs Universitet, 2011.
- WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

Como citar

KUMMER, Rodrigo; LIMA, Eli Napoleão de. Ruralidade trágica em Juan Rulfo: apontamentos entre ficção e realidade. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, e2331102, 31 jan. 2023. DOI: https://doi.org/10.36920/esa31-1_02.



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.

Raízes agrárias, lugar no sertão, lugar no CPDA: uma homenagem à professora Eli Napoleão de Lima

Agrarian roots, *sertão*, and rural studies:
in honor of Professor Eli Napoleão de Lima (CPDA/UFRRJ)

 **Valdênio Freitas Meneses¹**

 https://doi.org/10.36920/esa31-1_03

Resumo: O artigo faz uma homenagem à professora Eli Napoleão de Lima a partir de revisão de sua obra acadêmica que deixa um legado importante para os estudos do mundo rural brasileiro. As fontes para este debate serão capítulos de livros, artigos, trabalhos de orientados e orientandas e ementas das disciplinas ministradas pela professora Eli nas décadas de trabalho de formação, pesquisa, docência no CPDA/UFRRJ. O texto “vaivém” dentro de edição e seleção de três eixos temáticos. O primeiro trata da interdisciplinaridade e paixão na encruzilhada de história, ciências sociais e literatura a partir do tema do sertão e o “lugar” no imaginário de região/nação. Os estudos de Eli Napoleão de Lima analisaram a construção nacional, regionalismos e projetos de Estado, tendo foco a obra de Euclides da Cunha e sua influência durante século XX. Um segundo eixo é o de literatura e mundo rural como

¹ Professor da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), no Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar (CCTA), Campus Pombal. Doutor pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). E-mail: valdenio.freitas@professor.ufcg.edu.br.

fonte de análise: “saber ler e saber perguntar como um texto funciona” foi o lema dos trabalhos de Eli Napoleão de Lima em um arco que vai de Euclides da Cunha até debates com autores como Graciliano Ramos e mesmo clássicos da literatura mundial. Um terceiro eixo trata de sua atividade docente: das orientações acadêmicas a intervenções feitas em eventos comemorativos do Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade e, principalmente, pela disciplina Raízes agrárias da formação social brasileira, que marcou gerações de alunos e alunas do CPDA.

Palavras-chave: ruralidade; literatura; tragédia; história; México.

Abstract: The social sciences and humanities contains some dilemmas that reflect empirical and theoretical problems; one such challenge is interdisciplinarity and the place of subjectivity. This article discusses these issues while also serving as a tribute to Eli Napoleão de Lima, a professor and researcher whose work centered around Brazil's *sertão* backlands, the nation and region, Amazon rainforest, and literature about the countryside. She pursued her work with great passion, precisely at the conflicting intersection of the social sciences, history, and literature. Her class entitled “Agrarian Roots of Social Formation in Brazil” made important impressions on generations of young social scientists. In this specific interdisciplinary place of knowledge, Professor Napoleão de Lima helped to make the CPDA/UFRRJ the main center for research on social and rural studies in Brazil.

Keywords: Eli Napoleão de Lima; CPDA; *sertão*; literature; nation; region; Amazon rainforest.

Introdução

Escrito com “cheiro” de saudade e com profunda gratidão, este artigo tem como proposta construir algumas estratégias de pesquisa e reflexão nos estudos rurais brasileiros a partir do legado dos trabalhos da professora Eli Napoleão de Lima. Os elementos biográficos² aqui aparecerão diluídos para

² Para dados biográficos, ver comovente homenagem dos colegas do CPDA e DDAS da UFRRJ em evento realizado no dia 29 de março de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NCdIE2EnabA>. Nesse evento foi exibido o resultado do trabalho de “resgate” de memórias, fotografias e vídeos, que resultou num bonito documentário de 10

dar ênfase ao direcionamento acadêmico interdisciplinar dos trabalhos de Eli Napoleão de Lima (2001, 2002a, 2002b, 2005, 2007, 2008, 2014a, 2014b, 2014c, 2014d, 2016a, 2016b, 2019, 2021) e sua destacada paixão pelos temas das interpretações do Brasil, do sertão e da literatura e mundo rural. A partir disso, demarco também o trabalho constante da professora Eli em fixar o lugar do CPDA na diversidade regional nos estudos rurais brasileiros.³ Nas suas conclusões, o artigo faz uma proposta de novas linhas e agendas de pesquisa.

Alguns espectros rondam as formas contemporâneas de produzir conhecimento das ciências humanas. O primeiro trata do desafio da interdisciplinaridade – palavra muitas vezes usada como adorno, aceno ou promessa simplista de mencionar sem confrontar as diferentes abordagens nas pesquisas e teorias. A demanda aqui é que produza conhecimento válido usando do variado ferramental teórico e empírico produzido na já quase bicentenária trajetória das ciências humanas, em boa parte fundadas e institucionalizadas no século XIX. Fato também é que se as ciências humanas conseguiram alguma legitimidade, fruto de um legado já centenário, isso não se fez de forma “harmônica”: ciências sociais, história, geografia, economia, dentre outras ciências e saberes avançaram acumulando vários conflitos incessantes e inesgotáveis. Desse vasto universo, surgiram críticas internas, escolas de pensamento e até disputas ferozes entre as ciências, por exemplo, aquelas entre os fundamentos da sociologia e da história. Em sua raiz, uma mirou nas regularidades e generalidades e, a outra, nas particularidades históricas dos processos sociais. Por isso, essas ciências nem sempre são boas vizinhas (BURKE, 1994). Um pesquisador desavisado que adentra fronteiras

minutos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eDe3XaZYhVY>. Ver também entrevista com a própria Eli Lima feita em 2019 pela professora e à época aluna do CPDA, Yamira Rodrigues, e publicada na Revista *Ideas*. Disponível em: <https://revistaidepas.ufrj.br/ojs/index.php/ideas/article/view/236>.

³ Esta área de estudos abrange uma rede interdisciplinar composta por sociólogos, antropólogos, economistas, geógrafos, economistas e historiadores, constituída por parcerias que remetem a iniciativas como o Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura (PIPSA), no final da década de 1970 (BRUMER; SANTOS, 2006; WANDERLEY, 2011). Agregando pós-graduações e centros de pesquisa de ciências sociais e áreas interdisciplinares,³ os “Estudos Rurais” também marcam presença em Grupos de Trabalho (GTs) nos eventos da Associação Nacional de Pós-Graduação de Ciências Sociais (Anpocs), Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), Sociedade Brasileira de Economia Rural (Sober) e Associação Latino-Americana de Sociologia Rural (Alasru). O grande encontro dessa teia de pesquisadores é o “Rede de Estudos Rurais”, evento bianual, realizado desde 2006, em diferentes regiões do Brasil.

das ciências humanas e se vê diante de agressivas trincheiras fica tal qual verso de um conhecido ponto de umbanda também cantado no maracatu da banda pernambucana Mestre Ambrósio: “Terra alheia, pisa no chão devagar”!⁴

Um segundo espectro que ronda as ciências humanas e sociais trata de como produzir conhecimento relevante sobre o mundo social e, ao mesmo tempo, lidar com paixões, apegos e valores? Como trabalhar com aquilo que, por vezes, é definido como “subjetividade” dos pesquisadores e pesquisadoras? Para lidar com essa tensão alguns ainda insistem na busca pela cientificidade, refutabilidade de dar hipóteses “verdadeiras ou falsas”, oferecer um enquadramento “popperiano” para o universo socioantropológico (PASSERON, 1995). Também há linhas que atestam incapacidade de cientificidade e assumem as ciências humanas como saberes, narrativas fora do modelo de ciência criado e espelhado no século XIX – algo que foi muito recorrente em crises e viradas conceituais e teóricas, como o feminismo, o colonialismo, a natureza/cultura, o racismo, a linguagem, entre outros –, que gerou intensas disputas epistemológicas multidisciplinares nas últimas décadas do século XX (ALVES, 2010). Desse processo ainda sentimos efeitos epistêmicos: de leves “tremores” a grandes terremotos e movimentos de placas “tectônicas” das certezas e confianças aparentemente sólidas das ciências humanas durante quase todo o século passado.

Diante dessas encruzilhadas, a proposta desse texto-homenagem busca as condições de possibilidade de um esforço realista da interdisciplinaridade – ou seja, reconhecendo seus conflitos inerentes. Sem comprometer a dar resolução de dilemas e atritos epistemológicos, fazer a “travessia” bibliográfica dos trabalhos de Eli Napoleão de Lima evidencia enérgico encontro de tradições de conhecimento – nas linhas da História, Ciências Sociais e Literatura –, encontro esse guiado pela paixão por um tema – o “sertão” brasileiro em suas variadas formas regionais e conceituais, da Amazônia ao semiárido, das ideias coloniais ao imaginário de nação, mundo rural e Estado brasileiro. Os lugares reflexivos estabelecidos nos trabalhos da

⁴ Ver letra completa em <https://www.lettras.mus.br/mestre-ambrosio/248082/>.

prof^a. Eli Napoleão de Lima e suas possíveis direções e agendas de pesquisas são valiosos para novas gerações de estudiosos e estudiosas dos temas do mundo rural. Assim, procuro neste texto reafirmar o legado de nossa querida “Ly”: somada à sua energia agregadora e gentil, recordá-la também pela potência criativa que emana dos seus trabalhos.

O artigo está organizado em três partes. O primeiro trata da interdisciplinaridade focada na categoria sertão e seus “lugares” no imaginário de nação. Dos sertões verdes e aquosos amazônicos ao sertão abrasado e ressequido de Canudos – no século XIX era parte do antigo “Norte”, atual Nordeste semiárido do Brasil –, os estudos de Eli Napoleão de Lima analisaram a construção nacional e os regionalismos dentro de projetos de Estado brasileiro. Aqui, o foco de sua tese de doutorado, bem como artigos e verbetes em dicionários foi a obra de Euclides da Cunha “amazônico” e sua influência nos imaginários e projetos de Estado no século XX. Um segundo eixo de análise trata da literatura como fonte de avaliação da cultura e do mundo rural. Atravessa aqui autores clássicos latino-americanos de língua hispânica e também da língua inglesa. Um terceiro eixo versa sobre a sua atividade docente: intervenções feitas em eventos comemorativos do CPDA, temas de orientações de teses e dissertações e, principalmente, na disciplina Raízes agrárias da formação social brasileira, que marcou gerações de alunos e alunas do CPDA.

A interdisciplinaridade e suas ‘veredas’: sertão, nação, região nas interpretações do Brasil

Um dado relevante dos estudos de Lima (2002, 2014a, 2014d) está no exame que faz dos escritos de Euclides da Cunha (1866-1909) tomando como entrada não a famosa obra *Sertões* da Guerra de Canudos (1896-1897), mas sim a visão de sertão e nação dos escritos amazônicos:

A Amazônia tem sido cenário de práticas sociais, ideológicas e políticas a partir de uma estrutura de atitudes e referências veiculada pela narrativa de viajantes, por narrativas contidas em obras de caráter ficcional e não ficcional (romances, crônicas, ensaios etc.). Dentre tais narrativas destacamos a

produção do imaginário euclidiano da Amazônia, sua veiculação e assimilação (...). (LIMA, 2019, p. 87)

Embora tenha analisado Canudos,⁵ o foco está no chamado “inferno verde” e seu imaginário apresentado por escritos “amazônicos”⁶ de um Euclides da Cunha já consagrado no século XX, fase essa que antecede o fim trágico do escritor, assassinado na tentativa de lavar sua “honra” matrimonial em 1909. O ponto central da análise sociológica e historiográfica de Lima (2001, p. 80) mostra como na criação literária euclidiana sobre a Amazônia seria canalizada a construção da nação em projetos de Estado brasileiro durante todo século XX.

Mesmo diante do cenário abrasado e ressequido do sertão e da imensidão no “sertão de imensidão verde e aquosa da Amazônia [Euclides da Cunha] manteve uma mesma atitude verbal: transformou os elementos de sua grandiloquência (...) será precisamente nessa perspectiva de construção de uma história “nossa”, do caráter documental de sua obra que se apropriará do projeto de nacionalidade inaugurado pelo Estado Novo. (LIMA, 2001, p. 80)

Foi ao longo do capítulo quarto de sua tese que Lima (2002) aprofundou essa análise sobre o imaginário amazônico. Parte de um elemento biográfico na formação militar de Euclides da Cunha em sua inserção em uma geração de elite intelectual de um positivismo pressionado pela entrada de novas ideias do abolicionismo e republicanismo da segunda metade do século XIX. Nesse sentido, vem o imaginário da Amazônia em atávica questão militar da região fronteira da grande floresta tropical: daí os termos “região tumultuária”; “estéril”; “inóspita”; “pré-histórica”. O debate sobre a natureza e o comportamento dos habitantes – tônica naturalista do final do século XIX – fundamentou a (im)possibilidade do progresso nessa região na região.

Aqui temos a pauta de disputa entre autores brasileiros: nesse ponto, Euclides da Cunha “venceu” o tabuleiro intelectual contra José Veríssimo

⁵ Ver o verbete “Canudos” de autoria de Napoleão de Lima (2005, p. 80-83) no *Dicionário da Terra*, organizado por Marcia Mota (2005)

⁶ As obras de Euclides da Cunha “amazônicas” analisadas por Napoleão de Lima (2002, p. 340-341) em sua tese são as seguintes: *Um paraíso perdido*: reunião de escritos amazônicos (coletânea feita em 1976 pela Vozes e atualizado pela José Olympio em 1994), além de intervenções sobre a fronteira Peru e Bolívia lançadas pela Record. A autora consultou ainda um acervo de Euclides da Cunha na Biblioteca Nacional publicado em 1995 em convênio com a Unicamp (LIMA, 2002a).

(1850-1916) e Ferreira de Castro (1898-1974). Mas por que a vitória da narrativa euclidiana sobre a visão do Estado brasileiro sobre a Amazônia? Para construir uma das possíveis respostas, o capítulo da tese internacionaliza o olhar no que chama de textos canônicos dos trabalhos amazônicos de Euclides da Cunha comparando-os com os textos de Joseph Conrad (1857-1924): a questão é da representação do “mundo desconhecido” que Conrad faz da África na história de Marlow e a personalidade trágica de Kurz e sua empreitada sangrenta⁷ em *Coração das Trevas* (1902). A entrada euclidiana do universo “bárbaro” e sertanejo da Amazônia e o imaginário africano de Conrad coincidem na vitória da visão no exotismo da revelação de um “mundo desconhecido” que, no crivo da percepção ocidental e imperial, seriam regiões e populações que vivem um frenesi de violência, estando “apartadas” do mundo. Isso que se chama de “visão consolidada”⁸ de uma região, segundo debate de Lima (2002a, 2012, 2015).

No quarto capítulo da tese, Lima (2002a) ainda indicou mais uma preocupação de estudos que pressionam as dualidades atraso/moderno; “bárbaro/civilizado” sobre a Amazônia: o ingresso de uma cultura urbana de *belle époque* em cidades como Manaus e Belém na transição do XX para XXI. A formação da elite manauara, o papel do monumentalismo das exposições universais e a entrada de bens de consumo e estruturas de controle social – vestuário europeu, novas comidas e bebidas, teatros com espetáculos de ópera, asilos de mendigos e indesejáveis, entre outros) nas capitais da borracha. Paralelo aos investimentos literários euclidianos, o imaginário exótico era visto como legitimador do Estado e como uma missão técnica capaz de controlar e oferecer efeitos civilizadores – na ordem social de “raças” indígenas e ribeirinhos até as doenças da floresta e a própria imposição da natureza, da mata e do clima. A ferro, fogo e vapor e uma alta carga ideológica é que esse projeto político era firmado através dos portos e ferrovias cortando o terreno amazônico (LIMA, 2008).

⁷ Narrativa que inspirou um clássico do cinema de guerra: *Apocalypse now* (1979). No filme, o personagem Kurz (interpretado por Marlon Brando) cria um exército de fanáticos e uma comunidade dominada pelo frenesi e insanidade dentro das florestas vietnamitas.

⁸ As pesquisas dialogam com contribuições de Terry Eagleton, Benedict Anderson e Fredric Jameson e principalmente Edward Said. Sobre este, ver o verbete “Orientalismo” (Silva, Lima, 2004) do *Dicionário Enciclopédia de Guerras e Revoluções do Século XX. As grandes questões do mundo contemporâneo* (2004).

Por fim, a grande questão que finaliza a tese de Lima (2002a) e que vai guiar trabalhos posteriores é a relação dos projetos do Estado brasileiro com a obra de Euclides da Cunha como eixo intelectual e legitimador de políticas de integração nacional no século XX. O projeto de nação inciduiu não somente sobre a Amazônia mas na conquista dos sertões como espaços fronteiriços da nacionalidade brasileira. E foi construído em dois momentos do século XX: primeiro, pela geração intelectual da chamada “República Velha” (Alberto Torres, Manoel Bonfim, Oliveira Vianna, Belisário Pena, dentre outros) e uma missão da busca pela identidade coletiva: daí o “sertão” – em suas diferentes acepções dos rios e florestas as zonas castigadas pelas secas cíclicas ou até os interiores paulistanos – ser constantemente reivindicado como lugar de autenticidade destaque na ficção e ensaios (LIMA, 2008, p. 18). O sertão está em toda parte e em diferentes lugares: ele abarca um campo semântico de incorporação, progresso, civilização e conquista (LIMA, 2002b, p. 324). E, segundo, com mais força e longevidade estratégica, está o Estado Novo: a partir dos anos 1930, os investimentos no conceito de “homem brasileiro” em detrimento dos debates racistas do final do XIX trouxeram o tema regionalismo como elemento de ideal de progresso, controle sanitário e disciplinamento do trabalhador, principalmente o rural – eis a cruel rima do tripé dado por Belisário Pena de que o Brasil precisa de “botina, necatorina⁹ e latrina” (LIMA, 2002a, p. IV). A permanente tensão simbólica e dualista da nação brasileira (interior/litoral; atraso/progresso) que produz e reproduz a obra euclidiana ganhou novos tons e direções a partir do projeto varguista fundado na Revolução de 1930.

Importante mencionar que o interesse de Eli Napoleão de Lima pela chave euclidiana de um sertão da Amazônia acompanha um raro encontro de pertencimento pessoal, paixão e trajetória acadêmica: primeiro, a origem paraense de Eli Napoleão de Lima e, segundo, a produção de sua dissertação de mestrado *Produção de alimentos e extrativismo: Belém e os núcleos subsidiários da ilha do Marajó e da Zona Bragantina (1850-1920)*, defendida no CPDA em 1987. Nesse momento, a pesquisadora em formação inicial já tinha

⁹ *Necatorina* é um “medicamento” à base de tetracloreto de carbono utilizado como vermífugo.

preocupações com a história agrária e os sistemas de abastecimento coloniais. Abordagens essas que a influenciaram fortemente a partir dos trabalhos dos professores Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira – que foi seu orientador.¹⁰

O uso da literatura como fonte de estudos de cultura e mundo rural

Há pelo menos duas frases que se repetem nos artigos e que eram bastante usuais nas reuniões de orientação com Eli Napoleão de Lima. Essas frases dão boas estratégias epistemológicas para analisar fontes escritas, sejam elas documentos oficiais produzidos pelo Estado e outras instituições, sejam elas textos consagrados – como clássicos da literatura. A primeira delas trata de “perguntar a um texto não somente o que ele significa, mas também como ele funciona” (LIMA, 2014, p. 121). Aqui reside um importante ponto para quem está na fronteira entre literatura e história e suas condicionantes: contexto histórico, contexto histórico-literário, literatura e realidade social, literatura e sociedade, literatura e documento, literatura e ciências sociais, no sentido das possibilidades interpretativas da relação história/ciências sociais/literatura (LIMA, 2021, p. 551). Esse amplo exame do que há de interno/externo em uma obra/texto a partir de como ele funciona estava direcionando a autora a pensar acerca de Graciliano Ramos, nos seus trabalhos recentes. Uma segunda frase bastante recorrente nas orientações e artigos de Lima (2007, p. 33) trata de questionar os usos do passado: a relação de invocar algo pretérito como estratégias de poder mais usuais para interpretação do presente:

O que queremos destacar é que, mais importante que o próprio passado, não é o apego ou desapego a ele, e sim as formas de recuperação do passado, entendido como um

¹⁰ Ver trecho de entrevista para a Revista *IDEAS* em 2019: “quando trabalhei com Yedda Linhares na História do Abastecimento, que as falas sobre a hostilidade da natureza, que não seria viável a agricultura na região, eram uma estratégia para outros usos da região. O incômodo foi tamanho que me levou à minha dissertação de mestrado: *Produção de alimentos e extrativismo: Belém e os núcleos subsidiários da ilha do Marajó e da Zona Bragantina (1850-1920)*”. Dentre tais narrativas, destacamos a produção do imaginário euclidiano da Amazônia, sua veiculação e assimilação, acreditando que as informações contidas nessas narrativas resultaram numa “visão consolidada”, retomando à expressão de Said sobre a região (LIMA, 2019, p. 6)

passado remoto que não mais refletiria as “realidades” do país.
(LIMA, 2007 p. 33)

Esse entendimento do passado vem de uma forte crítica à periodização de “ciclos econômicos” e seu teor determinista e compartimentado dos processos sociais e históricos (LIMA, 2002).¹¹ Pau-Brasil, mineração, pecuária, borracha, café, nenhum desses produtos “desapareceu” e deu lugar de forma linear a outras atividades que os sucederam (LIMA, 2007, p. 31). Para superar essa história cíclica é preciso regionalizar cada vez mais as análises de mercados internos, zonas e populações para além da face oculta de processos centenários feitos por anônimos trabalhadores do campo no interior do país que abriram trilhas e terras que somente depois seriam dominadas pela grande propriedade da terra.

Esse ponto de vista reforça ainda mais o pertencimento do legado de Eli Lima aos estudos já citados de história agrária/história do abastecimento (centrado em grupos de pesquisadores do CPDA e, posteriormente, da UFF) que atestam impossibilidade de uma história nacional generalizante. Nesse ponto, Lima (2007) fecha seu arco de análise em elo com o imaginário de nação e literatura nos estudos “sertanejos” e amazônicos. Estão destrinchados a partir dos termos região, território, localidade. A partir disso, são dadas as seguintes agendas para superar impasses:

- 1) Interpretações consagradas x universo conceitual complexo regional do Brasil.
- 2) História regional e local, estudo das estruturas e paisagens agrárias
- 3) Do continuum agrícola ao novo rural.
- 4) Concepções alternativas de desenvolvimento: equidade social, prudência ecológica e viabilidade econômica.
- 5) Lugar dos saberes sobre a natureza de grupos indígenas e comunidades tradicionais no debate sobre preservação de ecossistemas. (LIMA, 2007, p. 36)

O lugar de possibilidades de realizar tais agendas não seria outro senão o CPDA/UFRRJ. Eis um ambiente interdisciplinar realista: na medida em que

¹¹ Durante o processo de elaboração de nossa tese – concluída em 2018 e premiada pela Capes em 2019 –, essa crítica à visão de ciclos foi uma abertura para que Eli Napoleão também fizesse ressalvas sobre um elemento que estava no meu projeto inicial de 2014: a visão do “declínio” dos grandes pecuaristas nordestinos, como se uma elite pudesse “desaparecer” ou simplesmente ser substituída no espaço temporal e de posições de poder por outros grupos dominantes.

pela sua história singular de formação, sempre vai trabalhar no ponto conflituoso, ou seja, de gerar energia no “choque”, tensões identitárias e disciplinares (MOREIRA, 2007, p. 16). A força motriz de produzir conhecimento sobre o rural virá não de um encontro harmônico mas de tensões que “molduram” trajetórias profissionais e conhecimentos de diferentes ciências humanas e da natureza. Termos como desenvolvimento, agricultura e sociedade não são debates pacificados, estão sempre em aberto às tensões que as pesquisas e teorias provocam: quando canalizado de forma produtiva, o conflito move e transforma positivamente o mundo intelectual e social.

Portanto, além da já citada influência das pesquisas em história agrária e dos sistemas de abastecimento, a experiência de fazer parte do Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social e Agricultura (Pipsa) – atual Rede de Estudos Rurais – ao longo de sua formação dentro do CPDA, desde o final da década de 1970 até os anos 1990, marcou profundamente a trajetória de debates acadêmicos de Eli Napoleão de Lima. Ela também se inscreve nessa tradição do Pipsa-Rede de Estudos Rurais na condição de protagonismo de intelectuais mulheres no meio acadêmico.¹² Em síntese, foi nesse fluxo e fixada no CPDA que Eli Lima – como aluna, professora e ocupando funções administrativas – fez seu legado por meio de atividades de orientação, pesquisa e de docência centradas principalmente na disciplina Raízes agrárias da formação social brasileira.

Raízes agrárias da formação social brasileira e a defesa o lugar do CPDA nos estudos rurais

O tema da interdisciplinaridade na história do CPDA foi enfatizado em artigo de Cesco, Lima e Moreira (2014), entendendo que a produção desse Programa ultrapassa divisões clássicas das Ciências Sociais (Sociologia, Antropologia e Ciência Política), além de incluir história e economia nos seus quadros e um amplo trânsito com as ciências agrárias. Essa institucionalização singular do CPDA está em uma nova visão de mundo rural que foi sendo

¹² Para um bom exemplo disso, ver a recente publicação do livro de memórias da prof^a. Nazareth Wanderley (WANDERLEY, 2022).

transformada na medida em que mudava a própria proposta de formação do Programa: primeiro centro de formação de quadros governamentais de desenvolvimento agrícola da FGV:

pode ser considerado o primeiro centro planejado para pensar o mundo rural brasileiro com suas crises e possibilidades no cenário político e econômico dos anos 1970. (MOREIRA; LIMA, 2018, p. 32)

A partir dos anos 1990, o CPDA passou a formar cada vez mais docentes para ingresso no intermédio de setores públicos (universidades) e privados (ONGs) na área de pesquisa, ensino e extensão sobre o mundo rural brasileiro. Nessa metamorfose do CPDA, a atuação docente de Eli Napoleão de Lima teve fundamental influência na disciplina Raízes agrárias da formação social brasileira.¹³ Ministrada desde a década de 1990, foi a principal “porta de entrada” de mestrandos e doutorandos nos clássicos do pensamento social brasileiro. Realizada anualmente no primeiro semestre letivo, ela começava geralmente por leituras de obras de Sérgio Buarque, Caio Prado Jr., Gilberto Freyre, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Vitor Nunes Leal e Antônio Candido. Em seguida, adentrava na historiografia sobre agricultura e sistemas de abastecimento e seus estudos de caso e regionais do Brasil. Era frequente também a leitura dos chamados “brasilianistas” como Shepard Forman ou Linda Lewin. Dessa maneira, os alunos e alunas tinham uma formação interdisciplinar necessária e basilar para quem vai analisar o mundo rural brasileiro: Sociologia, Antropologia, Economia, História e Literatura “enlaçadas” para treinar o olhar analítico acerca do papel da agricultura e da população à margem dos processos e projetos desenvolvimentistas e governamentais. Aqueles grupos que estiveram envolvidos em todo processo de dominação colonial, a escravidão, coronelismo, banditismo, messianismo e industrialização, dentre outros conceitos que tratam da dramática modernização do rural e urbano do Brasil durante o século XX. Nesse sentido, termos como “êxodo rural” são estáticos

¹³ Informações disponíveis no site do CPDA em: <https://institucional.ufrj.br/portalcpsda/raizes-agrarias-da-formacao-social-brasileira/> e no currículo Lattes da prof^a. Eli Napoleão de Lima. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/5542647416653541>.

e insuficientes demais para analisar um instável processo que até hoje nos traz dívidas e contradições históricas.

Outra disciplina importante, embora mais específica da linha de pesquisa Estudos de Cultura e Mundo Rural – e também comumente cursada por alunos orientandos de Ly –, foi a Mundo rural e nação em representações literárias. Ministrada desde 1989, essa disciplina era o lugar em que alunos e alunas poderiam se “deliciar” ao mergulhar no treino de como “saber ler” um texto literário – exercício esse feito com profundidade na tese de Napoleão de Lima (2002). Importantes escritores, como José de Alencar e Guimarães Rosa, mas também outros clássicos da língua hispânica – atenção especial a Juan Rulfo, José Fernández, José Maria Arguedas –, dentre muitos outros que colocaram questões de sociedade, mundo rural e nação em tensões que envolvem o lugar da intelectualidade e desse ambiente brasileiro e latino-americano sob a condição colonial. O olhar dessa disciplina era treinado para a leitura profunda de autores como Fredric Jameson, Edward Said, Walter Benjamin e Domingos Sarniento. Nesse contexto, o discente realmente era instigado a aprender a máxima já citada de que é preciso “perguntar a um texto não somente o que ele significa, mas também como ele funciona (LIMA, 2014, p. 121).

Quanto às orientações, há um acúmulo de 17 dissertações de mestrado e 12 teses de doutorado orientadas por Eli Napoleão de Lima, desde a década de 1990 no CPDA.

Quadro 1 – Teses de doutorado orientadas por Eli Napoleão de Lima

Título da tese	Autor	Ano de conclusão
A idade da revolução: Astrogildo Pereira e José Carlos Mariátegui na construção do marxismo latino-americano	Hélio de Lena Júnior	2007
Retratos de assentamentos: um estudo de caso de assentamentos rurais formados por migrantes na região do entorno do Distrito Federal	Marcelo Leles Romarco de Oliveira	2007

A socialização dos professores da educação profissional agrícola na contemporaneidade: identidades docentes entre permanências, ambiguidades e tensões	Lia Maria Teixeira de Oliveira	2008
Razões da sustentabilidade do Governo da Floresta: uma releitura do processo de desenvolvimento do estado do Acre	Mauro César Rocha da Silva	2011
O campo simbólico do Encantamento. Uma abordagem estética das narrativas sobre a experiência do Maravilhoso.	André Bazzanella	2013
A construção da memória ambiental e a consolidação da ecologia no Brasil (1944-1976)	Bruno Fraga Fernandes	2016
O campesinato do século XXI no município de Rio Verde/GO	Emival da Cunha Ribeiro	2021
Contraposições entre o 'underground' e a tradição sertaneja em Goiânia: a existência e a resistência da contracultura nos anos 1990	Luiz Eduardo de Jesus Fleury	2021
A métrica do carbono e as novas equações coloniais	Camila Cunha Moreno	2018
Saudade e rusticidade: reconversões sociais e convivência com as secas entre elites pecuaristas do Cariri Paraibano	Valdênio Freitas Meneses	2018
Cidade branca, terreiros negros: territorialidades sociorreligiosas negras no município de Uberlândia/MG	Cristhian Dany de Lima	2021
Prato principal: terras indígenas – o início da contestação do direito territorial indígena pela Frente Parlamentar da Agropecuária (2011-2014)	Marcelo Rauber	2021

Fonte: Elaborado a partir de dados da página do Lattes de Eli Napoleão de Lima.¹⁴

¹⁴ Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/5542647416653541>.

Quadro 2 – Dissertações orientadas por Eli Napoleão de Lima

Título da dissertação	Autor	Ano de conclusão
Educação ambiental na abordagem interdisciplinar: experiências do Colégio Cenecista Capitão Lemos Cunha	Maylta Brandão dos Anjos	1996
Narrativa e identidade étnica. Memória de migrantes nordestinos de origem rural.	Paulo Eduardo Wach	1997
'Arenças e psicas'. As reações populares à criação da RDS Mamirauá e ao manejo sustentável e participativo dos recursos naturais	Marise Batista dos Reis	2003
Guaxindiba: sua história, seus ecossistemas e suas potencialidades.	Geny Ferreira Guimarães	2004
Inquietações literárias na busca por uma sociabilidade feminina no final do século XIX	Carla Verônica do Nascimento	2004
Saber Tradicional e Tecnologia Moderna: a construção do desenvolvimento da Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema	Edson Vanda Pereira dos Santos	2005
Sustentabilidade da agricultura caiçara como instrumento reestruturador da sua identidade cultural	Manoel Gomes Vieira Júnior	2005
Jorge Amado Literato & Constituinte	Pablo de Las Torres Spinelli	2005
A educação rural na literatura regionalista de José Lins do Rego, Raquel de Queiroz e Graciliano Ramos	Mônica Silva Barbosa Melo	2006
Áreas de proteção ambiental como base para o desenvolvimento sustentável com liberdade: o caso da APA-Alter do Chão. 2006	Andréa Simone Gomes Rente	2006
De Boa Esperança a Cachoeira: memória e sentidos identitários às margens do rio Parnaíba (PI/MA). 2012	Clarisse Cavalcante Kalume	2012

A vida em risos: Mazzaroppi e o caipira paulista no cinema nacional.	Thaís Valvano	2015
Voos da esperança: bairro Sagrada Família e as estratégias de permanência no sertão norte mineiro.	Thaís Dias Luz Borges Santos	2015
Função Social e Função Social da Propriedade da Terra no Brasil de 1870 a 1934	Alisson Thiago Maldaner	2015
A luta pelo território caiçara no contexto da mudança de categoria da Reserva Ecológica da Juatinga/RJ	Marcos Vinícius Martins Pereira	2017
Entre a tradição e a readequação produtiva: conflito socioambiental na bacia do rio Itabapoana e os impactos na pesca artesanal.	Nívea Patrocínio de Almeida	2018
Do sal ao cloreto de sódio: extração, industrialização e comércio do sal no entorno da lagoa de Araruama (1850-1900)	Hana Mariana da Cruz Ribeiro da Costa	2018

Fonte: Elaborado a partir de dados da página do Lattes de Eli Napoleão de Lima.

Na leitura dos Quadros 1 e 2 destaca-se a diversidade de temas de orientação de pesquisa como o imaginário de sertão, região, nação, do pensamento social brasileiro, mundo rural e cultura, literatura, gênero, até estudos de caso do campesinato, educação rural, assentamentos rurais e territórios indígenas. Nessa diversidade impressiona também a riqueza regional de temas e origem dos alunos e alunas: Pará, Acre, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraíba, Piauí, Maranhão, dentre outros. O legado de orientações da professora Eli no CPDA firma na prática o compromisso dessa instituição com a interdisciplinaridade e o olhar heterogêneo para o rural brasileiro.

Dessa forma, há vários caminhos a serem explorados diante das “encruzilhadas” epistemológicas, teóricas e empíricas abertas pela herança da prof^a. Eli Napoleão de Lima como orientadora. Reforço aqui o importante desmonte de narrativas generalizantes do mundo rural rumo a uma efetiva

regionalização dos estudos agrários e do mundo rural. Suas orientações abriram e reabriram múltiplas “veredas” e agendas de pesquisa na linha de Estudos de Cultura e Mundo Rural, dentre outras linhas¹⁵ e áreas de concentração¹⁶ do CPDA: sertões e literatura; sertão e memória regional do mundo rural; estudos sociológicos e historiográficos, entre outras. “Não existe tema batido e ultrapassado”: frase ouvida muitas vezes em reuniões de orientação, quando estava em momentos de certa desilusão e desânimo com o tema.

Ao revisar as orientações e disciplinas de Eli Napoleão pode-se dizer que estão abertas as possibilidades de novos trabalhos: pesquisas a serem feitas no CPDA e em outras instituições de ensino do país em que seus orientandos e orientandas se inseriram como professores após a formação. Se nos faltam investimentos em pesquisa e os tempos sombrios na política nos “espremem”, temos ainda muita paixão por pensar e dar continuidade a questões sobre o mundo rural brasileiro. E muito dessa energia para lidar com os desânimos atuais pode ser extraída do exercício de interdisciplinaridade do legado acadêmico deixado pela querida Ly.

Considerações finais

Foi em uma manhã chuvosa e cinzenta do final de janeiro de 2022 – quando estava na cidade de São Paulo – que fui recebendo, por meio dos amigos do CPDA, notícias do processo da despedida da querida amiga, orientadora e professora Eli Napoleão de Lima. Ly deixa uma memória de forte energia agregadora e gentil – uma pessoa “solar”. Ao não termos mais a sua existência física – em singelo ritual de despedida sua matéria esta dispersa em locais que ela amava –, podemos dizer que figuras como Eli se tornam “entidades” que podem ser interpretadas à luz da melhor tradição antropológica: pessoas que se tornam “mana”, uma energia que cria laço social para agregar e unir pessoas, ideias e sentimentos. E revendo o seu legado acadêmico pode-se afirmar que Eli, a partir de agora, existirá para além do mero registro do sobrenome “Lima” da referência bibliográfica Lattes/ABNT. A passagem da Eli

¹⁵ Ver <https://institucional.ufrj.br/portalcpsda/linhas-de-pesquisa/>.

¹⁶ Ver <https://institucional.ufrj.br/portalcpsda/areadeconcentracao/>.

a transforma em uma “memória/pessoa/energia/patrimônio” que ilumina e define processos, encontros de gerações do CPDA, do Horto Florestal, de Seropédica e até dos apertados andares (6º a 9º), mas sempre acolhedores, do prédio da avenida Presidente Vargas.

Referências

- ALVES, Paulo Cesar. A teoria sociológica contemporânea. Da superdeterminação pela teoria à historicidade. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 25, n. 1, p.15-31, 2001. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/5510>. Acesso em: 14 mai. 2022.
- BRUMER, Anita; SANTOS, José Tavares. Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do Século XX). *Nera*, São Paulo, v. 9, p. 49-72, 2006.
- BURKE, Peter. *Sociologia e história*. Madri: Alianza Editorial, 1991.
- LIMA, Eli Napoleão de. Euclides da Cunha e o Estado Novo. In: LIMA, Eli Napoleão de; ALMEIDA, Angela; ZILLY, Berthold (Orgs.). *De sertões, desertos e espaços incivilizados*. Rio de Janeiro: Mauad; FAPERJ, 2001. p. 77-100.
- LIMA, Eli Napoleão de. História e narrativa: Euclides da Cunha na Amazônia. 2002. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002a.
- LIMA, Eli Napoleão de. A inserção compulsória da Amazônia na ‘Belle Époque’. In: MOREIRA, Roberto José; COSTA, Luiz Flavio (Orgs.). *Mundo rural e cultura*, v. 1, 1. ed., p. 45-72, 2002b.
- LIMA, Eli Napoleão de. Revisitando a questão regional no Brasil. Região, território, localidade, lugar. Apontamentos para uma pesquisa. In: MOREIRA, Roberto José; LIMA, Eli Napoleão de; DELGADO, Nelson. (Orgs.). *Mundo Rural IV: configurações rural-urbanas – políticas e poderes*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007. p. 23-39.
- LIMA, Eli Napoleão de. Literatura como fonte para a história: Euclides da Cunha e a Amazônia. In: COSTA, Luiz Flavio; FLEXOR, Georges; SANTOS, Raimundo (Orgs.). *Mundo Rural Brasileiro: ensaios interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Mauad, 2008. p. 11-42.

- LIMA, Eli Napoleão de. Questões de história, literatura, narrativa e interpretação: uma análise com base em textos concretos. *In: MOREIRA, Roberto José; BRUNO, Regina (Orgs.). Interpretações, estudos rurais e política*. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad; Edur 2010. p. 15-39.
- LIMA, Eli Napoleão de. O rural na História. Euclides da Cunha, José Veríssimo e Ferreira de Castro: três narrativas amazônicas. *Raízes*, Campina Grande, v. 32, p. 122, 2012.
- LIMA, Eli Napoleão de. Euclides da Cunha: visão consolidada sobre sertão e selva. *In: EUGÊNIO, João; CARVALHO, Fabio (Orgs.). Interpretações do Brasil*. 1. ed. Rio de Janeiro: E-papers, 2014a. p. 121-147.
- LIMA, Eli Napoleão de. Apontamentos para uma sessão de homenagem a Caio Prado Jr. *In: LIMA, Eli Napoleão de (Org.). CPDA 30 Anos. Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade*. 1 ed. Rio de Janeiro: Mauad; Edur, 2014b. p. 39-43.
- LIMA, Eli Napoleão de. CPDA 30 Anos: um quadro histórico. *In: LIMA, Eli Napoleão de; LEITE, Sergio Pereira (Orgs.). CPDA 30 Anos. Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade*. 1 ed. Rio de Janeiro: Mauad; Edur, 2014c. p. 211-219.
- LIMA, Eli Napoleão de; MOREIRA, Roberto José; CESCO, Susana. Interdisciplinaridade, entre o conceito e a prática: um estudo de caso. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 29, p. 57-71, 2014d.
- LIMA, Eli Napoleão de. Euclides da Cunha e Joseph Conrad: narrativas consagradas sobre o 'mundo desconhecido'. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 390-420, 2016a. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/706>. Acesso em: 10 mar. 2022.
- LIMA, Eli Napoleão de; MOREIRA, Roberto José; CESCO, Susana. Abordagens interdisciplinares e interpretações sobre desenvolvimento e mundo rural em um Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. *Revista Brasileira de Pós-graduação*, Brasília, v. 13, p. 253-277, 2016b. Disponível em: <https://rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/929>. Acesso em: 5 jun. 2022.
- LIMA, Eli Napoleão de. Graciliano Ramos (1892-1953): breve abordagem sobre interpretações. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 3, p. 550-745, 2020. Disponível em: https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/esa28-3_03_graciliano. Acesso em: 30 maio 2022.
- LIMA, Eli Napoleão de. Um olhar sobre a “Marcha para o Oeste”: Amazônia. *In: LEITE, Sérgio Pereira; BRUNO, Regina (Orgs.). O rural brasileiro na perspectiva do Século XXI*. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2019. p. 7-368.

- LIMA, Eli Napoleão de. Verbetes "Canudos". In: MOTTA, Marcia (Org.). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 80-83.
- PASSERON, Jean-Claude. O raciocínio sociológico: o espaço não popperiano do raciocínio natural. Petrópolis: Vozes, 1995.
- SILVA, Francisco Carlos; LIMA, Eli Napoleão de. Verbetes "Orientalismo". In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (Org.). *Enciclopédia de guerras e revoluções do século XX. As grandes questões do mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2004.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2011.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *Os caminhos da vida. Aos 80 anos, estou viva e bulindo*. Recife: [s.l.], 2022.

Como citar

MENESES, Valdênio Freitas. Raízes agrárias, lugar no sertão, lugar no CPDA: uma homenagem à professora Eli Napoleão de Lima. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, e2331103, 31 jan. 2023. DOI: https://doi.org/10.36920/esa31-1_03.



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.

Seção Temática

Mulheres, territorialidades e epistemologias feministas –
conflitos, resistências e (re)existências

Organizadoras

Fabrina Furtado (UFRRJ)

Ana Carneiro (UFSB)

Dibe Ayoub (UFF)

Seção Temática

Mulheres, territorialidades e epistemologias feministas – conflitos, resistências e (re)existências

Introdução à seção temática: Mulheres, territorialidades e epistemologias feministas – conflitos, resistências e (re)existências

Introduction to the thematic section: Women, territorialities, and
feminist epistemologies – conflicts, resistances, and (re)existences

Organizadoras



Fabrina Furtado¹



Ana Carneiro²



Dibe Ayoub³



https://doi.org/10.36920/esa31-1_st01

Esta Seção Temática reúne trabalhos que refletem sobre como diferentes coletivos de mulheres em contextos de violenta expansão da fronteira agroextrativista modernizante são, por um lado, atingidos e, por outro, articulam-se na defesa da vida, do território, do corpo e da natureza. Tratam-se

¹ Professora do Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRRJ). Doutorado em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: f.furtado7@gmail.com.

² Professora adjunta do Centro de Formação em Ciências Humanas e Sociais (CFCHS) e do Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade (PPGES) da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). Pós-doutora pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGAS/MN/UFRJ). E-mail: anacarcer@gmail.com.

³ Professora adjunta do Instituto de Educação de Angra dos Reis da Universidade Federal Fluminense (IEAR/UFF). Doutora pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGAS/MN/UFRJ). E-mail: dibeayoub@gmail.com.

de estudos que lançam luz sobre os processos singulares de resistência e (re)existências de mulheres, em sua ampla diversidade, na defesa dos seus territórios.

Compreendemos esses coletivos e movimentos – que podem ou não se reconhecer na chave do “feminismo” – como criadores de conhecimentos e saberes diversos. Esses saberes ajudam-nos a problematizar e ampliar definições correntes sobre o que constitui o fazer político nos processos em defesa da terra e do território e, ao mesmo tempo, contribuem para o debate sobre epistemologias feministas no tratamento das questões agrárias e socioambientais vividas em inúmeras localidades brasileiras. Trata-se aqui de valorizar a produção de conhecimento centrada na experiência das mulheres na defesa dos seus territórios, nas suas autopercepções e negociações de identidade descritas a partir de suas perspectivas, e não na outridade (COLLINS, 2016; KILOMBA, 2019). Saberes que buscam superar diversas dicotomias hierarquizadas, em especial, a que supõe a natureza sob domínio e intervenção da sociedade e as mulheres simbolicamente associadas à natureza.

Uma ampla literatura, consolidada nas últimas décadas por autoras preocupadas em trazer uma abordagem feminista para o estudo dos conflitos ambientais, sobretudo no campo da ecologia política feminista latino-americana, ressalta a generificação dos efeitos gerados por empreendimentos modernizantes no campo, na floresta e nas cidades, articulados a processos de opressão, exploração, expropriação e outras formas de intervenção sobre os modos de vida de quilombolas, agricultoras familiares, povos indígenas e comunidades tradicionais em geral (ULLOA, 2016; OLIVEIRA, 2020; SOF, 2020; FURTADO; ANDRIOLLI, 2021, entre outros). Outros trabalhos ressaltam como as formas de resistir às ameaças perpetuadas pelo avanço do capitalismo extrativista, e conseqüentemente à perda de territórios físicos e existenciais, estão relacionados com modos de cuidado coletivo do corpo, da saúde (física e mental) e do próprio território, além da construção e fortalecimento de redes de solidariedade entre mulheres (PAIM, 2020; NOBRE, 2021).

Com o intuito de ampliar a compreensão sobre a lógica geradora dos conflitos ambientais e dos efeitos diferenciados na vida das mulheres, bem como sobre as estratégias criadas por elas para resistência, enfrentamentos e

insurgências, assumimos o viés da crítica a tais processos de expropriação, denunciados como de caráter colonial, racista, patriarcal e capitalista (MEZADRI *et al.*, 2020; OLIVEIRA, 2020; QUEIROZ; PRAÇA, 2020). Buscamos avançar na reflexão não só sobre os efeitos negativos que recaem de forma desproporcional nas mulheres, em especial as negras, indígenas e mestiças, localizadas na fronteira de expansão do extrativismo, mas também pensar sobre como o patriarcado e o racismo são condições que permitem a existência e o aprofundamento de um sistema econômico, político, cultural e ideológico baseado na destruição do meio ambiente e na expropriação dos grupos sociais aqui mencionados: povos e comunidades negras, indígenas, camponesas e tradicionais (FERDINAND, 2022).

A partir de perspectivas feministas interseccionais, descoloniais ou que simplesmente se assentam na ideia de “mulher” como categoria política, os artigos aqui publicados refletem sobre a produção de conhecimento, significados, vivências e experiências de mulheres na constituição dos territórios. Com esses trabalhos, é possível apreender o caráter polissêmico do termo “território” e compreender que, em linhas gerais, a “territorialidade” constitui um “tecer território”, nesse caso, privilegiando a narração das mulheres e a “construção criativa do mundo e suas perspectivas sobre este, num contexto dinâmico no tempo e no espaço” (NIETO MORENO, 2017, p. 14).

Neste início de século XXI, notamos uma nova força política assumida, em âmbito nacional e internacional, por organizações de mulheres na luta por terra e território, como as mulheres da Via Campesina, a Marcha Mundial de Mulheres, a Marcha das Margaridas, o Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), o Movimento Nacional de Mulheres Indígenas, o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), e os grupos de mulheres de movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento de Atingidos e Atingidas por Barragens (MAB) e a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), entre muitos outros. Percebemos ainda um avanço mais recente da articulação de mulheres que se autodenominam “mulheres atingidas” por megaprojetos ou “defensoras” do meio ambiente, da terra, das águas, dos territórios ou ainda como parte de um

feminismo quilombola, indígena e/ou camponês. A força desses grupos vem sendo construída e acumulada ao longo de um processo histórico mais amplo de organização, que remete ao período de articulação do movimento sindical de trabalhadores rurais, nos anos 1960 e 1970, e dos movimentos sociais no campo durante a década de 1980 (MEDEIROS, 1989; ALMEIDA, 2011). No Brasil, o protagonismo feminino no interior dessas mobilizações se soma ao quadro das políticas de inclusão social nas universidades públicas, ensejadas na primeira década dos anos 2000, que levaram ao crescimento e à consolidação da produção acadêmica realizada por mulheres rurais, indígenas, quilombolas e pertencentes a outras comunidades e povos tradicionais.

Nesta Seção Temática (ST), os artigos adotam abordagens tecidas nos próprios contextos de resistências e (re)existências, seja porque as autoras estão diretamente envolvidas em tais processos, seja porque dialogam com as perspectivas das mulheres que deles participam. Por este caminho, os debates que propõem são teoricamente relevantes para a discussão, ainda pouco tematizada pela produção acadêmica em geral, sobre a articulação entre os mecanismos de discriminação e violência contra as mulheres e a lógica de desenvolvimento adotada no Brasil e em outros países do Sul global. Na medida em que associamos, aos processos mais amplos de luta por reforma agrária e/ou em defesa dos territórios, a perspectiva das experiências dos movimentos de mulheres e de suas lutas, buscamos contribuir com o objetivo de “descolonização do pensamento” enunciado pelas chamadas epistemologias feministas (KOROL, 2016; HOLLANDA, 2020; RIVERA, 2021; OYĚWÙMÍ, 2021).

Os artigos aqui reunidos ajudam-nos assim a refletir sobre temas importantes para as abordagens feministas voltadas aos conflitos ambientais e às lutas em defesa dos territórios. De modo geral, a inclusão do gênero surge para fornecer, a outros marcadores de diferença (geração, raça, classe, acesso à terra), definições do pertencimento a territórios tradicionais (CASTRO; DULCI; CARVALHO, 2023; BAMBIRRA; MAGRINI, 2023) ou para nos indicar novas pautas e estratégias de luta contra o capitalismo extrativista e formas variadas de violência (WEITZMAN, 2023; COSTA; MARIN, 2023; COSTA; JALIL; BIDASECA, 2023; CALAÇA, 2023). Tais estratégias incluem a demanda por políticas públicas setoriais ainda incipientes ou inexistentes (BAMBIRRA; MAGRINI, 2023; COSTA;

MARIN, 2023), a valorização de um saber-fazer voltado às plantas medicinais (COSTA; MARIN, 2023), a criação de novas narrativas (COSTA; JALIL; BIDASECA, 2023) ou a formação de uma abordagem feminista e popular capaz de refletir a experiência das mulheres do campo (CALAÇA, 2023). Vale destacar a inserção da perspectiva interseccional nos debates sobre desigualdade social e diferença de gênero em contextos rurais (BAMBIRRA; MAGRINI, 2023; CASTRO; DULCI; CARVALHO, 2023; CALAÇA, 2023), e a inclusão, no debate público sobre o direito à terra e ao território, do valor social, econômico e ambiental das atividades femininas em espaços como a casa, o quintal ou áreas de extrativismo (COSTA; JALIL; BIDASECA, 2023; COSTA; MARIN, 2023; WEITZMAN, 2023; CALAÇA, 2023). Como questões de fundo que permeiam os diferentes artigos da seção, encontramos as denúncias contra formas diversas de opressão patriarcal, seja nas relações cotidianas ou no âmbito dos movimentos sociais, bem como o significado da noção de “autonomia” quando se considera o protagonismo feminino em tais movimentos, e ainda o contraste entre o reconhecimento público, de um lado, e a falta de políticas de incentivo, de outro, diante das práticas sustentáveis características do trabalho feminino em áreas rurais.

Diante do quadro de sobrecarga de trabalho feminino, sobretudo entre mulheres negras, indígenas, camponesas e de comunidades tradicionais, aprofundado pela pandemia da Covid-19, esta ST pretende contribuir com um debate cada vez mais evidenciado sobre o que vem sendo reconhecido como uma “crise do cuidado” (GÊNERO E NÚMERO; SOF, 2020; NOBRE, 2021). A desigualdade em que esta sobrecarga se assenta manifesta-se – nas áreas de fronteira agroextrativista de larga escala – em forma de ameaças, exploração e violação dos corpos de mulheres, moças e meninas. Ao mesmo tempo, a frequente recusa em observá-las como sujeitos políticos desses contextos evidencia mais uma maneira com que as desigualdades de gênero, raça, etnia, classe, geração, sexualidade, de acesso à terra e ao ambiente saudável são reforçadas e articuladas pelos empreendimentos agroextrativistas – o agronegócio, a mineração, a produção de energia e outros projetos de infraestrutura relacionados.

A defesa dos territórios engajada por coletivos de mulheres visa à proteção do ambiente não apenas como meio de sobrevivência econômica, mas sobretudo como fonte da vida em seu sentido mais amplo. Afirmam-se e se qualificam conexões entre o território e o corpo, entre a violência decorrente da expropriação dos territórios, da destruição dos modos de existência não capitalistas, e a violência contra os corpos das mulheres. Essa relação fundamenta-se na ideia de um território-corpo-terra-águas que garante a reprodução material e cultural das comunidades, dignificando a própria existência das mulheres (CABNAL, 2010). Neste sentido, vislumbra-se uma reconfiguração das práticas políticas da luta por terra e território. Os artigos desta ST tratam de nos fazer conhecer, reconhecer e valorizar o trabalho cotidiano e os esforços de mobilização realizados por mulheres, bem como notar sua participação na geração de riqueza, na saúde das relações interpessoais, na valorização de memórias e narrativas silenciadas por forças opressoras. Estamos diante de saberes, práticas e movimentos sociais que transformam sistemas dominantes de produção, distribuição e consumo, promovem princípios ecológicos, conhecimentos tradicionais, sementes nativas e economias solidárias, subvertem relações de poder e tensionam a apropriação desigual da riqueza.

Ao propor esta Seção Temática, algumas questões gerais nortearam nossas reflexões, por exemplo: como as relações de gênero produzem os e são produzidas pelos territórios? Como os movimentos de mulheres se articulam aos processos políticos de autorreconhecimento, às disputas e às alianças que conformam a luta por terra e território? Como o viés das relações de gênero pode tensionar as formas já estabelecidas de se conceber um território e as relações de poder que o constituem? Os artigos recebidos e selecionados para compor esta publicação, focados em geral em áreas rurais, reagiram a tais indagações nos presenteando com reflexões originais, novas questões e pistas criativas de investigação.

Em “Mulheres rurais e plantas medicinais: saberes populares e significados na luta pela terra”, Juliana Almeida Costa e Joel Orlando Bevilaqua Marin abordam os saberes-fazeres de mulheres rurais integrantes do MST, mais especificamente os cultivos e usos de plantas medicinais em assentamentos no

Rio Grande do Sul. Essas práticas de conhecimento, que a princípio foram apreendidas e experimentadas no âmbito das relações familiares e de comunidade, têm sido acionadas na implementação de políticas públicas de saúde e educação. As mulheres em questão expressam como esse conhecimento foi adquirido na vivência cotidiana com as suas mães e avós, pessoas que sempre cultivaram remédios em seus quintais e que muitas vezes atuavam como parteiras e benzedeiros. A autora e o autor ressaltam a articulação entre esses saberes-fazer, a luta pela terra e o reconhecimento das famílias sem terra, sobre as quais recaem uma série de preconceitos sociais que impedem ou limitam o acesso aos serviços públicos e, por conseguinte, a direitos básicos. Além de fortalecer a soberania e a autonomia das comunidades, os saberes dessas mulheres e suas ações são caminhos pelos quais elas consolidam lugares de respeito e sua autoestima, e constroem formas próprias de intervenção política em seus assentamentos e municípios. O artigo também nos leva a refletir sobre a centralidade da participação das mulheres na consolidação de políticas públicas de educação, saúde e alimentação escolar. Por meio de ações como a produção de hortas escolares, e dos projetos de reconhecimento e valorização dos usos de plantas medicinais, as mulheres em questão revelam que a luta pela terra é indissociável da luta pelo cultivo da dignidade e da saúde dos corpos e territórios.

O artigo “Las quebradeiras de coco babaçu y las nuevas narrativas emergentes en contra del Matopiba en el Médio Mearim-Maranhão”, escrito por Michelly Costa, Laeticia Jalil e Karina Bidaseca, discute os impactos do projeto governamental Matopiba nas vidas das mulheres quebradeiras de coco babaçu no Médio Mearim, Maranhão. Ao salientarem os efeitos do agronegócio sobre os corpos-territórios e os bens comuns, as autoras refletem sobre as reexistências e formas de ação coletiva criadas por aquelas mulheres. O patriarcado e o racismo estrutural são destacados como elementos fundantes dos projetos de desenvolvimento, os quais separam terra e natureza. A expansão da soja, dos cercamentos, dos tanques de peixes, do uso de agrotóxicos e do desmatamento dos babaçuais põe em movimento uma lógica de privatização e envenenamento do mundo, um processo de repressão da vida

de comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas. As autoras demonstram como, em contraposição a isso, as mulheres do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) atuam segundo uma ética coletiva de cuidado comunitário para a sustentabilidade da vida. As lutas deste movimento social são compreendidas como algo que se inicia no corpo, tido como um veículo que propicia relações e afetos com o território, e também como um território político a ser defendido. Destacam-se assim conquistas emblemáticas – como a Lei do Babaçu Livre – e uma série de outras formas pelas quais essas mulheres têm atuado politicamente (associações e cooperativas, por exemplo). Nas falas das lideranças do MIQCB, o babaçu é relacionado à vida e ao bem-estar que se espera de uma existência plena, e também a práticas de conservação que se aproximam da ideia de justiça ambiental. Ao combaterem os processos de devastação da Amazônia e do Cerrado, as quebradeiras de coco desafiam a necropolítica das corporações e fomentam a continuidade e a proteção dos bens comuns.

Remetendo-nos, por outros caminhos, a essa reflexão mais ampla sobre as novas configurações da relação entre sociedade e natureza a partir de estratégias femininas na luta por terra e território, o artigo da militante, pesquisadora e autora Michela Calaça mostra como, em decorrência dos debates sobre a relação das lutas camponesas com as lutas feministas, surge o Feminismo Camponês Popular (FCP). Noção construída de forma coletiva pela Coordenadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo (Cloc), e assumida pelo Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) no Brasil, o FCP como apresentado por Calaça, nos provoca a refletir sobre a própria ideia de feminismo e as lutas das mulheres camponesas. Reflexo de um dos principais desejos dessa seção, de disseminar conhecimento produzido a partir das experiências concretas de mulheres, o artigo demonstra como, nas suas diferentes lutas, por direitos trabalhistas, reforma agrária, contra o capitalismo extrativista expresso, nesse caso, pelos monocultivos de eucalipto, e em defesa do território, contra a violência, e pela agroecologia, essas mulheres, que vivem no e do campo, florestas e águas, colaboram com mudanças profundas que afetam a sociedade como um todo: a necessária transformação na relação sociedade-natureza e a valorização da vida.

Os elementos teórico/políticos do FCP nos ajudam a compreender como o tripé que fundamenta o MMC, “organização, formação e luta” e a construção de unidade na luta dentro do Movimento, da Cloc e da Via Campesina em torno de questões da terra e território, soberania alimentar e autonomia dos camponeses e camponesas, tem sido fundamental para a construção do FCP. Um feminismo que, ao reconhecer a imbricação indissociável entre o capitalismo, o patriarcado e o racismo, e ao enfrentar o debate LGBTQIA+ e de sexualidade, protagonizado por jovens camponesas, lança luz sobre a construção de uma “sociedade mais justa, igualitária e com relações harmônicas com a natureza”. Por meio da mística, conteúdo teórico/político do FCP, essas mulheres enfrentam um desafio fundamental para as nossas reflexões em torno da construção de epistemologias feministas: a superação de dicotomias hierarquizantes como objetividade/subjetividade, mente/corpo e razão/emoção.

Também para abordar estratégias de resistência de mulheres rurais, Natércia Ventura Bambirra e Pedro Rosas Magrini assinam o artigo “Uma análise interseccional das estratégias e resistências mobilizadas por mulheres negras em um assentamento de reforma agrária no sul de Minas Gerais”. Destacando a lógica dos processos de marginalização que atingem as mulheres negras de modo específico, o estudo, realizado no Assentamento Santo Dias (Guapé – MG), do MST, os autores baseiam-se em entrevistas voltadas às histórias de vidas de mulheres assentadas, indagando sobre as estratégias que elas adotaram em momentos decisivos de suas vidas, marcadas pela luta por terra. O artigo mobiliza a noção de interseccionalidade como ferramenta analítica e teórica, buscando articular uma diversidade de autoras, tais como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Patrícia Hill Collins, Kimberlé Crenshaw e Grada Kilomba. Em uma perspectiva interdisciplinar, chegam a considerações sobre “a urgência da pauta por autonomia econômica, atravessada por questões de gênero e raça/etnia”. Destacam desta forma a importância de políticas públicas de viés interseccional, ou seja, “construídas com e para os diferentes grupos que compõem os rurais”. Especialmente, tratam do exemplo do Contrato de Concessão de Uso da Terra

do Crédito Instalação como demandas importantes na busca de autonomia das mulheres negras assentadas.

O artigo “Sou preta, pobre e bicho do mato. É muita coisa pra uma pessoa só!": violências, resistências e formas de luta das jovens mulheres na Região do Bico do Papagaio/TO, Brasil”, escrito por Elisa Guaraná de Castro, Luiza Borges Dulci e Joyce Gomes de Carvalho, também procura traçar uma abordagem interseccional, neste caso para compreender as desigualdades que atravessam e constituem as existências e resistências de mulheres que vivem em comunidades de agricultores familiares, extrativistas de coco babaçu, quilombolas e acampamentos do MST em Tocantins. Tem como ponto de partida o Projeto de Extensão “Diagnóstico Participativo das Juventudes do Bico do Papagaio/TO”, com base na demanda de jovens e adultos por uma discussão sobre o tema do êxodo rural entre as juventudes de comunidades cuja população é majoritariamente negra. A partir de dados oriundos de diversas entrevistas e grupos de discussão, as autoras abordam as intersecções entre gênero, raça, geração e localidade como fundamentais para se pensar neste êxodo e na própria organização política desses grupos. As mulheres relatam uma série de preconceitos que enfrentam quando chegam na cidade, entretanto, no campo precisam lidar com diversas formas de controle de sua mobilidade e sexualidade, controle geralmente exercido por pais que limitam as saídas das filhas e reiteram que, para ser respeitada, uma mulher precisa se casar com um homem.

A questão da divisão sexual do trabalho também se revela como exercício de controle sobre as mulheres. Se, por um lado, mulheres mais jovens têm ensinado seus filhos a dividirem com elas as tarefas domésticas, por outro, suas experiências desvelam que seu trabalho na roça, bem como as atividades de quebrar coco, cuidado dos quintais e beneficiamento dos produtos agrícolas não são compreendidas como trabalho, mas sim como uma espécie de extensão das atividades domésticas, sendo que estas últimas tampouco são reconhecidas socialmente como trabalho. Embora a organização política de movimentos sociais como o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) sejam fundamentais para o reconhecimento e valorização das atividades produtivas desempenhadas pelas mulheres, várias delas relatam que

a participação nos movimentos é por vezes tolhida pelos maridos ou motivo de conflito com eles. As autoras ressaltam ainda a preocupação de mulheres mais velhas com o interesse dos jovens em participar dos movimentos sociais e espaços de luta política. Afirmam nesse sentido que o diálogo entre gerações é um caminho essencial para o rompimento com as diversas opressões que persistem nas famílias e comunidades.

Novamente à luz de vertentes das teorias e epistemologias feministas interseccionais, o artigo da Rodica Weitzman, “Novos modos de resistência protagonizados por ‘mulheres atingidas’ a partir das intervenções no âmbito territorial”, apresenta discussões, primeiro, sobre os múltiplos efeitos diferenciados do neoextrativismo, dos grandes projetos de desenvolvimento e da criação de “zonas de sacrifício” relacionadas, na vida das mulheres, sobre seus modos de subjetivação e sobre suas territorialidades; e, segundo, a construção de estratégias de enfrentamento aos modos hegemônicos de controle da gestão territorial, que caracterizam os processos de indenização e deslocamento compulsório.

A partir de dois casos, as situações vivenciadas por mulheres atingidas por uma “tragédia das chuvas” nas comunidades urbanas do Rio de Janeiro e pela instalação de uma obra hidrelétrica em Tucuruí no estado do Pará, que revelam as tensões inerentes ao gerenciamento dos conflitos ambientais, Weitzman ressalta não só os efeitos perversos das intervenções corporativas e governamentais sobre os territórios, mas as dinâmicas coletivas desencadeadas por mulheres, na sua pluralidade e multiplicidade. Ou seja, destaca como, diante da ameaça de expropriação territorial, essas mulheres, marcadas por gênero, raça, classe, etnia e geração, defendem a vida, seus corpos e territórios, construindo na luta cotidiana “uma postura política epistêmica que vislumbra novos percursos de ação política”. A prática da troca, reciprocidade e construção coletiva constrói assim uma nova gramática das relações entre pessoas, e entre estas e a terra, as plantas e as águas, os comuns; uma espécie de “contrafeitiçaria”. A partir dessas experiências e reflexões, Weitzman colabora, portanto, com a construção do que denomina uma “epistemologia ecofeminista relacional”.

É significativo que três dos seis artigos da ST adotem uma abordagem interseccional, até pouco tempo praticamente ausente nos estudos rurais. Tal perspectiva mostra-se fundamental para nossa proposta de contribuir, via epistemologias feministas, com uma reflexão politicamente engajada contra as diversas formas de perpetuação das desigualdades em nossa sociedade. Convidamos vocês a estarem conosco nesse processo, na leitura, compartilhamento e debate sobre os artigos aqui apresentados. Tomando emprestadas as palavras de Calaça, mas que poderiam ser das outras autoras e autores, nós, as organizadoras, reafirmamos que, lendo, compartilhando e debatendo sobre mulheres, territorialidades e epistemologias feministas, seus conflitos, resistências e (re)existências, com base no “sentir das lutas, das histórias e construções cotidianas”, poderemos avançar não só na disseminação de epistemologias feministas, mas na “própria luta por libertação”, em todos seus sentidos. Boa Leitura!

Referências

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Universalidade e localismo: movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Quilombos e novas etnias*. Manaus: UEA Edições, 2011. p. 15-33.
- BAMBIRRA, Natércia Ventura; MAGRINI, Pedro Rosas. Uma análise interseccional das estratégias e resistências mobilizadas por mulheres negras em um assentamento de reforma agrária no sul de Minas Gerais. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, 2023. Disponível em: https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/esa31-1_st05. Acesso em: 19 maio 2023.
- CABNAL, Lorena. *Feminismos diversos: el feminismo comunitario*. Guatemala: Acsur, 2010.
- CALAÇA, Michela Katiúscia. Feminismo camponês popular: integração de lutas. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, 2023. Disponível em: https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/esa31-1_st04. Acesso em: 19 maio 2023.
- CASTRO, Elisa Guaraná de; DULCI, Luiza Borges; CARVALHO, Joyce Gomes de. ‘Sou preta, pobre e bicho do mato. É muita coisa pra uma pessoa só!’: violências, resistências e formas de luta das jovens mulheres na Região do Bico do Papagaio – TO, Brasil. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, 2023. Disponível

- em: https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/esa31-1_st06. Acesso em: 19 maio 2023.
- COLLINS, Patricia Hills. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 31, n. 1, 2016.
- COSTA, Juliana; MARIN, Joel Orlando Bevilaqua. Mulheres rurais e plantas medicinais: saberes populares e significados na luta pela terra. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, 2023. Disponível em: https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/esa31-1_st02. Acesso em: 19 maio 2023.
- COSTA, Michelly Aragão Guimarães; JALIL, Laeticia Medeiros; BIDASECA, Karina. Las quebradeiras de coco babaçu y las nuevas narrativas emergentes en contra del Matopiba en el Médio Mearim-Maranhão. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, 2023. Disponível em: https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/esa31-1_st03. Acesso em: 19 maio 2023.
- CUSCANQUI, Silvia Rivera. Ch'ixinakax utxiwa: uma reflexão sobre práticas e discursos descolonizadores. São Paulo: N-1, 2021.
- FERDINAND, Malcom. *Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho*. São Paulo: Ubu, 2022.
- FURTADO, Fabrina; ANDRIOLLI, Carmen. Mulheres atingidas por megaprojetos em tempos de pandemia: conflitos e resistências. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, 2021. Disponível em: https://www.revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/esa29-1_06_mulheres. Acesso em: 26 maio. 2023.
- GÊNERO E NÚMERO; SOF – Sempre Viva Organização Feminista. *Sem parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia*. São Paulo: SOF, 2020. Disponível em: https://mulheresnapandemia.sof.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Relatorio_Pesquisa_SemParar.pdf. Acesso em: 19 abr. 2023.
- HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.
- KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- KOROL, Claudia (Org.). *Feminismo populares. Pedagogias y políticas*. Buenos Aires: El Colectivo; Editorial Chirimbote; America Libre, 2016.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989.
- MEZADRI, Adriana; CIMA, Justina; TABORDA, Noeli; GASPARETO, Sirlei; COLLET, Zenaide. *Feminismo camponês e popular: reflexões a partir das experiências do Movimento de Mulheres Camponesas*. São Paulo: Outras Expressões, 2020.
- NIETO MORENO, Juana Valentina. Uno de mujer es andariega: palabras e circulações de mulheres Uitoto entre a selva e a cidade. 2017. 325 f. Tese (Doutorado em

- Antropologia) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.
- NOBRE, Miriam (Org.). *Um meio tempo preparando outro tempo: cuidados, produção de alimentos e organização de mulheres agroecológicas na pandemia*. São Paulo: SOF, 2021. Disponível em: <https://www.sof.org.br/livro-meio-tempo-outro-tempo-mulheres-agroecologicas-pandemia/>. Acesso em: 20 abr. 2023.
- OLIVEIRA, Tatiana (Org.). *Mulheres amazônidas: ecofeminismo, mineração e economias populares*. Brasília: INESC, 2020. Disponível em: https://www.inesc.org.br/wp-content/uploads/2020/12/inesc_MulheresAmazonidas_20jul20211.pdf. Acesso em: 20 jan. 2023.
- OYĚWŪMÍ, Oyèrónkẹ. *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.
- PAIM, Elisângela Soldateli (Org.). *Resistências e re-existências: mulheres, território e meio ambiente em tempos de pandemia*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Funilaria, 2020.
- QUEIROZ, Ana Luisa; PRAÇA, Marina. Dos impactos à defesa: mulheres, corpo-território e direitos humanos. *Massa Crítica*, [s.l.], ano_XVII, v. 75, 2020.
- SOF – Sempre Viva Organização Feminista. *Economia feminista e ecológica: resistências e retomadas de corpos e territórios*. São Paulo: SOF, 2020.
- ULLOA, Astrid. *Feminismos territoriales en América Latina: defensas de la vida frente a los extractivismos*. *Nómadas*, La Paz, v. 45, p. 123-139, 2016.
- WEITZMAN, Rodica. Novos modos de resistência protagonizados por ‘mulheres atingidas’ a partir das intervenções no âmbito territorial. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, 2023. Disponível em: https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/esa31-1_st07. Acesso em: 19 maio 2023.

Como citar

FURTADO, Fabrina; CARNEIRO, Ana; AYOUB, Dibe. Introdução à seção temática: Mulheres, territorialidades e epistemologias feministas – conflitos, resistências e (re)existências. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, e2331106, 30 jun. 2023. DOI: https://doi.org/10.36920/esa31-1_st01.



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.

Seção Temática

Mulheres, territorialidades e epistemologias feministas – conflitos, resistências e (re)existências

Mulheres rurais e plantas medicinais: saberes populares e significados na luta pela terra

Rural women and medicinal plants:
popular knowledge and meanings in the struggle for land



Juliana Costa¹



Joel Orlando Bevilaqua Marin²



https://doi.org/10.36920/esa31-1_st02

Resumo: Os saberes populares relacionados às plantas medicinais têm sido de interesse de muitos estudos acadêmicos, assim como temas relacionados às mulheres rurais. Este artigo tem por objetivo compreender como mulheres rurais, integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), mobilizam saberes relativos às plantas medicinais, para construção de relações de reconhecimento social no âmbito nas áreas de saúde e educação. Essa pesquisa qualitativa, envolveu seis mulheres assentadas em diferentes regiões do Rio Grande do Sul – RS. Iniciamos abordando as trajetórias de vida e de lutas dessas mulheres relacionadas com as plantas medicinais,

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria (PPGExR/UFSM). E-mail: julianaalmeidacosta2017@gmail.com.

² Professor Titular da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp). Pós-Doutor pela École des hautes études en sciences sociales (EHESS), França. E-mail: joel.marin@ufsm.br.

seguimos para as relações destas, a partir de seus saberes, com o Sistema Único de Saúde e seus profissionais e encerramos buscando compreender as interlocuções delas com escolas do campo. Por fim, compreendemos que essas mulheres entendem seus saberes como primordiais para a vida no planeta, transformando suas vidas e construindo processos emancipatórios.

Palavras-chave: mulheres rurais; plantas medicinais; emancipação.

Abstract: Popular knowledge related to medicinal plants has been a topic of interest in many academic studies, along with topics related to rural women. This article investigates how rural women belonging to the Sem Terra landless rural worker's movement mobilize knowledge related to medicinal plants in order to construct social recognition relationships in the areas of health and education. This qualitative study involved six women in settlements in different regions of Rio Grande do Sul. We first describe their life trajectories and struggles related to medicinal plants, then move on to the relationships these women have with the Brazilian public health care system and its professionals with regard to their knowledge, and examine their interlocutions with rural schools. We conclude that these women understand their knowledge to be essential for life on Earth, transforming their own lives and building emancipatory processes.

Keywords: rural women; medicinal plants; emancipation.

Introdução

O uso das plantas medicinais e os saberes construídos nessa temática têm despertado bastante interesse na comunidade acadêmica. Os saberes populares relacionados a esse tipo de planta também são focos de diversos estudos etnofarmacológicos, assim como as práticas populares de saúde. Estas práticas, que se relacionam com a noção de cuidado, são predominantemente de domínio feminino em função da divisão sexual do trabalho instituída pela ordem patriarcal. Desta forma, muitos destes saberes estão historicamente sob domínio das mulheres, sendo transmitidos entre sucessivas gerações, o que em

determinados momentos da História desencadeou processos de perseguição e resistência, como bem apresenta Federici (2017) acerca da “caça às bruxas” na Europa e das diferentes formas de perseguição sofridas por mulheres nativas da África e das Américas desde o início da colonização.

Essa relação estreita entre estes saberes e as mulheres se encontra muito presente no cotidiano das mulheres rurais pertencentes à classe trabalhadora, que historicamente tiveram nas práticas populares um suporte à saúde, especialmente em contextos de ausência de atendimento médico e acesso aos serviços de saúde pública. Ainda sobre as políticas públicas, não foram só as políticas de saúde que tardaram a chegar ao rural brasileiro, mas também as políticas de educação e de Previdência Social, que se tornaram assim objetos de enfrentamentos e conquistas das classes populares rurais no Brasil. Wanderley (1996) afirma que a constituição do campesinato brasileiro se deu à margem do reconhecimento social, mas por meio das trajetórias de lutas e transmitiram como patrimônio “o próprio modo de vida” (WANDERLEY, 1996, p. 9).

No caso das mulheres rurais, beneficiárias de projetos de reforma agrária e organizadas no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, os saberes e as práticas populares em saúde e relacionadas às plantas medicinais, tornaram-se parte de processos de luta pela terra e de resistência nos territórios conquistados. Assim, a partir da inserção destas mulheres com suas práticas, culturas e saberes neste movimento, construíram processos de autonomia, emancipação e reconhecimento social. Neste sentido, compreendemos que estes saberes-fazerem influenciam diretamente na formação delas, que as qualificam para o exercício de importantes papéis nas suas comunidades e na sociedade em geral.

O presente estudo parte da seguinte questão: como os saberes e as práticas populares sobre ervas medicinais influenciam na tessitura de novas relações entre as mulheres rurais e agentes sociais vinculados a instituições públicas de educação e de saúde? O objetivo deste artigo foi compreender como mulheres rurais, integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Rio Grande do Sul, mobilizam saberes populares em saúde, relativos às plantas medicinais, para construção de reconhecimento social no âmbito de escolas do

campo e de profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS), contribuindo assim para a construção de protagonismo, autonomia e emancipação feminina.

Entendendo que as relações tecidas pelas mulheres assentadas com as escolas do campo e profissionais da saúde por meio das plantas medicinais são experiências coletivas, constituídas de práticas, afetos e saberes, a pesquisa foi realizada por meio de uma abordagem qualitativa. De acordo com Minayo (1993, p. 21), a pesquisa qualitativa se dedica a analisar um nível de realidade difícil ou impossível de mensurar através de números, pois “trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”.

As mulheres rurais, interlocutoras nesta pesquisa, têm idades que variam entre 44 e 65 anos, detêm diversificados saberes sobre as plantas medicinais e, por esse motivo, tornaram-se referências para suas comunidades neste aspecto. Elas residem em assentamentos da reforma agrária, localizados em diferentes regiões do Rio Grande do Sul. Utilizamos como um dos critérios determinantes para a escolha de nossas interlocutoras, a contribuição delas com o setor de saúde do MST em algum momento de suas vidas. Duas delas são mãe e filha e residem na mesma região, porém, as demais não possuem um vínculo relacional próximo senão pela identidade com o movimento social. Com elas foram elaboradas entrevistas, com roteiro semiestruturado, entre os meses de setembro e dezembro de 2018. Outrossim, foram realizadas observações em diversas reuniões, encontros e espaços de formação coletivos dessas mulheres e seu movimento. A partir destas entrevistas e observações, foram feitas análise e interpretação dos dados que deram origem à dissertação de mestrado que serviu como base para o presente artigo.

Com o propósito ético de preservar as identidades das interlocutoras, atribuímos um codinome a cada uma delas, conforme mostra o Quadro 1. Para melhor caracterização, agregamos algumas informações gerais sobre elas. Ressaltamos que não conseguimos acessar assentamentos das regiões Sul e Fronteira Oeste do RS em função de intempéries climáticas, o que ocasionou o desenvolvimento da pesquisa sem incluir mulheres destas regiões, nos limitando àquelas oriundas da Região Norte do RS, sendo todas elas

descendentes de imigrantes alemães e/ou italianos, ao menos por parte dos pais ou das mães.

Quadro 1 – Caracterização das mulheres interlocutoras da pesquisa

Codiname	Idade	Escolaridade	Região de origem	Região onde vive	Tipo de agricultura
Marcela	63	Ensino Fundamental incompleto	Norte	Metropolitana	Orgânica
Tamara	44	Ensino Médio/Técnico completo	Norte	Metropolitana	Orgânica
Marília	62	Não alfabetizada	Norte	Centro	Orgânica
Camila	54	Ensino Fundamental incompleto	Norte	Centro	Convencional
Melissa	65	Ensino Fundamental incompleto	Norte	Noroeste	Orgânica
Amanda	Não informado	Pós-graduada	Norte	Norte	Não informado

Fonte: Elaborado pelos autores.

O estudo contou também com as nossas vivências profissionais e acadêmicas diferentes, que ofereceram maior riqueza para o desenvolvimento da pesquisa: por um lado, um olhar como extensionista rural que desenvolveu trabalhos acerca das plantas medicinais com famílias beneficiárias da reforma agrária e, por outro, um olhar de pesquisador e professor envolvido com as temáticas de gênero e gerações em espaços rurais.

O desenvolvimento deste artigo, é apresentado em três seções: na primeira, discutimos as trajetórias de vida dessas mulheres vinculadas aos saberes sobre as plantas e ao acesso à políticas de saúde e educação; na segunda, tratamos das relações das mulheres com as equipes de saúde da família e profissionais da saúde por meio dos saberes relativos às plantas e, por fim, abordamos as

relações tecidas por elas através dos seus saberes com as escolas do campo de suas comunidades.

Mulheres rurais: saberes populares em saúde e lutas pela terra

As mulheres rurais, interlocutoras de nossa pesquisa, trazem consigo memórias e afetos relacionados às plantas medicinais e aos saberes vinculados a essas desde a infância. O saber-fazer/fazer-aprender permeou a vida destas mulheres não só na agricultura, mas também no cotidiano das rotinas de cuidados com a saúde. Em narrativas sobre suas trajetórias de vida, elas rememoram vivências de suas infâncias marcadas pelo fazer, ouvir e ver atentamente avós e mães em práticas, discursos e rituais com usos de ervas medicinais.

Essas memórias trazem as formas de aprendizado a partir da prática no cotidiano da vida no campo, os modos de apropriação dos saberes, as relações com a natureza carregados de significados, sentidos e afetos, parecendo trazer uma concepção ecológica própria. Essa maneira de compreender e se relacionar com a natureza e com os frutos de sua prática se aproxima daqueles apresentados por Ellen e Klass Woortmann (1997), em estudo sobre a produção camponesa na terra, quando analisam o trabalho camponês na terra como construção consciente e dotado de saberes e simbologias que se aproximam de um “saber cognitivo holístico” (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997, p. 13), apresentando concepções próprias do mundo e da natureza com a qual trabalham.

As trajetórias de vida que levaram nossas interlocutoras a se tornarem componentes do MST e referências dentro de suas comunidades são singulares. No entanto, apresentam pontos em comum, como o fato de serem filhas de camponeses de origem humilde e de terem começado seus contatos com as plantas medicinais ainda na infância, pela observação de práticas e ensinamentos das mães, avós e/ou avôs.

A exemplo do que descrevemos acerca dos saberes-fazer camponeses, Melissa rememora sua mãe parteira e as muitas crianças de sua comunidade que “nasceram pelas mãos dela”, conforme depoimento: “então, minha mãe era

parteira, nas mãos dela nasceram mais de 200 crianças lá na colônia onde a gente morava”. Melissa conta ainda que teve sua iniciação com as ervas medicinais a partir das práticas e da atuação social da mãe em sua comunidade. Ela relembra das solicitações da mãe para buscar na horta as plantas necessárias tanto para compor a cesta, que levava nos chamados para fazer partos, quanto para produzir remédios para familiares e vizinhos.

Assim como ela, Marcela conta que a avó benzia e preparava garrafadas com as plantas medicinais. A convivência com a avó foi fundamental na transmissão de conhecimentos e na iniciação no domínio de saberes e práticas populares com ervas medicinais:

Eu tinha a minha avó, né, que sempre trabalhou com os chás, fazia garrafada de remédio naquela época e as pessoas iam na casa dela buscar. Que lembrança boa essa! Os remédios dela eram feitos igual tintura. Eu me criei vendo aquilo... Naquele tempo mesmo, há 40 e poucos anos atrás, não tinha SUS, era pago consulta, era pago tudo particular. E por isso, eu acho, e também por ter essa grande dificuldade de morar longe da cidade, longe de um médico, é que a gente usava muito mais as plantas medicinais, né?

Nesta fala, nossa interlocutora compara a prática da avó, denominada garrafadas, com a produção de tinturas à base de plantas, nomenclatura apreendida por ela dentro das formações proporcionadas nos acampamentos e assentamentos. Ela relembra que aquelas práticas fizeram parte de toda a sua infância, apontando ainda a falta de acesso aos serviços públicos de saúde no rural brasileiro. Marcela também fala sobre o fato de a avó benzer:

Eu não aprendi a benzer, sinto muito que eu não aprendi com minha vizinha. Mas, acredito que tem relação do benzimento com as plantas medicinais. O único benzimento que eu aprendi com a minha avó, que ela me ensinou para benzer as crianças. É só um, que eu benzo as crianças novinha para quebrante. É muito lindo aquele benzimento, já ensinei para muitas mães.

Ela se emocionou ao lembrar as práticas e os ensinamentos repassados pela avó, mas lamenta por não ter apreendido todos os benzimentos. Os rituais de benzimento, associados com usos de plantas medicinais, foram, gradualmente,

abandonados com o passar do tempo. Ademais, o avanço de religiões evangélicas neopentecostais dentro dos assentamentos, especialmente nos últimos anos, também parece contribuir para esse abandono. Essas práticas não são bem-vistas por estes fiéis e existe um grande número de mulheres convertendo-se a essas religiões.

Algumas de nossas interlocutoras chegaram a comentar durante as entrevistas que as práticas de benzimento não eram bem-aceitas por estas pessoas, mas que, no entanto, elas procuravam orientações sobre o uso dos chás, o que pode ser atribuído ao fato de esta parcela da população considerar essas práticas como pagãs. Todavia, isso parece ter apenas aprofundado um processo que vinha em percurso, pois compreendemos que a perda gradual e crescente dos saberes relacionados ao ato de benzer se vincula à concepção de essa ser uma prática que não concebe, na sua origem, a possibilidade de mercantilização e por se encontrar destituída de materialidade científica para fins de comprovação de eficácia. De forma diferente, os saberes sobre plantas medicinais gradualmente foram apropriados para produção de remédios e medicamentos para fins comerciais e possuem princípios ativos comprovados cientificamente. Assim, a compreensão tardia sobre a importância dos benzimentos e dos saberes que os constituem como tradição cultural de populações de diferentes regiões do país permitiu um apagamento ou até um combate de parte destas expressões culturais. Nossas interlocutoras lamentam não ter apreendido a prática de benzer com suas mães e avós a fim de manter viva esta cultura, compreendida por elas como um patrimônio imaterial e como sinônimo de resistência popular cultural.

Os saberes relacionados ao ato de benzer são concebidos por meio de ritos simbólicos sedimentados em elementos antagônicos à materialidade da ciência moderna, ferindo assim os preceitos do pensamento universal, o que parece ser determinante para o enfraquecimento destas práticas mediante a sua deslegitimação. Em relação às plantas medicinais, no entanto, nossas interlocutoras observam ter perdido força nos últimos anos as críticas aos seus usos, o que entendemos estar vinculado às comprovações científicas de eficácia de plantas para diversas doenças e ao avanço na legislação brasileira sobre o tema. Entretanto, nem sempre a comprovação científica acerca dos princípios

ativos das plantas medicinais traz méritos às pessoas e aos povos detentores dos conhecimentos, o que se constitui mais uma forma de apagamento e expropriação de pessoas, populações e saberes.

A esse propósito, Shiva (2001), em estudo sobre a construção do pensamento universal, analisa como os saberes locais não são apenas negados e destruídos dentro de suas comunidades, mas também como eles são apropriados pelos grupos sociais dominantes e reproduzidos como mercadorias. A autora reflete ainda a respeito dos sistemas de violência desencadeados sobre os saberes locais e aponta que a primeira delas está na deslegitimação destes como saber. Além disso, cita a disseminação do saber dominante a partir da revolução verde e o papel desta na disseminação de uma forma “correta” de produzir em contraposição às formas de produção e manejo de espécies nativas das populações locais, levando a uma grande redução da biodiversidade.

As práticas de saúde descritas pelas nossas interlocutoras apresentam determinados passos ritualísticos, tradicionalmente reproduzidos no cotidiano da produção de remédios caseiros, que em muitos aspectos se aproximam de técnicas e métodos da ciência moderna. Um exemplo disso está no relato das mulheres sobre o processo de produção de “garrafadas”, remédios provenientes de ervas colocadas em garrafas com cachaça que são, em seguida, enterradas por cerca de oito dias, abrigando a mistura da luz e do calor. Esta prática apresenta consonância com as orientações acerca das diferentes técnicas de produção de fitoterápicos pelo processo de maceração por mistura hidroalcoólica que, segundo o Formulário de Fitoterápicos da Farmacopeia Brasileira (2022), orienta a manutenção de tinturas e alcoolaturas ao abrigo de luz e calor antes e após o processo de filtração, a fim de evitar alterações na composição das substâncias químicas e farmacológicas ali presentes, demonstrando assim similaridades entre os métodos popular e científico. Nesse sentido, Di Stasi (1996) descreve que os saberes populares, que se perpetuam pela transmissão entre as gerações, tiveram e têm influência direta no progresso da ciência moderna. Concebemos que as plantas medicinais utilizadas pelas mulheres rurais e os saberes reproduzidos fazem parte da riqueza da etnobiodiversidade brasileira, que é importantíssima para o denominado desenvolvimento

sustentável. Assim, o reconhecimento dos povos e das comunidades como detentoras destes saberes torna-se de grande valia, ou, como explica Di Stasi (1996), é fundamental para o desenvolvimento científico e também o da humanidade.

Neste sentido, compreendemos que existem outras questões imbricadas nas relações destas mulheres com as plantas medicinais e que são de extrema relevância para entender a influência disso em suas trajetórias de luta. Paulilo (2016), em análise sobre o percurso de uma liderança feminina rural, reflete sobre a importância social das práticas em saúde das mulheres rurais, organizadas em movimentos sociais do campo, para a constituição das reflexões críticas em torno do uso de agrotóxicos, de resistência e de enfrentamento ao modelo majoritário de agricultura que compreende a terra apenas como meio de produção e não como espaço de vida. O fortalecimento destas práticas é então primordial tanto para estas mulheres quanto para a humanidade, pois é uma maneira de fortalecer os saberes locais, valorizá-los e evitar que aquilo que Porto-Gonçalves (2012 *apud* ELOY *et al.*, 2015) denomina etnobiopirataria se configure ao mesmo tempo que se fortalecem práticas agrícolas sustentáveis e preceitos agroecológicos.

Observamos que, independente do sistema de produção adotado pelas mulheres, se convencional ou orgânico, as plantas medicinais são sempre produzidas em espaços ao abrigo do uso de agrotóxicos. Nunca nas proximidades de lavouras, e elas reiteram a importância desta proteção de venenos. Geralmente se encontram em seus quintais ou em suas hortas, onde recebem afetos e cuidados especiais. Além disso, muitas das críticas tecidas por elas acerca dos problemas ambientais, da falta de cuidado e empatia com a natureza e do uso de agrotóxicos se iniciam a partir das reflexões sobre as condições de saúde em sua família, em suas comunidades, e sobre as práticas populares de saúde e a produção de remédios.

Assim, entendemos que quando Camila faz a associação de sua trajetória de vida com os remédios caseiros e relembra sua infância ao lado da avó, que também benzia e fazia remédios, ela fortalece sua apropriação em torno destes saberes e as lutas sociais em seu território. Ela também cita a distância entre o local de moradia e o de atendimento formal à saúde como um elemento que

contribuiu para a reprodução, repasse e valorização destas práticas. E ainda relembra que a avó, além dos saberes sobre as ervas e os benzimentos, também transmitiu valores, como o de sempre ajudar a quem necessitava, trazendo a solidariedade, empatia e afeto para o centro de suas práticas.

Mas olha, esses remédio medicinal vêm de casa, assim que a gente diz, por que minha vó benzia de quebrante, mal olhado, que diziam olho grande, e fazia chá caseiro. Assim, quando as pessoas chegavam até ela prá pedir, ela nunca negava, foi o exemplo que ela me deu, que até hoje eu tenho como herança. Então, desde o tempo de nova, eu fazia, por que me criei com a minha vó e daí já vinha tomando chá e ensinando chá. Era tudo, na base de chá. A gente sempre morou para fora, era longe, nunca morou na cidade. Daí o remédio mais principal pra nós é os de ervas medicinais.

Neste período, citado por Marcela e Camila, não existia um sistema de saúde pública que fosse destinado ao atendimento das populações do campo. Segundo Brumer (2002), em estudo sobre a Previdência Social rural e gênero no Brasil, somente a partir do final da década de 1960 que esta parte da população passou a ter estabelecido, por lei, assistência médica e hospitalar por intermédio dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Mesmo assim, na memória das nossas interlocutoras, a assistência era ofertada na sede dos municípios, estando, portanto, distante do local de residência da população rural.

Nossas interlocutoras rememoram que seus saberes, de certa forma, se fortaleceram em virtude das dificuldades de acesso aos serviços básicos de saúde, o que não é recordado como algo vantajoso, mas como consequência de uma política excludente com o campesinato brasileiro. Essa interpretação da falta de acesso a políticas públicas por essa parcela da população rural, da qual nossas interlocutoras fazem parte, é muito bem reportada por Wanderley (1996) quando descreve a formação do campesinato brasileiro à margem do acesso a políticas públicas. As dificuldades de acesso às políticas também têm consequências na escolaridade das nossas interlocutoras, que tiveram acesso restrito à educação escolar. Talvez por isso carreguem tanto reconhecimento à educação do campo e às realizações que políticas como o Pronera (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária) podem representar para as novas

gerações dos assentamentos rurais, pela abertura de melhores oportunidades de inserções sociolaborais.

Amanda, que hoje trabalha diretamente com turmas de alunos do Pronera, relembra que, mesmo sendo de uma família com poucos recursos financeiros, teve muita sorte, pois seus pais reconheciam a importância da escola, incentivando as filhas aos estudos escolares:

Eu sou filha de pequenos agricultores, família muito pobre, residente na comunidade de Bela Vista, Ronda Alta. Somos duas filhas, os meus pais sempre incentivaram, naquela época, que a gente estudasse. Então, eu acho que eu e a minha irmã somos privilegiadas nessa sociedade, por há mais de 50 anos atrás os pais terem essa ideia, essa vontade de ver suas filhas estudando. Daí minha irmã foi para a área da saúde, enfermagem e o pai sonhava muito de ter uma filha professora... Não sei se foi o sonho dele, só sei que eu gosto até hoje de ser professora. Não escolhi muito, mas até hoje eu gosto do trabalho da educação. Eu trabalhei na comunidade em que eu nasci, me criei e fui alfabetizada e hoje tô aposentada e sigo trabalhando na direção do Instituto.

Sentir-se privilegiada, embora originária de uma família que não gozava de abundância financeira, decorre do fato de ela e sua irmã terem incentivos dos pais aos estudos escolares continuados, condição que não era muito comum naquele período entre os camponeses. Isso demonstra que o fato de ela ser a única entre nossas interlocutoras que apresenta formação de nível superior e pós-graduação está relacionado mais à disposição pessoal e à valorização familiar dos estudos escolares, que propriamente às condições de acesso ofertadas pelo Estado naquele período.

As dificuldades de acesso à educação formal pelas mulheres, segundo Perrot (2006), a partir de análises da realidade europeia, dificultou a construção da historicidade delas. No entanto, para a realidade dos países que passaram por colonização exploratória, esta afirmação nos parece ter, ao menos, duas faces, pois, se por um lado essa traz invisibilidades, apagamentos e desigualdade de oportunidades na sociedade, por outro, a maneira como a educação foi ofertada

ao longo dos tempos, por vezes, fortaleceu o apagamento cultural dos povos por meio da introdução de culturas dominantes.

Segundo Conte (2013), em estudo sobre a história das mulheres camponesas na América Latina, a educação formal tardou muito a chegar até o meio rural brasileiro, tendo suas primeiras ações massivas entre 1920 e 1940, e que até a década de 1920 a alfabetização de populações do campo e das florestas era de exclusiva ação da Igreja em paralelo à catequização, o que nos remete a reflexões sobre o quão homogeneizadores e higienizadores³ de costumes podem ter sido estes projetos educacionais. Mas, por outro lado, esses fatos também justificam a sensação de privilégio apresentada por nossa interlocutora Amanda em função de, em meados da década de 1950, ter conseguido estudar em razão do esforço e apoio de seus pais. Além disso, os fatos justificam o relato de Amanda sobre a taxa de analfabetismo chegar a cerca de 60% do público adulto dos acampamentos do MST em 1981, deflagrando o problema social acerca da educação no rural brasileiro.

Marília, por sua vez, não teve acesso à educação formal, pois nunca frequentou regularmente a escola. Este fato foi o principal motivo de não ter aprendido a ler e a escrever, mas a falta de escolarização não a impediu de acumular saberes-fazeres tradicionais sobre plantas medicinais, conforme relato:

Eu sou analfabeta, tudo que sei tá na minha cabeça. As receita, os benzimento, tudo que minha mãe ensinou tá aqui, na minha cabeça. Minha mãe não era parteira. Ela fez uns parto, na precisão, mas não era parteira. Ela benzia e fazia remédio e me ensinou bastante.

Deste relato, emerge o fato de que foi possível chegar até o momento atual com todos os saberes e fazeres acumulados sobre as plantas medicinais pela transmissão intergeracional, que passa pelo processo de socialização das crianças camponesas a partir do trabalho, dos saberes envolvidos e da oralidade. Como bem retrata Marin (2018) em estudo sobre a infância rural, o trabalho das crianças é compreendido como um dos elementos importantes de socialização

³ Rocha (2003) usa este termo para denominar o processo de construção de novas práticas sanitárias por meio da educação escolar via Instituto Hygiene na cidade de São Paulo entre 1918 e 1925 e que, embora tenha alcançado resultados interessantes do ponto de vista epidemiológico, acabou promovendo processos de criminalização dos modos de vida das populações da periferia da cidade.

para as famílias camponesas, com a transmissão dos valores morais e o apreço e o afeto pelo modo de vida.

As dificuldades de acesso à escola pelas comunidades do campo trouxeram consequências que ainda hoje são sentidas e vivenciadas. No entanto, durante muitos anos, a maioria dos projetos de educação que chegou até a população do campo desconstruiu as bases da cultura local em busca da construção de uma lógica voltada ao desenvolvimento, como afirma Morin (2001), em uma mesa-redonda, organizada pelo Centro de Desenvolvimento e Sustentabilidade da Universidade de Brasília (CDS/UnB) em 1999, entre o autor e Terena (militante das causas indígenas), que foi transformada no livro *Saberes globais e saberes locais o olhar transdisciplinar*. Para o autor, a cultura europeia e ocidental atribuiu ao atraso e à infantilidade toda a cultura que fosse diferente da sua, negando-lhes lógica e razão, e a alfabetização, da maneira que foi desenvolvida em muitos projetos, além de apresentar o alfabeto, destruiu culturas orais milenares de muitos povos, como afirma Terena (2001), no mesmo seminário.

Logo, tomando como referência as realidades relatadas pelas nossas entrevistadas e a literatura no que diz respeito a elas, se torna nítida a importância de projetos educacionais que tenham em vista a preservação dos saberes populares locais, tomando-os como elementos que carregam potencial para o desenvolvimento sustentável da comunidade. Para isto, é necessário que haja disponibilidade de escolas do campo e, além disso, que haja identidade entre as escolas e as comunidades nas quais estão inseridas, de tal forma que uma seja espelho para a outra, pela elaboração de projetos pedagógicos orientados para suas realidades, primando pela manutenção dos valores culturais e dos saberes populares e pela demonstração de sua importância para a sociedade como um todo.

Um exemplo de ação educadora que valoriza os saberes populares locais é justamente a ação realizada pelos saberes compartilhados por estas mulheres que, muitas vezes, solidariamente, se propõem a contribuir com as escolas que seus filhos, netos ou vizinhos frequentam, buscando oportunizar às novas gerações uma realidade que a elas foi negada: de estudar, mas valorizando os saberes do seu meio, como veremos na próxima seção. No entanto, cabe ressaltar, que estas ações são realizadas justamente por que outra estrutura de

aprendizado foi construída, fortalecida e valorizada pelas lutas destas mulheres ao longo de suas vidas, de tal forma que obtiveram na validação popular de suas práticas o reconhecimento necessário para que hoje possam atuar dentro das escolas e permitir às crianças e aos jovens de suas comunidades o acesso à educação formal que não tiveram. É importante destacar ainda que isso é resultado também da luta por reforma agrária, que não se limita ao acesso à terra, como elas gostam de evidenciar. Elas entendem que formar seus filhos e filhas dotando-os de direitos e dignidade é um dos passos centrais de suas ações. Enquanto as ouvíamos falar de dignidade para filhos e filhas, compreendemos que essa realização se formou processualmente em suas vivências, mas sendo também repassada aos(as) descendentes na forma de herança, assim como os saberes acerca das plantas, sendo elementos centrais de suas trajetórias.

As trajetórias de vida destas mulheres também trazem consigo a marca da organização coletiva em prol da conquista de direitos. Apenas Tamara conheceu o acampamento com os pais, todas as demais, inclusive sua mãe, Marcela, foram acampar ainda jovens, mas com família constituída, em busca de um pedaço de terra para viver e se sustentar.

Amanda, por sua vez, acrescenta que os esforços conjuntos da década de 1980, período marcado pelos movimentos sociais de luta pela terra e pela organização de mulheres rurais, permitiram a obtenção de muitos direitos, entre eles o reconhecimento da categoria agricultora ou trabalhadora rural, que até então não era reconhecida.

[...] as mulheres da roça podiam ir até com o CPF do marido para resolver algumas coisas, não tinha modelo de produtor, nada. Aqui no RS, se não me engano, foi em 1984 que o Pedro Simon, o primeiro governador que autorizou o modelo de produtor para a mulher. Mas não é por que ele é bom, não, é porque foi uma luta nossa. Então, nós tivemos uma luta muito grande pela documentação da mulher, por uma questão de identidade, né e também com isso foi garantindo os direitos sociais. Tanto é que em 1988, né, na constituição de 88 a gente avançou para o direito da aposentadoria da trabalhadora rural.

Amanda complementa dizendo que estas foram importantes avanços que encorajaram as mulheres a continuar organizadas dentro do Sindicato dos

Trabalhadores Rurais de seu município de origem. Ela relembra que, durante o processo eleitoral para o Sindicato de Ronda Alta, no ano de 1984, as mulheres rurais trabalhadoras se envolveram muito na disputa e que passou a noite acompanhando o escrutínio dos votos com a filha de 4 meses nos braços, reafirmando que as filhas foram criadas “na luta”. Este relato apontou uma peculiaridade do conflito interno nos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais: o fato de que as mulheres, nos esforços pelo direito de se filiar ao sindicato, sendo reconhecidas como trabalhadoras rurais, tiveram que, além de batalhar pelo reconhecimento legal da categoria agricultora, apoiar candidaturas masculinas que fossem favoráveis à sua pauta, fazer campanha com os homens, pois elas não tinham direito a voto. Logo, necessitavam convencer uma maioria de homens de que a chapa que apoiasse suas pautas era a melhor opção para dirigir o sindicato. Isto demonstra que a unidade obtida na obtenção destes direitos teve que ser mais ampla, elas precisaram convencer seus companheiros de vida e seus companheiros de luta que tinham tanto direito quanto eles, evidenciando que houve uma unidade construída entre homens e mulheres do campo pelo alcance destes direitos.

As lutas e conquistas de direitos pelas mulheres rurais no Brasil na década de 1980, descritas por Paulilo e Boni (2017) em estudo sobre as mulheres agricultoras e a ecologia, são reafirmadas pelas memórias das mulheres rurais: Marcela e Amanda relembram a importância das grandes marchas por direitos realizadas pelas mulheres rurais em meados dos anos 1980, que empenhavam-se por direitos previdenciários por meio do reconhecimento da categoria “produtora rural”, pois, até aquele momento, as mulheres rurais eram consideradas “do lar”, de acordo com Paulilo e Boni (2017). Segundo nossas interlocutoras, essas marchas fizeram parte do seu reconhecimento como agricultoras, de seus direitos previdenciários, do SUS e, embora não tenha sido citado por elas, mas afirmado por Deere (2004), foram fundamentais para estabelecer na Constituição de 1988 o direito à terra pelas mulheres rurais.

Os processos de coalizão de forças populares na luta pela aprovação de direitos constitucionais no Brasil, pelo SUS e por educação são compreendidas como partes formadoras de nossas interlocutoras, que narram as diversas dimensões do movimento com uma grande riqueza de detalhes. Com o

propósito de resgatar a relação com as plantas medicinais em meio a essas vivências, questionamos Marcela sobre onde estavam as plantas medicinais neste tempo de luta por direitos:

Junto com nós, nas atividades, nas lutas, a gente levava chá, pomada pros calos quando tinha marcha. E também a gente sempre escutava o povo, por que quando a gente fica muitos dias fora de casa, as vez, só de ser ouvido um pouco a gente já melhora, por que a dor as vez é a da saudade.

Logo, compreendemos que as plantas medicinais sempre estiveram presentes, com estas mulheres, em cada uma destas atividades, seja nas equipes constituídas para contribuir nos acampamentos, especificamente para atendimento popular à saúde quando necessário, que possuíam uma pequena “farmácia” com remédios fitoterápicos, seja em suas sacolas, onde havia um chazinho para os “nervos”, caso o “caldo engrossasse” ou para indigestão, se a “boia estivesse gorda”. As mulheres rurais, em todos os processos de mobilização social, sempre carregam consigo seus saberes e ervas medicinais, mas também o afeto e a acolhida que, segundo Marcela, são também remédios.

Dessa forma, elas descrevem que na infância apreenderam sobre as ervas e plantas, saberes relacionados às práticas de cuidado, mas que também são dotados de um grande potencial emancipador e capaz de deslocar relações de poder quando articulados com a organização e os esforços por direitos sociais. Em seus relatos, elas destacam suas participações dentro dos acampamentos de luta pela terra como momentos de exercer a prática dos saberes relacionados ao cuidado, tanto na saúde quanto na educação, para além de suas famílias, como um elemento de inserção na contribuição com o coletivo que se formava. Contudo, as vidas delas também se transformavam na medida em que resignificavam seus saberes, suas práticas e suas resistências nos processos.

Podemos dizer que a constituição de nossas interlocutoras como referências dentro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra se iniciou mediante a inserção delas em espaços de saúde e educação nos acampamentos, que se fortaleceu nas lutas por direitos, mas que a atuação delas no MST não se limitou a estes espaços e propiciou a inserção das mulheres em diferentes esferas da organização, desde a gestão econômica de empreendimentos coletivos até

espaços de direção do movimento. Schwendler (2015), em reflexão sobre o processo pedagógico das mulheres na luta pela terra, afirma que elas passam a contribuir com os espaços coletivos, transformam a atuação do próprio movimento e são transformadas também pelo vivenciar destas experiências.

Mulheres rurais: conquistas de espaços no SUS

As mulheres que contribuíram com esta pesquisa demonstram que compreendem o Sistema Único de Saúde como grande conquista das lutas populares das classes trabalhadoras na década de 1980. No entanto, dentre os preconceitos vivenciados por elas e revelados durante as entrevistas, são relatadas com certa ênfase situações constrangedoras nos espaços de serviços e gerência do SUS. Elas apontam vivências de preconceitos por serem assentadas, especialmente nos primeiros anos depois da aquisição da terra, o que atribuem ao fato de as pessoas não as conhecerem. Mas também discorrem sobre a resistência de profissionais de saúde em aceitar o uso de chás e remédios caseiros, embora ressaltem mudanças significativas nos últimos anos.

Isso demonstra que entre a obtenção do Sistema Único de Saúde, conquistada nos seus marcos legais, e as práticas dos profissionais de saúde existem alguns entraves, como revela o depoimento de Tamara, ao recordar uma das vezes que sentiu o preconceito contra as famílias assentadas por parte desses profissionais:

Uma vez, quando comecei a trabalhar, uma pediatra chegou e gritou em alto e bom som: “venha limpar esse consultório, por que aqui tem uma podridão de sujeira, não dá para aguentar dentro dessa sala, que só pode ser os sem-terra que tão por aqui”.

Tamara, que já trabalhava como agente comunitária, estava lá a trabalho e conta que decidiu se fazer ouvir naquele dia, dirigindo-se até a Secretaria de Saúde para protestar contra as reiteradas humilhações, chamando a médica para esclarecer que a senhora que estava ali era da cidade e não do assentamento, e disse que não aceitaria mais aquele tipo de tratamento.

[...] E eu voltei chorando... A Secretaria de Saúde era dentro do posto, tudo era junto sabe, tudo interligado. E eu voltei chorando e disse: “Eu não admito mais se humilhada aqui dentro dessa casa!” A partir daquele momento eu fui respeitada como ser humano dentro do município. Então, assim, oh, eles me chamavam de “Zé povinho”, por que eu ensinava, e eles diziam que isso é coisa de bruxa, né? Ensinava o chá, ensinava que eles não precisavam estar comprando o remédio todos os dias, não precisavam tá comendo aquilo que não era saudável.

Embora o relato descreva uma realidade vivenciada há mais de dez anos, Tamara traduz o que muitas pessoas sentem ao se apresentar diante dos profissionais de saúde e as relações que se estabelecem ainda hoje dentro de alguns espaços do sistema público no país. Quando ela cita as palavras deferidas pela profissional de saúde em relação à senhora que ali estava, demonstra o quanto se faz necessário o processo de humanização das equipes de saúde que atuam nas periferias urbanas e rurais do Brasil, pois nossa interlocutora foi humilhada pelo vínculo estabelecido entre a situação da senhora que aguardava atendimento e os sem-terra, porém, a outra senhora foi oprimida em função de sua própria condição, justamente por quem deveria estar ali para acolher e amenizar suas dores.

Vasconcelos (2017, p. 32), em estudo sobre as origens e a importância da Educação Popular em Saúde, afirma que a Atenção Básica à Saúde é injusta não apenas por ser ofertada de maneira desigual aos pobres e marginalizados, mas especialmente em função de sua racionalidade interna, que tende a reforçar e reproduzir nas relações cotidianas as estruturas de dominação social existentes na sociedade. O autor acrescenta ainda que as práticas realizadas dentro desta ótica tendem a induzir a um consumo exagerado de mercadorias, reforçando os caminhos individualistas de busca de saúde, deslegitimando saberes, valores e iniciativas da população, consolidando assim a racionalidade instrumental e fria da modernidade, reforçando o poder da tecnoburocracia estatal e empresarial.

Entretanto, nos mais de trinta anos que se passaram desde a criação do SUS, muitos foram os espaços de discussão que ocorreram em torno das estratégias populares de promoção da saúde e que permearam o campo da Educação Popular em Saúde como forma de construir processos nas comunidades das

periferias tanto urbanas quanto rurais. Estes debates ocorreram no meio acadêmico como também nos espaços de participação social, onde houve contribuição robusta dos movimentos sociais e populares. A chegada de forças progressistas e populares ao governo do país, em 2002, permitiram o fortalecimento de setores que compuseram a participação social e a construção de políticas públicas propulsoras da valorização de novas experiências que vinham sendo experimentadas isoladamente por profissionais em conjunto com movimentos sociais, conferindo uma dimensão mais ampla, coletiva e com suporte estatal.

Dentre as inúmeras políticas construídas e as muitas mudanças ocorridas em torno do desenvolvimento de relações mais humanas na Atenção Básica à Saúde, citamos, além da conquista da Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular e Saúde em 2003, a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS (BRASIL, 2006b), que rege a execução de práticas como medicina tradicional chinesa, homeopatia, fitoterapia, reiki, acupuntura, entre outras, dentro das Unidades Básicas de Saúde. Esta política busca permitir a implantação de práticas e experiências que já vinham sendo construídas e executadas dentro de municípios e estados e precisavam ser regulamentadas, reconhecidas e incorporadas para que pudessem também ser reproduzidas em outras localidades.

Outra importante iniciativa governamental foi a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (BRASIL, 2006a), cujos objetivos centrais são o uso seguro das plantas medicinais e fitoterápicos pela população, o uso sustentável da biodiversidade e o desenvolvimento da cadeia produtiva de fitoterápicos pela indústria nacional. A institucionalização dessa política teve ações centradas no desenvolvimento da indústria farmacêutica nacional, que, a partir do amparo legal, conseguiu se desenvolver e se fortalecer. No entanto, ela apresentou poucos avanços diretos às comunidades detentoras dos saberes populares, seja em função das prioridades de investimentos terem sido destinadas a outros setores, seja pelo fato de a política não prever a produção mais cotidiana e artesanal de remédios que existe nas comunidades.

Vale destacar a participação ativa do MST, a partir de representantes da direção do Setor Nacional de Saúde, na construção destas políticas. Em

algumas, de forma mais intensa e participativa, em outras, com um caráter mais limitado. Nesse mesmo período, houve absorção, por parte dos municípios, de profissionais da área da saúde, inclusive da medicina, filhos e filhas de famílias assentadas, em equipes de saúde da família que prestam atendimento aos assentamentos, o que também, em certa medida, proporcionou atuações profissionais mais acolhedoras dentro daquele meio. Mas, para além disso, compreendemos que as mulheres rurais, organizadas neste movimento, se constituem protagonistas das conquistas oriundas destas políticas a partir de suas construções cotidianas nas suas comunidades, em seu movimento a na sociedade em geral quando apreendem, praticam, partilham e transmitem seus saberes-fazer sobre as plantas medicinais, compreendendo-os como patrimônio a ser zelado, valorizado e perpetuado.

As mudanças obtidas ao longo dos anos foram acompanhadas pelas nossas interlocutoras, que afirmam conhecer a legislação e as Políticas de Práticas Integrativas e Complementares no SUS e a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. Este acompanhamento não se deu de maneira passiva, já que elas relatam acompanhar espaços de participação social do SUS.

As mudanças ocorridas no SUS são compreendidas por Camila como algo que reflete diretamente em sua vida. Ela atribui à formação de “médicos mais humanos” e aos estudos sobre as plantas medicinais a postura do médico que tratou de seu filho:

Não sei se eu te contei do problema do meu filho mais velho, de saúde, que deu leucemia nele e daí como os freis moraram ali, junto com nós, ali no assentamento, daí eles buscaram... Daí a gente se apavorou com a leucemia que apareceu nele, né, daí eles buscaram saber remédios de ervas prá ajudar. Porque daí era preciso ele fazer sangue, já tinham pedido, né, ficamos internado um bom tempo, acompanhando o tratamento dele, mas fizemos remédio caseiro e coisa assim natural e foi o que ajudou muito, por que nem sangue ele precisou e nem plaquetas fazer. Por isso a gente agarrou mais fé ainda com esses remédios. Pois tava marcado tudo, a gente faz transfusão de sangue e ver a medula e tudo, mas não precisou, dois anos de acompanhamento de exame, nós dando remédio caseiro, até que o doutor mesmo, lá de Santa Maria, me deu parabéns,

né... Por que ele sangrava a boca, sangrava os pêlo assim né, tudo, o nariz, mas graças a Deus hoje tá...

Camila afirma que contou para o médico que fez um tratamento paralelo ao desenvolvido no hospital, pelo fato de o profissional ter ficado muito surpreso com a recuperação do menino, que passou a reagir melhor aos efeitos colaterais da quimioterapia. Segundo ela, passados cerca de cinco anos ou mais, um dia ela estava em casa e um carro da Justiça bateu à sua porta. Era uma oficial de justiça que trabalhava no município e que queria conversar com ela sobre o tratamento alternativo que ela havia feito para o filho, mas não para enquadrá-la em alguma lei, mas sim por que sua filha se encontrava com o mesmo problema e ela precisava de ajuda:

E daí um dia o doutor lá da oncologia, falou pra uma que era oficial de justiça... Um dia chegou até o carro da justiça aqui na frente de casa, nós tava aqui sentado e chegou a mulher ali com uma da saúde junto. Daí eu disse: “Ai, meu Deus do céu, chegou o carro da justiça, o que que tão campiano aqui?” Daí eu olhei na janela e fiquei parada, só disse adeus...

Daí ela disse: “Oh mulher, tô te procurando”

E eu disse: “É?”

E ela disse: “Não se assuste, é o carro da justiça, mas não te assusta, tamo te procurando pra me ajuda!”

Digo: “Mas se é no que eu posso ajudar, né... É eu, tem que ser eu decerto né, não tem outra, né?”

Daí ela chegou e disse: “Ah a gente descobriu lá, eu conversei com o doutor, ele tem teu nome lá e tudo. Eu tenho uma filha que dá aula de *ballet*, uma filha adotiva e ela tá com problema de leucemia. E eles dizem que trataram um guri, falaram teu nome e o do teu filho. Então eu procurei a Secretaria de Saúde pra ver se te conheciam e elas te conhecem... Lá disseram que tu fez um remédio e o guri não precisou fazer sangue e nem as plaquetas e eu preciso da tua ajuda.”

Daí eu disse: “Se é no que eu possa ajudar e que não tem problema, né, tô aí pra ajudar.”

Daí pediu pra eu fazer os remédios pra ela. Até depois ela foi transferida e vinha pegar os remédios pra guria, moça já, né?!

A fala de Camila demonstra a abertura para o reconhecimento que alguns profissionais de saúde desenvolveram nos últimos anos aos saberes populares e

aos remédios caseiros, assim como às pessoas que os detêm. Esta situação, descrita por nossa interlocutora, manifesta, além da “fé” nas plantas medicinais reforçada com a cura do filho, o orgulho que ela sente por ter reconhecimento tanto pelo profissional médico que tratou seu filho quanto pela agente da Justiça que a procurou para pedir ajuda indicada pelo médico, ambos com mais estudo e com melhores condições financeiras do que ela. O reconhecimento social mexe com a autoestima dessas mulheres, especialmente daquelas que se encontram em condições econômicas menos favoráveis.

Hoje em dia, em virtude dos avanços nos estudos acerca das plantas medicinais e nas políticas públicas já citadas, mesmo as(os) mais radicais, contrários aos saberes populares, já não negam a eficácia das plantas medicinais em função da comprovação dos princípios ativos e suas ações, especialmente da lista de plantas contida na Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. Atualmente, o principal questionamento acerca das plantas medicinais está em torno da segurança de uso destas sem prescrição médica pelas camadas populares. Embora haja um reconhecimento científico à eficácia farmacológica de inúmeras plantas, construído a partir de estudos baseados na etnofarmacologia, o direito a produzir o próprio remédio com base nos saberes populares ancestrais ainda não é consenso entre profissionais da saúde.

Vasconcelos (2017, p. 32) atribui os diversos avanços ocorridos no Sistema Único de Saúde ao longo dos anos à organização social, e defende a participação da população como fundamental para o reconhecimento e respeito das estratégias de saúde desenvolvidas nas diferentes localidades, a partir de suas culturas, descritas pelo autor como “peculiaridades culturais”, assim como a construção de novas práticas de saúde baseadas na solidariedade e no afeto:

Por isto, a população e seus movimentos continuam insistindo na criação de práticas de atenção em que seja superado o autoritarismo dos doutores em suas vidas, a imposição de soluções puramente técnicas para problemas sociais globais, a propaganda embutida de muitos grupos políticos dominantes e a desconsideração de seus interesses e peculiaridades culturais. Isto pode ser entendido como uma vontade de desconstrução das lógicas e interesses presentes nas práticas

técnicas dominantes nos serviços de saúde e de ampliação das dimensões de solidariedade, amorosidade e autonomia entre as pessoas no enfrentamento dos problemas de saúde.

Nesta perspectiva, os avanços nas políticas e práticas de saúde pública vislumbrados pelas mulheres também se traduzem com base nos relatos de suas práticas, como revela o depoimento de Marcela:

Eu tô sempre fazendo essas oficina, né? Na semana passada ainda estive fazendo um xarope lá na comunidade, junto com a médica, e a médica falou vinte minutos. Eu disse: “A médica vai falar e depois nós vamos fazer o nosso xarope”. A médica veio e disse assim, já tinha uma criança tossindo, e ela foi e disse assim: “Nós vamos trabalhar hoje os problemas da respiração, olha aí, o neném tá tossindo, né? A tosse, ela é um resfriado, esse resfriado tem que ser tratado, como é que ele vai ser tratado? Aqui está a Marcela com estas plantas, ela vai fazer um xarope, este xarope vocês podem tomar, não tem contraindicação nenhuma, só a mãezinha tem que cuidar a febre, e pode tomar e em sete dias vai ficar bem, por que esses remédios são para o trato respiratório”. E todas as plantas que eu levei eram respiratória, pra o xarope, por que o dia que eu for fazer a pomada, daí só vou levar as plantas da pomada. Então foi bom por que parece que as mães acreditaram. Teve mãe que não foi embora, ficou até o finalzinho para levar o xaropinho para o filho. E tu viu a diferença, né? E por isso que nós temos que trabalhar juntos e não existe trabalho separado.

O relato de Marcela demonstra o quanto o posicionamento dos(as) profissionais de saúde tem repercussão na vida em comunidade, especialmente se for formado em medicina, pois a fala da médica, segundo Marcela, reverbera mais do que a de uma “vizinha”. Desta forma, a postura desta profissional expressa, além da valorização dos saberes existentes na comunidade, um estímulo à construção da autonomia da população a partir da postura de incentivar o cultivo das plantas medicinais e a produção do xarope, conferindo legitimidade ao saber apropriado por Marcela e transmitido às suas vizinhas.

Além disso, Marcela complementa que os médicos que atendem em outros dois postos de saúde que abrangem assentamentos de sua região já utilizam em

suas rotinas práticas voltadas às plantas medicinais, assim como a médica que atende em seu assentamento:

Nos outros dois postos que tem médico, também tem esse envolvimento, temos um posto que tem um pequeno horto de planta medicinal. Já fizemos trocas de mudinhas, de experiência sobre plantas medicinais, com o médico junto.

Isto demonstra que existem iniciativas de construção de uma política de saúde voltada à realidade do campo neste município, assim como em muitos outros. Estas construções diferenciadas não mais tão isoladas quanto eram antes da institucionalização destas políticas que, embora tenham passado por processos de descontinuidade, dada a conjuntura política vivenciada nos últimos anos, seguiram sendo apropriadas por estados e municípios.

Tamara também descreve como sua realidade mudou. Como agente de saúde, ela sente a valorização de seus saberes a partir do incentivo e da parceria estabelecidos com os(as) demais profissionais que compõem a equipe de saúde. Em seu depoimento, demonstra acreditar no trabalho realizado e na importância do envolvimento da equipe com a comunidade. As diferentes estratégias usadas nas comunidades rurais atendidas pela equipe do Programa de Saúde da Família (PSF) que ela compõe incluem a valorização dos saberes e a construção de vínculos entre profissionais e comunidade que ultrapassam o binômio saúde/doença. Uma demonstração desta relação é o relato de Tamara sobre a festa-surpresa de aniversário da médica, organizada pela comunidade:

Quando ela chegou lá ela não sabia o que fazer, sabe? Ela ficou louca! Bom, quanto presente, quanta coisa, comida, bolo, bolo recheado de moranguinho prá ela. Não, olha, foi a maior festa da comunidade...

Esta narração evidencia relações de afeto, reciprocidade e união existentes entre a médica, a comunidade atendida e a equipe de saúde, que foram chamadas como copartícipes no preparo e organização da festa.

A construção de relações mais humanas com profissionais do SUS pode ser compreendida também como uma conquista das práticas cotidianas dessas mulheres. Quando elas se desafiam a ofertar seus saberes ao coletivo, à comunidade e à sociedade, baseando-se ainda nos primórdios dos

ensinamentos de suas ancestrais, citados no início deste estudo, que tinham como propósito fazer o bem, acabam ganhando notoriedade e reconhecimento, chegando, em parceria com políticas públicas progressistas, a alcançar esse reconhecimento pelos profissionais da saúde.

As maneiras como as práticas populares de saúde são desenvolvidas pelas mulheres que contribuíram com nossa pesquisa é bastante complexa. Os saberes-fazeres em torno das plantas medicinais são parte do processo de cura, mas não são o todo dele. Elas descrevem que antes de fazer os remédios sempre pedem permissão, “conversam com as plantas”, e que, quando existe mais de uma espécie para o mesmo fim, observam com atenção, pois a planta mais indicada para aquela pessoa “se mostra” para elas. Assim, elas demonstram compreender as plantas como seres vivos, que se conectam com os seres humanos de alguma forma, e quando estas produzem elementos capazes de trazer alívio a sintomas e cura de enfermidades, essa conexão com pessoas que estão doentes se faz através do remédio e de quem os produz. As mulheres também afirmam que não se faz remédio quando não se está bem, pois é necessário transmitir afeto e boas energias durante o preparo, para buscar a conexão com as plantas. Além disso, dizem que o remédio é uma parte do tratamento, mas ouvir, acolher e conversar com quem está enfermo é muito importante.

Entendemos que a superação da situação vivida e descrita por Marcela na primeira parte desta seção se deu por uma conjunção entre as ações coletivas de resistência e políticas públicas que permitiram essas relações. Na concepção pedagógica de Freire (1987), a reflexão sobre a situação de opressão deve levar a uma ação que seja coletiva e pactuada, que permita a resistência coletiva diante da opressão que tende a se tornar mais forte perante a resistência do oprimido. Partir dos saberes populares, fortalecendo-os, valoriza-se as pessoas, permitindo que estas se reconstituam e possam assim refletir sobre suas próprias realidades. Neste sentido, entendemos que a proposta pedagógica de Freire (1987) para a alfabetização pode ser adaptada à saúde a partir da Educação Popular em Saúde, como portadora de uma metodologia que cabe muito bem a uma abordagem decolonial.

Assim, o protagonismo dessas mulheres relacionado aos seus saberes reinventa suas atuações, construindo novas relações que se situam como práticas de resistência permeadas pela sociabilidade e subjetividade, ressignificando conceitos e ações. Lugones (2014) afirma existir em diferentes lugares da América Latina, em resistência a todo o processo de exploração e de violência vivenciados por séculos de colonização e colonialidade, o que ela denomina de resistências “não modernas”, nas quais a autora defende a importância de estudos sobre as relações íntimas, que são concebidas como as relações existentes na vida social das pessoas que compõem esses processos. Esse enfoque dialoga de maneira próxima com o que vislumbramos por meio de nossas interlocutoras. Além disso, o protagonismo construído com base nas ações concretas e nos saberes dessas mulheres as aproxima e fortalece, o que nos remete ao que Lugones (2014) concebe acerca da necessidade de um feminismo decolonial, que pauta a interseccionalidade a partir da realidade vivenciada, refletindo as relações dicotômicas entre seres humanos e não humanos como centrais para repensar o mundo. Logo, os saberes e práticas dessas mulheres e suas lutas por dignidade, respeito e direitos fazem parte de uma construção complexa de cuidados com a humanidade, com o planeta e com a construção de outros feminismos possíveis e necessários.

Mulheres rurais: conexões com escola do campo

Como apresentamos desde o início deste estudo, as mulheres rurais que contribuíram para esta pesquisa enfrentaram dificuldades de acesso à escola quando jovens. Também conseguimos compreender que a falta de acesso aos serviços de saúde pública determinou a necessidade de uso de saberes populares sobre plantas medicinais. Estes elementos, embora vislumbrem processos de exclusão vivenciados por elas, foram ressignificados e transformados em objetos de estímulo à transformação, levando-as a contribuir com iniciativas de compartilhamento dos saberes populares em saúde nas escolas, em suas comunidades. Muitas delas se relacionam com crianças e jovens estudantes de escolas locais, a partir de projetos propostos pela comunidade escolar. Elas compreendem estas ações como atividades pedagógicas de valorização dos

saberes e das práticas em saúde popular, bem como das pessoas que os detêm nas comunidades locais.

A fala de Tamara mostra um pouco como esta ação valoriza ao mesmo tempo as pessoas que reproduzem os saberes populares e as instituições escolares, que ganham apoio e suporte comunitário:

Então, nós tinha um horto no colégio, que a gente sempre foi ajudar. Agora tem um nome moderno: “pais educadores”. Mas, nós nunca fomos pais educadores. Nós fomos pais que moravam dentro do colégio mesmo. Ou era o marido ou era eu que tava lá dentro, sempre. Então, a gente construiu aquele horto. Aquele horto foi medido com as crianças, foi feito com a professora de matemática, os canteiros. Depois, foi plantadas as plantas com os alunos, foi feito todo um estudo sobre elas com a professora de ciências e assim foi por tempos.

Tamara recorda o período em que as filhas eram pequenas e que sua contribuição na escola era mais efetiva. A utilização do horto como espaço pedagógico, com as professoras e professores se apropriando daquele espaço para o desenvolvimento das aulas de matemática e de ciências, demonstra o empenho da equipe diretiva e do quadro de profissionais da educação com o espaço para além das oficinas sobre os saberes, que eram administradas por Tamara e outras pessoas da comunidade. Estas práticas propiciam valorização dos saberes que os educandos trazem de casa, aproveitando-os na sala de aula. Além disso, mostra que havia comprometimento dela e do marido com a escola do assentamento e apropriação da escola como espaço de construção do conhecimento fundamentado na realidade social das crianças.

Neste sentido, a escola apresenta uma referência na metodologia proposta por Freire (2002), no livro *Pedagogia da autonomia*, em que propõe a construção do conhecimento com base na valorização da realidade dos educandos como forma de despertar, a partir do questionamento e da reflexão para desenvolver uma visão crítica da realidade, a autonomia dos agentes sociais.

Melissa, em outra região do RS, vem desenvolvendo um trabalho efetivo e permanente com as crianças e jovens de sua comunidade cujo ponto de partida é a escola. Ela conta que houve resistência por parte da responsável pela Unidade Básica de Saúde (UBS) em construir o horto naquele local, que era a

ideia inicial. Este trabalho, realizado pelo grupo de mulheres, prosseguiu com a cedência do espaço para construção do horto ao lado escola do assentamento, propiciando o trabalho pedagógico sobre as plantas medicinais. No momento da pesquisa, no entanto, a maior parte das ações da escola era realizada no horto do lote de Melissa, em dias de visitação, pelo fato dele ser mais amplo, pois guarda, segundo ela, mais de 150 espécies de plantas medicinais entre nativas e exóticas:

Começamos com um horto l  no posto de saúde, com aquele sonho que o posto de saúde ia dar certo. Só que deu errado, por causa da agente de enfermagem n , que ela não aceitou muito. Então, nós terminamos com o horto l  e fizemos um horto na escola e cada uma tem seu hortinho em casa também, que quando a gente ia fazer os remédios l  no coletivo cada uma levava de casa e fazia l  tudo junto. Fazia os xaropes, a olina, as tinturas de casca de angico, óleo de angico. Isso foi pegando uma fama. Hoje em dia, o pessoal se corta ou tem uma ferida, o pessoal já corre aqui pegar o óleo de angico para passar e em poucos dias já melhoram. E hoje, então, daí eu fiz o meu horto mesmo, aqui na minha casa, com todos os tipos de plantas. Já tem mais de 150 tipos de plantas, por que o nosso lote é um horto, daqui até o rio... As plantas todas aqui são plantas medicinais. Além das plantas medicinais, a gente tem as saladas e as outras coisas, de ir lá e tirar um cesto, como foi para o dia das sementes crioulas, levei um cesto de saladas do mato, e fizemos l ... Por que aquilo também   remédio, as saladas do mato   remédio para o estômago, para azia, para tudo quanto à coisa. De primeiro ninguém sentia isso, porque comiam a salada... Daí ninguém mais conhecia, levei aquela cesta bem enfeitada, com as folhas bem grandes, que eu tirei aqui... “Mas lá tem isso?!” Digo: “Tem, por que l  não tem veneno, l  o veneno não vai e a salada veio, quem quiser pode ir lá buscar...”

A fala de Melissa mostra, além das dificuldades iniciais para implantação do horto de plantas medicinais comunitário, a compreensão que ela apresenta sobre o papel pedagógico que o horto pode desempenhar, n o só no ambiente escolar, mas na comunidade. Isto se torna nítido quando ela afirma levar para a festa de troca de sementes, proposta pela escola, a cesta cheia de plantas alimentares não convencionais e nativas, destacando que, em seu lote, elas

existem porque não é usado agrotóxico. Neste sentido, compreendemos que ela desempenha o papel de orientar e ensinar ao conjunto comunitário, que foge aos muros da escola. A escola, por sua vez, abraça esta experiência por compreender seu papel de, entre outras coisas, mediar os saberes na comunidade, e essa talvez seja a essência da parceria.

Esta fala e a reflexão de Melissa nos remetem, mais uma vez, à análise de Freire (2002) sobre a prática de uma educação crítica, cuja tarefa fundamental é permitir que os sujeitos construam uma identidade própria, social e cultural, respeitando as diferenças. Neste sentido ainda, compreendemos que a essência da relação intergeracional viabilizada pelos projetos escolares com plantas medicinais está no respeito mútuo construído entre elas, muito próximo do que é reafirmado pelo autor:

Uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é propiciar as condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor ou a professora ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar. Assumir-se como sujeito porque capaz de reconhecer-se como objeto. A assunção de nós mesmos não significa a exclusão dos outros. É a “outredade” do “não eu”, ou do tu, que me faz assumir a radicalidade de meu eu. (p. 23)

Ao mesmo tempo que estas mulheres constroem suas relações com as novas gerações, os projetos escolares proporcionam espaços e situações de partilha de saberes com crianças e jovens, de valorização dos saberes sobre o uso das plantas e o afeto pela natureza. Contudo, as relações tecidas com as escolas também possibilitam espaços e situações de aprendizagem para as mulheres rurais, na medida em que aprendem com as crianças e jovens sobre um mundo que é naturalizado para as novas gerações: o uso da Tecnologia da Informação e Comunicação (TICs). Com a ajuda de crianças e jovens, as mulheres descrevem que se apropriam de ferramentas de mídia digital tanto para comunicação quanto para pesquisa e, por vezes, para divulgação nas redes sociais de seus trabalhos com as plantas medicinais.

O diálogo e convivências intergeracionais protagonizados por nossas interlocutoras e seus saberes fortalecem a emancipação e a autonomia destas mulheres, construindo referências nas instituições escolares, em suas comunidades e também com os(as) profissionais da educação dessas escolas, pessoas, em sua maioria, com maior grau de instrução.

Entendemos também que assim elas fortalecem as bases de um reconhecimento ao protagonismo feminino. Elas se reinventam e ressignificam suas ações, proporcionando inspiração para outras mulheres de seu convívio. A valorização destes saberes construído por essas mulheres e a compreensão da importância deles para as comunidades é essencial para a construção destes processos de resistência. Entendemos que isso incentiva a resistência contra a apropriação indevida destes saberes por meio do uso comunitário e cotidiano, fortalecendo a soberania e autonomia da comunidade.

As ações dessas mulheres, a nosso ver, têm um papel fundamental para a construção de relações mais harmônicas com a natureza, reiterando as relações educativas com as novas gerações como propulsoras de uma cultura de respeito com o meio ambiente, de empatia com todas as formas de vida e de reconhecimento dos saberes populares existentes em suas comunidades, como importantes para a humanidade e dotados de grande valor social e econômico.

Usando o exemplo de Melissa, como já citado anteriormente, que conta que seu neto a filma enquanto trabalha na horta e vai lhe perguntando sobre as plantas, e que, por vezes, disponibiliza estes pequenos vídeos em redes sociais, prática esta que não se resume ao seu neto. Os estudantes que visitam o seu horto, seguidamente, postam fotos do trabalho, pois dominam as Tecnologias da Informação e da Comunicação, como os celulares e as redes sociais. A postagem de fotos das atividades realizadas no horto de Melissa rende “curtidas” a quem as posta e o reconhecimento do local, do trabalho e dos saberes tanto à Melissa quanto à escola e à própria comunidade.

Da mesma forma, podemos citar a postura de Tamara, que além de se sentir à vontade na entrevista, tem construído, em sua página do Facebook, um espaço de divulgação das plantas medicinais e das hortas orgânicas, que encontra durante suas visitas como agente comunitária de saúde, divulgando também o

próprio lote. Ou, ainda, a fala de Camila, a propósito do acompanhamento das pessoas que procuravam sua ajuda, revela que sempre buscou receber notícias por diferentes fontes, mas que o WhatsApp é um aplicativo facilitador da circulação de informações em suas redes de relações sociais. Ela conta um caso de uma moça que teve problemas pós-parto e pediu seu auxílio, e, anos depois, deu notícias sobre a situação de saúde por meio deste aplicativo:

E daí, depois, um dia menina, ela tava lá em São Borja, entrou no whats, que disse que conseguiu com uma amiga que me conhecia o número e daí ela me ligou... Disse que já ia ser mãe de novo e graças aeu, por que o doutor disse que ela nunca mais ia poder ter filho. Daí, então é que a gente fica assim cada vez faceira, que as coisa dá certo.

Camila descreveu o contato recebido de maneira quase envergonhada, baixando a cabeça com um leve sorriso, mas demonstrando alegria em ajudar. Olhando para ela enquanto falava, refletimos que uma senhora, residente de uma comunidade do interior de um município pequeno, a partir dos saberes que lhes foram ensinados desde a infância, se apropriar de novas Tecnologias de Comunicação para a troca de informações, orientações de uso de plantas medicinais e construir diálogos sobre seus saberes-fazeres é uma experiência muito interessante.

Trocas de saberes acontecem dentro das ações desenvolvidas por nossas interlocutoras, propiciando a construção do conhecimento crítico e da leitura crítica da realidade, promovendo autonomia a partir dos saberes e da realidade local. Assim, entendemos que o despertar de processos de autonomia e emancipação com base nos saberes e na visão crítica sobre o papel de homens e mulheres no Universo é primordial para a construção destes ressignificados de conceitos, a partir das vivências coletivas. Sob esse prisma, os saberes populares apropriados pelas mulheres rurais, no convívio familiar, disponibilizados aos companheiros e companheiras de lutas pela terra e transmitidos às novas gerações em espaços escolares apresentam um caráter emancipador ou, na expressão de Paulo Freire (1987), “libertador”.

Castells (2013), em estudo sobre a organização dos movimentos sociais utilizando as redes sociais, afirma que a internet promoveu uma grande

mudança na comunicação no último período, tornando possível que o que denominou autocomunicação (quando é o próprio indivíduo quem vai decidir sobre o conteúdo) se torne ao mesmo tempo uma comunicação de massas. Embora os tempos atuais estejam nos mostrando que essa “autocomunicação” também pode servir para disseminação massiva de *fakenews* e de escaladas antidemocráticas, a experiência dessas mulheres demonstra que o problema não está no instrumento, mas na sua instrumentalização por determinados setores da sociedade. No caso de nossas interlocutoras, esses instrumentos proporcionaram um ambiente de comunicação, articulação e até debate de temas que não tinham relevância para os grandes meios de comunicação, tornando-as visíveis a um universo muito amplo de pessoas no mundo todo. Compreendemos que o trabalho realizado por muitas mulheres com as plantas medicinais tem sido visibilizado pelos acessos e usos destes instrumentos. Elas também ampliaram seus horizontes de interlocução com outros agentes sociais para intercâmbio de saberes e experiências, a exemplo das articulações de doações de alimentos ao longo de 2021, realizadas pelo MST, que foram protagonizadas por essas mulheres, tanto na organização interna, onde foram atuantes em grupos de WhatsApp, quanto nos contatos com mulheres da periferia da cidade para o recebimento das doações.

Nos projetos escolares, as mulheres rurais construíram muitos vínculos com as novas gerações de resgate e valorização dos saberes sobre plantas medicinais, que foram transmitidos entre sucessivas gerações. Estes saberes, compreendidos como um patrimônio cultural dos povos, interligam crianças, jovens e mulheres, que já são avós, desenvolvendo processos educativos de reconhecimento e de valorização das detentoras de conhecimentos práticos importantes para o conjunto da humanidade. Mas, por outro lado, estas mulheres acabam aprendendo com os jovens e crianças os saberes que são do seu tempo, do hoje e do amanhã, o novo, o que há de mais moderno em termos de comunicação e mídia. Logo, estes projetos apresentam dimensão pedagógica de atrair para o compartilhamento de saberes, na medida em que as mulheres transmitem saberes sobre ervas medicinais para as novas gerações e aprendem com crianças e jovens novas formas de comunicação.

Portanto, mais uma vez, por meio dos saberes e fazeres com plantas medicinais, as mulheres podem tecer relações de ensino e aprendizagem, em múltiplos aspectos. Talvez, para elas, o mais novo deles é o domínio das novas Tecnologias de Informação e conhecimento, mas isto não se constituiu obstáculo para elas, e sim mais um desafio dentre tantos outros enfrentados e vencidos.

Elas também nos desafiaram nessa pesquisa. O principal desafio situa-se no fato de elas acreditarem que a academia deve se abrir aos saberes dos povos, às plantas medicinais e à construção de processos alternativos, de cuidado com a natureza e de preocupação com as futuras gerações. É o que bem demonstra Marcela, quando questionada se queria dizer mais alguma coisa, já no término da entrevista:

Sou muito grata fia, de conseguir fala pra ti, e sei que com essa minha fala aqui, o pouco que tu consegui aproveita, vai ajuda outras pessoa, que despertem para a vida, para cuidar o planeta nosso que tá sendo destruído, a nossa água, a nossa terra. Esse sonho eu vou continua sonhando e espero que tu também. Eu não acho que eu sei tudo, eu não sei tudo, sempre tenho a aprende.

Estas foram as palavras de Marcela, mas ouvidas de outras formas durante todas as entrevistas, ao mesmo tempo que elas afirmavam não saber tudo e estarem dispostas a novos aprendizados, nos desafiavam a mostrar, dentro dos espaços da academia, que elas têm muito a aprender, mas que também têm muito a ensinar.

Assim entendemos que a partir da organização coletiva, das práticas cotidianas, das vivências de luta e resistência e dos seus saberes elas têm ressignificado as relações de gênero colocadas na sociedade, protagonizando processos de construção de autonomia que, mesmo muitas vezes não se referindo à palavra feminismo, criam práticas que referenciam o termo em pôr suas ações, palavras e gestos, dialogando por meio de suas vivências, trajetórias e saberes com suas comunidades, mas também com a sociedade em geral, passando por profissionais da educação e da saúde.

Considerações finais

Compreendemos que muitos fatores contribuem para que essas mulheres ressignifiquem seus saberes em torno das plantas medicinais impulsionando relações com agentes públicos que atuam em áreas de saúde e educação. Um dos elementos centrais dessa construção está relacionado aos vínculos comunitários que se instituem em seus territórios por meio dos seus saberes, ofertando reconhecimento e valorização do saber-fazer e do fazer-aprender. Além disso, as vivências na luta pela terra e por direitos também construíram mulheres rurais protagonistas de processos relevantes para suas próprias famílias e para a coletividade do movimento social de pertença. Nesse sentido, ao se colocarem atentas aos cuidados e ao acolhimento, elas participaram ativamente dos processos de organização social, amenizando a dor e o sofrimento dos companheiros(as) em conflitos.

No entanto, ao mesmo tempo que entendemos ser importante para a construção de autonomia e emancipação destas mulheres, a institucionalização de cuidados com ervas medicinais em políticas públicas de saúde e educação, entendemos que seus saberes contribuem para a valorização da biodiversidade natural e dos conhecimentos tradicionais. Nesse mesmo sentido, as políticas de saúde voltadas para o uso de plantas medicinais e outras práticas de saúde, assim como a implantação de equipes multiprofissionais nas comunidades, contribuíram para o reconhecimento dos protagonismos e referências e a construção de processos educativos conjuntos, em diálogo entre profissionais e beneficiários(as) destas políticas. De outra forma, a existência de escolas do campo em suas comunidades também permitiu a valorização de saberes e práticas populares, além de fortalecer o vínculo da juventude com seu território, sua história e suas lutas sociais. Enfim, os saberes-fazeres acumulados pelas mulheres sobre plantas medicinais significam não só protagonismo e autonomia social, mas ainda a perpetuação de conhecimentos tradicionais e a preservação de recursos naturais, que podem trazer novidades para as políticas públicas de saúde e educação e para uma vida mais sustentável e afetuosa com a natureza.

Referências

- ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária. *Formulário de fitoterápicos: farmacopeia brasileira*. Brasília: Anvisa, 2022.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Política nacional de plantas medicinais e fitoterápicos*. Brasília: Ministério da Saúde, 2006a.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Política nacional de práticas integrativas e complementares no SUS*. Brasília: Ministério da Saúde, 2006b.
- BRUMMER, Anita. Previdência social rural e gênero. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 4, n. 7, p. 50-81, 2002.
- CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- CONTE, Isaura Isabel. Das mulheres camponesas em movimento na América Latina ao movimento de mulheres camponesas no Brasil. *Grifos*, Chapecó, v. 22, n. 34/35, p. 51-65, 2013. Disponível em: <http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/view/1256>. Acesso em: 15 abr. 2019.
- DEERE, Carmen Diana. D. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 1, 2004.
- DI STASI, Luiz Cláudio. Arte, ciência e magia. In: DI STASI, Luiz Cláudio (Org.). *Plantas medicinais: arte e ciência, um guia de estudo interdisciplinar*. São Paulo: Udesp, 1996. p. 15-22.
- ELOY, Christinne Costa *et al.* Apropriação e proteção dos conhecimentos tradicionais no Brasil: a conservação da biodiversidade e os direitos das populações tradicionais. *Gaia Scientia*, João Pessoa, v. 12, n. 4, p.189-198, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/gaia/article/view/22587>. Acesso em: 21 mar. 2023
- FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GALEANO, Eduardo Hughes. *As veias abertas da América Latina*. Porto Alegre: L&M, 2010.
- LUGONES, María. Rumo a um feminismo decolonial. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 3, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>. Acesso em: 5 mar. 2023.
- MARIN, Joel Orlando Bevilaqua. Infância rural e trabalho infantil: concepções em contexto de mudanças. *Desidades*, Rio de Janeiro, n. 21, v. 6, p. 46-58, 2018.

Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/desidades/article/view/23497>.
Acesso em: 16 set. 2022.

- MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. *In: MINAYO, Maria Cecília de Souza et al. (Orgs.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 1993. p. 9-30.
- MORIN, Edgar; TERENA, Marcos (Part.). Saberes globais e saberes locais: o olhar transdisciplinar. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.
- MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. *Setor Nacional de Saúde. Caderno de saúde n. 01 do MST: lutar por saúde é lutar pela vida*. Brasília: Peres, 1999.
- PAULILO, Maria Ignez. Memórias e trajetórias de Luci Choinacki – histórias de lutas pelos direitos das mulheres camponesas. *In: PAULILO, Maria Ignez. Mulheres rurais: quatro décadas de diálogo*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2016. p. 301-327.
- PAULILO, Maria Ignez; BONI, Valdete. Movimento de mulheres agricultoras e ecologia. *In: DELGADO, Guilherme Costa et al. (Orgs.). Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro*. Brasília: MDA, 2017. p. 398-417.
- PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2006.
- ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. *Higienização dos costumes: educação escolar e saúde no projeto do Instituto Hygiene de São Paulo (1918- 1925)*. Campinas: Mercado das Letras; São Paulo: Fapesp, 2003.
- SCHWENDLER, Sonia Fatima. O processo pedagógico da luta de gênero na luta pela terra: o desafio de transformar práticas e relações sociais. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 55, p. 87-109, 2015.
- SHIVA, Vandana. *Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia*. São Paulo: Gaia, 2001.
- VALLA, Victor Vincent. Conversão à pobreza: um conceito fundamental para compreender a formação de muitos educadores populares. *In: VASCONCELOS, Eymard Mourão; PRADO, Ernande Valentin do (Orgs.). A saúde nas palavras e nos gestos: reflexões da rede de educação popular em saúde*. 2 ed. São Paulo: Hucitec Editora, 2017. p. 90-95
- VASCONCELOS, Eymard Mourão. Redefinindo as práticas de saúde a partir da educação popular nos serviços de saúde. *In: VASCONCELOS, Eymard Mourão (Org.). A saúde nas palavras e nos gestos: reflexões da rede de educação popular em saúde*. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2017. p. 11-36
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. GT 17 – Processos sociais agrários. *In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20., Caxambu, 1996. Anais... Caxambu: ANPOCS, 1996.*
- WORTMANN, Ellen. O saber camponês: práticas ecológicas tradicionais e inovações. *In: GODOY, Emilia Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; ACEVEDO*

Marin, Rosa (Orgs.). *Diversidade do campesinato: expressões e categorias. Estratégias de reprodução social*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

WOORTMANN, Klaas; WOORTMANN, Ellen. *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: Editora UNB, 1997.

Como citar

COSTA, Juliana; MARIN, Joel Orlando Bevilaqua. Mulheres rurais e plantas medicinais: saberes populares e significados na luta pela terra. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, e2331107, 30 jun. 2023. DOI: https://doi.org/10.36920/esa31-1_st02.



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.

Seção Temática

Mulheres, territorialidades e epistemologias feministas – conflitos, resistências e (re)existências

Las quebradeiras de coco babaçu y las nuevas narrativas emergentes en contra del Matopiba en el Médio Mearim-Maranhão

Babassu palm nut breakers and new narratives opposing Matopiba in Médio Mearim, Maranhão

 Michelly Aragão Guimarães Costa¹

 Laeticia Medeiros Jalil²

 Karina Bidaseca³

 https://doi.org/10.36920/esa31-1_st03

Resumen: Este artículo tiene como objetivo comprender cómo las mujeres quebradeiras de coco babaçu vienen siendo impactadas por el proyecto gubernamental Matopiba en el Médio Mearim (Maranhão), al noreste de Brasil. Para esto analizamos las principales características del modelo del agronegocio en el territorio y su nueva forma de territorialización, a partir de la expansión de la frontera agrícola, así como las estrategias y acción colectiva generadas por las mujeres quebradeiras de coco en contra

¹ Doctoranda en Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires (UBA). E-mail: mikellyaragao@gmail.com.

² Profesora de Sociología de la Universidad Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), con énfasis en sociología rural, estudios de género, feminismo y agroecología. Doctora en Ciencias Sociales en Desarrollo, Agricultura y Sociedad de la Universidad Federal Rural de Río de Janeiro (CPDA/UFRRJ). E-mail: laeticiajalil@gmail.com.

³ Profesora de Sociología e investigadora de la Universidad Nacional de San Martín (UNSAM), Argentina. Posdoctorado en Ciencias Sociales de la Universidad de Manizales/PUC-SP. E-mail: karinabidaseca@yahoo.com.ar.

de estos proyectos. Como abordaje metodológico utilizamos entrevistas semiestructuradas a lideresas del *Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu* (MIQCB) quienes tienen un rol destacado en la defensa del territorio y en la conformación del tejido social y comunitario en el Médio Mearim (Maranhão). Fue realizada una revisión bibliográfica de informes especializados, estudios previos y audiovisuales. La autoorganización de las mujeres por medio del MIQCB, ha sido una de las principales estrategias de (re)existencias y acción colectiva contra los impactos del agronegocio en sus cuerpos-territorios y comunidades. Las quebradeiras de coco babaçu son sujetos políticos que generan nuevas narrativas emergentes por medio de la agroecología, el cooperativismo, la soberanía alimentaria, los feminismos campesinos y populares, a fin de combatir el aumento de la deforestación de la selva babaçu, los conflictos socioambientales y violencias en esa región.

Palabras clave: quebradeiras de coco babaçu, agronegocio, agroecología, feminismos.

Abstract: This article investigates how women who break babassu palm nuts have been impacted by the Brazilian government's Matopiba development efforts in the Médio Mearim area of Maranhão, northeastern Brazil. The main characteristics of the agribusiness model in the region are examined together with its new form of territorialization (from expanding the agricultural frontier), along with the strategies and collective actions used by the babassu nut breakers against these projects. We utilized semi-structured interviews with leaders of the Interstate Babassu Nut Breakers Movement (*Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu*, MIQCB) who play a prominent role in defending the territory and shaping the social and community fabric of the Médio Mearim region; specialized reports, previous studies, and audiovisual sources were also reviewed. Self-organization of women through the MIQCB has been one of their main strategies for (re)existence and collective action to combat the impacts of agribusiness on their bodies/territories and communities. The babassu nut breakers are political individuals who generate new emerging narratives through agroecology, cooperativism, food sovereignty, and rural and popular feminisms to combat increasing deforestation of babassu palms, socio-environmental conflicts, and violence in this region.

Keywords: babassu palm nut breakers, agribusiness, agroecology, feminisms.

Resumo: Este artigo tem como objetivo compreender como as quebradeiras de coco babaçu têm sido impactadas pelo projeto governamental Matopiba no Médio Mearim (Maranhão), nordeste do Brasil. Para isso, analisamos as principais características do modelo do agronegócio no território e sua nova forma de territorialização, a partir da expansão da fronteira agrícola, assim como as estratégias e ação coletiva que as mulheres quebradeiras de coco têm gerado contra esses projetos. Como abordagem metodológica, utilizamos entrevistas semiestruturadas com lideranças do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), que desempenham um papel importante na defesa do território e na formação do tecido social e comunitário no Médio Mearim (Maranhão). Foi realizada revisão bibliográfica de relatórios especializados, estudos prévios e audiovisuais. A auto-organização das mulheres por meio do MIQCB tem sido uma das principais estratégias de (re)existência e ação coletiva contra os impactos do agronegócio em seus corpos-territórios e comunidades. As quebradeiras de coco babaçu são sujeitos políticos que geram novas narrativas emergentes por meio da agroecologia, do cooperativismo, da soberania alimentar, dos feminismos camponeses e populares, a fim de combater o aumento do desmatamento da palmeira babaçu, os conflitos socioambientais e as violências nessa região.

Palavras-chave: quebradeiras de coco babaçu, agronegócio, agroecologia, feminismos.

Introdução

Pensar un presente en crisis nos hace cuestionar, desde diferentes posiciones, condiciones, opresiones y privilegios el valor de la vida en el planeta tierra. Además, requiere desvelar los procesos históricos, políticos y epistemológicos que han normalizado las violencias raciales, sexuales y de los proyectos del agronegocio hacia nuestros cuerpos-territorios. Así, se necesita un abordaje de la investigación social desde la perspectiva feminista situada y antirracista que comprenda estos marcos históricos para generar otras alternativas de subjetivación y de relaciones entre humanos y no humanos (LUGONES, 2008; HARAWAY, 2009).

La noción de cuerpos-territorios nace desde los feminismos comunitarios antipatriarcales: en Bolivia, Mujeres Creando; en Centroamérica, Lorena Cabnal; Gladys Tzul Tzul y Adriana Anaconda Muñoz (Colombia). En México, mencionamos el movimiento de mujeres indígenas de Chiapas y de Oaxaca, y los trabajos de investigación de Sylvia Marcos (2010) y Margara Millán (2011), entre otros. También, desde Sudamérica, la poesía mapuche de Liliana Ancalao es un enfoque literario importante para esta discusión. Desde luego, mencionamos el valioso legado de dos intelectuales feministas argentinas, María Lugones, bajo la conceptualización de “colonialidad de genero”; y de la antropóloga Rita Segato en su trabajo etnográfico en Ciudad Juárez y entre pueblos indígenas en Brasil (2013); el trabajo de investigación con mujeres mapuches entre las Mujeres y Diversidades por el Buen Vivir liderado por Moira Millán y las mujeres mbya guaraní en Misiones. Más recientemente, estas discusiones fueron estimuladas por el concepto de “terricidio” que fue creado por la weichafe mapuche Moira Millán.⁴

En este trabajo⁵ destacamos que la categoría mujer rural es heterogénea y que las *quebradeiras de coco babaçu*,⁶ prietas, indígenas, provienen de lugares de desventajas (simbólicas, materiales, subjetivas/objetivas), lo que demuestra que es necesario analizar que las estructuras del sistema capitalista, patriarcal, racista y colonizador también privilegian ciertas categorías en detrimento a otras, destacando que las mismas no pueden ser minimizadas. Ser capaz de localizar, situar, distinguir y señalar las diferentes condiciones que impregnan nuestros cuerpos es fundamental para generar acciones radicales de autonomía y cambios de manera integral (COSTA, 2018). Las quebradeiras de coco construyeron su identidad colectiva como trabajadoras rurales, quilombolas, indígenas, agroextractivistas, y su movimiento viene contribuyendo a la construcción contempornea de la noción de “poblaciones

⁴ “La tierra está llamando a despertar a las mujeres”, exclamó el Movimiento de Mujeres Indígenas por el Buen Vivir que llegó a Buenos Aires en el Día de Acción Global, luego de caminar durante 70 días en este tiempo de terricidio/femicidio/trans/travesticidio. ‘La tierra late’. Terricidio es femicidio. Ver: <https://www.telam.com.ar/notas/202106/557842-opinion-terricidio.html>.

⁵ Agradecemos el apoyo institucional del Núcleo Jurema: Feminismos, Agroecologia e Ruralidades/ UFRPE y la Red Feminismo y Agroecologia del Noreste de Brasil para la realización del trabajo de campo en Maranhão.

⁶ En este trabajo optamos por usar un seudónimo para resguardar la identidad de la mujer frente al contexto del conflicto socioambiental. Las quebradeiras de coco babaçu, específicamente, asumen diferentes identidades (hay quebradeiras de coco que también se reconocen como prietas, indígenas, pescadoras artesanales, quilombolas etc).

tradicionales” (OLIVEIRA, 2011). Además, su definición como pueblo tradicional está sustentada en el Convenio 169 de la Organización Internacional del Trabajo (OIT), de 1989, que establece la autodefinición como criterio fundamental para la identificación de los pueblos y comunidades tradicionales. Asimismo, son reconocidas como tales por la Política Nacional para el Desarrollo Sostenible de los Pueblos y Comunidades Tradicionales (PNPCT), instituida en Brasil por el Decreto nº 6040, de 7 de febrero de 2007.

Vandana Shiva (1995) realiza una crítica del desarrollo técnico occidental que ha colonizado el mundo entero. Afirma que lo que recibe el nombre de desarrollo es un proceso de mal desarrollo, fuente de violencia contra la mujer y la naturaleza en todo el mundo. Para la autora el mal desarrollo tiene sus raíces en los postulados patriarcales de homogeneidad, dominación y centralización que constituyen el fundamento de los modelos de pensamiento y estrategias de desarrollo dominantes (BIDASECA *et al.*, 2020, p. 5). El sistema alimentario agroindustrial ocupa la mayor parte de la tierra y usa entre 70 y 80 por ciento de los combustibles y agua que son empleados en la producción alimentaria, contaminando con agrotóxicos, insumos y fertilizante químicos, suelos, aguas y la comida de todos, con enorme desperdicio de alimentos, desde el campo a los hogares (RIBEIRO, 2016).

Los movimientos de mujeres rurales de “América Ladina” (GONZÁLEZ, 1988) término acuñado por la intelectual y afrofeminista Lélia Gonzalez, en la década de 1980, reflexionaron detenidamente sobre la realidad de exclusión de las mujeres negras e indígenas de Brasil y América Latina. El concepto América Ladina busca visibilizar explícitamente la presencia de las poblaciones afro e indígenas de Nuestra América, y reivindicar esta ancestralidad plural de la que fuimos desposeídos con la conformación del Estado-Nación/Moderno/Colonial eurocentrado. Esos movimientos han defendido que el control sobre los bienes comunes, el impacto de la crisis climática sobre los territorios, la división sexual desigual del trabajo, la violencia contra las mujeres, el feminicidio, sexismo, misoginia, el racismo institucional y ambiental sean temas principales en las agendas dentro de sus organizaciones y comunidades como condición para superar una vida de opresión y desigualdades.

Destacamos que es necesario una reformulación o recreación de ideas en torno a la naturaleza en la que esta no sea reducida a un conjunto de “recursos naturales”, sino que éstos sean comprendidos como bienes comunes naturales y pensados en su integralidad como “aquel patrimonio que es esencial para la vida colectiva de la humanidad y que al mismo tiempo figura como sostén de la existencia misma de la diversidad biológica del planeta” (DELGADO RAMOS, 2011). Al referirnos a estos bienes como recursos les asignamos un carácter instrumental intrínseco y olvidamos que este carácter es impuesto por la economía de mercado y su lógica subyacente (IVARS, 2013).

Así, las mujeres rurales se construyen como colectivos políticos, creadoras de nuevos conocimientos y, concretamente, adoptan estrategias de acción reconocidas en el campo de los ecofeminismos, feminismos comunitarios, campesino y popular, descoloniales; ellas afirman que para avanzar en las luchas ambientales estas deben plantearse desde una perspectiva feminista-antirracista-comunitaria-territorial, que reconozca las desigualdades históricas y estructurales de las mujeres de América Ladina, así como la fusión de las múltiples discriminaciones de clase, sexo/género, etnia/raza, corporalidades, diversidad sexual, espiritualidad etc. (LUGONES, 2008; BIDASECA, 2014; CALAÇA, 2021).

A principios del siglo XXI en América Ladina y Caribe el modelo de desarrollo fue basado en la reprimarización de la economía y la creciente exportación de bienes primarios. Al respecto, Svampa (2013, p. 32) sostiene: “en el último decenio, América Latina realizó el pasaje del consenso de Washington, asentado sobre la valorización financiera, al consenso de commodities, basado en la explotación de bienes primarios a gran escala.” Habría que agregar, también, que el negocio lucrativo sobre el aprovechamiento de los bienes naturales se expresa en un neoextractivismo que constituye un escenario favorable para una próspera clase rentista (empresas nacionales, transnacionales y operadores de gobierno) que acumulan riqueza y poder, y es situada privilegiadamente en un sistema económico-político exclusivo y explotador de fuerza de trabajo y bienes naturales. Por ello, en la actualidad se plantea que el neoextractivismo instala una dinámica vertical que irrumpe en los territorios y a su paso va desestructurando economías regionales,

destruyendo biodiversidad, profundizando de modo peligroso el proceso de acaparamiento de tierras al expulsar o desplazar a comunidades rurales, campesinas o indígenas, y violentando procesos de decisión ciudadana (GUDYNAS, 2009).

Para Delgado Ramos (2012), el agronegocio se configura como un nuevo pacto de economía política entre el mercado y el Estado, como un sistema de poder que busca una estrategia articulada con el capital financiero para sostener y reproducir prácticas agrícolas hegemónicas. Esta estrategia culminó con la asociación del grande capital agroindustrial con el latifundio. Una reafirmación de la primarización de la agenda exportadora en la región (con foco en *commodities* agrícolas y minerales) como una forma de mantener a Brasil en el mismo lugar histórico en la división internacional del trabajo.

Pese a dicho contexto, ¿qué sucede con las mujeres quebradeiras de coco babaçu que son las primeras en poner el cuerpo al momento de defender los bienes comunes y los territorios y cuyos nombres muchas veces no se mencionan en nuestras sociedades patriarcales?⁷ En ese sentido, el trabajo tiene como objetivo comprender cómo incide el proceso de territorialización del proyecto gubernamental Matopiba en el Médio Mearim, Maranhão. La Agencia de Desarrollo de Matopiba (acrónimo del área que abarca las provincias de Maranhão, Piauí, Tocantins y Bahía), fue creada en mayo de 2015. Ni el MIQCB, ni las comunidades tradicionales y agricultores familiares que viven en la región fueron consultados sobre la creación de la agencia, la cual tiene un gran potencial para impactar fuertemente la vida y los medios de vida de esta población (ISA, 2015). Según el gobierno en ese momento, la agencia tenía como objetivo promover el desarrollo económico y ambiental de la región a través de una acción articulada, basada en tres ejes estratégicos: infraestructura, innovación y tecnología en el medio rural (MACHADO, 2015).

Nuestro abordaje metodológico se basa en entrevistas semiestructuradas a 18 lideresas⁸ del *Movimento Interestadual de las quebradeiras de coco babaçu*

⁷ El patriarcado es un tipo de organización social cuya autoridad y poder recaen en el varón con mayor autoridad en la familia o grupo social, llamado patriarca. En este sentido, el patriarcado impone una distribución desigual del poder y de los derechos entre hombres y mujeres.

⁸ En este trabajo particular optamos por usar un seudónimo para resguardar la identidad de las mujeres entrevistadas en contextos de conflictos socioambientales.

(MIQCB), entre febrero y marzo de 2022, quienes tienen un rol destacado en la defensa del territorio y en la conformación del tejido social y comunitario en el Medio Mearim (Maranhão). Buscamos dialogar con las quebradeiras de coco babaçu de dos comunidades: la comunidad Ludovico y Lago do Junco, Mearim/Maranhão, para comprender cómo perciben esas problemáticas y qué estrategias están intentando construir en sus espacios organizativos. Las categorías de análisis trabajadas fueron: género, violencias, cuerpo-territorio, agronegocio, acción colectiva, división sexual del trabajo y cuidados.

Nos enfocamos en analizar el rol del Estado (marcos legales y políticas públicas que favorecieron estos procesos), así como las relaciones “transescalares de poder”⁹ a nivel local-global que evidencian las contradicciones del Estado y la lógica empresarial de las corporaciones y de las mujeres rurales sobre el significado y usos de los territorios. Además, buscamos profundizar en las estrategias de (re)existencias y acción colectiva que las quebradeiras de coco babaçu han generado contra los impactos del agronegocio en sus cuerpos-territorios. Las relaciones transescalares involucran temporalidades conflictivas, convergentes y jerárquicas. Las disputas en la región se dan por grupos que actúan desde distintas escalas: los agentes financieros, en sintonía con el “tiempo-mundo” (SANTOS, 1996), vinculados a las redes de poder globales y que piensan sus estrategias en escala mundial. (FREDERICO; ALMEIDA, 2019).

“Nosotras las mujeres no somos territorio de conquista”

El feminismo comunitario es una propuesta que nace de las mujeres indígenas y que cuestiona el machismo, el patriarcado y la colonización desde

⁹ Cuando se distinguen tales invariantes en un sistema complejo, se “captura” una suerte de información de índole micro-meso-macro sistémica inherente al mismo; equivalente a una suerte de “medida” del auto-ensamblamiento de las diversas escalas del sistema. En otras palabras, una información acerca de cómo las diversas escalas – la “micro”, la o las “meso” y la “macro”- del sistema en cuestión se van ensamblando y articulando entre sí por sí mismas, de manera autoorganizada, es decir, espontánea. De este modo, cuando se logra revelar una u otra invariante de autosimilaridad a través de las diferentes escalas de uno u otro sistema complejo, es como si el sistema aportara información acerca de esa, su medida “compleja” inherente, específica, gracias a la cual, tales escalas emergen, es decir, devienen a la existencia y se articulan unas con otras. Centrar el enfoque, tanto en las interdependencias de las acciones y sus resultados emergentes de la interactividad de los territorios, como en la búsqueda de una mirada integral, que incorpore el descubrir las lógicas referidas, a través de sus invariantes, permitirá conjugar en una matriz en todas las escalas del ámbito complejo, la integración de sus posibles articulaciones sistémicas y obtener las habilidades que permitan delinear las estrategias de acción (OLIVEIRA, 2009, p. 36).

sus orígenes. Las feministas comunitarias destacan que a pesar de las múltiples opresiones que viven las mujeres originarias, en ellas reside también el valor y la potencia de las mujeres ancestrales. La defensa y recuperación de sus territorios y cuerpos es uno de los postulados principales de las feministas comunitarias, quienes identifican que las mismas formas de poder y opresión que imponen el capitalismo y el patriarcado sobre los cuerpos de las mujeres, las imponen también sobre la tierra que ocupan.

Rescatando a las pensadoras indígenas feministas comunitarias (CABNAL, 2010; GUZMÁN, 2019), se podría reconstruir una historia del cuerpo mediante la descripción de las diferentes formas de represión que el capitalismo ha activado en su contra. Por otro lado, podemos experimentar el cuerpo como un campo de resistencia, el cuerpo y sus poderes -el poder de actuar, de transformarse a sí mismo y al mundo- y del cuerpo como el límite natural a la explotación. Lo que no siempre hemos visto es lo que la separación de la tierra y la naturaleza ha significado para nuestros cuerpos, lo cual nos ha empobrecido y despojado de los poderes que las comunidades tradicionales, indígenas y afrodescendientes le atribuían a los mismos.

De acuerdo con Lorena Cabnal (2010), el feminismo comunitario no sólo defiende el territorio-tierra porque necesita de los bienes naturales para vivir y dejar una vida digna a otras generaciones. En el planteamiento de recuperación y defensa histórica del territorio-cuerpo-tierra, se asume la recuperación del propio cuerpo expropiado, para generarle vida, alegría vitalidad, placeres y construcción de saberes liberadores para la toma de decisiones. De esta forma, la defensa del propio cuerpo y la defensa del cuerpo-territorio-tierra van de la mano, ya que no se puede concebir este cuerpo de mujer sin un espacio en la tierra que dignifique la propia existencia y promueva la propia vida en plenitud. Por este motivo, las luchas para la recuperación y defensa de sus tierras deben ir de la mano de la lucha por la recuperación de su territorio-cuerpo, porque “las violencias históricas y opresivas existen tanto para mi primer territorio cuerpo, como también para mi territorio histórico, la tierra” (CABNAL, 2010, p. 23).

Por otro lado, las categorías moderno-occidentales representan y abordan

el territorio desde ciencias como la cartografía, que habiendo surgido a la par de la consolidación de los Estados nacionales, entiende al territorio como propiedad privada, área de dominio de una autoridad o jurisdicción de pertenencia estatal, es decir, como la base natural de los mismos. Los sentidos de las comunidades tradicionales, indígenas, prietas sobre tierra y territorio son heterogéneos. Según el planteamiento del antropólogo Arturo Escobar (2012), el territorio, desde la perspectiva de los pueblos indígenas y afrodescendientes, muestra una 'ontología relacional', al expresar que "los mundos biofísicos, humanos y supranaturales no se consideran como entidades separadas, sino que se establecen vínculos de continuidad entre ellos" (ESCOBAR, 2012). Cuando se habla de la defensa del territorio se incluyen y se piensan una serie de entidades no humanas y de fuerzas de la naturaleza con quienes los pueblos entablan relaciones de reciprocidad, intercambio y comunicación.

Para las quebradeiras de coco babaçu la tierra y el territorio cumplen un rol fundamental en la reproducción de la vida, donde las luchas por identidad y territorio son sus principios primordiales. En ese sentido, especialmente las mujeres proponen diversas estrategias y se trabaja desde una perspectiva colectiva del cuidado comunitario para esa sostenibilidad de la vida, como se puede observar en el relato de la quebradeira de coco Rosana cuando preguntamos cuál era la importancia de su territorio:

ay, este mi territorio yo digo es una raíz, una raíz profunda y así son varias cosas que existen, no importa cuántas tormentas haya, pero va a seguir acá. Entonces mi territorio es todo. Porque es lo que hay aquí, a lo que puedo acceder, lo que soy yo misma. Yo soy un territorio y todo lo que existe dentro mío. Entonces en este ambiente que yo estoy hay varias cosas (sonido de pájaros). ¡Oh Jesús! En mi territorio hay paz, aunque haya muchas cosas duras pero hay paz, hay amistad, hay salud, hay comida, hay agua, hay esta naturaleza, aunque sea devastada, aún está viva. Y lo que también está dentro mío, es este amor por la vida. (Entrevista a Rosana, quebradeira de coco, Ludovico, Lago dos Rodrigues, Maranhão. Febrero de 2022. Traducción propia)

La identificación de las mujeres con el fruto también se torna explícita en la siguiente narrativa: “La palmera para nosotras es una madre, ella nos ha dado la vida, el babaçu es nuestra vida aquí” (‘Dio, citado en Neide Duarte, 2004). La palmera de babaçu no sólo es el sustento laboral, sino también alimenticio, y el que asegura la continuidad de la vida diaria. A partir de ella se puede elaborar aceite, harina, jabón, cestería, carbón para el fuego, alimentos con propiedades medicinales (antiinflamatorios y digestivos), papel reciclado, etcétera. En Médio Mearim (Maranhão), la región investigada, las mujeres constituyen una pieza fundamental en el proceso de producción familiar y sostenibilidad de la vida.

La economía feminista plantea una transformación radical de la forma en que se entiende la economía, la cual, desde una postura androcéntrica, patriarcal y capitalista, solo toma en cuenta aquello a lo que se le asigna un valor monetario o financiero, que se cuantifica y que contribuye a los ciclos de crecimiento del capital. Las feministas han hecho un aporte fundamental al señalar cómo históricamente se ha invisibilizado el trabajo de las mujeres al cuidado de la familia y del entorno doméstico, cuando en realidad ese trabajo es el gran generador de riquezas que, ocultas, son dispuestas para las actividades llamadas productivas (FEDERICI, 2004).

Los aportes del pensamiento crítico sobre ecofeminismo constructivista (HARAWAY, 1991; PULEO, 2011; SILIPRANDI; ZULUAGA, 2014) nos brindan la oportunidad de enfrentarnos no sólo a la dominación de las mujeres en la sociedad patriarcal sino también a una ideología y una estructura de dominación de la Naturaleza ligada al paradigma patriarcal del varón amo y guerrero. En el convencimiento de que la teoría feminista ha de pensar los problemas de nuestra época, entre los que ocupa un lugar central el deterioro ecológico, el ecofeminismo constructivista propone la equidad y la sostenibilidad, siendo ajeno a cualquier esencialismo bipolarizador de los sexos.

Superar el sexismo, el androcentrismo, el racismo, el antropocentrismo y el Terricidio (MILLÁN, 2011) es fundamental para que podamos “hacer-con-convertir-con, componer-con-la tierra” (LATOURE, 2013). Así que es importante

indagar en tiempos de pandemia¹⁰ y aumento drástico del hambre en Brasil dónde están las mujeres en las luchas y cómo han construido alternativas al modelo del agronegocio y a las distintas violencias que atraviesan sus vidas y territorios.

El *Movimento Interestadual de las quebradeiras de coco babaçu* (MIQCB) y los impactos del Matopiba

En esta dinámica de conflictos socioambientales por la disputa por la tierra y los bienes comunes, las quebradeiras de coco se organizaron en el MIQCB (ALMEIDA, 1995; SHIRAIISHI NETO, 1997), desplazando a los sindicatos de trabajadores rurales (STR), interlocutores tradicionales, que en la época estaban dirigidos (en su mayoría) por hombres cuya agenda de lucha excluía las consignas de las quebradeiras de coco relacionadas con las temáticas de acceso, uso común y conservación de las palmeras de babaçu. Tal actividad extractiva se consideraba como secundaria en relación con la siembra. En 1989, el MIQCB comenzó a organizarse, cuando fue realizado el “I Encontro”,¹¹ en São Luís, Maranhão que contó con la participación de las quebradeiras de coco de cuatro estados de Brasil (Piauí, Maranhão, Tocantins y Pará). Al final de la década de 1990, el movimiento se constituyó formalmente como asociación civil. El MIQCB es formado únicamente por mujeres, quebradeiras de coco babaçu, y tiene una coordinación general con sede en São Luís, Maranhão.¹²

El MIQCB tiene como objetivo representar los intereses sociales, políticos y económicos de las quebradeiras de coco babaçu, reconociéndolas por su identidad colectiva como comunidad tradicional.¹³ Las quebradeiras de coco son las guardianas de la selva de babaçu, en la valorización de los conocimientos tradicionales, en la lucha por los derechos de acceso a la tierra, al territorio, al babaçu libre y a la práctica de la agroecología. El MIQCB busca

¹⁰ Algunas investigaciones fueron realizadas por organizaciones y redes feministas en Brasil sobre el impacto de la pandemia en la vida de las mujeres rurales y urbanas: Género e Número y SOF (2020); Jalil *et al.* (2021). Ver: <https://redesurais.org.br/i-webinario-do-gt-5-segunda-sessao/>.

¹¹ En portugués sería como un gran encuentro de mujeres.

¹² El MIQCB en la provincia de Maranhão actúa en tres territorios: Baixada, Médio Mearim e Imperatriz.

¹³ El Ministerio de Desarrollo Social (MDS) preside, desde 2007, la Comisión Nacional para el Desarrollo Sostenible de las Comunidades Tradicionales (CNPCT), creada por el Decreto del 27 de diciembre de 2004 y reformulada por el Decreto del 13 de julio de 2006. Como desdoblamiento del trabajo del CNPCT, mediante el Decreto 6.040 del 7 de febrero de 2017, se establece la Política Nacional para el Desarrollo Sostenible de los Pueblos y Comunidades Tradicionales (PNPCT).

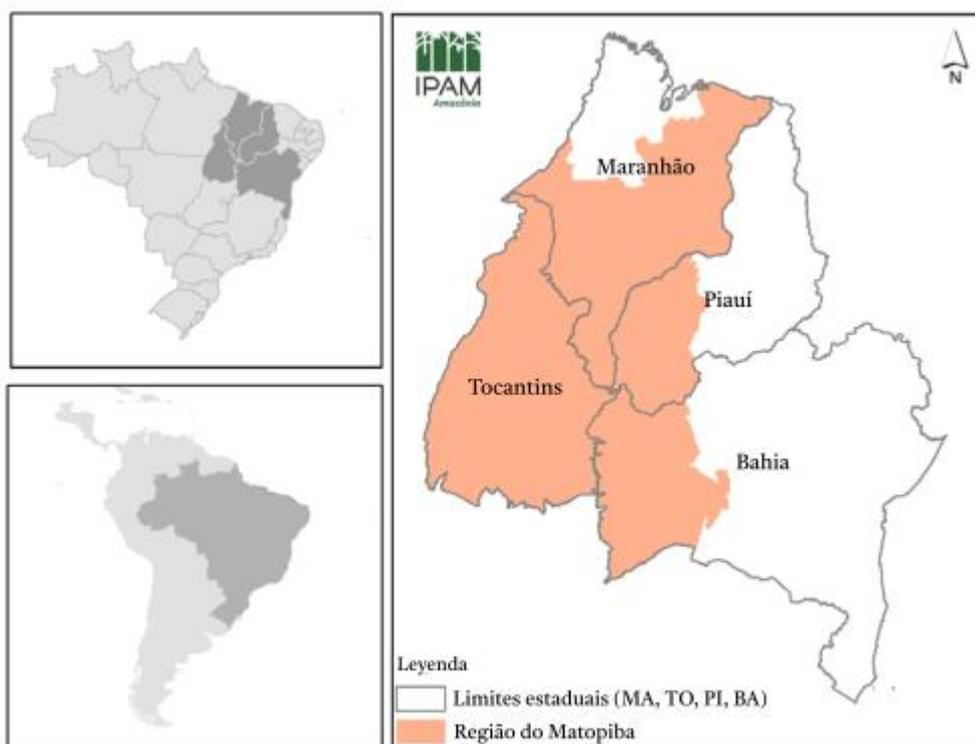
la movilización y participación de las quebradeiras de coco babaçu, ampliando sus acciones a más de 400.000 quebradeiras, entre ellos jóvenes y otros integrantes de comunidades agroextractivistas.

Las quebradeiras de coco babaçu tienen una gran importancia histórica, económica, social, política, ambiental y cultural en la llamada “región de babaçu”, sin embargo esta es una actividad que se ve constantemente amenazada, ya sea por los terratenientes que intentan impedir que estas mujeres accedan a las palmeras de babaçu, o por la expansión de la frontera agrícola que avanza con el proyecto gubernamental del Matopiba sobre la selva, impidiendo que se garantice a las quebradeiras de coco la continuidad de sus modos de vida. Asimismo, la apropiación ilegal de tierras por parte de empresas nacionales y transnacionales viene intensificando el cultivo de soja, maíz y eucalipto en la región del Mearim/Maranhão, transformando el paisaje en grandes monocultivos e impactando la permanencia de las comunidades tradicionales en sus territorios. El 6 de mayo de 2015, el gobierno de Dilma Rousseff, con el Ministerio de Agricultura, Ganadería y Abastecimiento (Mapa), bajo la gestión de la ganadera y senadora Kátia Abreu (PP/TO), promulgó el Decreto nº 8.477, instituyendo el Plan de Desarrollo Agropecuario de Matopiba (ver mapa de la Figura 1) y la creación de su comité de gestión, cubriendo un área de 73 millones de hectáreas y 337 municipios.

Es una región que trasciende los límites político-administrativos y que niega la división de regiones por biomas, alcanzando partes de Maranhão, Tocantins, Piauí y Bahía. Pasando por alto cualquier referencia a los pueblos y comunidades tradicionales, este Plan consiste en una estrategia de interés de los agronegocios, especialmente de la “bancada ruralista,”¹⁴ que tiene como objetivo la incorporación del bioma Cerrado y la Amazonia al mercado de tierras y la expansión de las commodities (ALMEIDA, 2019).

¹⁴ En Brasil el sector agropecuario se encuentra políticamente representado por la renombrada bancada ruralista en el Congreso Nacional. Formalizada en 2008, cuando se regularizó la formación de bancadas temáticas, la ruralista existía desde el retorno de la democracia y es, entre las bancadas organizadas en torno a temas específicos (como la evangélica o la de Seguridad Pública), la de mayor peso. Además, el Frente Parlamentario de la Agricultura (FPA), como se denomina formalmente, entabla diálogo con el Ejecutivo (en muchas ocasiones indicando o vetando candidatos para ocupar el Ministerio de Agricultura) e incluso con la Corte Suprema. De modo general, su objetivo es “estimular la ampliación de políticas públicas del agronegocio nacional”, pero se destaca el interés por la defensa de la propiedad rural y en permanente tensión con las áreas protegidas y las reservas indígenas (PIROTTA, 2021).

Figura 1 – Región de Matopiba – Nueva frontera para la agricultura de Brasil



Fuente: Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, 2021.

En la región donde quieren construir el Matopiba¹⁵ viven cerca de seis millones de habitantes, según el Censo de 2010 (IBGE); esta zona ganó destaque mundial debido a su potencial en la producción de granos. Existen alrededor de 324 mil establecimientos agropecuarios, 46 unidades de conservación, 35 tierras indígenas y 781 asentamientos de reforma agraria y áreas quilombolas,¹⁶ además de áreas de conservación aún en proceso de regularización. Desde 2005, se viene registrando un fenómeno de vertiginosa expansión de la frontera agrícola en esa región, a partir de los monocultivos.

Para ello se utilizan tecnologías modernas de alta precisión y productividad, un modelo intensivo en el uso de máquinas, insumos,

¹⁵ Para acompañar datos e información desde las organizaciones de la sociedad civil, ver: <https://www.matopibagrilagem.org/matopiba>.

¹⁶ El término quilombola tiene origen en los quilombos, espacios de resistencia a la esclavitud organizados por los/as esclavizados/as fugitivos/as. Sin embargo, los quilombolas estarían dentro de las denominadas “nuevas etnias”, en las que los procesos de identificación como grupos con características culturales e históricas específicas acompañan un proceso de reorganización política, movilización y elaboración de estrategias para la obtención de recursos básicos para producir y consumir. Es decir, una de las dimensiones más importantes de la identidad como quilombolas es la de ser un medio para luchar por mejores condiciones de vida (ALMEIDA, 2002).

agrotóxicos, fertilizantes y transgénicos. Según la Empresa Nacional de Abastecimiento (CONAB), el Matopiba representa actualmente aproximadamente el 11% de la producción nacional de soja en la zafra 2017/2018. Proyecciones del Ministerio de Agricultura, Ganadería y Abastecimiento (Mapa) indicaron que, en 2022, el país había cosechado alrededor de 70 millones de hectáreas de cultivos. Las proyecciones indican que esta producción debe llegar a 26 millones de toneladas para 2026/2027, lo que seguirá representando el 9% de la producción nacional (BOLFE *et al.*, 2016). La expansión agrícola continuará ocurriendo en el bioma Cerrado y en transición a la Amazonia.

Entre los agentes a escala global que operan en el mercado de tierras en la región del Matopiba, se destacan estos famosos inversores financieros: George Soros, Eduardo Elztain, Ian Watson, Jim Slater, fondos de pensiones (TIAA, Fondo de Pensiones Sueco), soberanos (Autoridad de Inversiones de Qatar), empresas de capital privado (Altima Partners, The Capital Group, Crestline Capital, Vision Brazil, Vinci Partners), Hedge Funds (Touradji Mangament Capital), instituciones bancarias (JP Morgan Whitefrias Inc., Credit Suisse y Deutsche Bank), compañías de seguros (AIG, Caisse de dépôt et placement du Québec), fondos patrimoniales (Harvard Endowment), así como empresas comercializadoras y empresas en general (Louis Dreyfuss, Cargill, Cantagalo General Grains, Mitsubishi, Mitsui, etc.) (FREDERICO; ALMEIDA, 2019).

Entre 2005 y 2015, todas las modalidades de tierra (Cerrado, pastizales y tierras agrícolas) en la región estaban fuertemente cotizadas en el mercado. El precio es aún mayor si tenemos en cuenta la diferencia entre la tierra bruta (con cobertura vegetal) y las áreas ya transformadas con producción agrícola. En general, las estrategias de las empresas agrícolas controladas por el capital financiero consisten en la compra de tierras brutas y su transformación gradual en áreas altamente productivas, mediante la introducción y uso de modernos insumos químicos y mecánicos. Esto permite una fuerte capitalización de la empresa, mediante la captación de renta de la tierra. Por ejemplo, para el año 2015, la diferencia de precio entre un área bruta de Cerrado y un área de granos altamente productiva osciló entre R\$ 1.125,00 y R\$ 16.083,00, y de R\$ 3.917,00

a R\$ 14.417,00, en Balsas, Maranhão (precio por hectárea) (FNP, 2015).

Además, el simple interés del capital financiero por invertir en la región crea un movimiento especulativo que aumenta la *grilagem*¹⁷ de tierras en áreas *devolutas*.¹⁸ En julio de 2017, el ex-presidente Michel Temer sancionó la “Ley de Grilagem 2” (Ley 13.465/2017 de regularización de las tierras rurales y urbanas), que se aplica sobre tierras públicas que estaban ocupadas hasta 2011, esta vez aceptando parcelas de hasta 2.500 hectáreas. Nuevamente se usó la figura de Temer para legalizar el acaparamiento de enormes extensiones de selva brasileña. En marzo de 2018 se publicaron tres decretos (9.309, 9.310 y 9.311) que regulan dicha Ley. Estos decretos son un proyecto del denominado “grupo ruralista” (legisladores con negocios en el agro transgénico), apoyado por el gobierno después del golpe institucional a Dilma Rousseff en agosto de 2016, con miras a la ocupación del territorio nacional. A partir de esta normativa, se legalizan las ocupaciones empresariales anteriores a 2008 en el país (VICENTE *et al.*, 2020).

En medio a ese escenario de fomento a los proyectos gubernamentales para la promoción de los agronegocios, vinculado a los intereses tanto del capital nacional como extranjero, es que buscamos dialogar con las quebradeiras de coco babaçu de la comunidad Ludovico, Lago do Junco, Mearim/Maranhão para comprender cómo perciben esas problemáticas y qué estrategias están intentando construir en sus organizaciones. Para Marcia, quebradeira de coco del MIQCB: *“el Matopiba, todo lo quita para poder reponer el agronegocio, toda la riqueza natural se destruye, es el pequi, es el bacuri, es el babaçu, todo lo que está dentro del cerrado y el Amazonas”*.

Marcia también nos comenta que el avance de la frontera agrícola y la deforestación de las palmeras aumentaron, actualmente *“se da por los terratenientes, por el pecuarista pero también por los pequeños productores que están arrendando sus tierras para el monocultivo de maíz, soja, el agronegocio”*. Esa es una cuestión que preocupa al movimiento y a las mujeres en la región,

¹⁷ En Brasil, *grilagem* de tierra es la falsificación de documentos para tomar posesión ilegalmente de tierras *devolutas* o de terceros. El término designa también la venta de tierras pertenecientes al poder público o de propiedad privada mediante la falsificación de documentos de propiedad del área. El agente de tal actividad se llama grileiro (ASSELIN, 1982).

¹⁸ Las *terras devolutas* eran tierras que habían vuelto a la propiedad del Estado. Sin embargo muchas veces estas tierras habían sido ilegalmente apropiadas por latifundistas por medio del soborno, del fraguado de papeles de propiedad o por métodos más violentos.

visto que se complejiza cuando es un vecino cercano el que empieza a arrendar la tierra para las empresas nacionales o de capital externo.

En el trabajo de campo presenciamos uno de los tantos casos donde los terratenientes ponen sus máquinas para deforestar las palmeras de babaçu para la creación de ganado y/o otros monocultivos (ver las Fotos 1 y 2). Cuando se derrumban las palmeras sin ningún criterio de manejo ecológico es muy duro para todos/as en la comunidad, y son las mujeres y hombres que ponen sus cuerpos para intentar frenar esa práctica que está naturalizada por los terratenientes desde hace décadas en la región. Según Janaina “*existe una gran deforestación de palmeras, el terrateniente derribando las palmeras tanto en la comunidad de São João da Mata, como en la comunidad de Três Poços que hace parte de la ciudad de Lago dos Rodrigues*”, siendo que las mujeres del MIQCB, junto con las organizaciones comunitarias y el sindicato están intentando registrar y denunciar esos casos.

Fotos 1 y 2 – Deforestación en la comunidad Cuba, Lago dos Rodrigues, Médio Mearim, Maranhão



Fuente: Registros del trabajo de campo, febrero de 2022.

Marcia también nos relata la dificultad de algunas comunidades y quebradeiras de coco en Maranhão con el avance del monocultivo y la fragilidad de las leyes para que no se realicen los desalojos de las comunidades y su efectiva implementación para asegurar el bienestar de las familias:

A principios del 2020 sacaron gente de una comunidad que se llamaba Cajueiro para hacer un lugar para que pasen barcos para la exportación del agronegocio, de carne, soja, todo. Entonces esto también nos duele, no es una quebradeira do Junco, pero es una quebradeira de Maranhão que salieron de allí, unas quebradeiras que eran pescadoras, cuyo marido era un ribereño y que lo usaban como fuente natural para su supervivencia. Quienes nacieron allí, quienes crecieron allí. (Marcia, entrevistada en febrero de 2022. Traducción propia)

En ese sentido, se genera toda una red de alianzas entre las empresas del agronegocio y el poder local de las municipalidades y provincia para favorecer obras de infraestructura para el escoamento¹⁹ de esos cultivos, como un gran proyecto de Estado. La construcción de carreteras es una problemática recurrente en el campo, donde las familias rurales reivindican todos los años mejoras para comercializar sus excedentes o para el acceso a los micros escolares en esas zonas. Sin embargo, cuando se trata de viabilizar los proyectos del agronegocio con la justificativa que estas empresas van a traer inversiones y trabajo a la región, pronto se construyen las vías y dan respuestas a sus intereses.

Además como nos comentó Janaina, todo el aumento de la deforestación en la zona en los últimos años viene causando el cambio climático e inundaciones:

porque decimos que este calor, estoy sudando, todo esto aquí es como el hombre que todo lo deforesta y luego cuando vemos estas grandes inundaciones y eso es culpa del hombre debido a la deforestación, aunque no sea en nuestro territorio es en territorios vecinos y afecta a todo el mundo.

Por otro lado, los cercos y la apropiación ilegal de las áreas de babaçu perduran en la actualidad (inicialmente para la actividad agrícola -creación de ganado- y, más recientemente, para monocultivos de soja, maíz y eucalipto, así como para emprendimientos económicos y para las obras de infraestructura, con su deforestación generalizada) y han dado lugar a acciones específicas de enfrentamiento y a todo tipo de violencia contra las mujeres y sus familias (SHIRAISHI NETO; LIMA, 2021). Otra tensión socioambiental que ha surgido en

¹⁹ Se refiere al proceso de transporte o desplazamiento de granos o cereales, desde su lugar de producción o almacenamiento hacia su destino final, ya sea para su procesamiento, comercialización o consumo.

el territorio y que impulsa la deforestación de los babaçuales son los pesqueros de uso privado construidos por medianos productores de la región (ver Foto 3).

Foto 3 – Pesquero privado en la comunidad Ludovico, Lago do Junco, Maranhão



Fuente: Registro trabajo de campo, febrero de 2022.

En febrero de 2022, cuando estábamos participando de una celebración de la iglesia comunitaria en Lago do Junco, el tema de los agrotóxicos salió en las discusiones de los/as vecinos/as debido al aumento en la zona y a las implicaciones que causan en la vida de la población. Fue apuntado como una gran problemática en las comunidades, sumado a la pérdida de las palmeras, la sociobiodiversidad y la contaminación de los *igarapés*.

La Cámara de Diputados brasileña aprobó en febrero de 2022 el proyecto de ley 6.299/2002, que deroga la Ley de Agrotóxicos vigente y flexibiliza las reglas para la aprobación y comercialización de estos productos químicos, llamado por sus opositores “PL del Veneno”, que sus impulsores promueven como modernizador del sector agrícola. Esta aprobación fue lograda con el respaldo de aliados del gobierno de Jair Bolsonaro (2019-2022), que ha impulsado desde su ascenso en 2019 una serie de proyectos favorables al agronegocio. A grandes rasgos, la propuesta flexibiliza las reglas de uso de los agrotóxicos en Brasil,

denominación que se modifica por "pesticidas", y otorga al Ministerio de Agricultura el poder de autorizar nuevos productos, un proceso que actualmente incluye a la Agencia de Vigilancia Sanitaria (Anvisa) y al Instituto Brasileño de Medio Ambiente y de los Recursos Naturales Renovables (Ibama) (GUEDES, 2022).

El presidente de la Comisión de Derechos Humanos (CDH) del senado, el senador Humberto Costa, en una entrevista para el medio Agencia Senado en abril de 2022, mencionaba que cambios legislativos como este, que prevé, por ejemplo, el debilitamiento de la Anvisa, son nocivos y perjudiciales para la población. Numerosos países restringen la venta y el consumo de productos originarios de otros que hacen un uso excesivo de agrotóxicos. Y eso va en contra de la producción brasileña de alimentos, que tiene todo para ser de origen orgánico, satisfaciendo los deseos de nuestra población (GUEDES, 2022). La representante de la Asociación Brasileña de Salud Colectiva (Abrasco), la investigadora Karen Friderich, dijo que el 81% de los agrotóxicos permitidos en Brasil están prohibidos en países pertenecientes a la Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económico (OCDE) (GUEDES, 2022).

Marcia nos comenta la dificultad de trabajar en la concientización sobre los agrotóxicos en las comunidades y el retroceso que ha tenido el gobierno de Bolsonaro con los proyectos de ley que han promovido su crecimiento deliberado:

Si vuelvo a este tema de la prioridad de las leyes, ahora tenemos una gran dificultad que ni siquiera tengo una respuesta para vos que es el tema de ANVISA, que ha liberado más de 500 agrotóxicos desde cuando llegó Bolsonaro aquí. Yo me quedo pensando así y ¿ahora qué tipo de alternativa vamos a buscar? Porque cada agrotóxico que ellos crean es uno peor que el otro, y si volvemos al pasado para realizar formación de concientización sobre este tema que afecta la implementación de los grandes negocios, eso va para largo, porque así lo reflexionó Doña Rosa, lo que ella llama ambición, al despertar de las personas que sólo quieren pensar sólo en sí mismas. (Marcia, entrevistada, quebradeira, Ludovico, Lago dos Rodrigues, Maranhão. Febrero de 2022. Traducción propia)

Janaina también nos relata que todo el día pasa alguien con la máquina en la espalda con dos o tres litros de agrotóxicos dentro de la bolsa

porque ellos usan para matar malezas, insectos, pulgones u otros insectos y así es todo con veneno y todo esto es un impacto en la naturaleza, tanto para la tierra como para el agua, los microorganismos en la tierra. Todo eso está afectando, es muy complicado.

Otra cuestión que no es menor para las quebradeiras de coco son las violencias de género y racismo que atraviesan sus cuerpos. Para Rosa (quebradeira) el machismo, el racismo institucional en los ámbitos de atención a la salud pública y la fuerza de los terratenientes, así como del agronegocio con el aumento de los monocultivos y agrotóxicos, son las distintas violencias que las mujeres enfrentan en su cotidiano. Nos compartió, también, que su primera batalla se dio dentro de la casa y que era muy difícil romper con la violencia machista del marido cuando buscaba organizarse con las demás mujeres de la comunidad. Para ella, uno de los problemas más significativos en el territorio estuvo vinculado con los cercos que impiden el acceso libre al babaçu debido a la apropiación ilegal de la tierra por los terratenientes y la masiva deforestación de las palmeras que se intensifica cada vez más con el avance de la frontera agrícola. (entrevista con la quebradeira de coco Rosa, febrero de 2022).

De acuerdo con la investigadora mexicana indígena Delmy Cruz (2017),²⁰ es fundamental que cuando se hable de los daños que generan las empresas extractivistas del agronegocio en nuestros territorios, también se hable de los efectos directos en nuestros cuerpos:

Las luchas de las personas se deben iniciar en el cuerpo, porque al fin y al cabo son las que más dependen del territorio y muchas veces, esas personas somos las mujeres. Es preciso entender el cuerpo como un primer territorio político para defender y sentir placer de vivir. (CRUZ *et al.*, 2017)

²⁰ Integrante de Miras Críticas sobre el Territorio (colectiva conformada por mujeres activistas e investigadoras desde Ecuador, México, Brasil, España y Uruguay) y que han sistematizado distintas experiencias de Cartografía feminista "Cuerpo-Territorio-Tierra".

Según la misma autora, es imprescindible poner el cuerpo en el centro porque a través de él escuchamos nuestro territorio y sentir el lugar que habitamos es clave para vivir bien en las comunidades rurales.

Las (re)existencias y estrategias asociativas del MIQCB en contra el agronegocio y la deforestación de los babaçuales

Algunas de las experiencias que fortalecieron las resistencias de las quebradeiras de coco babaçu en la comunidad fueron los procesos asociativos con la fundación de la Asociación de Mujeres Trabajadoras Rurales (AMTR) en 1989, siendo una de sus principales actuaciones como grupo de mujeres en la aprobación de la Ley Municipal de Babaçu Libre, que establece el acceso gratuito para las quebradeiras en tierras públicas y privadas para extraer el babaçu. Las experiencias de leyes de babaçu libre²¹ crearon institutos jurídicos en la jurisdicción brasileña que reducen el poder de los propietarios de tierra, y ese es un ejemplo importante a compartir para fortalecer la lucha de tantos otros pueblos y comunidades tradicionales. Las leyes de babaçu libre aseguran no sólo el derecho a la preservación ambiental del babaçu en áreas privadas, sino también el libre acceso a las áreas donde se encuentran las palmeras de babaçu, sin necesidad de autorización o pago de ningún tipo al propietario. Este es un hito importante para el derecho de los pueblos tradicionales a los bienes naturales y una experiencia para ser compartida y fomentada no sólo en Brasil, sino a nivel internacional (SHIRAISHI NETO; MARTINS, 2021).

La AMTR también desarrolla actividades de formación y educación con grupos de estudio sobre género, autonomía de la mujer, organización y participación política; en defensa del babaçu, en la lucha por la aprobación de leyes ambientales y el cumplimiento de las leyes vigentes; y generación de ingresos, a través del uso del extractivismo de babaçu. Además, permitió conformar posteriormente la unidad productiva con la creación de la fábrica de jabón que produce con el óleo del coco babaçu a partir de recetas tradicionales. Los jabones permitieron visibilizar la importancia económica

²¹ En el estudio de Shiraishi Neto y Martins fueron sistematizadas 14 leyes municipales de *babaçu* libre en las provincias de Maranhão, Tocantins y Pará hasta el año de 2020 (SHIRAISHI NETO; MARTINS, 2021).

del babaçu en la comunidad y también fortalecer la autonomía económica de las mujeres.

La Asociación en Áreas de Asentamiento en el Estado de Maranhão – ASSEMA,²² que también fue citada por las mujeres, es una organización de carácter regional fundada hace 29 años. La institución es dirigida por quebradeiras de coco babaçu, quienes integran y representan asociaciones de mujeres extractivistas, comunidades quilombolas, asociaciones de asentamiento, cooperativas de producción y comercialización, sindicatos rurales, asociaciones de jóvenes y grupos productivos informales. La ASSEMA cumple el rol de asesoría técnica y extensión rural junto a las quebradeiras de coco y sus proyectos de conservación y educación ambiental, agroecología, de combate a la deforestación, el consumo de agrotóxicos. También apoya los procesos comercialización y acceso a las políticas públicas para la agricultura familiar y comunidades tradicionales, extractivistas etc.

La experiencia de la Cooperativa de Pequeños Productores Agroextractivistas de Lado do Junco y Lago dos Rodrigues (COPPALJ), fundada en 1991 produce y comercializa

aceite con la certificación de producto orgánico en mercados nacionales e internacionales. Actualmente la COPPALJ cuenta con más de 200 miembros que trabajan en el contexto de la economía solidaria y fortalecen la producción de las quebradeiras de coco babaçu, generando renta y empleo para las familias.

Todo ese largo proceso de lucha y construcción de alternativas por las quebradeiras de coco y la red de actores aliados (universidades, sindicatos, asesores técnicos, redes de agroecología y feminismo, y comunidades tradicionales etc.) posibilitaron que en 1997, en el municipio de Lago do Junco, donde está ubicada la comunidad Ludovico, se aprobara la primera ley municipal que trata del “babaçu libre”, la Ley n° 05/97, que garantiza a las quebradeiras de coco del municipio y a sus familias el derecho al libre acceso y uso comunitario, incluso a las que están ubicadas en propiedades privadas,

²² Ver en: <https://assema.org.br/quem-somos/a-assema/>.

además de imponer importantes restricciones a la tala de palmeras (MAPA DE CONFLICTOS, 2021).

Marcia, una de las principales ambientalistas de Brasil, guardiana de la selva de babaçu e integrante del MIQCB, es una lideresa histórica en la construcción de políticas públicas dirigidas a las mujeres extractivistas, de los pueblos y por la valorización de los saberes tradicionales. Fue la primera parlamentaria en proponer la creación de la ley “babaçu libre”, que busca lograr la defensa de la selva de babaçu en las tres esferas del gobierno y asegurar los territorios tradicionales a través de las reservas extractivas y el reconocimiento de los territorios quilombolas, contribuyendo a la regularización de tierras y al bienestar de las familias del campo. Su movimiento cotidiano amplía nuestra perspectiva sobre la participación y el impacto de las mujeres en la política comunitaria e institucional. La voz de Marcia y de tantas otras quebradeiras de coco vienen impactando este mundo con sabiduría ancestral y justicia socioambiental. En ese sentido, las quebradeiras de coco tienen otra racionalidad, lógicas de habitar el territorio a partir del buen vivir para todos/as y en respeto con la naturaleza, en co-creación, muy distinta de una visión de destrucción y/o apropiación. Cuando preguntamos sobre la importancia de los bienes comunes y los elementos, como la importancia del agua y la tierra, Janaina nos argumenta:

Si la gente entendiera que si hay agua de calidad, nosotros también tendríamos vida de calidad. Si hay una palmera en pie, tenemos comida en nuestras mesas y si tenemos todo esto vamos a tener una vida más saludable, nosotros vamos a tener todo un ser vivo. La gente hoy percibe que los seres humanos somos muy malos porque todo lo que tenemos y existe en la tierra, fue Jesús quien nos lo dejó y nos lo dio gratis. Y la gente hace lo contrario, no nos importa, no cuidan. (Janaina, entrevistada, quebradeira, Ludovico, Lago dos Rodrigues, Maranhão. Febrero 2022. Traducción propia)

Así que las prácticas de conservación, asociadas a las formas de acceso y uso común de las palmeras de babaçu, están relacionadas a una noción de justicia ambiental. La “madre naturaleza” ofrece palmeras a las quebradeiras de coco, quienes se encargan de cuidarlas para, al mismo tiempo, resguardarlas para las

futuras generaciones y garantizar una distribución equitativa de la riqueza, sin distinciones, con el fin de satisfacer las necesidades de cada familia (SHIRAISHI NETO; MARTINS, 2021).

Consideraciones finales

Dentro de este sistema capitalista que domina las relaciones sociales, económicas y políticas que se apropian de los bienes naturales y económicos de poblaciones enteras, surgen las resistencias de los pueblos en defensa de la vida, de la tierra, de la cultura y, en algunas ocasiones, de la supervivencia de la especie humana (TOLEDO, 2015). Las quebradeiras de coco babaçu han sido fundamentales para dichas resistencias, sin embargo, su accionar es poco visibilizado tanto dentro de sus propias comunidades, organizaciones, como por los medios de comunicación masivos y los aparatos estatales en todos sus niveles de gobierno. Es importante que sea reconocido el protagonismo de las mujeres rurales y quebradeiras de coco babaçu en la lucha por “el buen vivir” y la justicia socioambiental en los territorios.

La autoorganización de las quebradeiras de coco babaçu por medio del MIQCB y la red de aliados desde universidades públicas, asesoría técnica, red de mujeres feministas y socioambientales en la escala local e internacional son algunas de las estrategias que las mujeres vienen intentando tejer a modo de visibilizar sus luchas y problemáticas. Más allá de visibilizar, son sujetos que proponen una agenda política y que inciden políticamente en las esferas gubernamentales y en la sociedad civil. Los procesos asociativos como las experiencias de cooperativas, manejo agroecológico y seguridad alimentaria son unos de los ejes estructurantes de sus trabajos.

La lucha por la tierra-territorio y defensa de sus modos de vida ha sido una constante y uno de los principales conflictos socioambientales en contra del modelo de desarrollo protagonizado por el agronegocio en esta región. Poder visibilizar lo que las empresas del agronegocio, junto a iniciativas gubernamentales, han impulsado en contra de los cuerpos-territorios “es fundamental porque es en la memoria de nuestros cuerpos y nuestras

emociones donde ocurren los mayores daños. Nos dejan huellas de dolor porque rompen nuestras relaciones comunitarias” (CRUZ *et al.*, 2017).

Las quebradeiras de coco han desarrollado distintas estrategias y alternativas para poner un freno en contra de los procesos de devastación del Amazonas y Cerrado, ya que ellos permiten mantener las dinámicas de los ciclos de la naturaleza y nuestra sobrevivencia como especie. Esa reinención, que se inscribe en la lucha por la autonomía territorial de las quebradeiras de coco babaçu, combate y cuestiona los principios de esa lógica de los proyectos de las corporaciones, expresada por el proyecto Matopiba, abriendo fisuras en la experiencia o en el sentido práctico de las acciones colectivas, de los cuidados comunitarios y de la protección del bien común para ellas y futuras generaciones, garantizando la vida en las más sencillas acciones cotidianas y en las grandes luchas.

Referencias

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Quebradeiras de coco babaçu: um século de mobilizações e lutas – repertório de fontes documentais e arquivísticas, dispositivos legais e ações coletivas (1915-2018)*. Manaus: UEA Edições; PNCSA, 2019.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; SHIRAISHI NETO, Joaquim; MARTINS, Cynthia Carvalho. *Guerra ecológica nos babaçuais: processo de devastação dos palmeirais, a elevação dos preços de commodities e o aquecimento do mercado de terras na Amazônia*. São Luiz: Lithograf, 2005.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os quilombos e as novas etnias. In: O’DWYER, Eliane Cantarino (Org.). *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 43-81.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Quebradeiras de coco babaçu: identidade e mobilização – legislação específica e fontes documentais e arquivísticas*. São Luís: CPT, 1995.
- ASSELIN, Victor. *Grilagem: corrupção e violência em terras do Carajás*. Petrópolis: Vozes; CPT, 1982.
- VICENTE, Lucía; ACEVEDO, Carolina; VICENTE, Carlos; ARANDA, Darío (Coords.). *Atlas del agronegocio transgénico en el Cono Sur – Monocultivos*,

- resistencias y propuestas de los pueblos. 1. ed. Marcos Paz: Acción por la Biodiversidad, 2020.
- BIDASECA, Karina; COSTA, Michelly Aragão Guimarães; BRIGHENTI, Maura; RUGERRO, Santiago *et al.* *Danzando bajo el hain: cuidados, cuerpos y territorios afectados por la pandemia*. Buenos Aires: Milena Caserola, 2020.
- BIDASECA, Karina. *Escritos en los cuerpos racializados – lenguas, memoria y genealogías (pos)coloniales del feminicidio*. Palma de Mallorca: Editora de la Universitat des Iles Balears, 2015.
- BIDASECA, Karina. Los peregrinajes de los feminismos de color en el pensamiento de María Lugones. *Estudios Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 3, 2014. Disponible en: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36756>. Acceso en: 22 ago. 2022.
- BIDASECA, Karina. *Negadas a la existencia y condenadas a la desaparición – un estudio acerca de las luchas de las mujeres rurales en Argentina y Brasil desde la perspectiva de género*. Beca del Programa de investigaciones CLACSO-Asdi para investigadores junior. Buenos Aires: CLACSO, 2004. Disponible en: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/becas/20110124033325/10Bidaseca.pdf>. Acceso en: 22 mayo 2022.
- BOLFE, Édson L.; VICTÓRIA, Daniel de C.; CONTINI, Elisio; BAYMA-SILVA, Gustavo; SPINELLI-ARAUJO, Luciana; GOMEZ, Daniel. Matopiba em crescimento agrícola: aspectos territoriais e socioeconômicos. *Revista de Política Agrícola*, Brasília, v. 12, n. 4, p. 38-62, 2016. Disponible en: <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/1202>. Acceso em: 10 mayo 2022.
- CABNAL, Lorena. *Feminismos diversos: el feminismo comunitario*. Madrid: Acur-Las Segovias, 2010.
- CALAÇA, Michela. Feminismo camponês popular: contribuições à história do feminismo. *Ruris*, Campinas, v. 13, n. 1, p. 29-66, 2021. Disponible en: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/ruris/article/view/17016>. Acceso en: 1 mayo 2023.
- COSTA, Michelly Aragão Guimarães. *O feminismo é revolução no mundo: outras performances para transitar corpos não hegemônicos*. *Interritorios*, Recife, v. 4, n. 6, p. 187-193, 2018. Disponible en: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/interritorios/article/view/236748/29409>. Acceso en: 25 ago 2022.
- CRUZ, Delmy *et al.* *Mapeando el cuerpo-territorio*. Guía metodológica para mujeres que defienden sus territorios. Quito: Territorio y Feminismos; Clacso, 2017. Disponible en: <https://miradascriticadelterritoriodesdeelfeminismo.files.wordpress.com/2017/11/mapeando-el-cuerpo-territorio.pdf>. Acceso en: 22 sep 2022.
- DELGADO RAMOS, Gian Carlo. *Bienes comunes, metabolismo social y el futuro común de la humanidad: un análisis Norte-Sur*. Bruselas: Fundación Rosa Luxemburgo, 2011.

- DELGADO RAMOS, Gian Carlo. *Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2012.
- ESCOBAR, Arturo. *Cultura y diferencia: la ontología política del campo de cultura y desarrollo*. *Wale’keru*, [s.l.], n. 2, p. 7, 2012.
- FEDERICI, Silvia. *Calibán y la bruja: mujeres, cuerpo y acumulación originaria*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2004.
- FNP Consultoria. *Relatório de análise do mercado de terras*. 2015.
- FREDERICO, Samuel; ALMEIDA, Marina Castro de. Capital financiero, land grabbing y multiescalaridad en el grilaje de tierra en la región de Matopiba. *Nera, Presidente Prudente*, v. 22, n. 47, p. 123-147, 2019. Disponible en: <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i47.6268>. Acceso en: 5 oct. 2022.
- GÊNERO E NÚMERO; SOF – Sempreviva Organização Feminista. *Sem parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia*. São Paulo: SOF, 2020. Disponible en: https://mulheresnapandemia.sof.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Relatorio_Pesquisa_SemParar.pdf. Acceso en: 29 abr 2023.
- GUDYNAS, Eduardo. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo en Extractivismo y sociedade. In: SCHULDT, Jürgen. *Extractivismo, política y sociedad*. Quito: CAAP; CLAES, 2009. p. 187-225. Disponible en: <http://www.gudynas.com/publicaciones/GudynasNuevoExtractivismo10Tesis09x2.pdf>. Acceso en: 22 abr. 2023.
- GUEDES, Aline. Pesquisadores se posicionam contra aprovação do PL dos Agrotóxicos. *Senado Notícias*, Brasília, 26 abr. 2022. Disponible en: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/04/26/pesquisadores-se-posicionam-contraprova-do-pl-dos-agrotoxicos>. Acceso en: 30 jun. 2022.
- GONZÁLEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, 1988.
- GUZMÁN, Adriana. *Descolonizar la memoria, descolonizar los feminismos*. La Paz: Tarpuna Muya, 2019.
- HARAWAY, Donna. *Simians, cyborgs, and women – the reinvention of nature*. Londrés: Free Association, 1991.
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 5, p. 7-41, 2009.
- ISA – Instituto Socioambiental. *Mapa revela aumento da incidência de babaçuais no PI, TO, MA e PA*. São Paulo, 11 ago. 2015. São Paulo: ISA, 2015.
- IVARS, Jorge Daniel. ¿Recursos naturales o bienes comunes naturales?: Algunas reflexiones. *Papeles de trabajo – Centro de Estudios Interdisciplinarios en Etnolingüística y Antropología Socio-Cultural*, Rosario, n. 26, p. 88-97, 2013.
- JALIL, Laetícia; COSTA, Michelly Aragão Guimarães; SILVA, Luiza; OLIVEIRA, Maria do Socorro. Diálogos, convergências e divergências: mulheres, feminismos e agroecologia. *Cadernos de Agroecologia*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, 2021. Disponible en: <http://cadernos.aba->

- agroecologia.org.br/cadernos/article/view/6621/4890. Acesso en: 26 abr. 2023.
- LATOUR, Bruno. *Facing Gaia: six lectures on the political theology of nature. Being the Gifford Lectures on Natural Religion*. Edinburgh: University of Edinburgh, 2013.
- LUGONES, María. Colonialidad y género. *Tabula Rasa*, Bogotá, n. 9, p. 73-101, 2008.
- MACHADO, Larissa. Dilma cria a Agência de Desenvolvimento do Matopiba. *Governo do Piauí*, [s.l.], 6 mai. 2015.
- MAPA DE CONFLITOS. Quebradeiras de coco de babaçu denunciam situação de violência e exploração do trabalho na região do Rio Mearim no Maranhão, 2021.
- MARCOS, Sylvia. *Cruzando fronteras: mujeres indígenas y feminismos abajo y a la izquierda*. Chiapas: CIDECI-Universidad de la Tierra, 2010.
- MILLÁN, Mária. Feminismos, postcolonialidad, descolonización: ¿del centro a los márgenes? *Andamios*, Ciudad de México, v. 8, n. 17, 2011.
- OLIVEIRA, Fernando José Vianna. As quebradeiras de coco babaçu e a Lei do Coco Livre. *Conteúdo Jurídico*, Brasília, 22 jun. 2011.
- OLIVEIRA, Mabel. *Hacia una gestión integral del desarrollo territorial: transescalaridad y singularidad en el territorio nacional*. Montevideo: Udelar, 2009. Disponible en: <https://www.colibri.udelar.edu.uy/jspui/bitstream/20.500.12008/20961/1/OLI522.pdf>. Acesso en: 22 abr. 2023.
- PIEIDADE, Vilma. *Doloridad*. Buenos Aires: Mandacaru, 2021.
- PIROTTA, Ignacio Lautaro. El poder político del agro en Brasil: la bancada ruralista. *El Agrario*, [s.l.], 3 jan. 2021. Disponible en: <https://www.elagrario.com/actualidad-el-poder-politico-del-agro-en-brasil-la-bancada-ruralista-36761.html>. Acesso em: 13 sep. 2022.
- PULEO, Alicia H. Ecofeminismo para otro mundo posible. Colección Feminismos. *Nomadías*, [s.l.], n. 15, p. 275-279, 2011.
- RIBEIRO, Silvia. *Tierra y libertad: luchas campesinas por la humanidad*. Grupo ETC, Montréal, 30 abr. 2016. Disponible en: <https://www.etcgroup.org/es/content/tierra-y-libertad-luchas-campesinas-por-la-humanidad>. Acesso en: 12 sep. 2022.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SEGATO, Rita L. *La escritura en el cuerpo de las mujeres asesinadas en Ciudad Juárez*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2013.
- SILIPRANDI, Emma; ZULUAGA, Patricia. *Género, agroecología y soberanía alimentaria – perspectivas ecofeministas*. Colombia: Icaria, 2014.
- SHIRAIISHI NETO, Joaquim. A reconceituação do extrativismo na Amazônia: práticas de uso comum dos recursos naturais e normas de direito construídas pelas quebradeiras de coco. 1997. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos,

- Universidade Federal do Pará, Belém, 1997.
- SHIRAISHI NETO, Joaquim; LIMA, Rosirene Martins. Mujeres, prácticas de uso común, cuidado y conservación de los palmares de babaçu en el Amazonas. *Polis*, Santiago, v. 20, n. 60, p. 193-206, 2021.
- SHIVA, Vandana. *Abrazar la vida – mujer, ecología y desarrollo*. Madrid: Hora y Hora, 1995. p. 19-75.
- SVAMPA, Maristela. “Consenso de los Commodities” y lenguajes de valoración en América Latina. *Nueva Sociedad*, Buenos Aires, n. 244, 2013. Disponible en: <https://nuso.org/articulo/consenso-de-los-commodities-y-lenguajes-de-valoracion-en-america-latina/>. Acceso en: 30 sep. 2022.
- TOLEDO, Victor M. *Ecocidio en México – la batalla final es por la vida*. México: Grijalbo. 2015.

Como citar

COSTA, Michelly Aragão Guimarães; JALIL, Laeticia Medeiros; BIDASECA, Karina. Las quebradeiras de coco babaçu y las nuevas narrativas emergentes en contra del Matopiba en el Médio Mearim-Maranhão. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, e2331108, 30 jun. 2023. DOI: https://doi.org/10.36920/esa31-1_st03.



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.

Seção Temática

Mulheres, territorialidades e epistemologias feministas – conflitos, resistências e (re)existências

Feminismo camponês popular: integração de lutas

Peasant popular feminism: fight integration

 **Michela Katiúscia Calaça¹**

 https://doi.org/10.36920/esa31-1_st04

Resumo: As camponesas no Brasil e na América Latina têm construído nos últimos anos um conceito para falar sobre suas lutas e seu feminismo. O Feminismo Camponês Popular é uma construção das camponesas da América Latina e do Caribe. Entretanto, este artigo buscou apresentar seus elementos a partir do estudo da experiência no Brasil do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Os objetivos deste trabalho foram: refletir sobre a possibilidade de as mulheres construírem o feminismo a partir de diversas pautas de luta e não apenas as historicamente associadas à luta feminista e os desafios atuais desse processo, e, na medida em que se apresentam esses propósitos, procuramos analisar como esse feminismo reflete em conquistas além das mulheres. O

¹ Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). E-mail: michela.calaca@gmail.com.

conteúdo deste artigo é parte do que foi apresentado na tese de doutorado da autora, carregando consigo a metodologia por ela empregada no referido trabalho: a pesquisa participante, também a análise documental de atas de reuniões do MMC, reuniões das mulheres da Cloc (Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo), declarações de encontros e relatórios de eventos. O artigo tem como foco a construção realizada pelo MMC, entretanto, a intrínseca relação entre o MMC e a Cloc na construção do Feminismo Camponês Popular nos impele a traçar a trajetória de um trazer a outra. Como resultado, é possível afirmar que ser feministas para as camponesas foi um processo de conhecimento do feminismo e reconhecimento de si, mediado por várias lutas nem sempre reconhecidas socialmente como luta feminista.

Palavras-chave: organização; formação; luta; Feminismo Camponês Popular.

Abstract: In recent years, peasant women in Brazil and Latin America have created a concept to talk about their struggles and their feminism. While popular peasant feminism was constructed by peasant women in Latin America and the Caribbean, this article depicts its elements by examining the Peasant Women's Movement (Movimento de Mulheres Camponesas, MMC) in Brazil. Our objectives here are to reflect on whether women can build feminism through diverse agendas rather than only those historically associated with feminism and its current challenges, and to analyze how popular peasant feminism reflects achievements that extend beyond women. This article is derived from the author's doctoral dissertation, and utilizes the same methods, namely participatory research, documentary analysis of minutes from meetings of the MMC and of women participating in the Latin American Coordination of Rural Organizations (CLOC), meeting resolutions, and event reports. While the article focuses on the work of the MMC, the inherent relationship between the MMC and CLOC in establishing popular peasant feminism compels us to examine their trajectories together. We can affirm that for peasant women, being a feminist was a process of learning about feminism and recognizing oneself that was mediated by various struggles which were not always socially recognized as feminism.

Keywords: organization; formation; struggles; popular peasant feminism.

Introdução

“Es de la resistencia y lucha histórica de las mujeres del campo que se asienta en la génesis del Feminismo Campesino y Popular”. (CLOC, 2018a)

O Feminismo Camponês Popular tem sido o nome dado pelas camponesas que constroem a Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo (Cloc),² às lutas que travam como mulheres. O conceito surgiu, aproximadamente, em 2009-2010, em meio aos debates sobre se as lutas realizadas pelas camponesas eram feministas ou não. Durante esses debates em 2015, o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) no Brasil resolveu iniciar um processo organizado de discussão sobre o seu feminismo, promovendo diversas atividades internacionais, nacionais, estaduais e comunitárias para discutir o Feminismo Camponês Popular e sua pertinência na realidade camponesa brasileira, passando a partir de 2017 a usar com mais firmeza o conceito.

O MMC é um movimento auto-organizado de mulheres camponesas cujas participantes têm diversas identidades,³ e surgiu no processo de reorganização da esquerda no Brasil no final da ditadura, assim como diversos movimentos estaduais de mulheres trabalhadoras rurais e mulheres agricultoras. Ao longo de sua história de luta e organização, foi percebendo o limite de atuar apenas como uma articulação e se propôs a se transformar em um movimento nacional, reivindicando um nome que pudesse demarcar a diversidade do campesinato como classe que é parte da classe trabalhadora (CALAÇA, 2021; MMC, 2018).

Foram os encontros do MMC e os debates realizados nesses encontros e na construção do livro da Cloc (no prelo) que levou esta autora a optar por estudar o Feminismo Camponês Popular no decorrer do seu doutorado. Este artigo apresenta uma parte do conteúdo da tese (CALAÇA, 2021),⁴ realizada com base

2 A Cloc é uma organização que faz parte da Via Campesina. É o espaço onde as definições da Via Campesina Internacional na América Latina e no Caribe são tomadas, mas também é uma organização autônoma, com processos decisórios próprios e, inclusive, definições políticas diferentes da Via Campesina.

3 São pescadoras, trabalhadoras rurais, sem-terra, agricultoras familiares, assentadas da reforma agrária, indígenas, quilombolas, povos de matriz africana, atingidas por barragens, faxinalenses, entre inúmeras outros povos e comunidades tradicionais, com vários modos de vida.

4 Este artigo é uma análise sobre o trabalho de campo realizado nessa tese e buscou examinar resumidamente os elementos apresentados em seu Capítulo V. Assim, ele é a análise mais direta sobre a vivência e as análises dos

na metodologia da pesquisa participante (BRANDÃO; STRECK, 1981; BRANDÃO; BORGES, 2007), tendo em vista a impossibilidade de separação entre a militante e a pesquisadora/autora que, ao mesmo tempo que estudava, construía o que estudava, participando de espaços de reflexão e decisão política, como foi o caso da construção dos encontros do MMC e da Cloc que debateram o Feminismo Camponês Popular entre 2015 e 2021. A metodologia envolveu também análise documental de atas de reuniões do MMC e das mulheres da Cloc, declarações de encontros e relatórios de eventos das duas organizações, em especial, a Cartilha do Feminismo Camponês Popular (MMC, 2018), e dois livros lançados pelo MMC, durante o processo de debates sobre o seu feminismo (PULGA *et al.*, 2018; MEZADRI *et al.*, 2020). Também se beneficiou dos diversos espaços de formação e organização de que temos participado nos mais de 10 anos em que colaboramos para a construção do Movimento.

Há intrínseca relação entre o MMC e a Cloc na construção do Feminismo Camponês Popular, o que nos impele traçar a trajetória de uma organização à outra. O MMC é parte da Cloc e de La Via Campesina, estando na Articulação de Mulheres⁵ da Cloc desde o seu surgimento, ainda como Comissão de Mulheres em 1997 (CALAÇA, 2021, p. 301).

O artigo tem como objetivos refletir sobre a possibilidade de as mulheres construírem o feminismo a partir de diversas pautas de luta, e não apenas as historicamente associadas à luta feminista, e demonstrar os esforços recentes do MMC na construção permanente do Feminismo Camponês Popular. Na medida em que expomos esses dois objetivos, buscamos demonstrar que esse feminismo produz lutas e conquistas que vão além das mulheres camponesas, pois, ao lutar por seus direitos e pela natureza, conquistaram direitos não apenas para elas. Suas denúncias sobre a destruição da natureza e suas experiências em sua defesa apresentam-se como um interesse que transcende as mulheres.

documentos estudados para a tese. Seu arcabouço teórico mais expressivo se encontra nos Capítulos I, II e III, como: o debate sobre a inter-relação entre racismo, patriarcado e classe; sobre o debate do campesinato no Brasil e sobre a diversidade do feminismo. Este artigo, mesmo que não citado diretamente, carrega consigo todo esse arcabouço.

5 Instância da Cloc voltada ao fortalecimento da atuação das mulheres, responsável por animar as formações, assembleias e diversos processos voltados às mulheres internamente na Cloc.

A Cloc e o MMC são espaços nos quais a diversidade é a base que sustenta a sua força e o seu feminismo. Ela se expressa na construção do feminismo, de pautas e de modos de vida, e por isso seria mais complexo apresentarmos uma síntese como essa para toda a Cloc. Focar na experiência do MMC nos ajuda a colocar sobre bases concretas o Feminismo Camponês Popular, sem correr o risco de generalizar.

O artigo está dividido em duas seções. A primeira apresenta três exemplos concretos de lutas travadas pelas camponesas do MMC ao longo da sua história, mostrando a integração de várias pautas: luta por direitos trabalhistas para as camponesas; luta contra o deserto verde, expresso nos monocultivos de eucalipto; e a luta pela agroecologia, manifestada na defesa das sementes crioulas. A segunda seção, partindo das experiências tratadas na primeira e nos documentos analisados, busca apresentar elementos teórico/políticos que estruturam o Feminismo Camponês Popular. Os elementos trazidos foram sistematizados nos processos de debate desse feminismo desenvolvido no MMC e analisados ao longo da construção da tese (CALAÇA, 2021).

As lutas dão conteúdo teórico/político ao Feminismo Camponês Popular

As organizações no Brasil, na América Latina e no Caribe que constroem o Feminismo Camponês Popular partem de uma prática pública estruturada em um tripé: organização, formação e luta que se retroalimentam e são totalmente interligados na prática. Essa explicação é necessária para deixar nítido que, quando exemplificamos, tratamos, a seguir, de três lutas, que necessariamente estiveram ligadas a processos de formação e de organização das mulheres.

As camponesas têm sempre lembrado que o Feminismo Camponês Popular é uma construção permanente. Muitos elementos da sua realidade ainda não estão analisados tendo o feminismo como mediador, mas já é possível, no âmbito do MMC, apresentar algumas sínteses que demonstram que ele é parte intrínseca das lutas das camponesas.

Luta por direitos: a luta da Previdência dentro da Seguridade Social na constituinte de 1987

“A Luta pela Previdência, mexe com o agronegócio, mas também com os direitos das mulheres, mostra um feminismo classista”. (*Grupo 3 sobre feminismo no I Seminário Internacional FCP*)

A luta pelo reconhecimento (FRASER, 2006) como mulheres trabalhadoras rurais no surgimento do MMC era a ideia central que originou a organização naquele período. Contudo, essa pauta se mantém e se renova cotidianamente, seja pelos elementos da divisão sexual do trabalho (KERGOAT, 2009; CONTE; CALAÇA; TABORDA, 2020) que, no rural, atua como fundamento justificador de uma exploração do trabalho das mulheres, negando a elas a importância econômica, social e cultural de suas atividades, seja pelos diversos ataques que a Seguridade Social sofreu ao longo de sua história.

Essa luta, geralmente, é compreendida como enfrentamento de classe, pois é uma categoria de trabalhadoras que busca direitos, mas também é compreendida como uma luta que dialoga com a lógica do reconhecimento. Isto porque as camponesas sempre trabalharam nos diversos espaços da unidade de produção familiar e ainda vendendo a força de trabalho ao lado da família.⁶ Esse trabalho estava relegado à condição de ajuda a outra pessoa, geralmente, um homem, que era entendido como quem de fato trabalhava. No entanto, aos homens também faltavam os direitos conquistados pelos trabalhadores e trabalhadoras da cidade, o que demonstra que a conquista da condição de segurados e seguradas especiais da Previdência Social por esse público se configura uma conquista para homens e mulheres, mesmo que apenas as mulheres lutassem por ela.

As camponesas no Brasil, nos anos 1980, estavam formando grupos de mulheres em diferentes realidades estaduais. Havia grupos de mulheres cristãs ligados à Teologia da Libertação, grupos de mulheres nos sindicatos rurais e já existiam alguns movimentos de mulheres camponesas (com nomes diferentes),

⁶ Como apresentado em Calaça (2012), algumas camponesas trabalhavam nas fazendas de sua região, pois o pai negociava o trabalho de todas as pessoas da família e recebia o pagamento por esse trabalho.

que discutiam as propostas para a nova Constituição que atendessem às suas necessidades.

Essa luta enfrentava, no campesinato, uma resistência dos homens da liderança, que a entendiam como uma luta menor, “reformista”, “não estrutural”. Todavia, as camponesas sabiam o quanto trabalhavam na roça e em todos os espaços da unidade de produção, e como esse não reconhecimento tirava delas a oportunidade de uma vida mais autônoma e a possibilidade de acesso às políticas públicas para produção. Perceber que é o machismo como expressão do patriarcado (SAFFIOTI, 2004) que impede a visibilidade do trabalho das mulheres foi parte do processo de luta por direitos, possibilitada pela opção de se organizar em um espaço composto apenas por mulheres, ou seja, em um movimento auto-organizado.

Foi a luta das camponesas que levou a homens e mulheres do campo o direito à aposentadoria, ao auxílio-doença e a vários outros direitos trabalhistas já existentes nas cidades. O reconhecimento desses direitos permitiu que as camponesas lutassem por políticas públicas específicas para mulheres camponesas e conquistassem o direito à titulação conjunta da terra na reforma agrária, crédito específico, entre outras políticas públicas.

A conquista dos direitos trabalhistas para os trabalhadores rurais teve impacto concreto na luta de classe, pois os fazendeiros tiveram que pagá-los, o que dificultou a lógica de eles empregarem o homem e poder explorar o trabalho da família inteira, haja vista que todos e todas que trabalhavam em alguma fazenda precisavam ser registradas(os). Entretanto, teve também impacto direto na organização e na possibilidade de autonomia econômica das mulheres.

As conquistas da Constituição de 1988 levaram a uma constatação: as mulheres continuavam não tendo acesso aos direitos. Tendo em vista este fato, as camponesas se reuniram em articulação com outros movimentos e organizações feministas e também com mulheres camponesas de outros movimentos para lutar pela regulamentação de cada direito conquistado, em especial, a licença maternidade. Juntas, perceberam que existiam muitos relatos

de camponesas que não tinham nenhum tipo de documento, nem mesmo o registro de nascimento.

Essa realidade fez com que as camponesas organizadas em diversos movimentos, sindicatos e outras organizações promovessem uma Campanha Nacional para que as trabalhadoras rurais tivessem acesso aos documentos básicos como Certidão de Nascimento, Registro Geral e Cadastro de Pessoa Física.

A campanha, denominada “Nenhuma Trabalhadora Rural Sem Documento”, foi pensada, organizada e executada pelas camponesas que viajavam entre regiões e estados, conduzindo reuniões em vários lugares, paróquias, sindicatos e comunidades rurais. Algumas viajavam por semanas, outras iam para lugares mais perto de suas casas, mas todas tiveram que enfrentar os comentários machistas do marido, das vizinhas e vizinhos, o que tornava a ideia de autonomia e liberdade parte da luta pela documentação, pois percebiam como era permitido aos homens ir e vir sem questionamentos, mas às mulheres não.

A falta de documentação é, sem dúvida, a expressão da violência de classe que vive o rural brasileiro, mas é também a expressão do racismo (GONZALEZ, 1984; ALMEIDA, 2019) e do patriarcado (SAFFIOTI, 2004; DAVIS, 2016) que desumaniza as mulheres, particularmente, as mulheres negras, pois aos homens o direito de possuir documentos não era questionado, uma vez que, desde que tivessem condições financeiras, todos tinham acesso a documentos básicos, o que não ocorria com as mulheres. Essa campanha virou política pública em 2003, mas não teve mais orçamento direcionado a ela a partir de 2017.

Contra o deserto verde – ‘Ação como afirmação do feminismo’

Esta seção trata da ação de denúncia das mulheres da Via Campesina contra uma empresa produtora de eucalipto, realizada em 8 de março de 2006, durante o Fórum Social Mundial. Foram as mulheres que pensaram, organizaram, executaram essa ação. As notícias diziam que foi tudo organizado por um homem, e é o nome dele que aparece como o grande líder por trás daquela ação. No entanto, as fotos só mostram mulheres com os rostos cobertos por lenços, derrubando um viveiro de uma empresa que vinha acabando com a água em

vários lugares do país e que respondia na justiça por invasão de território indígena.

Não sabemos quem estava lá, mas sabemos que eram mulheres camponesas que, nesse 8 de março, lutavam contra uma empresa que lucrava causando prejuízo ambiental. A plantação de eucalipto é responsável por secar inúmeras fontes de água no Espírito Santo, no Rio Grande do Sul, e as mulheres camponesas, defensoras da agroecologia, que entendem a importância da água para manutenção dos diversos modos de vida, “se vingaram”. Enfrentaram o capital e o racismo que essa empresa representa, quando se posicionaram como representantes do progresso, colocando em risco os modos de vida inclusive dos indígenas. E, novamente, precisaram afirmar que as mulheres são capazes de construir e executar uma ação de luta sozinhas. Defender, internamente, nas organizações camponesas, a importância da ação foi uma confirmação da autonomia e liberdade das mulheres de lutar como querem e pelo que acham importante.

Nesta ação especificamente é possível compreender que lutar contra uma empresa que destrói a natureza, que se apropria de terras de povos tradicionais, é constitutivo de um feminismo que surge de mulheres que vivem no campo, na floresta e nas águas. Mas uma vez a luta das camponesas denuncia uma atividade predatória a todo o planeta e a humanidade, não apenas em relação à vida das mulheres, mesmo que sejam elas as que sofrem os piores impactos dessa destruição.

A defesa das sementes crioulas, da soberania alimentar e da agroecologia

Quando as feministas dizem que quando as mulheres constroem a agroecologia estão construindo o feminismo, ouvem de alguns homens: “defender a natureza, eu também defendo, então também sou feminista?” O termo agroecologia chegou ao Brasil e conseguiu empolgar um setor da esquerda ligado aos movimentos do campo, da floresta e das águas e um setor da assistência técnica e extensão rural que já se preocupava com os prejuízos ambientais da revolução verde, mas que entendia que essa questão não era

passível de ser resumida nas mudanças apenas tecnológicas da produção de alimentos.

Quando voltamos nosso olhar para as camponesas, elas se reconheceram nas propostas da agroecologia, seja porque por muito tempo tiveram que enfrentar os técnicos que diziam que o conhecimento delas era atrasado, que era preciso “modernizar”, seja porque aquelas sementes que elas ocultavam e plantavam em locais escondidos do quintal, agora alguém dizia e demonstrava que eram importantes. As camponesas foram, nas suas unidades de produção, as que lutaram contra a padronização. Seus quintais eram exemplos concretos dos efeitos que a diversidade de plantas e animais podiam fazer tanto em benefício da alimentação da família quanto da preservação da natureza.

Visibilizar a importância do trabalho produtivo das mulheres camponesas é denunciar a falsa dicotomia entre trabalho produtivo, reprodutivo e de cuidados, e demonstrar a sua relevância como elementos que fortalecem a luta das mulheres (FEDERICI, 2019, 2021).

A experiência de preservação e o resgate de sementes é uma prática das mulheres camponesas que tem passado de geração em geração e acontece em todos os países e em todas as organizações que compõem a Cloc. No MMC, foi o estado de Santa Catarina que primeiro, já em 2001, estruturou um programa de resgate de sementes, com ações de cunho organizativo e formativo. A experiência exitosa e o reconhecimento que essa era uma prática que ocorria em todos os estados onde o MMC estava organizado, levou o movimento a nacionalizar, em 2007, um processo organizativo de resgate de sementes,⁷ por meio da Campanha Nacional de Alimentação saudável. A respeito dessa campanha, escreveu Jalil (2009, p. 179):

Para as mulheres, a Campanha representa seu trabalho, seus saberes, seus conhecimentos, seus valores e suas verdades. Elas não só reconhecem a Campanha, elas se reconhecem nela, com ela e para ela; ao praticarem, ao construírem os bancos de sementes crioulas, ao trocarem sementes, ao plantarem as plantas medicinais, trocarem receitas e mudarem os hábitos

⁷ Em 2017, como resposta à crise econômica que na vida do povo se transforma em fome, o MMC converte esse processo na Campanha Nacional Sementes da Resistência: camponesas semeando esperança, tecendo transformação, como forma de ampliar o resgate de sementes e diminuir o impacto da fome nas comunidades em que o MMC está presente.

alimentares, elas resgatam, divulgam e fortalecem suas práticas milenares.

Para o MMC, a preservação das sementes tem uma importância em si mesma, pois é preservação da cultura, dos costumes alimentares e da natureza. Mas é também enfrentamento ao capitalismo, ao racismo e ao patriarcado.

O tema das sementes aparece ainda em todos os Seminários Internacionais que discutiram o Feminismo Camponês Popular. Como explicam Calaça, Seibert e Cinelli (2020):

Fica evidente, quando nos debruçamos sobre o trabalho de sementes realizado pelo MMC, que existe uma relação de ida e vinda, ou talvez complementariedade na ação, quando o movimento busca, a partir da experiência vivenciada pelas mulheres no seu cotidiano, da sua cultura e do seu modo de vida, trazer reflexões sobre as ligações entre essa realidade e os problemas gerados pelo sistema capitalista, patriarcal e racista, mas também como o entendimento sobre esse sistema possibilita que as camponesas superem tradições culturais que lhes aprisionam e construam saídas para as relações sociais que são tidas como naturais em suas vidas.

Como mostrou Catiane Cinelli (2012), ao estudar a construção do Programa de Sementes Crioulas do MMC, para as mulheres preservarem suas sementes foram necessárias muita luta e estratégias coletivas. Esse enfrentamento se expressa na luta pelo acesso à terra, ao crédito para produzir, às políticas públicas de comercialização, de assistência técnica específica para as mulheres e a auto-organização, conformando pontos essenciais para autonomia econômica das camponesas. Indo inclusive além delas, as inúmeras experiências com famílias camponesas têm mostrado que o trabalho das mulheres realmente beneficia toda a família, pois, quase sempre, elas investem todo o dinheiro que ganham para atender às necessidades das(os) filhas(os) e da casa, como demonstrado no estudo de Deere e León (2002).

A autonomia econômica não resolve muitos problemas colocados pela exploração, dominação e opressão que as mulheres sofrem, mas permite a visualização de saídas para situações que elas consideram graves. Assim, somente nesses três processos é possível apontar como conteúdo explícito

desse feminismo a luta de classes, a luta por direitos, a defesa da agroecologia, a luta pela soberania alimentar, pela necessidade de uma reforma agrária popular; no enfrentamento à violência contra as mulheres, a importância da auto-organização, entre outros conteúdos, que demonstram a complexidade de temas que são importantes para a construção da luta das camponesas, tornando a leitura do que é feminismo mais complexa do que é retratada majoritariamente.

O conteúdo teórico/político

Nosso leito histórico nos leva ao marxismo

O MMC tem como referência não só as diversas lutas de resistência e anticoloniais do nosso continente, como também as travadas pelas mulheres socialistas, comunistas, mas não apenas. As lutas das indígenas e quilombolas, que resistiram contra os colonizadores, pela sobrevivência do seu povo, de várias formas, são parte do que o MMC tem buscado construir como referência do seu feminismo. Mulheres que, independentemente do reconhecerem-se como feministas, muito contribuíram, com suas ações e reflexões, para a liberdade das mulheres. É assim que, no MMC, entendemos que as mulheres que construíram lutas de resistência e/ou as lutas revolucionárias são parte de um leito histórico, que é o que as camponesas querem resgatar. Essas lutas as levam a se reconhecer no marxismo criativo vivenciado, especialmente, na América Latina e Caribe, por Che Guevarra (HEREDIA, 1989) e José Carlos Mariátegui (MARIATEGUI, 2010), entre outros.

É possível perceber, na construção das lutas do MMC, que a transformação da realidade está no horizonte de todas as suas ações. Elas se entendem como parte da classe trabalhadora que está em luta para a construção de uma sociedade emancipada, sem classes, sem o patriarcado e sem o racismo. Se pensamos nas camponesas da base, elas não escrevem ou falam diretamente sobre Karl Marx, mas o conceito de luta de classes é percebido em todos os esforços. No início do movimento, as militantes mais velhas lembram: “nossa luta falava de gênero e classe”. Nesse sentido, o marxismo aparece como uma teoria revolucionária que se constrói analisando o mundo para transformar.

Algumas vezes o marxismo aparece com a teologia da libertação. Juntos, marxismo e teologia da libertação,⁸ para o Feminismo Camponês Popular são parte do método de transformação da realidade.

É necessário lutar e conquistar hoje mais direitos e igualdade substancial para as mulheres, para negras e negros, indígenas, como parte da construção do socialismo. Por isso, o Feminismo Camponês Popular tem como leito histórico a vida de várias lutadoras do povo.

Esse leito histórico tem muitas camponesas, inclusive todas aquelas que, mesmo não tendo conseguido se rebelar, resistiram da forma que puderam, no seu cotidiano. As camponesas do País Basco (*Euskal Herria*) diziam, no II Seminário Internacional: “somos netas das bruxas que não conseguiram queimar”;⁹ as do Brasil diziam: “somos filhas de Dandara”;¹⁰ as do Paraguai, afirmavam: “somos filhas da Índia Juliana”.¹¹ No MMC se estuda a vida e escritos de lutadoras como Rosa Luxemburgo, Clara Zetkin, Heleieth Saffioti, Nadesda Krupskaya, Zilda Xavier, Rose Marie Muraro, Ivone Gebara e Nancy Cardoso, Angela Davis, entre outras. Para o MMC, essas figuras, com sua militância e produção teórica, também são parte do seu leito histórico.

Auto-organização como princípio

O debate sobre auto-organização na Cloc, nem sempre é dos mais tranquilos. Alguns movimentos mistos (quanto ao gênero dos participantes) ainda apresentam dificuldades em reconhecer a importância de uma organização que luta pelos direitos das mulheres e, a partir dessa discussão, insere-se em diversas lutas que são importantes para mudar a vida das mulheres e da humanidade. Essa dificuldade de entendimento ainda guarda forte ligação com a ideia de uma luta de classes na qual o sujeito é genérico, não tem sexo nem raça, mesmo que

⁸ Sobre Teologia da libertação, ler: BOFF, Leonardo. *Do lugar do pobre*. Petrópolis: Vozes, 1984; e BOFF, Leonardo. *Teologia do cativo e da libertação*. Petrópolis: Vozes, 1980.

⁹ Na região que hoje é o País Basco, a partir da colonização espanhola, muitas mulheres camponesas foram acusadas de bruxas e perderam suas terras. Na região, o símbolo da bruxa tem sido lembrado como memória de luta das mulheres (informação recebida em um seminário sobre feminismo, agroecologia e soberania alimentar realizado em 2017, do qual a autora participou).

¹⁰ Dandara foi uma líder quilombola que as camponesas têm como símbolo de resistência e luta.

¹¹ A Índia Juliana lutou contra o domínio espanhol e foi esquartejada para ficar como exemplo do que aconteceria com os que se rebelassem. Essa é uma referência que as camponesas da Conamuri (articulação de mulheres camponesas e indígenas do Paraguai) trazem de luta.

isso não seja dito assim. Guarda também a ideia de que é preciso que a prioridade de um movimento seja uma pauta diretamente econômica, subordinando a política a uma análise restritiva do que é economia. Às vezes, falta o reconhecimento de que as demandas reais (objetivas) da vida da classe passam, necessariamente, por questões de raça/etnia e gênero (GONZALEZ, 1979; DAVIS, 2016).

Atualmente, a grande maioria das organizações da Cloc conta com algum tipo de espaço auto-organizado: secretaria de mulheres, setores de gênero, encontros de mulheres etc., mesmo que nem sempre seja nítido que esses espaços partem da mesma lógica que levou à existência de movimento auto-organizado de mulheres.

Para o Feminismo Camponês Popular, pensado a partir do MMC, a auto-organização é um princípio, um fundamento da luta das mulheres. Apenas organizadas em espaços só de mulheres torna-se possível enfrentar, com maior segurança, alguns debates sobre a vida das mulheres, assim como construir formas de melhor se colocarem nas lutas com os companheiros. O MMC não espera superar a realidade do capitalismo, patriarcado e racismo apenas entre as mulheres, mas entende que são necessários espaços em que elas possam se organizar, formarem-se e construírem-se como sujeito da história. Os espaços auto-organizados são também espaços de compreensão da teoria e da prática feministas, de superação de medos e inseguranças e fortalecimento político, no qual, sem a presença dos homens (que, historicamente, são os responsáveis por calar as mulheres), é mais fácil se colocar e falar sobre suas necessidades.

Não estamos dizendo que, nesse espaço, não existem diferenças, disputas, até mesmo desigualdades. Entretanto, a forma como as mulheres dentro de um mesmo movimento buscam se ouvir e se relacionar na política é diferente da forma como os homens, em geral, tratam as mulheres na luta política. Atualmente, o MMC enxerga que é pelo feminismo que iremos construir a sociedade justa que queremos.

Organização, formação e luta (unitária) como tripé¹²

O MMC é um movimento social popular sustentado a partir de um tripé que entende, primeiramente, a necessidade de um organizador coletivo, composto pelas camponesas, mas que está além delas, que tem, no entendimento e acordos coletivos construídos em reuniões, encontros, congressos etc., sua força, e cujos objetivos não são pessoais ou privados, mas da organização. O movimento é esse organizador coletivo, que busca ser o lugar onde as camponesas ampliem suas forças para travar as lutas.

Um dos elementos que o estudo do Feminismo Camponês Popular traz à reflexão sobre o sujeito da revolução¹³ é o debate quanto à organização. Para o MMC, ficou evidente o papel que tem a organização (movimento, frente, partido etc.) em formar uma consciência crítica, permitir que pessoas que parecem tão diferentes se vejam em outra do mesmo espaço organizado, e ampliar as forças em qualquer ação. A organização (mesmo as de esquerda, mesmo as mais revolucionárias) não é um espaço sem contradições, sem disputas, muito pelo contrário, mas é em coletivo no qual os limites individuais podem ser superados.

Percebemos que não é ser operário, camponês, mulher, homem, negro, negra, indígena, ser o que quer que sejamos, que nos atribui, naturalmente, um papel revolucionário para mudar o estado explorador, dominador e opressor das coisas. Óbvio que essas condições nos trazem elementos concretos, a partir das experiências vividas, que podem ser os primeiros fundamentos da transformação, mas é na organização que as e os diferentes sujeitos se juntam e podem construir a transformação. Parece-nos que, sem a organização, somos todos sacos de batatas.

As camponesas da Cloc e do MMC vivenciam a luta de resistência e de construção todos os dias, mas é em suas organizações que elas afinam a leitura da realidade, por meio da formação, dos debates, das lutas, das reuniões, dos

¹² Existe uma relação complementar entre as lutas, a organização e a formação. Pensá-las de forma separada é apenas um instrumento didático.

¹³ Esse debate faz referência àqueles travados no âmbito da esquerda marxista no mundo e também no Brasil, sobre o responsável pela construção da revolução ser a classe trabalhadora de cada país, muitas vezes entendida como o trabalhador apenas fabril (uso só o masculino, porque a eles se resumia). Compreende-se, com o estudo do Feminismo Camponês Popular, que a classe trabalhadora é, como apontam Ricardo Antunes (ANTUNES, 1999) e Marcelo Badaró Mattos (MATTOS, 2019), a classe que vive do trabalho.

intercâmbios, e é por intermédio da organização que elas vão construir as lutas de transformação.

A formação, por sua vez, é uma maneira de estabelecer unidade de pensamento, de análise, criar sínteses comuns, a partir da divergência. Para o MMC, a formação não parte da ideia de que alguns sabem e irão passar o conhecimento, mas, sim, da lógica do diálogo, uma prática pedagógica fundamentada em Paulo Freire (1967), na qual a troca pedagógica e a busca da transformação social fazem parte de um mesmo processo. A formação no MMC se dá de diversas formas, desde a elaboração de materiais pedagógicos (cadernos, cartilhas, livros) até a realização de cursos, intercâmbios, participação das militantes em cursos de outras organizações, ou trazendo intelectuais parceiras(os) para debaterem temas de interesse das camponesas, assim como no próprio processo de lutas e organização, que vão ensinando um modo de fazer política e de ser. A formação procura sistematizar, coletivamente, o conhecimento, para potencializar as formas para conduzir melhor as ações.

A construção do feminismo no MMC foi sendo realizada tendo como base as lutas por direitos e transformações, como demonstrado anteriormente. Essas lutas e análises políticas levaram as camponesas a montarem organizações locais, estaduais e depois pensarem na importância de ter abrangência nacional. A compreensão de que apenas a luta pode mudar a vida das camponesas para melhor é o motor desse movimento.

A luta no MMC carrega o elemento da unidade como condição de existência e resistência dos povos. O entendimento do MMC sobre a unidade dá conta de pensá-la como uma necessidade e como uma perspectiva de modo de lutar. A luta feminista, para transformar o mundo e a vida das mulheres, não pode ser construída em uma só organização. Nesse sentido, o MMC tem sempre buscado construir, com outras organizações feministas e com mulheres de organizações mistas, as lutas de interesses das mulheres da classe trabalhadora.

Outro campo importante de unidade é a própria Cloc e *La Via Campesina*, nas quais os debates sobre a questão da terra e território são centrais e a unidade se dá na luta pela construção da soberania alimentar e da autonomia dos

camponeses e camponesas. Nessa unidade construímos o que hoje chamamos de Feminismo Camponês Popular.

Outro espaço importante de articulação entre trabalhadoras(es) do campo, da floresta, das águas e da cidade, que o MMC constrói como estratégia de transformação da realidade, é o campo do Projeto Popular e a Frente Brasil Popular.

A importância da unidade não esconde seus desafios, ela não pode invisibilizar a diversidade. As diferenças são como forças que se juntam e dão unidade a um projeto comum de transformação que, justamente por ser diverso, procura fazer com que umas se reconheçam nas outras, mas não escondam ninguém.

Enfrentamento ao racismo

O MMC aparece para muitos olhares externos como sendo um movimento de mulheres brancas. Ele não é assim, pois a diversidade étnico-racial, característica marcante do campesinato brasileiro, também se expressa no MMC. Contudo, não se pode negar que o movimento tem uma direção cuja maioria é composta por mulheres brancas e que parte importante da história do movimento foi registrada e contada por mulheres camponesas brancas, majoritariamente da Região Sul. O risco da naturalização da ausência ou presença reduzida de negras e indígenas em espaços de decisão tem sido tema de discussões internas, pois não é mais possível apenas atribuir essa situação a uma expressão do racismo estrutural, sem buscar estratégias reais para mudar essa situação.

Uma das perguntas que o MMC tem procurado responder é: como é possível romper as barreiras que o racismo estrutural impõe às mulheres negras de forma geral e, de forma mais aprofundada, às camponesas negras ou indígenas, no sentido de facilitar a sua participação política?

Desde o seu surgimento como movimento nacional, a valorização das diferenças regionais, culturais e étnico/raciais é debatida no MMC. Uma forma de expressar tais diferenças é o próprio símbolo do movimento, no qual encontra-se uma mulher negra, uma indígena e uma branca, com sua produção,

ferramentas de trabalho e a criança no colo. A valorização dos saberes indígenas, quilombolas, negros; a valorização de suas lutas, história e culturas; de suas crenças e modos de vida são as bases da construção do Feminismo Camponês Popular no MMC. Essa valorização está no leito histórico que o movimento reivindica e pelo qual se apresenta, em especial, nas opções de prioridade na construção de unidade que é a Cloc/Via Campesina. A Cloc é indígena e negra.

Reconhecer, valorizar e se pautar na diversidade cultural e étnico-racial não é a mesma coisa que debater o racismo. Essas ações até podem ser consideradas como formas de enfrentar o racismo, pois, ao dar valor à diversidade, combatem-se os preconceitos. Mas o racismo é mais que preconceito, e é preciso compreendê-lo para combatê-lo melhor. Esse debate e estudo tão necessários sobre o racismo têm começado nos últimos anos de modo mais estruturado, com a discussão em torno do feminismo que o MMC constrói. As reflexões sobre o racismo e sua superação ocorrem a partir dos esforços do movimento para compreender melhor a sociedade brasileira. Hoje, é consenso no MMC que existe uma imbricação indissociável entre o capitalismo, o patriarcado e o racismo, e que o combate a esses sistemas é a única forma de colocar “em pé” o projeto de uma sociedade justa, igualitária e com relações harmônicas com a natureza, que o MMC defende.

Saúde e defesa da vida

A saúde, pensada a partir da lógica camponesa, guarda uma relação direta com a agroecologia, a soberania alimentar e a defesa do território e da natureza. Os ataques feitos ao território, por meio do veneno usado nas grandes plantações que cercam as unidades de produção camponesa, ou da expulsão dos camponeses da terra pelo agronegócio, hidronegócio, mineradoras e diversos outros sujeitos que enxergam a terra apenas como reserva de valor ou gerador de lucro, são ataques à saúde dos povos do campo, das florestas e das águas. Eles são vivenciados na perda do território, mas também, no corpo, com as diversas formas de violência usadas em uma investida ao território, na fome que vem como consequência dela e nas mortes.

Sentir na pele esse debate de saúde mais amplo coloca as camponesas numa luta por saúde também mais ampliada, que aparece expressa na luta pela Seguridade Social, que tem como pilares: assistência social, saúde e previdência.¹⁴ De forma mais precisa, a luta das camponesas pela saúde está no combate aos agrotóxicos, na construção da agroecologia, na defesa do território, na defesa do Sistema Único de Saúde (SUS), e na luta para que o SUS incorpore conhecimentos populares em diálogo com a ciência e se amplie ainda mais. A luta pela saúde também se expressa na busca por entender o funcionamento do corpo das mulheres e, inclusive, pelo reconhecimento do seu trabalho, pois o excesso de trabalho na vida delas também produz adoecimento. Diante disso, os materiais que debatem saúde no MMC não podem ser resumidos apenas aos materiais que trazem esse tema nos seus títulos.

Em 2008, o MMC lançou a cartilha “Gênero, sexualidade e direitos da mulher”, objetivando enfrentar os debates que surgiam a partir da vida e das violências vivenciadas pelas camponesas do movimento. Seu intuito era ampliar as discussões sobre o tema a partir de novos encontros. Essa cartilha tinha uma proposta de encontro e debates sobre os temas da sexualidade, das relações de gênero e dos direitos das mulheres, como forma de propiciar espaços nos quais elas se sentissem à vontade para abordar suas questões sobre um tema que, nas famílias, é tido como algo privado, mas que é responsável por vários tipos de violências e abusos na vida delas.

Encontramos nos documentos históricos (MMC, 2021) vários materiais que tratavam sobre conhecimento do corpo das mulheres e relatos de debates sobre violência sexual contra mulheres e meninas. Esses temas estão presentes em todos os espaços do MMC, seja no plenário de um evento, realizado a partir de uma programação, seja nos corredores ou nos quartos, a partir da conversa entre companheiras.

Pensar a saúde das camponesas é pensar esses vários elementos entre terra, território, natureza e corpo. Por isso, as camponesas chegam à síntese de que quem ataca a vida das mulheres e da natureza compromete a própria vida

¹⁴ Esta, inclusive, é a definição de Seguridade Social (ainda) adotada pela Constituição de 1988, em seu artigo 194: “A Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.”

humana. Em 2008, o movimento lançou a cartilha “Mulheres camponesas em defesa da vida” (MMC, 2008a). O lema “Em defesa da vida”, levantado pelo MMC, sofreu muitos tipos de ataques (diretos e indiretos) por parte do movimento feminista, majoritariamente urbano. Havia um certo preconceito e desconfiança, pois essa era a justificativa falsamente usada pelas mulheres conservadoras ao se contrapor ao direito ao aborto. Mas ao longo das lutas conjuntas e com a aproximação do movimento feminista das lutas ambientais, tão caras às camponesas, percebe-se que a luta das mulheres feministas é que de fato representa a luta pela vida, em defesa da vida das mulheres, que se expressa de várias formas: luta por vida digna, com direitos, com respeito à natureza. Hoje as feministas que também são agroecológicas ou ambientalistas entendem que a luta pela vida é a luta das mulheres.

A luta pela saúde é também a defesa da natureza, como elemento fundamental da vida, bem como a luta contra as desigualdades, que levam à pobreza e à morte (MMC, 2008b; PULGA *et al.*, 2018). Portanto, a defesa da vida precisa ser o fundamento da luta socialista, pois o capitalismo mata todos os dias a natureza e as pessoas – morticínio que se dá por muitos motivos, em especial, pela condição de gênero (ser mulher), sexualidade e de raça (não ser branco(a)).

O MMC pensa a saúde de forma integral, buscando refletir sobre as origens da subordinação das mulheres e, ao mesmo tempo, reivindicando a valorização dos seus saberes. A vida e a saúde estão na produção do alimento saudável, no resgate das sementes, na agroecologia, na defesa do SUS, no direito das mulheres de serem quem quiserem. Ou seja, no MMC, a saúde é pensada a partir do fortalecimento do corpo, do psicológico, do território e da preservação da natureza.

Luta por viver livre de violência

Algumas autoras são centrais para compreendermos como o MMC enfrenta o debate sobre violência: Carmen Lorenzoni (2005), com seu trabalho intitulado “A violência nas relações de gênero e classe: uma interpretação a partir das Mulheres Camponesas do Rio Grande do Sul”; a publicação coletiva: *Chega de*

violência contra a mulher: rompendo o silêncio em defesa da vida de Lorenzoni *et al.* (2008); Sandra Marli Rodrigues (2012) com sua monografia: “O processo de superação da violência contra a mulher: direitos, renda e autonomia”; e Isis Táboas (2014): “Viver sem violência doméstica e familiar: a práxis feminista do Movimento de Mulheres Camponesas”, dissertação adaptada para livro (TÁBOAS, 2018).

As duas primeiras autoras estudam situações específicas do processo de enfrentamento à violência, a partir do trabalho do MMC, enquanto Ísis Táboas (2018) consegue apresentar as sínteses desse debate sob um olhar nacional.

A realidade vivenciada pelas camponesas é, em geral, muito dura. A violência faz parte da vida delas desde muito cedo. Michela Calaça (2012, p. 74) faz referência a essa realidade ao observar que, mesmo que o tema violência não fizesse parte das questões levantadas em sua pesquisa sobre a contribuição da agroecologia para autonomia das camponesas, das 37 (trinta e sete) camponesas entrevistadas, 18 (dezoito) relataram casos de violência perpetrada contra elas por maridos e pais. E essa realidade, como tem demonstrado a campanha da Via Campesina, Basta de Violência contra as Mulheres, pode ser estendida para outras áreas rurais.

O enfrentamento à violência, como princípio, vem da constatação de que, enquanto houver mulheres morrendo, apanhando, sendo humilhadas pelo fato de serem mulheres, estão entre as tarefas primordiais do feminismo denunciar, combater e organizar mulheres para que elas se fortaleçam e saiam dessas situações. Essas ações políticas também contribuem para que a violência contra as mulheres deixe de ser entendida como natural e que elas construam, na auto-organização, na busca por autonomia econômica, políticas de Estados de enfrentamento à violência contra as mulheres, saídas para essas situações.

Em 2008, o MMC promoveu um Encontro Nacional em Brasília com o tema “Na sociedade que a gente quer, basta de violência contra mulher!”, que marcou a defesa da vida das mulheres como estratégia do projeto de agricultura camponesa, feminista e agroecológico defendido pelo MMC.

Participação política das mulheres (nas organizações, nos partidos, na vida institucional)

Para as camponesas que já tiveram seu direito de serem reconhecidas como trabalhadoras negado (sequer podiam se sindicalizar), a participação nas comunidades eclesiais de base (CEBs) foi um elemento de impulso para a entrada na política. A Teologia da Libertação, paradigma em que se fundavam as CEBs, tinha como motes de reflexão e ação a interpretação dos evangelhos em favor dos pobres, de justiça para todos e o empenho para a libertação dos pobres na terra. Contribuiu muito para a participação política das camponesas.

A necessidade de construir um movimento de camponesas é a expressão dessa luta por participação, que buscava extrapolar a instância da comunidade eclesial. Muitas camponesas que construíram e constroem o MMC também participavam de outras organizações, nas lutas sindicais, pela terra, pelo direito dos atingidos e atingidas por barragens. Todavia, sentiam a necessidade de um espaço que fortalecesse sua atuação nos espaços mistos.

As mulheres camponesas enfrentam as dificuldades de participação política como um elemento de reflexão e luta para o movimento. O MMC defende que as mulheres em geral, e as camponesas em particular, devem estar representadas em todos os espaços da política. Nesse sentido, a luta institucional também é debatida e vista como uma tática importante na busca de avançar na liberdade e autonomia, procurando influenciar a vida de mulheres, além das organizadas no movimento. O MMC ao longo de sua história teve candidatas a diversos cargos eletivos diferentes, algumas das quais se elegeram.

O Feminismo Camponês Popular surgiu da junção de muitas camponesas que têm ampla participação política em seus países: mulheres que representam outras mulheres que, às vezes, nunca saíram de suas comunidades; mulheres que viajam o mundo lutando para que todas possam participar da construção do seu próprio destino. Esse feminismo constrói seu sentido quando as mulheres participam das lutas, das direções das ações e das organizações, da construção coletiva das formas de pensar e dos projetos dos movimentos. Desse modo, a estrutura organizativa do MMC sai das bases, como as raízes que

sustentam uma planta, passa pelas coordenações municipais e estaduais, como o caule que dá o formato e a estrutura dessa planta, e termina com uma coordenação e direção nacionais, que são a copa. Muitas vezes, essas duas estruturas, que estão mais distantes do solo, são as mais vistas na participação, mas elas só existem e ficam em pé porque as raízes existem e as sustentam. Mas, diferentemente das plantas, no MMC, as raízes viram caule, que vira copa, e a copa volta a ser raiz – essa alternância de lugares revigora e fortalece o MMC, que dá frutos e sementes que também vivenciarão as fases de raízes, caule, copa.

Luta LGBTQIA+

O debate LGBTQIA+ e de sexualidade chegou no MMC com força nos últimos quatro ou cinco anos, protagonizado pelas jovens. A existência de mulheres lésbicas e bissexuais no MMC não era uma questão visibilizada, nem a sexualidade era um tema tratado de forma direta, pareciam permanecer na esfera do privado. Pensamos que a não visibilidade das mulheres lésbicas no MMC causava-lhes imensa dor e impedia que o movimento avançasse na compreensão da vida e do corpo delas, de forma mais complexa e menos naturalizada.

Antes de iniciar esse debate de maneira mais direta no MMC, existiam (e, mesmo que em menor quantidade, ainda existem) militantes do movimento que apresentavam dificuldades com o tema, em muitos sentidos: da LGBTQIA+fobia em si, passando por incompreensões, medos diversos, às vezes, medo até de se reconhecer. Não há como negar que a religiosidade podia ser um elemento que reforçava a mencionada prática, mas, ao mesmo tempo, algumas das camponesas muito religiosas foram responsáveis pelas maiores situações de acolhimento e ajuda que companheiras lésbicas e bissexuais já vivenciaram no MMC.

Nos últimos anos, as companheiras lésbicas e bissexuais do MMC conversaram entre si e foram descobrindo que a luta por liberdade e pela vida das mulheres travada no MMC precisava debater mais esse elemento. Passaram a se colocar, pautar o tema nos espaços do movimento, tirar a conversa do corredor ou da hora cultural e trazer para o centro da plenária. Em 2017, foi

montado, de forma “não oficial”,¹⁵ um coletivo LGBTI+.¹⁶ Em 2019, as organizadoras do coletivo fizeram a primeira formação sobre o tema, no encontro de jovens, realizado em Brasília. As sensações eram muitas: medos e felicidades se misturavam, mas ele aconteceu e deu abertura a inúmeros depoimentos fortes, cheios de amor e dor, mas dispostos a contribuir para luta de transformação da sociedade em um lugar sem LGBTQIA+fobia.

Estava criado oficialmente, após esse encontro, o primeiro coletivo LGBTI+ do MMC. As componentes se deram a tarefa de colocar a pauta LGBTI+ no movimento a partir da formação e das lutas, ajudando todo o MMC a avançar na pauta. Em junho de 2020, mês da visibilidade LGBTQIA+, foi lançada a primeira cartilha: *Feminismo Camponês Popular na Luta Contra a LGBTQIA+fobia* (MMC, 2020) e um vídeo¹⁷ do MMC sobre o tema.

O exemplo do coletivo LGBTI+ do MMC passou a orientar a nova estrutura organizativa, que tem estruturado a divisão de tarefas, desde o final de 2020, por coletivos.

Mística

A mística é um diálogo direto entre o objetivo e o subjetivo. Na forma como a mística é vista pelo MMC, ela é mais que uma apresentação artística e cultural, que acontece nos inícios e finais das atividades. Mas ela é também conteúdo teórico/político do Feminismo Camponês Popular, é um certo sentir a luta, as vivências, as histórias e as construções cotidianas. Esse sentimento não está no ato que se costuma chamar de mística, mas está no próprio sentido da organização, formação e luta camponesas.

Na V Conferência Internacional da Via Campesina, realizada em 2008, em Maputo, Moçambique, Ademar Bogo, do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST)/Brasil, falou sobre a mística: “aqui, a mística é a própria existência. Nasce da vida, das formas de trabalhar, se organizar, conviver, lutar etc.”

¹⁵ Nessa época, não havia a adoção oficial, pelo MMC, de coletivos internos como instâncias do movimento. O coletivo LGBTI+ começou, como outros coletivos temáticos, organizado de modo espontâneo pelas companheiras.

¹⁶ Mesmo não existindo homens gays no MMC, foi mantido o G, porque o coletivo achou importante incluir as mães que têm filhos gays. Na Via Campesina e no MMC não tem sido usada a letra Q, por entender que o Q representa uma teoria e não uma identidade de gênero.

¹⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-LrFDHr2jzA>. Acesso em: 12 jul. 2020.

(BOGO, 2008, p. 3). Mais à frente, o autor conclui dizendo que “a mística é o calor que o ânimo precisa para continuar quente” (BOGO, 2008, p. 5).

No sentido amplo, a mística se coloca como uma expressão da força das lutadoras de ontem e de hoje, e de motivação que, muitas vezes, parece não ter sentido, mas que recebe esse sentido da própria luta por libertação. Segundo Adriana Mezadri, Justina Cima, Sirlei Gaspareto e Vanderléia Pluga (MEZADRI *et al.*, 2020, p. 174), “a mística de libertação exige uma coerência entre as convicções e a ação e se manifesta na vivência de novas formas de encarar a realidade”. As autoras defendem que os símbolos escolhidos pelo movimento carregam sua mística. Entendem que essa mística se expressa na bandeira, como síntese dos elementos que constituem o MMC, na cor lilás, que compartilha com as outras feministas, ou no chapéu de palha, típico símbolo do trabalho na roça em diversas regiões do Brasil.

Todavia, também é importante comentarmos esse momento de reflexão que as organizações chamam de mística, que contém formas de falar, apresentar ou de sentir a luta, diferente dos debates, dos estudos, e que pode ser realizado antes de começar as atividades e no seu encerramento. São momentos cheios de arte: pode ser teatro, dança, declamações, *slams*, poema, cordel, e muitas outras formas. Todas se juntam no tripé apresentando anteriormente.

Ernesto Che Guevara falava que todo revolucionário é movido por um enorme sentimento de amor. Pensamos que o lugar em que isso fica mais evidente na luta camponesa é na mística, tanto no seu ritual, que abre ou fecha os momentos de atividades, quanto pensada e sentida de forma mais ampla, que é o que lhe dá sentido. Na/com a mística, sentimento anda ao lado da racionalidade. Ela traz os elementos da luta camponesa: sementes, soberania, diversidade produtiva, feminismo. Ajuda as organizações a olharem para trás, não com saudosismos, mas como impulso para um salto maior à frente. A mística resgata o ontem para hoje e, assim, construímos o amanhã que queremos, pois, ela tem força de luta, cheiro de transformação.

Considerações finais

O surgimento do Feminismo Camponês Popular tem muitas fontes. Fontes de luta de resistência, das experiências organizativas e dos processos de formação. Mas o principal fator, que é importante destacar, é que ele está aberto e em construção. Afinal, na medida em que as camponesas da Cloc constroem a história, vão também construindo seu feminismo. Como ainda é importante destacar a inter-relação entre organização, formação e lutas, pois no processo da Cloc e do MMC esses três elementos de retroalimentam. Cabe também ressaltar que o Feminismo Camponês Popular não pertence a apenas uma organização: é fruto do diálogo, da construção coletiva que, para ser feita, demanda também processos internos que sempre sofrem influência dos processos coletivos externos.

Outra questão que se apresenta nos elementos trazidos na construção do Feminismo Camponês Popular é o porquê chamar as lutas por sementes, em defesa do território, pela reforma agrária, pela agroecologia, entre outras feitas pelas mulheres camponesas, de luta feminista? Talvez essa pergunta seja o principal elemento que pretendíamos demonstrar neste artigo. Vários estudos¹⁸ têm demonstrado que as mulheres camponesas conseguem travar a luta feminista e construir um processo de consciência feminista (ÁLVARO, 2013) na medida em que se organizam, saem de casa e protagonizam diversas lutas, não apenas aquelas que são historicamente identificadas como feministas.

Esses estudos e a própria construção do MMC e da Cloc demonstram que a luta das mulheres demanda diversos níveis de enfrentamento do lugar destinado a elas pelo patriarcado. Elas precisaram enfrentar os discursos científicos e de autoridade dos técnicos e técnicas que diziam que o conhecimento delas não era válido; dos companheiros que, muitas vezes, em nome de uma visão comercial, queria “modernizar” sua produção; das suas comunidades que questionavam o porquê de essa mulher não parar mais em casa. As lutas enfrentadas por mulheres são sempre agravadas pelo patriarcado e, as das mulheres indígenas ou negras, pelo racismo, fazendo com que sua construção vá se consolidando como uma luta feminista antirracista. Esse é o

¹⁸ JALIL, 2009; CINELLI, 2012; CALAÇA, 2012; ÁLVARO, 2013; BONI, 2017; CALAÇA; SEIBERT, 2017; CALAÇA; CONTE; CINELLI, 2018; GASPARETO, 2018; CALAÇA; SEIBERT; CINELLI, 2020; SANTOS; BETTO, 2021.

sentido principal desse artigo: tirar a análise sobre o feminismo de um certo olhar específico e trazer o feminismo como expressão, resultado e construção das lutas travadas pelas camponesas.

Percebemos a cada pauta e luta das camponesas que acompanhamos, seja no Brasil ou na América Latina, que elas sempre precisam provar que estão certas. Suas análises, a princípio, são sempre questionadas, sempre colocadas em dúvida, mas foram as camponesas que disseram que a Soberania Alimentar era primordial para a conquista da segurança alimentar e nutricional; foram elas que, aqui no Brasil, primeiro colocaram a importância estratégica para a classe trabalhadora do debate sobre alimentação saudável, quando alguns ainda acusavam-na de ser uma pauta de classe média e não percebiam que alimento saudável carrega cultura, reforma agrária, unidade do campo, floresta e água com a cidade.

Na medida em que demandam um processo coletivo de organização, as lutas das camponesas faz com as mulheres se reconheçam nos seus dilemas e violências cotidianas, também nas suas forças e vitórias, assumindo protagonismos antes difíceis de serem vistos. Compreendemos que a luta feminista surge e acontece a partir do que é pauta da vida das mulheres, e essa pauta se diversifica a partir da realidade que cada uma vive, mas podem se apresentar de forma genérica como uma construção de autonomia e liberdade. Autonomia e liberdade essas que têm diversos parâmetros. Nesse sentido, essa luta pode ser iniciada por inúmeras demandas, pois, na diversidade do que é ser mulher, o primeiro passo pode ser a necessidade de ter acesso à terra ou o direito à educação, ao trabalho, ou ao trabalho com o direito, pois sempre trabalhou, em defesa do seu território e modo de vida. Seja qual for a luta, ela vai colocar essa mulher em uma nova condição política e pessoal.

Das experiências apresentadas na primeira seção deste artigo, dois processos são fundamentais ao reconhecimento como feministas: a formação que vai estudar a luta das mulheres ao longo da história e, nesse sentido, conhecer e se reconhecer nas lutas feministas; e as lutas travadas com as mulheres que já se consideram feministas, haja vista que as lutas conjuntas entre o movimento feminista e as mulheres do movimento camponês foram também formadoras

dessa consciência feminista que hoje se denomina Feminismo Camponês Popular.

É importante destacar que o Feminismo Camponês Popular não é um somatório dessas lutas, como também não é uma vertente, mas é a expressão cotidiana das lutas camponesas enfrentadas pelas mulheres, o que o torna mais complexo do que um simples somar de lutas, que podem inclusive ter outros nomes em outras realidades vivenciadas pelas camponesas da América Latina e Caribe.

Referencias

- ALMEIDA, Sílvio. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen, 2019.
- ÁLVARO, Mirla Cisne. *Feminismo, luta de classes e consciência militante feminista no Brasil*. 2013. 408 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/15881>. Acesso em: 19 set. 2022.
- ANAMURI – Asociación Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas. *Hacia la construcción del feminismo campesino y popular*. Santiago: ANAMURI, 2015.
- BOGO, Ademar. A mística: parte da vida e da luta. In: V Conferência Internacional da Via Campesina, 5., Maputo, 2008. *Anais...* Maputo: Via Campesina, 2008.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues; BORGES, Maristela Correa. A pesquisa participante: um momento da educação popular. *Revista de Educação Popular*, Uberlândia, v. 6, n. 1, p. 51-62, 2007. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/19988>. Acesso em: 10 out. 2022.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo (Orgs.). *Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- BONI, Valdete. O feminismo chegou ao campo: apontamentos sobre um feminismo camponês. In: MUNDOS DE MULHERES, 13., Florianópolis, 2017. *Anais...* Florianópolis: UFSC, 2017.

- CALAÇA, Michela. *O feminismo camponês popular: resistência e revolução*. 2021. 452 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2021.
- CALAÇA, Michela. *Rompendo a cerca do isolamento: as relações entre a agroecologia e as questões de gênero*. 2012. 185 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.
- CALAÇA, Michele; CONTE, Isaura Isabel; CINELLI, Catiane. Feminismo camponês e popular: uma história de construções coletivas. *Revista Brasileira de Educação do Campo*, Tocantinópolis, v. 3, n. 4, p. 1156-1183, 2018. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/campo/article/view/4993>. Acesso em: 25 out. 2023.
- CALAÇA, Michele; SEIBERT, Iridiane. Aproximações teórico/políticas entre a agroecologia e o feminismo camponês popular do MMC. *In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE AGROECOLOGIA*, 6., Brasília, 2017. *Anais...* Brasília: ABA, 2017. Disponível em: <http://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/501>. Acesso em: 20 maio 2020.
- CALAÇA, Michela; SEIBERT, Iridiane; CINELLI, Catiane. Sementes da resistência na construção cotidiana do Feminismo Camponês e Popular. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA*, 11., São Cristóvão, 2020. *Anais...* Brasília: ABA, 2020. <http://cadernos.aba-agroecologia.org.br/index.php/cadernos/article/view/4514/3262>. Acesso em: 23 dez. 2020.
- CINELLI, Catiane. *Programa de sementes crioulas de hortaliças: experiência e identidades no movimento de mulheres camponesas*. 2012. 113 f. Dissertação (Mestrado em Educação nas Ciências) – Pós-graduação em Educação nas Ciências, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2012. Disponível em: <https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/handle/123456789/752?show=full>. Acesso em: 9 set. 2022.
- CINELLI, Catiane; MEZADRI, Adriana. *A construção do feminismo no Movimento de Mulheres Camponesas*. Chapecó: ANMC, 2014.
- CONTE, Isaura; CALAÇA, Michela; TABORDA, Noeli. Divisão sexual do trabalho. *In: MEZADRI, Adriana et al. Feminismo camponês popular: experiências e reflexões a partir do movimento de mulheres camponesas*. São Paulo: Expressão Popular, 2020. p. 123-132.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FEDERICI, Silvia. *O patriarcado do salário*. Volume 1. São Paulo: Boitempo, 2021.

- FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Elefante, 2019.
- FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. *Cadernos de Campo*, São Paulo, n. 14/15, p. 1-382, 2006.
- FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- GASPARETO, Sirlei Antoninha Kroth. *Pedagogia da sementeira: a construção de saberes pelo Movimento de Mulheres Camponesas no programa de sementes crioulas*. São Paulo: Dialogar, 2018.
- GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (Orgs.). *Lélia Gonzalez: Por um feminismo afro latino americano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020a [1979]. p. 49-64.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura do Brasileira. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (Orgs.). *Lélia Gonzalez: Por um feminismo afro latino americano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020b [1984]. p. 75-93.
- HEREDIA, Fernando Martínez. *El Che y el socialismo*. Havana: Casa de las Américas, 1989.
- JALIL, Laeticia Medeiros. *Mulheres e soberania alimentar: a luta para a transformação do meio rural brasileiro*. 2009. 197 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <https://tede.ufrj.br/jspui/handle/jspui/1241>. Acesso em: 5 out. 2022.
- KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena *et al.* (Orgs.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Unesp, 2009.
- LORENZONI, Carmen. *A violência nas relações de gênero e classe: uma interpretação a partir das Mulheres Camponesas do Rio Grande do Sul*. 2005. 79 f – Trabalho de conclusão de curso (Especialização) – Estudos Latino-Americanos, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2005.
- LORENZONI, Carmen *et al.* *Chega de violência contra a mulher: rompendo o silêncio em defesa da vida*. 2. ed. Passo Fundo: Batistel, 2008.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. *Sete ensaios de interpretação sobre a realidade peruana*. Tradução de Felipe José Lindoso. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular; Clacso, 2010.

- MEZADRI, Adriana *et al.* (Orgs.). *Feminismo Camponês Popular: reflexões a partir de experiências no Movimento de Mulheres Camponesas*. São Paulo: Outras Expressões, 2020.
- PULGA, Vanderléia Laodete *et al.* *Mulheres Camponesas: semeando agroecologia, colhendo saúde e autonomia*. Porto Alegre: Rede Unidas 2018.
- RODRIGUES, Sandra M. da R. *O processo de superação da violência contra a mulher: direitos, renda e autonomia*. 2012. 37 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Curso de Pedagogia para Educadores do Campo, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2012.
- RODRÍGUEZ, Francisca; AMORIM, Jaime; TÓRREZ, Fausto. *Nuestros desafíos para construir una sociedad socialista*. Havana: ANAMURI; MST; ATC, 2019.
- SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.
- SANTOS, Iolanda Araújo Ferreira dos; BETTO, Janaina. Movimentos sociais rurais e feminismos: percursos e diálogos na construção do feminismo camponês e popular. *Caderno CRH*, Salvador, v. 34, 2021.
- TABOAS, Ísis Menezes. *É LUTA! Feminismo Camponês Popular e enfrentamento à violência*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.
- TABOAS, Ísis Menezes. *Viver sem violência doméstica e familiar: a práxis feminista do Movimento de Mulheres Camponesas*. 2014. 166 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) – Pós-graduação em Direitos Humanos e Cidadania, Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

Documentos analisados

- CLOC – Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo. Declaración VI Asamblea de Mujeres CLOC-LVC. Cuba, 2019a.
- CLOC – Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo. Declaración política del VII congreso de la CLOC. Cuba, 2019b.
- CLOC – Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo. Nuestros desafíos para construir una sociedad socialista. Desde el Territorio, Unidad, Lucha y Resistencia por el Socialismo y la Soberanía Alimentaria. “Rumbo al VII Congreso”. Cuba, 2019c.
- CLOC – Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo. Articulación de Mujeres De La Cloc. La lucha feminista, campesina y popular de las mujeres del campo de la CLOC/LVC. Documento interno. Cuba, 2018a.
- CLOC – Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo. Memoria da IV escuela continental de mujeres lideresas de la CLOC – La Via Campesina (relatoría por días). Chile, 2018b.

- CLOC – Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo. Articulación de mujeres de la CLOC. Documento de estudio en preparación hacia la VI Asamblea Continental de mujeres de la CLOC – La Via Campesina. Cuba, 2018c.
- CLOC – Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo. Material da reunião de la Articulação de Mulheres del Campo. Cuba, 2016a.
- CLOC – Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo. Memoria da III Escuela Continental de Mujeres Lideresas de la CLOC – La Via Campesina. Nicaragua, 2016b.
- CLOC – Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo. Feminismo camponês e popular: texto preliminar para debate na V Assembleia de Mulheres da CLOC/LVC. Argentina, 2015a.
- CLOC – Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo. Declaración de la V Asamblea de Mujeres de la CLOC, Argentina, 2015b.
- CLOC – Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo. Declaración Final VI Congreso. Argentina, 2015c.
- CLOC – Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo. Memoria de la reunión previa al encontró de mujeres em Yakarta da La Via campesina. Chile, 2013.
- CLOC – Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo. Apuntes para el debate sobre feminismo una experiencia en América Latina (exposición de Francisca Rodriguez), en la asamblea de mujeres Yakarta. Chile, 2013a.
- CLOC – Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo. Articulación de Mujeres. Memorias de reunión 12 y 13 de Maio, 2012. República Dominicana, 2012a.
- CLOC – Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo. Propuesta de objetivos, metodología y de programa tentativa para a Escola Continental de las Mujeres del Campo. Colômbia, 2012b.
- CLOC – Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo. Articulación de Mujeres. Apuntes, debates e ideias centrales sobre feminismo em Escuela Continental de Mujeres. Colômbia, 2012c.
- CLOC – Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo. Articulación de Mujeres. Evaluacion de la II Escuela de Mujeres de la CLOC. Colômbia, 2012d.
- CLOC – Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo. Articulación de Mujeres. Políticas públicas y soberanía alimentaria. México, 2012e.
- CLOC – Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo. Carta Orgánica de la CLOC-Vía Campesina. 2012f.
- CLOC – Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo. Memória da II Escola Continental de Mulheres Lideranças da Cloc. Colômbia, 2012g.
- CLOC – Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo. Relatoria Taller, Mulheres Sudamérica, Via Campesina. Equador, 2011.
- CLOC – Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo. Articulación de Mujeres. Memoria da evoluación de la IV Assamblea de mujeres. Brasil, 2010.

- CLOC – Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo. Articulación de Mujeres. Documento propuesta para el debate. 2010a.
- CLOC – Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo. Articulación de Mujeres. Lineas de trabajo y debate para la IV asamblea continental de las mujeres del campo/CLOC-VC. 2010b.
- CLOC – Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo. IV Asamblea de Mujeres del Campo: Declaración de Quito, Quito – Peru, 2010c.
- CLOC – Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo. Declaración de Quito. Quito – Peru, 2010d.
- CLOC – Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo. Declaración de la III Asamblea Continental de Mujeres del Campo, Iximulew, Guatemala. 2005a.
- CLOC – Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo. Declaración del IV Congreso de la Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo. Guatemala, 2005b.
- CLOC – Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo. Declaración de la II Asamblea Latinoamericana de Mujeres del Campo. México, 2001a.
- CLOC – Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo. Declaração de Tlalpan. México, 2001b.
- CLOC – Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo. Declaración de Brasilia. Brasil, 1997.
- LA VIA CAMPESINA. Declaración Política V Asamblea de Mujeres de La Vía Campesina. Dério, 2017a.
- LA VIA CAMPESINA. Las luchas de La Via Campesina por la reforma agraria, la defensa da la vida, la tierra y los territorios. Harare-Zimbabwe, 2017b.
- LA VIA CAMPESINA. Manifiesto de las Mujeres de La Via Campesina. Yakarta, 2013.
- LA VIA CAMPESINA. Cartilha da Campanha Internacional ;Basta de violência contra las Mujeres! Brasília, 2012.
- LA VIA CAMPESINA. Declaración de la III Asamblea de las mujeres LVC. Maputo, 2008.
- LA VIA CAMPESINA. Declaración de la II asamblea internacional de mujeres rurales. São Paulo, 2003.
- MMC BAHIA. Vídeo sobre a história do MMC na Bahia. V encontro dos Diálogos Pedagógicos a partir do Feminismo Camponês Popular. Riacho de Santana, 2021.
- MMC. Feminismo Camponês e Popular. Chapecó, 2018.
- MMC. Relatório do II Seminário Internacional Feminismo Camponês e Popular. Luziânia, 2017a.
- MMC. Relatório do III Seminário Internacional Feminismo Camponês e Popular. Luziânia, 2017b.
- MMC. MMC, mulheres camponesas rompendo o silêncio e lutando pela não violência. 2. ed. Passo Fundo: Secretaria Nacional, 2015a.

- MMC. Relatório do I Seminário Internacional Feminismo Camponês e Popular. Luziânia, 2015b.
- MMC. Avançando a partir de uma perspectiva feminista para a construção da soberania alimentar no Brasil: Fortalecimento do Movimento de Mulheres Camponesas. Passo Fundo: ANMC, 2013.
- MMC. Mulheres camponesas construindo autonomia através da produção de alimentos saudáveis. Passo Fundo: ANMC, 2011.
- MMC. Camponesas promovendo soberania alimentar com a diversidade brasileira. 2011b.
- MMC. Gênero, sexualidade e direitos das mulheres. Chapecó: 2008a.
- MMC. Feminismo Camponês Popular na Luta Contra a LGBTIfobia. Chapecó, 2020.
- MMC. Mulheres camponesas em defesa da saúde e da vida. Passo Fundo: AMTR-Sul, 2008b.
- MMC. Organizar a base, produzir alimentos saudáveis, construir caminhos de libertação. Passo Fundo: AMTR-Sul, 2007.
- MMC. Nenhuma Mulher Trabalhadora Rural Sem Documentos. Cartilha do MMC. 5. ed. Passo Fundo: AMTR-Sul, 2004.
- MMC. Curso nacional de Formação. Relatório Interno do MMC. Brasília, 2003.
- MMC. Trabalho de base: organizando o MMC construímos caminhos de libertação. Chapecó, [s.d.].
- MMC. Sementes de vida nas mãos das mulheres camponesas. Chapecó: AMTR-Sul, [s.d.].

Como citar

CALAÇA, Michela Katiuscia. Feminismo camponês popular: integração de lutas. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, e2331109, 30 jun. 2023. DOI: https://doi.org/10.36920/esa31-1_st04.



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.

Seção Temática

Mulheres, territorialidades e epistemologias feministas – conflitos, resistências e (re)existências

Uma análise interseccional das estratégias e resistências mobilizadas por mulheres negras em um assentamento de reforma agrária no sul de Minas Gerais

Intersectional analysis of strategies and resistances mobilized by Black women in an agrarian reform settlement in southern Minas Gerais

 Natércia Ventura Bambirra¹

 Pedro Rosas Magrini²

 https://doi.org/10.36920/esa31-1_st05

Resumo: A política de assentamento de pessoas em curso no Brasil reproduz uma lógica histórica de marginalização que afeta sobremaneira as mulheres negras. Neste estudo de caso realizado no Assentamento Santo Dias (Guapé/MG), foram

¹ Pesquisadora no Núcleo de Estudos em Serviço Social e Relações de Gênero da Universidade Federal de Santa Catarina (NUSSERGE/UFSC). Doutora em Ciências Humanas pelo Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Santa Catarina, com período sanduíche na Universidad Pablo de Olavide em Sevilha/Espanha. E-mail: natercia.bambirra@gmail.com.

² Professor dos cursos de Administração Pública e Serviço Social na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (Unilab). Doutor pelo Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGICH/UFSC), com estágio sanduíche no Programa Universitario de Estudios de Género da Universidade Nacional Autónoma de México (PUEG/UNAM) e pós-doutorado em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: pedromagrini@unilab.edu.br.

identificados nas histórias de vidas das assentadas entrevistadas, majoritariamente mulheres negras, alguns dos diversos desafios enfrentados por elas. Não obstante, também foi possível levantar algumas das estratégias e resistências que as assentadas mobilizavam em um contexto marcado por “discriminações interseccionais” com base no gênero, raça/etnia e classe. No presente artigo, o principal objetivo consistiu na análise das estratégias e resistências de mulheres negras assentadas. Para tanto, a interseccionalidade foi utilizada como ferramenta analítica e teórica, em uma perspectiva interdisciplinar. A metodologia está pautada nas epistemologias feministas e antirracistas a partir de abordagens qualitativas para estudo de caso, história de vida e observação participante. Na pesquisa ficou demonstrada a urgência da pauta por autonomia econômica, atravessada por questões de gênero e raça/etnia. Também restou evidente, a necessidade do desenvolvimento de políticas públicas interseccionais construídas com e para os diferentes grupos que compõem os rurais. E a curto prazo, a promoção da garantia do acesso eficiente e célere ao Contrato de Concessão de Uso da terra (CCU), ao Crédito Instalação e as devidas medidas de estruturação de modo a tensionar a situação de vulnerabilidade das mulheres e de suas famílias.

Palavras-chave: interseccionalidades; mulheres negras assentadas; política de assentamentos; racismo fundiário.

Abstract: Current rural settlement policy in Brazil reproduces a historical logic of marginalization that particularly affects Black women. This case study conducted at the Santo Dias Settlement in Guapé, Minas Gerais identified some of the various challenges experienced by Black women in their life stories, and also examined some of the strategies and resistance modes that settlers mobilized within a context of intersectional discrimination based on gender, race/ethnicity, and class. The main objective of this article was to analyze the strategies and resistance of settled Black women, utilizing intersectionality as an analytical and theoretical tool from an interdisciplinary perspective. The methodology is based on feminist and antiracist epistemologies from qualitative approaches to case studies, life stories, and participant observation. We noted the urgent agenda for economic autonomy, interwoven with issues related to gender and race/ethnicity; the need to develop intersectional public policies built with as well as for the different groups that comprise the rural population

was also evident. We also found that in the short term, promoting ensured efficient and rapid access to land use contracts (CCU), installation credit, and the necessary structuring measures were also required to stress the vulnerable situation of women and their families.

Keywords: intersectionalities; Black women in settlements; public policy on settlements; land-related racism.

Introdução

Ao longo das últimas décadas, pesquisas das mais diversas naturezas possibilitaram uma imersão nas inúmeras regiões e suas particularidades para aprofundar experiências, histórias e modos de vida de assentadas e assentados de reforma agrária, agricultoras e agricultores familiares, da população camponesa, ribeirinha, dos povos indígenas e quilombolas em sua ampla diversidade. Muito se pesquisou e muito se construiu analiticamente sobre perfis, padrões e tendências a partir de categorias que reproduziram as tradições dos estudos agrários latino-americanos, os quais, em geral, estavam enraizados numa ideologia universalizante, baseados em ausências que ocultavam o racismo fundiário e as desigualdades de gênero no meio rural brasileiro.

Na pesquisa realizada por Janine Mello (2018, p. 212), é possível observar que o perfil das famílias rurais de baixa renda, de maneira geral, apresenta uma “prevalência do grupo da agricultura familiar (74%); concentração na Região Nordeste (65%); forte presença de crianças e jovens até 17 anos (41%); e maioria da população constituída por negros[as] (78% somando pretos[as] e pardos[as])”.

Em relação às pessoas assentadas de reforma agrária, o estudo apontou que esse público apresenta “os piores indicadores de acesso à rede geral de abastecimento, esgoto e coleta de lixo e menor acesso à energia elétrica com medidor” (MELLO, 2018, p. 212). Além disso, a pesquisa identificou que as pessoas negras “representam 84,5% das pessoas assentadas de RA [reforma agrária],

79,7% do público atendido pelas ações de IPR e 75,8% de AF [agricultoras/es familiares]” (MELLO, 2018, p. 77).

Na pesquisa mencionada não foi identificada a porcentagem de mulheres pretas e pardas assentadas de reforma agrária, no entanto as informações apresentadas possibilitam perceber que, embora as mulheres (47%) não fossem a maioria no meio rural, elas constituíam 49,56% entre as pessoas assentadas. Além do mais, as mulheres representavam 52% das pessoas de baixa renda no campo (MELLO, 2018).

Para Diana Helene (2019, p. 956), às desigualdades estruturais de gênero são acrescidas as dificuldades de acesso à terra e de inserção no mercado de trabalho das populações mais empobrecidas, sobretudo aquelas que descendem do povo negro outrora escravizado.

As mulheres negras assentadas de reforma agrária têm em seus corpos, nas subjetividades e trajetórias, as marcas da “discriminação interseccional” (CRENSHAW, 2002). O fato de serem mulheres negras pobres e assentadas localiza essas mulheres em um espaço de subalternização, invisibilização e mesmo de apagamento de sua existência pelo Estado. Os movimentos sociais do campo tampouco detêm uma pauta interseccional capaz de articular as opressões sexista e racista em sociedades de classe, e mobilizar essa discussão para o centro de suas agendas (BAMBIRRA, 2021).

E é exatamente nesse local, de vulnerabilidade e deslegitimação, que essas mulheres tecem diariamente resistências e estratégias de sobrevivência para si e para suas famílias.

Historicamente, o protagonismo das mulheres negras vem sendo apagado ou tangenciado da história oficial (GONZALEZ, 1982) das lutas por terra e outros direitos. E mesmo hoje, embora existam relevantes trabalhos sobre a temática (FERREIRA, 2008; SOUZA, 2009; MAGRINI, 2010, 2015), o volume de investigações sobre sua atuação ainda é tímido. Não obstante, as lutas dessas mulheres, as formas como organizam resistências e estratégias de sobrevivência chegam à contemporaneidade sob outras roupagens, apesar de ainda invisibilizadas nas práticas cotidianas.

Levando em consideração esse contexto, o trabalho de campo da pesquisa doutoral, do qual este artigo é um desdobramento, foi realizado com as

assentadas, majoritariamente negras, do Assentamento Santo Dias, que está sob “coordenação” do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e se localiza no município de Guapé, no sul do estado de Minas Gerais/Brasil. As trilhas metodológicas foram pautadas nas epistemologias feministas e antirracistas a partir de abordagens qualitativas para estudo de caso (NOGUEIRA *et al.*, 2017), observação participante e história de vida (BECKER, 1993). As informações e dados gerados no campo foram submetidos à análise do discurso (RUIZ RUIZ, 2009). O estudo de caso foi realizado com nove assentadas que residiam em algum dos quatro núcleos organizativos do Assentamento, nomeadamente: Margarida Alves, Bartolina Sisa, Sidney Dias e Florestan Fernandes.

No presente artigo, se parte do entendimento de que o racismo, o sexismo e a classe social estruturam as sociedades que foram colonizadas nas Américas, como é o caso do Brasil (GONZALEZ, 1979, 1982, 1984a, 1984b; BAIRROS, 1995; CRENSHAW, 2002; NASCIMENTO, 2006; KILOMBA, 2010; HOOKS, 2014, 2019; COLLINS, 2015, 2016, 2017; DAVIS, 2016; RIBEIRO, 2017, 2019; CARNEIRO, 2018; CEPAL, 2018; LORDE, 2019, entre outros). A edificação dessa estrutura está atrelada ao processo de colonização – “sexo-diferenciada” (OYĚWŪMÍ, 2017) e racializada –, ao sistema escravocrata construído nas Américas, bem como aos mecanismos de exclusão do acesso à terra.

Dessa forma, na tentativa de “dar conta” das análises de um tecido social tão complexo, a interseccionalidade³ foi adotada como lente teórica e analítica.

No próximo tópico, alguns dos dados levantados no campo sobre as entrevistadas são mobilizados em diálogo com as teorias interseccionais e algumas teorias em torno da questão agrária.

Das sujeitas ao universo da pesquisa: mulheres negras assentadas no Assentamento Santo Dias

Antes de iniciar a discussão das estratégias e resistências percebidas no campo, serão apresentadas algumas informações sobre as interlocutoras da

³ Termo cunhado na década de 1980 pela professora, pesquisadora e teórica negra estadunidense Kimberle Crenshaw, cujo conceito foi desenvolvido no âmbito da militância de mulheres negras e mulheres não brancas (COLLINS, 2017).

pesquisa, de modo a delinear as perspectivas e experiências dessas mulheres a partir do “local social” de onde falam.

O trabalho de campo foi realizado no ano de 2019 e, conforme indicado na introdução deste artigo, foram entrevistadas nove mulheres residentes nos quatro núcleos do Assentamento Santo Dias no Sul de Minas Gerais. Uma das ações adotadas para a manutenção do sigilo de suas identidades consistiu na escolha pelas mulheres de nomes fictícios,⁴ assim temos: Selma, Eduarda, Bila, Margarida, Hortência, Rosa, Dália, Caminhos Vitoriosos e Lúcia.

As interlocutoras tinham diferentes faixas etárias, dos 20 aos 70 anos. Todas são mães. A maioria tinha filhas(os) menores de idade. A situação conjugal era bem diversa: quatro estavam casadas, três mantinham união estável, uma se considerava solteira, embora vivesse com um companheiro, e uma estava divorciada.

Em relação à escolarização, as assentadas na faixa dos 20 anos eram as únicas que haviam completado o Ensino Médio e também as que possuíam o maior nível de instrução entre as entrevistadas. A possibilidade de conclusão do Ensino Médio pode estar relacionada às políticas públicas de transporte escolar voltadas para a educação no campo que foram implementadas pelo governo federal entre os anos de 2003 e 2016. As assentadas mais idosas, na faixa dos 60 e 70 anos, eram analfabetas e, as demais assentadas, nas faixas etárias dos 30, 40 e 50 anos, estudaram em média até as primeiras séries do Ensino Fundamental I.

Das entrevistadas, apenas uma se autoidentificou como branca. O intuito inicial da pesquisa consistiu em entrevistar apenas mulheres negras, contudo, pelo papel que exerceu e exerce no Assentamento, sendo muitas vezes citada nas entrevistas, Caminhos Vitoriosos foi incluída no rol de entrevistadas como fonte histórica. A entrevista de Caminhos Vitoriosos,

[...] forneceu importantes perspectivas que desafiam de um lado a apropriação do discurso esquerdista pautado na desigualdade de classe adotado pelos movimentos sociais,

⁴ As entrevistas, bem como a pesquisa por inteiro, foram realizadas a partir de pressupostos éticos, com garantia de anonimato das participantes. Nesse sentido, os nomes das mulheres foram substituídos por nomes fictícios escolhidos previamente por elas. As entrevistas ocorreram mediante apresentação e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, momento no qual as eventuais dúvidas foram dirimidas, bem como foi salientada a possibilidade de interromper e/ou retirar o consentimento de participação nas entrevistas a qualquer momento, e ainda solicitar a retirada de trechos das referidas entrevistas (BAMBIRRA, 2021).

entre os quais o MST, e de outro lado evidencia alguns dos privilégios gozados por mulheres e homens brancos/os e a necessidade de sua discussão, confronto e desconstrução. (BAMBIRRA, 2021, p. 136)

De acordo com o pensamento de Gonzalez (1979, p. 2), “o privilégio racial é uma característica marcante da sociedade brasileira, uma vez que o grupo branco é o grande beneficiário da exploração, especialmente da população negra”. Para a autora, independentemente de estarem ou não capitalizados, ou seja, independentemente de possuírem ou não os meios de produção, os brancos “recebem seus dividendos do racismo”. Assim, quando pessoas brancas e negras com a mesma qualificação disputam determinadas posições que implicam recompensas materiais ou simbólicas, “os resultados são sempre favoráveis aos[às] competidores[as] brancos[as]. E isto ocorre em todos os níveis dos diferentes segmentos sociais” (GONZALEZ, 1979, p. 2).

Relevante salientar que todas as assentadas que se autoidentificaram como negras, com exceção de Eduarda, relataram haver sofrido discriminação étnico-racial em suas vidas.

Nessa direção, ainda de acordo com Gonzalez (1982, p. 97), ser negra e mulher no Brasil significa “ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no mais baixo nível de opressão”.

No campo de pesquisa ficou evidente em algumas entrevistas o fato de que “se dar conta” de sua própria raça/etnia e das implicações dessa pertença – como o racismo, os privilégios brancos e a dificuldade ou falta de acesso a políticas públicas ou serviços essenciais –, está vinculado à cor da pele e ao cabelo, entre outros traços fenotípicos condicionados por uma referência advinda da branquitude.

Ao se identificarem como negras, as assentadas “toma[m] a identidade socialmente imposta e fortalece-a como uma âncora de subjetividade” (CRENSHAW, 2017). Nesse sentido, se compreende que a identificação étnico-racial como negras tenha reflexos na possibilidade de mobilização de um legado histórico de lutas e resistências por terra e outros direitos. A apropriação de sua própria história e discurso é uma demanda inadiável nas reivindicações das

mulheres negras – aqui se estabelece um diálogo com Lélia Gonzalez (2019) que, entre outras coisas, mobilizava a psicanálise para embasar seu argumento sobre a opressão e invisibilização da mulher negra: “[e]m termos de movimento negro e no movimento de mulheres se fala muito em ser o sujeito da própria história; nesse sentido, eu sou mais lacaniana, vamos ser os sujeitos do nosso próprio discurso” (GONZALEZ, 2019, p. 224).

A compreensão aqui esboçada é a de que a identificação de oito das nove entrevistadas como negras esteja ligada aos processos de construção de sua identidade que perpassam as instituições escolar, familiar, religiosa, os espaços formativos do MST, além das relações estabelecidas com outras pessoas ao longo de suas vidas. Para afinar o entendimento de como as instituições escolar e familiar são particularmente relevantes na construção da identidade étnico-racial negra, nas próximas linhas, foram mobilizados os estudos de Lélia Gonzalez, Nilma Lino Gomes e bell hooks.

Para Gonzalez (1982, p. 98), “a escola, enquanto aparelho ideológico do Estado [ALTHUSSER, 1976], não deixa de reproduzir os mecanismos do racismo e sua perpetuação mediante o reforço de sua internalização (como natural) por nossas crianças”.

Em seu estudo, Gomes (2003) observou que o cabelo e a cor da pele têm um lugar significativo na construção da identidade negra. Para a autora, a escola está presente em inúmeros depoimentos como um dos espaços nos quais se desenvolve a experiência com o corpo negro e o cabelo crespo, culminando no “tenso processo de construção da identidade negra. Lamentavelmente, nem sempre ela é lembrada como uma instituição em que o negro e seu padrão estético são vistos de maneira positiva” (GOMES, 2003, p. 167).

Na obra *Teoria feminista: da margem ao centro*, hooks argumenta que enquanto o racismo e a opressão de classe tendem a ser observados no âmbito público, ou seja, fora de casa, a prática da opressão sexista é mais vivenciada no interior das famílias. Além disso, a autora aduz que:

[...] em nossa sociedade, a opressão sexista perverte e distorce a função positiva da família. A família existe como um espaço em que somos educados desde o berço para aceitar e apoiar formas de opressão. (...) A luta pelo poder, as regras

autoritárias coercitivas, o gesto bruto de dominação moldam a tal ponto a vida familiar que não raro ela se torna palco de intensa dor e sofrimento. (HOOKS, 2019, p. 68)

Para Hooks, a concepção sobre família é distinta entre mulheres brancas e negras. Enquanto o feminismo branco ocidental aponta a família como cerne da opressão sexista e propõe sua desvalorização, as mulheres negras, por meio de suas experiências, vivenciaram várias conformações de família, não apenas a nuclear. Dessa forma, a família é percebida como “o único sistema sustentável de suporte para pessoas exploradas e oprimidas. Desejamos extirpar da vida familiar os abusos criados pela opressão sexista e não desmerecer a família enquanto tal” (HOOKS, 2019, p. 69).

Outro aspecto relevante nas histórias de vida das assentadas tem relação com os pontos nos quais é possível identificar algumas semelhanças. Por exemplo, o fato de que Bila, Margarida, Hortência, Eduarda, Dália e Caminhos Vitoriosos têm em comum a origem rural, além do mais, essas mulheres tiveram a infância marcada pela escassez e pobreza.

Foi possível observar também outro fator comum para todas as assentadas: a migração. Todas as interlocutoras da pesquisa tinham passado por processos migratórios, seja via migração rural-rural, urbano-rural ou migração de retorno.

No caso da família de Rosa e de Caminhos Vitoriosos, observamos a migração de retorno, na qual a pessoa “(...) que deixou o seu local de origem, residiu algum tempo em outra região e depois regressou ao seu lugar de nascimento. Em geral, o motivo da saída do indivíduo é de ordem econômica” (BAPTISTA; CAMPOS; RIGOTT, 2017, p. 2). “O retorno, muitas vezes, se verifica por algum equívoco de avaliação quanto às oportunidades no local de destino” (BAPTISTA; CAMPOS; RIGOTT, 2017, p. 2).

Ademais, foi observado “que embora a origem rural não seja compartilhada por todas as assentadas, a maioria delas viveu ou teve contato com o trabalho na roça antes de entrar para o MST. Somente Lúcia começou a ‘mexer’ com a terra após viver no Assentamento” (BAMBIRRA, 2021, p. 162).

Nessa direção, interessante perspectiva nos é oferecida pela literatura visceral de Carolina Maria de Jesus, que já mencionava que “nós os favelados

somos os homens do campo. Devido aos fazendeiros nos explorar ilimitadamente deixamos as fazendas e vamos para a cidade. E nas grandes cidades os que vivem melhor são os cultos. Nós os incultos encontramos dificuldades de vida” (JESUS, 1961, p. 91-92).

No relato de Bila, a literatura da autora encontra eco:

a gente que é acostumado na roça não acostuma na cidade. A cidade é boa pra quem tem emprego e tem assim, como é que fala? Que tem leitura pra pegar emprego, mas quem não tem na cidade sofre muito, porque não acha trabalho. (Bila, Assentamento Santo Dias, 2019)

De acordo com Bila,

quem acostumou na roça qualquer coisa a gente faz. Que nem eu, o tempo que eu tava com a minha saúde eu pegava a enxada e eu mesma plantava, eu mesma colhia, até agora eu ainda planto. (...) eu gosto muito da roça. É o lugar que ‘interter’ a mente da gente. (Bila, Assentamento Santo Dias, 2019)

No campo da antropologia há estudos como o de Little (2003) em que é possível perceber algumas abordagens dos processos migratórios no campo e do campo para os centros urbanos com base na perspectiva de territórios identitários ou territórios étnico-raciais e a relação desses processos com os avanços de fronteiras. No caso das assentadas, a interlocução entre o racismo, sexismo e classismo desafia uma abordagem sobre a migração, bem como a possibilidade de permanecer no campo, como uma livre escolha.

Uma vez realizada a introdução das interlocutoras da pesquisa, quem são, como se percebem e alguns aspectos de suas trajetórias até a chegada ao Assentamento Santo Dias, as próximas linhas são dedicadas a uma breve apresentação desse espaço a partir da percepção das mulheres entrevistadas.

Nesse sentido, convém destacar que a região onde o Assentamento se situa, qual seja, no sul do estado de Minas Gerais, tem sido palco histórico de conflitos fundiários. Tais conflitos remontam o período colonial – no qual foram protagonizados por quilombolas, estado colonial e grandes fazendeiros – e alcançam os dias atuais a partir das ocupações organizadas pelo MST. O

Assentamento Santo Dias é uma importante conquista resultante desses processos de resistências contemporâneos (BAMBIRRA, 2021).

De acordo com o Plano de Desenvolvimento do Assentamento Santo Dias (2008), ele está situado na área da antiga fazenda Capão Quente, na qual havia uma usina de álcool que encerrou suas atividades em 1995. A ocupação da área pelo MST ocorreu de forma pacífica em 30 de outubro de 2002, e não havia moradores(es) no local. Caminhos Vitoriosos relatou que o número de famílias definidas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) para serem assentadas nesse espaço seria de 49:

o Incra comprou pra nós uma área de 1.788 ha e fazendo o estudo daria pra assentar 49 famílias pra morar, produzir e cuidar do meio ambiente então cada família tem uma cota de responsabilidade ambiental. (Caminhos Vitoriosos, Assentamento Santo Dias, 2019)

Caminhos Vitoriosos, que é natural da região de Guapé e vivia por ali antes de se inserir no MST, informou que, antes da ocupação da antiga fazenda pelo Movimento, esse espaço era utilizado para pasto de gado, o que levava a inúmeras queimadas ao longo do ano para “melhorar” a pastagem. Com a ocupação, as famílias Sem-Terra iniciaram um processo de recuperação de árvores frutíferas.

A cada queimada eles destruíam aqueles montes de árvores, tanto árvores nativas, frutíferas, bambuzeiro... a gente [MST] chegou aqui tinha só cinzas. Era tudo campo, cê não via árvores (...). Hoje a gente tem uma diversidade de fruta que nós foi formando, né”? (Caminhos Vitoriosos, Assentamento Santo Dias, 2019)

Relevante pontuar que,

a ocupação da fazenda pelo Movimento modificou substancialmente as vidas das famílias ocupantes, bem como das comunidades rurais no seu entorno. Uma das modificações consiste justamente na relação e uso do solo, que passou por processos de melhorias em termos socioambientais. (BAMBIRRA, 2021, p. 167)

Após a ocupação, todas(os) ficaram acampadas(os) no local onde hoje é a Área Social do Assentamento e se organizaram em quatro Núcleos de Base, que consistem atualmente nos quatro Núcleos de Moradia, quais sejam: Margarida Alves, Bartolina Sisa, Sidney Dias e Florestan Fernandes. Os Núcleos estavam organizados a partir dos “interesses comuns de trabalho, afinidade e preferência por local de moradia” (Plano de Desenvolvimento do Assentamento Santo Dias, 2008, p. 62-63). Além dos Núcleos, as famílias também se organizavam em setores, eram eles: Saúde, Educação, Produção, Frente de Massa, Cultura e Comunicação; e Equipes: Alimentação, Limpeza e Segurança.

No depoimento de Rosa, ela destacou a força dos coletivos existentes nesse período de ocupação/acampamento. Além disso, é possível identificar em seu relato algumas doses de nostalgia e tristeza em relação a esse período de tempo no qual a vida coletiva possibilitava mais abundância e solidariedade. Nessa direção, a principal crítica realizada por Rosa, à época da entrevista, consistia na ausência de espaços coletivos para as pessoas trabalharem juntas: “hoje em dia virou um trem muito murcho. A gente vê as pessoa, Isa [sua nora] que ri, ela fala: ‘só encontra nós tudo aqui quando vai na igreja ou no velório’...(risos). Ninguém quase não vai em uns aos outro” (Rosa, Assentamento Santo Dias, 2019).

A ausência de espaços de socialização relatada pelas assentadas “parece afetar não somente a vida afetiva e a possibilidade de organização coletiva, mas também a saúde psicológica das(os) assentadas(os) que apontaram diferentes níveis de solidão, saudosismo e desalento” (BAMBIRRA, 2021, p. 172). Além do mais, fatores como a grande distância entre os lotes, a inexistência de transporte público no e para o Assentamento, a ausência ou a dificuldade de acesso às políticas públicas (esse fator será aprofundado no próximo tópico) têm intensificado a busca por soluções individuais no âmbito mais básico, ou seja, na garantia de sobrevivência, e conseqüentemente enfraquecendo os laços de solidariedade.

Nesse sentido, o levantamento da história do Santo Dias a partir dos relatos das assentadas possibilita a identificação da ausência de atuação efetiva do Estado em alguns setores fundamentais para a melhoria de vida e inclusão social das pessoas que ali residem. Entre as quais, a já mencionada demanda por transporte público, acesso à instalação residencial de energia elétrica, acesso

aos benefícios do Crédito Instalação, inclusive no que tange à habitação e Fomento Mulher, acesso às políticas públicas de crédito e fomento à produção.

Relevante pontuar que a “ausência” do Estado no Assentamento apontada pelas interlocutoras do trabalho também trouxe à tona a inexistência de outro ator social. De acordo com as assentadas, nos últimos anos houve um distanciamento entre o MST e o Assentamento, que na *práxis* está agora sob a gerência da Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento Santo Dias (Aasfad).

A Regional do MST do Sul de Minas Gerais, responsável pelo acompanhamento do Assentamento Santo Dias, está lotada na cidade de Campo do Meio, que fica a cerca de 70 km da cidade de Guapé, onde se situa o Assentamento. Hortência atribuiu o “afastamento” do MST em relação ao Assentamento aos custos de deslocamento das pessoas de Campo do Meio para Guapé, e vice-versa, além dos deslocamentos para atos em outras cidades, principalmente Belo Horizonte – capital de Minas Gerais. Ademais, de acordo com Hortência, a mobilização de pessoal no Assentamento para atos fora do Assentamento tem se constituído em desafios.

Pelo exposto, é possível destacar que a conquista do título da terra, ainda que não se trate do título definitivo, longe de consistir em instrumento de reparação étnico-racial, trouxe à tona as já mencionadas ausências, seja historicamente do Estado – por meio de reparações consolidadas em políticas públicas interseccionais –, seja do MST. As ditas ausências se (re)configuram e/ou acentuam os desafios que as assentadas e suas famílias enfrentam no Assentamento. Não obstante, essas mulheres resistem e mobilizam estratégias para melhorar sua condição de vida e se fortalecer diante das opressões. Pensando nisso, no próximo tópico, as resistências tecidas diariamente pelas assentadas serão abordadas e aprofundadas.

Estratégias e resistências protagonizadas por mulheres negras assentadas

Uma vez realizada a breve caracterização das interlocutoras, segue a análise de alguns aspectos relevantes de sua dinâmica, os principais desafios que

enfrentam, bem como as diferentes estratégias e resistências que constroem. De acordo com Gonzalez (1982, p. 101-102), em relação à mulher negra, “há que se colocar, dialeticamente, as estratégias de que se utiliza para sobreviver e resistir numa formação social capitalista e racista como a nossa”.

Em pesquisa anterior (BAMBIRRA, 2016), na qual foi trabalhado o instituto jurídico da posse da terra e os possíveis impactos na vida e na autonomia econômica de mulheres negras assentadas no Santo Dias, foi demonstrado que a posse da terra implicou importantes alterações nas vidas dessas mulheres. Entre as quais podem ser citadas, a determinação do próprio tempo (para trabalhar em casa, na roça, o autocuidado, entre outros), a determinação do manejo e do cultivo que, em alguns casos, serviu até para a mudança da ocupação – algumas mulheres passaram a se declarar agricultoras (BAMBIRRA, 2016).

Apesar desses importantes ganhos, a política de assentamento de pessoas em curso no país, em detrimento de uma política efetiva de reforma agrária, consiste em um dos pontos mais nevrálgicos da questão agrária e carrega consigo inúmeras implicações (BAMBIRRA, 2021). Uma delas, observada no campo de pesquisa, se refere ao fato de que a maioria das interlocutoras não possuía meios próprios e também não acessava políticas públicas para produção – essa condição de vulnerabilidade socioeconômica é um dos fatores que enseja a manutenção do ciclo de pobreza no meio rural. Tal ciclo de pobreza afeta, mormente, as populações racializadas, em particular, as mulheres negras, e pode ser identificado a partir de uma leitura interseccional do fenômeno da feminização da pobreza.

De acordo com Melo e Bandeira (2005, p. 53), “a desigualdade das mulheres torna-se ainda mais gritante se considerada sua condição de raça/etnia, pois a ‘feminização’ da pobreza é racializada”. Segundo essas autoras:

As mulheres negras têm sido, ao longo de sua história, as maiores vítimas da desigualdade de gênero somada à racial (Boletim Dieese 2003), pois os estudos realizados revelam um quadro dramático que não está apenas nas precárias condições socioeconômicas em que vive[m], mas, sobretudo, na negação cotidiana de ser mulher negra, através do racismo e do sexismo que permeiam todas as esferas de sua vida. Estão expostas à

violência, à pobreza, às discriminações no mercado de trabalho e à precariedade dos serviços de saúde e educacionais, o que resulta em uma precarização geral da vida. (2005, p. 54)

No Santo Dias, a ausência de acesso às políticas públicas tem sido um dos muitos desafios enfrentados pelas mulheres. Nesse sentido, o Programa Bolsa Família foi o único benefício obtido por todas as assentadas. Uma delas recebeu o Bolsa Verde por um curto período de tempo. E em relação às políticas de crédito/fomento voltadas para o rural, apenas Selma, Caminhos Vitoriosos, Rosa e Bila conseguiram acesso aos recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Nesse sentido, é importante salientar que desde a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil (CF/1988), em 1988, a titulação em nome das mulheres tem respaldo normativo, no entanto, sua implementação só veio a ocorrer de fato a partir da Portaria do Incra nº 981/2003 e, efetivamente, da Instrução Normativa nº 38/2007. A titulação é relevante, pois confere legitimidade à posse, o que, em tese, abriria caminho para a possibilidade de acesso às políticas públicas. Ela pode ser provisória, concedida via Contrato de Concessão de Uso da terra (CCU), ou definitiva – existem duas espécies de instrumentos de formalização definitiva de acesso à terra, são elas: Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) e Título de Domínio (TD). Até o período no qual foram realizadas as entrevistas, nenhuma das assentadas havia obtido a titulação definitiva.

O CCU é concedido pelo Incra em razão da homologação das(os) assentadas(os) como beneficiárias(os) da reforma agrária. Trata-se de um título provisório, ou seja, que confere apenas o direito provisório de posse da área a que se refere. O CCU consiste em um importante instrumento para a legitimação jurídica da ocupação da terra por meio da transferência da posse da parcela à(ao) assentada(o). Por meio desse título, é assegurado o uso e a exploração do imóvel, além do acesso às políticas inseridas no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

A ausência do CCU repercute diretamente na possibilidade de melhoria de vida para as(os) assentadas(os). A sua concessão, além de um direito, consiste em um passo importante rumo à estruturação do assentamento.

Aqui não estão sendo tratados os termos da titulação proposta pelo governo Bolsonaro como parte do programa Titula Brasil – “iniciativa criada em dezembro de 2020 com o objetivo de emitir títulos de assentamentos em áreas públicas rurais da União e do Incra, visando à regularização fundiária” (CNN Brasil, on-line). Tal programa vinha sendo alvo de críticas de movimentos sociais, como o MST, partidos políticos e outras organizações sociais, entre outras coisas, pelo fato de a titulação, quando conferida em caráter definitivo, não ser precedida necessariamente por outras etapas preconizadas pela Lei nº 8.629/1993. A referida Lei dispõe no inciso V, do art. 17, que: “a **consolidação dos projetos de assentamento** integrantes dos programas de reforma agrária **dar-se-á com a concessão de créditos de instalação e a conclusão dos investimentos**, bem como com a outorga do instrumento definitivo de titulação” (grifo nosso). A inobservância das condições de estruturação dos assentamentos importa na acentuação da vulnerabilidade socioeconômica das pessoas assentadas e expressa a ausência de governança fundiária – realidade no país.

No caso das interlocutoras da pesquisa (BAMBIRRA, 2021), das nove mulheres, cinco compartilhavam a titularidade dos lotes com os companheiros ou ex-companheiros. Todavia, no período da realização das atividades de campo no ano de 2019, algumas das assentadas estavam com o CCU vencido⁵ à espera de atualização pelo Incra. Para ilustrar, Margarida estava aguardando o reconhecimento pelo Incra de seu divórcio e a elaboração do CCU em seu nome apenas. Em situação similar, se encontrava Dália, que aguardava o término de seu processo de divórcio para atualização do CCU que estava vencido.

A demora na confecção ou na atualização do CCU consiste em um forte obstáculo para a produção no Assentamento e um dos maiores desafios enfrentados pelas assentadas, uma vez que sem ele algumas das entrevistadas não puderam ter acesso às políticas públicas de fomento à produção voltadas para o campo, como o Pronaf, bem como políticas públicas com perspectiva de gênero como o Fomento Mulher. Isso porque a possibilidade de alcançar essas

⁵ Até a edição do Decreto nº 9.311 de 15 de março de 2018 – que regulamenta a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e a Lei nº 13.001, de 20 de junho de 2014, para dispor sobre o processo de seleção, permanência e titulação das famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária –, o prazo de validade do CCU era de cinco anos. Após a publicação do decreto, o CCU passou a ser “celebrado sem prazo determinado e sua vigência findará com a titulação definitiva ou com a sua rescisão nos termos previstos neste Decreto” (Parágrafo único do Art. 25 do Decreto nº 9.311/2018).

políticas está condicionada à inscrição da(o) agricultora(or) como titular da terra. Ante a quase inviabilidade de levar adiante as atividades produtivas, as resistências individuais e coletivas são organizadas sob esta ausência de diálogos permanentes com o Estado.

Na entrevista de Margarida, por exemplo, ela relatou que “[u]ma vez que a gente foi assentado que a gente viu que não, que só a terra não vale nada, tem que ter modo de trabalhar nela” (Margarida, Assentamento Santo Dias, 2019). Para ela, “um assentado sem projeto dentro de um assentamento é a mesma coisa de ser um acampado, mesma coisa. A diferença é só das casas que saiu. Casa pra morar tem. Os acampados moram em barracos de lona” (Margarida, Assentamento Santo Dias, 2019).

Esse trecho da história de vida de Margarida, além de trazer importantes informações sobre acessos e condição de vida após a divisão dos lotes no assentamento, consiste em uma relevante denúncia sobre a situação de vulnerabilidade das pessoas assentadas no Santo Dias. Ao relatar a ausência de projetos para o desenvolvimento do Assentamento e comparar a condição das pessoas que ali se encontram com a situação de quem ainda não tem a posse e/ou titularidade da terra, ou seja, pessoas em ocupações, ela expõe a fragilidade da política de assentamento dos indivíduos. Ademais, Margarida tensiona a atuação das instituições envolvidas na política de assentamento de pessoas e desnuda a situação de privações em que vive (BAMBIRRA, 2021).

Nessa direção, é relevante destacar algumas datas. A ocupação do Assentamento ocorreu em 30 de outubro de 2002, a imissão na posse data de 12 de julho de 2005 e, em 5 de dezembro de 2006, foi criado o Projeto de Assentamento Santo Dias (PA Santo Dias) (Plano de Desenvolvimento do Assentamento Santo Dias, 2008). Assim, desde a criação do PA Santo Dias até o período de realização das entrevistas, em 2019, o Assentamento não havia recebido recursos, projetos e assistência suficiente para o seu desenvolvimento integral, bem como para sua consolidação.

Na prática, isso significa que parte das interlocutoras e suas famílias não contavam sequer com o CCU e também não havia acessado nenhuma modalidade do Crédito Instalação.⁶

O trecho do depoimento de Margarida a seguir, no qual ela fala sobre o que gostaria de trabalhar em sua terra e avalia a sua posição como agricultora que aguarda o CCU, possibilita avançar na compreensão dos desafios que enfrenta: “[sinto falta] da gente poder plantar, colher um alimento saudável. O câncer tá aí acabando com o povo, culpa de quê? Do agrotóxico! E a gente poder plantar lá, comer o alimento da gente saudável, ter uma vida melhor” (Margarida, Assentamento Santo Dias, 2019).

Não obstante a orientação agroecológica que compõe as pautas do MST, os depoimentos das assentadas sobre a sua *práxis* e os desafios presentes na produção – seja ela agroecológica, orgânica ou convencional – se observa na prática um esvaziamento dessa pauta.

Para as assentadas e suas famílias a produção de alimentos se encontrava basicamente condicionada ao acesso às políticas públicas. Isso se justifica tendo em perspectiva que as pessoas que ingressam em movimentos sociais por reforma agrária são geralmente descapitalizadas e não têm uma fonte alternativa de renda. Dessa maneira, se, de um lado, elas precisam ter acesso à terra para poder, entre outras coisas, produzir e gerar alimentos e renda, de outro, para que isso aconteça, é necessária a garantia de obtenção do Crédito Instalação e políticas públicas de fomento para sua operacionalização.

Ademais, há de se levar em consideração o custo efetivo da produção agroecológica para as famílias e as possibilidades existentes de escoamento e absorção desse tipo de mercadoria pelo mercado. As assentadas mencionam que o custo da produção convencional é inferior e se torna uma possibilidade mais viável quando presentes as condições de produção.

Caminhos Vitoriosos evidencia essa situação ao justificar o motivo que a levou, juntamente com sua família, a deixar a plantação do café orgânico:

⁶ “Os beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) têm à disposição recursos que permitem a instalação em um assentamento e o desenvolvimento de atividades produtivas. O chamado Crédito Instalação é a primeira etapa de financiamento garantida pelo Incra às famílias. São nove as modalidades oferecidas. Apoio Inicial, Fomento, Fomento Mulher, Semiárido, Florestal, Recuperação Ambiental, Cacau, Habitacional e Reforma Habitacional. Cada linha dessas dá ao público atendido pela autarquia a oportunidade de continuar no campo, estando entre os principais atores do desenvolvimento rural” (INCRA, on-line).

“quando a gente foi ver o custo pra manter uma lavoura orgânica é muito alto. (...) Aí o [marido] desanimou: ‘Não, eu não quero mais não’. E foi até no ano passado” (Caminhos Vitoriosos, Assentamento Santo Dias, 2019).

Dessa forma, ainda que a produção agroecológica seja uma pauta prioritária para o MST, a sua efetividade é atravessada e condicionada pelo acesso às políticas públicas e outros fatores de cunho socioeconômico. Para as assentadas e suas famílias, a produção do “alimento livre”, seja por meio da agroecologia ou da agricultura orgânica, ainda se apresenta como desafio.

Os fatos anteriormente mencionados tensionam reflexões acerca do foco da política de assentamento vigente. Uma vez que tal política não está voltada para a promoção da reforma agrária, visto que essa é uma política de base, e sim para o assentamento de pessoas, pode ser observado o desinteresse do Estado em promover as condições para que elas se estabeleçam efetivamente na terra.

Nesse sentido, interessante perspectiva tem sido articulada por Tatiana Emilia Dias Gomes (2019), que vem construindo o conceito de “racismo fundiário”. A ideia está amparada no deslocamento da concentração fundiária do centro da questão agrária e a adesão da centralidade das relações étnico-raciais na questão agrária e socioambiental.

Para Gomes (2019), a principal contribuição do Censo Agropecuário de 2017 consistiu na possibilidade de evidenciar que a concentração fundiária no país, além de contar com uma classe social bem recortada, tem ainda raça/etnia definida, e ela é branca. Esse fato também foi explorado no trabalho de Camila Penna (2022), sobre a seletividade racial do Estado brasileiro no que tange à política fundiária. A autora utiliza a conexão entre política fundiária e racismo estrutural para mostrar seu mútuo reforço e complementaridade, culminando assim em um modelo de desenvolvimento ideal no campo pautado pela branquitude (O Agro), em contraposição aos padrões e formas tradicionais de agricultura, hegemonicamente não brancos.

Para ampliar o debate em relação aos resultados do Censo de 2017, Hora, Nobre e Butto (2021) destacam informações sobre a concentração fundiária historicamente localizada nas mãos dos homens. De acordo com as autoras, o

Censo Agropecuário de 2006 foi o primeiro a trazer a questão sobre o sexo de quem produzia. A partir da análise dos dados do Censo de 2017, elas salientam:

[...] a presença de 18,7% de mulheres na condição de produtoras (em 2006 elas eram 12,7%) e 20,3% dos estabelecimentos com codireção (IBGE, 2017). Denotam-se, distinções regionais da agricultura familiar e camponesa brasileira nas grandes regiões e uma maior presença de mulheres na direção de estabelecimentos em regiões com maior vulnerabilidade social. (p. 30)

Dialogando com as autoras citadas anteriormente, a compreensão aqui estabelecida consiste no fato de que a concentração fundiária tem raça/etnia, gênero e classe social bem delimitadas; ela é de responsabilidade de homens brancos e de classe alta. E tem por base uma exclusão histórica de pessoas racializadas do acesso à terra, inicialmente pela negação da condição de humanos às(aos) escravizadas(os) – que eram classificadas como semoventes –, e por meio da estruturação do arcabouço legal a partir de uma arquitetura racializada que possibilitou a concentração das terras no país nas mãos dos brancos.

Apesar das negligências e ausências do Estado evidenciadas ao longo do tópico em tela, que, entre outras coisas, mantém a marginalização das mulheres negras assentadas, é relevante pontuar que essas atrizes sociais não são apenas vitimizadas. Elas organizam estratégias e mobilizam resistências diárias em um contexto de opressões interseccionais. E é sobre essa face que versam as próximas linhas.

Diante dos desafios já mencionados, as principais estratégias adotadas pelas mulheres consistiam na prestação de trabalho em fazendas de produção de café fora do Assentamento, na prestação de alguns serviços pontuais para outras(os) assentadas(os), ou, ainda, na prestação de trabalho em pousadas e fábricas de costura. Tais estratégias eram mobilizadas para levantar fundos que garantissem minimamente a sobrevivência própria e da família. Além da iniciativa de se “assalariar” para poder permanecer no Assentamento, algumas assentadas também resistiam aos avanços da racionalidade capitalista no campo por meio da produção no modelo orgânico – aqui a principal estratégia consistia

no ingresso no Sistema Participativo de Garantia (SPG) –, mediante a venda de frutas e hortaliças do “quintal”, e ainda se mobilizavam para manter ativo o Grupo de Dança – como espaço de afeto, resistência e autocuidado.

Para Hortência, que se autoidentifica como negra, a intersecção entre diferentes opressões tem grande peso em relação a sua necessidade de sair do Assentamento para trabalhar e às implicações sociais desse processo:

Nossa é complicado, não é fácil não, é bem difícil ser mulher e Sem-Terra e você não ter uma renda, porque não adianta nada ter a terra e não ter como se manter nela, então... e aí quando você quer sair pra trabalhar você ser julgado pelos outro que às vezes acha que é até ganância ou então acha que é desnecessário demais a pessoa... porque cê tem a terra, você é obrigado a ficar aqui. (Assentamento Santo Dias, 2019)

Pode ser inferido que Hortência define a sua localização social a partir de uma posição de vulnerabilidade. A necessidade de ter que sair da própria terra para garantir o seu sustento e da família evidencia a existência da relação de dependência entre o acesso a políticas públicas, e/ou outros meios para garantir a produção, e a possibilidade de produção – seja para autoconsumo ou para comercialização.

Nessa direção, interessantes os apontamentos de Gehlen (2004, p. 96), para quem as “políticas públicas com interesse social devem beneficiar de forma diversificada os que possuem necessidades diferenciadas, no sentido de propiciar as condições para superação das desigualdades”. Essa observação está alinhada com as falas das interlocutoras da pesquisa no sentido de que as opressões ou discriminações quando analisadas a partir de seu caráter interseccional vão atuar de maneiras diferentes sobre as pessoas que são por elas atravessadas. Assim, para que haja o atendimento à diversidade de demandas, há que se levar em consideração a existência dessa pluralidade.

Quanto à produção orgânica como ferramenta de resistência, importante pontuar que das nove entrevistadas apenas uma, Bila, adotava essa forma de produção. Conforme já mencionado, Caminhos Vitoriosos e a família já haviam plantado orgânicos, mas em virtude do alto custo da produção diante do plantio convencional ela acabou voltando para o formato convencional.

Uma das formas de agregar valor e legitimidade à produção orgânica ocorre por meio da certificação. O SPG confere a garantia de produção orgânica ao produto, e isso possibilita a sua comercialização com valor diferenciado, o acesso à comunidade de produtoras(es) familiares, a garantia de uma melhor qualidade de vida para quem produz e para quem consome esses alimentos, além de minimizar os impactos socioambientais da produção. O SPG consiste assim em um relevante instrumento para a produção orgânica no âmbito da agricultura familiar.

Outra forma de resistência identificada consistiu na participação no Grupo de Dança que, à época do trabalho de campo no Assentamento, era um dos poucos coletivos ainda ativos. O Grupo se destacava por ser o único espaço de lazer e confraternização que as(os) assentadas(os) dispunham. Ele é fruto de um projeto coordenado por Lúcia, que também participou como entrevistada da pesquisa doutoral.

Antes de viver no Assentamento, Lúcia morava na periferia de um grande centro urbano, onde fez parte, por cerca de 12 anos, de um projeto social no qual, entre outras coisas, aprendeu a dançar. Uma vez no Assentamento, Lúcia convidou a comunidade para aulas de zumba ministradas por ela. Somente algumas mulheres responderam ao convite, dando início aos encontros semanais.

Lúcia relatou que, no início, cerca de 15 mulheres participavam das aulas, no entanto, esse número foi reduzido: “acho que são oito. Elas começaram, muitas moram longe, teria que gastar na gasolina pra vir e tudo mais, aí foi desistindo” (Lúcia, Assentamento Santo Dias, 2019).

Essa não foi a primeira vez que a distância entre os lotes e entre estes e a Área Social do Assentamento foi apontada como empecilho ou desafio para as dinâmicas coletivas. Além da falta de transporte público, Hortência, que também integrava o Grupo de Dança, afirmou que “a frequência no coletivo está posta em termos de priorização: ‘o pessoal acha assim que tem outro serviço em casa, então pensa assim que não tem necessidade de tirar uma horinha no dia pra poder tá cuidando do próprio corpo, coloca isso como segundo plano” (Hortência, Assentamento Santo Dias, 2019) (BAMBIRRA, 2021, p. 236).

Nessa direção, Lúcia contou que algumas mulheres tiveram que deixar de frequentar o Grupo de Dança ou não aceitaram o convite para dele participar por causa dos trabalhos de cuidado com as(os) filhas(os), netas(os) ou companheiros: “aqui a gente já teve vários casos da gente convidar pra participar do grupo: ‘Ah meu marido não deixa, meu marido não aceita’. ‘Ah eu tenho um filho pequeno não dá pra ir’. ‘Ah eu moro muito longe e meu marido não me leva” (Lúcia, Assentamento Santo Dias, 2019).

A partir dos relatos, é possível identificar alguns obstáculos à participação no Grupo: o fato de que os trabalhos de cuidado são centralizados nas mulheres, bem como outras “demonstrações mais explícitas de sexismo identificadas nos casos em que os maridos impedem as esposas de participarem de forma direta e também de forma indireta, quando inviabilizam seu deslocamento até o local das práticas” (BAMBIRRA, 2021, p. 240).

E, ainda em relação aos trabalhos de cuidado, há que se destacar que historicamente no Brasil essas funções têm sido exercidas por mulheres negras subalternizadas, primeiramente via “mãe preta” e com o fim formal da escravidão mediante a exploração das domésticas.⁷

De acordo com Gonzalez (1982, p. 96), ao levar em consideração a existência da “divisão racial e sexual de trabalho, não é difícil concluir sobre o processo de tríplex discriminação sofrida pela mulher negra (como raça, classe e sexo), assim como sobre seu lugar na força de trabalho”.

Dessa forma, a participação no Grupo de Dança, como espaço de lazer, socialização e autocuidado, parece se constituir em uma forma de resistência para mulheres de diferentes idades e raças/etnias. Nesse local de encontro, essas mulheres desafiavam a racionalidade produtivista, bem como a racionalidade sexista – ao se recusarem a “obedecer” e manterem o Grupo ativo.

Além das estratégias e resistências já relatadas, no depoimento de Dália é apresentada uma estratégia, também mobilizada por Rosa e sua família, referente ao cultivo e comercialização de produtos como frutas para complementar a renda. Dália contou que a partir da venda de algumas frutas, como abacate e banana, ela conseguia uma relativa autonomia em relação ao

⁷ Ótima análise sobre essas figuras é oferecida por Lélia Gonzalez, particularmente no texto de 1984 “Racismo e sexismo na cultura brasileira”.

mercado, pois dessa forma ela adquire alimentos que não cultivava ou que não havia cultivado no ano.

Já Selma explicou que havia começado uma horta com a finalidade de comercializar os produtos e destinar o dinheiro da venda para o pagamento do Pronaf. De acordo com ela, o plantio havia sido iniciado naquele momento, porque até então não existia condições para plantar.

Desse modo, embora as estratégias mencionadas por Dália, Rosa e Selma estejam localizadas subalternamente como trabalho reprodutivo ou ainda no âmbito da “produção de quintal”, em face da necessidade de geração de renda – seja para garantir a própria sobrevivência e da família via segurança alimentar, seja para o pagamento da política pública acessada –, essas mulheres mobilizam os poucos recursos disponíveis para atender à necessidade mencionada.

No caso de Selma, por exemplo, quando perguntada sobre o(s) possível(eis) motivo(s) que a impediram de “fazer roça”, ela respondeu que: “Ah não dá não minha filha, porque se você conseguir arar a terra, você não vai comprar o adubo e se você comprar adubo você não ara a terra. Se você fizer os dois você não compra semente e vai ficar devendo. Não tem condições (...)” (Selma, Assentamento Santo Dias, 2019).

Se destaca a necessidade apontada por Selma de ter que comprar as sementes. Esse debate está inserido no âmbito da soberania e segurança alimentar. Há várias frentes que se organizam no mundo na luta por sementes livres e pela proteção da diversidade das espécies, já que estas se encontram ameaçadas pelo agronegócio. “Ademais, algumas tecnologias ligadas às patentes das sementes impossibilitam a sua replicação, isso gera uma relação de dependência das(os) agricultoras(es)” (BAMBIRRA, 2021, p. 226).

Pelo exposto, é possível identificar nas narrativas das assentadas que a principal razão para trabalharem fora do Assentamento ou fora de seus lotes consiste na impossibilidade de produzirem alimentos em sua própria terra ou produzi-los em quantidade suficiente para autoconsumo e/ou para a comercialização.

De acordo com os depoimentos das mulheres, é possível afirmar que o acesso à terra não levou necessariamente à autonomia econômica ou promoveu o acesso às políticas públicas. A partir de suas histórias de vida, ficou evidente que

a ausência ou obstaculização das políticas públicas para produção agrícola está atravessada pela localização social dessas mulheres. Assim, a conquista da terra dissociada de autonomia econômica para produzir e comercializar seus produtos é ineficaz.

Nessa direção, a adoção da perspectiva interseccional pelo Estado poderia levar à produção de políticas públicas que atendessem de fato às necessidades dos diferentes grupos de pessoas que estão assentadas, considerando os desiguais níveis de vulnerabilidade a que estão expostas. Ademais, a pauta por uma reforma agrária popular interseccional efetiva (BAMBIRRA, 2021) está inserida no campo dos direitos humanos, como questão de justiça social e étnico-racial.

Algumas considerações

Na pesquisa, na qual este artigo se apoia, ficou claro o dramático esforço das assentadas do Santo Dias na (re)formulação de estratégias e resistências para garantir aspectos básicos de sobrevivência. Nesse sentido, as narrativas dessas mulheres apontaram para a seletividade étnico-racial do Estado na consecução das políticas públicas voltadas para o campo e a persistência do racismo fundiário que concorre para manter as(os) subalternizadas(os) às margens.

Se nos detivermos nos processos históricos e contemporâneos que perpassam as mulheres negras, trabalhados em alguma medida ao longo deste artigo, são perceptíveis algumas nuances específicas de reprodução de violências e de restrições de acessos. Um exemplo disso consiste na constatação das assentadas de que a conquista da terra, via luta, dissociada de autonomia econômica para produzir e comercializar seus produtos é ineficaz e retórica.

Além da ausência de autonomia econômica, foi observada nas narrativas das mulheres a presença de outras opressões atuando em interlocução e atravessando seus corpos e experiências. Esse atravessamento foi aqui interpretado a partir das lentes teóricas da interseccionalidade das opressões racistas, sexistas e classistas, presentes em termos de estrutura. Essa estrutura, edificada desde a invasão do Brasil, segue sendo “refinada” e reafirmada na colonização e atinge a contemporaneidade por meio de uma arquitetura legal

racializada. Nesse sentido, qualquer proposta de reforma estrutural tem que passar necessariamente por melhorias das condições de vida da população negra, de tal forma que contemple as peculiaridades havidas considerando o gênero, a classe social dos sujeitos, entre outras opressões.

Ademais, as entrevistadas apontaram graves problemas no formato da vigente política de assentamento de pessoas, aqui trabalhados como desafios. Nesse sentido, as considerações alcançadas apontam para a urgência na construção e execução de uma reforma agrária que, além de popular, leve em consideração a articulação entre racismo e sexismo em sociedades de classe. Uma reforma agrária nesses moldes poderia servir como um dos instrumentos de reparação e de promoção da justiça social e étnico-racial.

A partir dos depoimentos das assentadas também se destacam as problematizações em torno da necessidade de reconhecimento e atendimento pelo Estado da demanda por políticas públicas interseccionais construídas com e para os diferentes grupos que compõem os rurais. Entretanto, enquanto estiver em vigor a política de assentamento de pessoas, a necessidade das mulheres de saírem do Assentamento ou mesmo de saírem de seus lotes para prestarem serviços para outras pessoas pode ser tensionada a partir da garantia do acesso eficiente e célere ao CCU, ao Crédito Instalação e às devidas medidas de estruturação.

Espera-se que as reflexões deste artigo possam beneficiar futuras(os) pesquisadoras(es) interessadas(os) na temática, a partir de uma perspectiva interseccional como lente teórica e analítica sobre o racismo fundiário e as desigualdades de gênero no meio rural brasileiro, como aqui nos inspira Davis, Collins, Hooks, Kilomba, Carneiro, Gonzalez, entre tantas outras.

Por fim, vale ressaltar que esta pesquisa, apesar do trabalho final que fomentou este artigo ter sido publicado em 2021, se baseia em um campo realizado em 2019, ou seja, no início do governo Bolsonaro e antes da pandemia da Covid-19. Nesse ínterim, a vida das assentadas, do Assentamento Santo Dias, bem como de toda a população em situação de vulnerabilidade no país, piorou vertiginosamente influenciados por dois movimentos de destruição ocorridos entre 2019 e 2022: um epidemiológico e outro político, que em conjunto aniquilaram milhares de vidas e colocaram milhões de brasileiras(os) no mapa

da fome novamente. Quanto à política de aniquilação do governo Bolsonaro, ainda não se pode discutir sobre os efeitos na vida das pessoas no Assentamento Santo Dias sem que haja um retorno e aprofundamento investigativo, provavelmente em novas pesquisas no local. Esse parece ser um retorno urgente.

Referências

- BAIROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. *Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 458-463, 1995.
- BAMBIRRA, Natércia Ventura. *Tecendo resistências: uma análise interseccional com mulheres negras em um assentamento de reforma agrária coordenado pelo MST*. 2021. 279 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/230930>. Acesso em: 19 set. 2022.
- BAMBIRRA, Natércia Ventura. *Significado da posse da terra entre mulheres assentadas de reforma agrária: questões de gênero, classe, raça/etnia*. 2016. 126 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável e Extensão) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Sustentável e Extensão, Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2016.
- BAPTISTA, Emerson Augusto; CAMPOS, Jarvis; RIGOTTI, José Irineu Rangel. Migração de retorno no Brasil. *Mercator*, Fortaleza, v. 16, 2017.
- BECKER, Howard. *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais*. Tradução de Marco Estevão Renato Aguiar. São Paulo: Hucitec, 1993.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 7 nov. 2022.

- BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Boletim (BPS) 26 de Desenvolvimento Rural*. Políticas Sociais: acompanhamento e análise. Brasília: Ipea, 2019.
- BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *Instrução Normativa nº 38, de 13 de março de 2007*. Dispõe sobre normas do Incra para efetivar o direito das trabalhadoras rurais ao Programa Nacional de Reforma Agrária. Brasília: Incra, 2007. Disponível em: http://www.incra.gov.br/media/institucional/legislacao/atos_internos/instrucoes/instrucao_normativa/IN38_130307.pdf. Acesso em: 13 set. 2022.
- BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *Portaria nº 981, de 3 de outubro de 2003*. Disponível em: http://www.nead.gov.br/portal/nead/noticias/item?item_id=4985143. Acesso em: 2 set. 2022.
- BRASIL. Casa Civil. *Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993*. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Brasília: Presidência da República, 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8629.htm. Acesso em: 2 set. 2022.
- BRASIL. Casa Civil. *Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017*. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; ...; e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13465.htm. Acesso em: 2 set. 2022.
- BRASIL. Casa Civil. *Lei nº 13.001, de 20 de junho de 2014*. Dispõe sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária; concede remissão nos casos em que especifica; ...; e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2014a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13001.htm. Acesso em: 2 set. 2022.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Mulheres rurais e autonomia: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos Territórios da Cidadania*. Brasília: MDA, 2014b.
- BRASIL. Secretaria-Geral. *Decreto nº 9.424, de 26 de junho de 2018*. Regulamenta o inciso V do caput do art. 17 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a concessão de créditos de instalação de projetos de assentamento aos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária. Brasília: Presidência da República, 2018a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9424.htm. Acesso em: 2 set. 2022.
- BRASIL. Secretaria-Geral. *Decreto nº 9.311, de 15 de março de 2018*. Regulamenta a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e a Lei nº 13.001, de 20 de junho de 2014, para

- dispor sobre o processo de seleção, permanência e titulação das famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária. Brasília: Presidência da República, 2018b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/d9311.htm. Acesso em: 2 set. 2022.
- CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América latina a partir de uma perspectiva de gênero. *Gelédes*, [s.l.], 6 mar. 2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>. Acesso em: 13 fev. 2018.
- CEPAL – Comisión Económica para América Latina y el Caribe. *Mujeres afrodescendientes en América Latina y el Caribe Deudas de igualdad*. Santiago: Cepal, 2018. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/43746/4/S1800190_es.pdf. Acesso em: 20 set. 2022.
- COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Sociedade e Estado*, Brasília, n. 1, v. 31, 2016.
- COLLINS, Patricia Hill. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In: MORENO, Renata (Org.). São Paulo: SOF, 2015.
- COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. *Parágrafo*, São Paulo, n. 1, v. 5, p. 6-17, 2017.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Tradução de Liane Schneider. *Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.
- CRENSHAW, Kimberlé. *Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres não-brancas*. Traduzido por Carol Correia. *Gelédes*, [s.l.], 23 dez. 2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/mapeando-as-margens-interseccionalidade-politicas-de-identidade-e-violencia-contras-mulheres-nao-brancas-de-kimberle-crenshaw%E2%80%8A-%E2%80%8Aparte-1-4/>. Acesso em: 11 mar. 2022.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FERREIRA, Paulo Rogers da Silva. *Os afectos mal-ditos: o indivisível nas sociedades camponesas*. São Paulo: Hucitec, 2008.
- GEHLEN, Ivaldo. Políticas públicas e desenvolvimento social rural. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 18, p. 95-103, 2004.
- GHIRALDELLI, Gabriela. Fatos Primeiro: Bolsonaro acerta sobre números de titulação de terras, mas omite dados de reforma agrária. *CNN Brasil*, São Paulo, 21 jul. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/fatos-primeiro->

- bolsonaro-acerta-sobre-numeros-de-titulacao-de-terras-mas-omite-dados-de-reforma-agraria/. Acesso em: 11 mar. 2022.
- GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. *Educação e pesquisa*, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 167-182, 2003.
- GOMES, Tatiana Emília Dias. *Racismo fundiário: a elevadíssima concentração de terras no Brasil tem cor*. Salvador: CPT-Bahia, 2019. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/artigos/4669-racismo-fundiario-aelevadissima-concentracao-de-terras-no-brasil-tem-cor>. Acesso em: 3 fev. 2023.
- GONZALEZ, Lélia. A Democracia Racial: uma militância. Entrevista à Revista Seaf. *Arte & Ensaios*, Rio de Janeiro, n. 38, p. 222-225, 2019.
- GONZALEZ, Lélia. A juventude negra brasileira e a questão do desemprego. Painel “The Political Economy of Structural Unemployment in the Black Community”. In: CONFERÊNCIA ANUAL DA AFRICAN HERITAGE STUDIES ASSOCIATION, 2., Pittsburgh, 1979. *Anais...* East Point: AHSa, 1979.
- GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira. In: LUZ, Madel T. (Org.). *O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual*. Rio de Janeiro: Graal, 1982. p. 87-106.
- GONZALEZ, Lélia. *Mulher Negra*. Versão com algumas modificações, da comunicação “The Black Woman’s Place in the Brazilian Society”, apresentada na “1985 and Beyond: A National Conference”, promovida pelo African-American Political Caucus e pela Morgan State University. Baltimore, 9-12.ago.1984. 1984a.
- GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afrolatinoamericano. In: ISIS INTERNACIONAL. *Mujeres, Crisis e Movimiento – América Latina y El Caribe*, v. IX, p. 133-141, 1988.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Ciências Sociais Hoje*, Brasília, p. 233-244, 1984b.
- HELENE, Diana. Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia. *Cadernos Metropolitanos*, São Paulo, v. 21, n. 46, p. 951-974, 2019.
- HOOKS, Bell. Não sou eu uma mulher. Mulheres negras e feminismo. Tradução livre para a Plataforma Gueto. *Gueto*, 2014.
- HOOKS, Bell. *Teoria feminista [recurso eletrônico]: da margem ao centro*. Tradução de Rainer Patriota. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- HORA, Karla; NOBRE, Miriam; BUTTO, Andrea. *As mulheres no Censo Agropecuário 2017*. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, 2021.
- KILOMBA, Grada. *Plantation memories: episodes of everyday racism*. 2. ed. Münster: Unrast Verlag, 2010.
- JESUS, Carolina Maria de. *Casa de Alvenaria – diário de uma ex-favelada*. Rio de Janeiro: Paulo de Azevedo, 1961.

- LORDE, Audre. Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque (Org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- LITTLE, Paul. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. *Anuário antropológico*, Brasília, v. 28, n. 1, p. 251-290, 2003.
- MAGRINI, Pedro Rosas. *Cruzando fronteiras invisíveis: desvendando relações de gênero em um assentamento rural organizado pelo MST no sul de Minas Gerais*. 2010. 126 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2010.
- MAGRINI, Pedro Rosas. *Produção acadêmica sobre o MST: perspectivas, tendências e ausências nos estudos sobre gênero, sexualidade, raça e suas interseccionalidades*. 2015. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/134927>. Acesso em: 5 out. 2022.
- MELLO, Janine. *Estratégias de superação da pobreza no Brasil e impactos no meio rural*. Rio de Janeiro: Ipea, 2018.
- MELO, Hildete Pereira de; BANDEIRA, Lourdes. *A pobreza e as políticas de gênero no Brasil*. Santiago: Cepal, 2005.
- NASCIMENTO, Beatriz. Kilombo e memória comunitária: um estudo de caso. *In*: RATTTS, Alex. *Eu sou Atlântica – sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006. p. 109-125.
- NOGUEIRA, Maria Luísa Magalhães; BARROS, Vanessa Andrade de; ARAUJO, Adriana Dias Gomide; PIMENTA, Denise Aparecida Oliveira. O método de história de vida: a exigência de um encontro em tempos de aceleração. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, [s.l.], v. 12, n. 2, p. 466-485, 2017.
- OYĚWÙMÍ, Oyèronké. *La invención de las mujeres*. Una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2017.
- PENNA, Camila. O agro é branco? Seletividade racial e política fundiária no Brasil. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, 2022. Disponível em: https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/esa30-2_07. Acesso em: 3 fev. 2023.
- RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017.
- RIBEIRO, Djamila. *Quem tem medo do feminismo negro?* São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- RUIZ RUIZ, Jorge. Análisis sociológico del discurso: métodos y lógicas. *Forum Qualitative Sozialforschung*, [s.l.], v. 10, n. 2, 2009.

SANTOS JR., G. E. *et al.* Plano de Desenvolvimento do Assentamento Santo Dias. Belo Horizonte: AESCA, 2008.

SOUZA, Simone Maria de. *Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST): as contradições vivenciadas na produção sem a participação das mulheres negras*. 2009. 150 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Recife, Recife, 2009.

Como citar

BAMBIRRA, Natércia Ventura; MAGRINI, Pedro Rosas. Uma análise interseccional das estratégias e resistências mobilizadas por mulheres negras em um assentamento de reforma agrária no sul de Minas Gerais. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, e2331110, 30 jun. 2023. DOI: https://doi.org/10.36920/esa31-1_st05.



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.

Seção Temática

Mulheres, territorialidades e epistemologias feministas – conflitos, resistências e (re)existências

‘Sou preta, pobre e bicho do mato. É muita coisa pra uma pessoa só!’: violências, resistências e formas de luta das jovens mulheres na Região do Bico do Papagaio – TO, Brasil

‘I’m Black, poor, and from the sticks. It’s a lot for just one person!’: violence, resistance, and forms of struggle among young women in the Bico do Papagaio region of Tocantins, Brazil

 **Elisa Guaraná de Castro¹**

 **Luiza Borges Dulci²**

 **Joyce Gomes de Carvalho³**

 https://doi.org/10.36920/esa31-1_st06

Resumo: A diversidade das condições e modos de vida das mulheres do território Bico do Papagaio – TO, no Norte do Brasil, compreendem questões ligadas à terra e à produção, à família, à sexualidade, ao gênero e ao pertencimento ao espaço rural.

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria (PPGExR/UFSM). E-mail: julianaalmeidacosta2017@gmail.com.

² Professor Titular da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp). Pós-Doutor pela École des hautes études en sciences sociales (EHESS), França. E-mail: joel.marin@ufsm.br.

³ Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria (PPGExR/UFSM). E-mail: julianaalmeidacosta2017@gmail.com.

Partindo deste contexto, o presente artigo investigou como a construção das identidades e a participação das mulheres em espaços de decisão são atravessadas pelas dimensões de raça e de geração. A análise se baseia nos resultados do Projeto de Extensão Diagnóstico Participativo das Juventudes do Bico do Papagaio/TO, realizado em 2019, com a participação direta das juventudes do território. O projeto envolveu levantamentos de dados primários e secundários sobre a região e seu perfil demográfico. Os dados evidenciam a pluralidade de formas de manifestação da divisão sexual do trabalho e mostram como aspectos de gênero, racismo e preconceitos associados à origem rural compõem uma matriz de desigualdades que inventa e reinventa as relações rural e urbana em meio à objetividade de fronteiras invisíveis. Observar as *jovens* mulheres, e as mais *velhas*, em especial as lideranças do Movimento Interestadual de Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu (MICQCB), e como elas expressam e percebem formas de controle sobre seu corpo, relações de trabalho e dinâmicas de circulação no território, nos permitiu descortinar a persistência de violências imbricadas em relações de poder em uma sociedade patrilial, racializada e heteronormativa. Ademais, foi possível captar as estratégias de resistência e enfrentamento, igualmente multifacetadas.

Palavras-chave: mulheres rurais; geração; raça; trabalho; sexualidade, território.

Abstract: The diverse conditions and ways of living for women in Bico do Papagaio, Tocantins, in northern Brazil, span issues related to land and production, family, sexuality, gender, and belonging to the rural space. Within this context, this article investigates how the construction of identities and women's participation in decision-making processes intersect with the dimensions of race and generation. The analysis is based on the results of an extension project conducted in 2019 entitled *Participatory Diagnosis of Youths from Bico do Papagaio/TO* which directly involved young people from this territory. The project involved surveying primary and secondary data on the region and its demographics, and found many different manifestations of the sexual division of labor, as well as how aspects of gender, racism and prejudice associated with a rural background comprise a matrix of inequalities that invent and reinvent rural and urban relations amid the objectivity of invisible borders. By observing young and older women, particularly from the Interstate Movement of Babassu Palm Nut Breakers (MIQCB), and how they express and perceive forms of control over their bodies, work

relationships, and dynamics of circulation within the territory, we were able to uncover the persistence of violence intertwined with power relations in a patriarchal, racialized, and heteronormative society. We were also able to capture resistance and coping strategies, which were equally multifaceted.

Keywords: rural women; medicinal plants; emancipation.

Introdução

A construção de identidades e formas de participação na Região Bico do Papagaio, território localizado no extremo norte do estado do Tocantins, região Norte do Brasil, ocorre em meio à diversidade de trajetórias, condições e modos de vida das diversas comunidades ali situadas. Marcadores sociais como gênero, sexualidade e raça atravessam as distintas gerações de mulheres, pertencentes às 19 comunidades rurais dos 12 municípios que compreendem o universo desta investigação.⁴ Suscitado a partir deste contexto, o presente artigo contribui com reflexões sobre território, identidades sociais e participação política, a partir da análise das relações de poder, violências, resistências e formas de luta das mulheres na Região do Bico do Papagaio – TO, Brasil.

Contudo, o ponto de partida para a aproximação com essas questões se apoiou nas inquietações coletivas das juventudes rurais da região a respeito de suas condições de vida. Os resultados aqui apresentados advêm, portanto, de um processo coletivo de compreensão dos dilemas, conflitos, interesses e preocupações das juventudes e de um conjunto de comunidades em relação à vida das e dos jovens. Compreender o território “a partir do seu uso, a partir do momento em que pensamos juntamente com aqueles atores que dele se utilizam” (SANTOS, 1996) permitiu estender o olhar para a problematização de percepções de rural e urbano, e ser jovem e mulher em uma região

⁴ O território do Bico do Papagaio – TO é composto por 25 municípios, 12 dos quais integram o escopo da pesquisa: Araguatins; Augustinópolis; Axixá do Tocantins; Buriti do Tocantins; Carrasco Bonito; Esperantina; Itaguatins; Praia Norte; Sampaio; São Miguel do Tocantins; São Sebastião do Tocantins; e Sítio Novo do Tocantins.

historicamente marcada por conflitos (OLIVEIRA; CRESTANI; STRASSBURG, 2014).

A expressão que dá título ao texto foi proferida por uma jovem do Bico: “Sou preta, pobre e bicho do mato. É muita coisa pra uma pessoa só!”. Esta aproximação conduz nosso olhar sobre a perspectiva interseccional que é demarcada pela noção de diferença, no sentido proposto por Avtar Brah e Ann Phenix (2004). Para as autoras, a interseccionalidade é a indissociabilidade das variáveis de múltiplos eixos de diferenciação: econômico, político, cultural, psíquico e subjetividade (2004, p. 76). Nesse sentido, a diferença como marcador social é ao mesmo tempo uma intersecção de relações sociais, historicamente construídas, experiências coletivas e subjetividade vivida (BRAH, 2006). Os marcadores que singularizam nossa jovem interlocutora estão demarcados por processos históricos de construção mas, também, pela experiência vivida coletivamente como jovem mulher, negra e do campo. No desenvolvimento do projeto com as *juventudes do Bico* foi possível observar como as relações sociais e as experiências coletivas informam processos identitários reforçando a persistência de opressões, ao mesmo tempo que reordenam e ressignificam formas de resistência. Como trata Brah (2006), as identidades que emergem politicamente por vivências em sociedades racializadas, como trabalhadoras e mulheres, não são nem homogêneas nem lineares. E, por isso, para a autora, eixos de análise como diferenças, diversidades e diferenciação permitem uma abordagem que observe narrativas performadas que expressam identidades que unificam diferentes.

O Projeto de Extensão Diagnóstico Participativo das Juventudes do Bico do Papagaio – TO, que tem este artigo como um de seus frutos, nasceu da demanda de *jovens e adultos* por compreender e buscar caminhos para compreender a questão do *êxodo rural das juventudes*.⁵ O Grupo de Trabalho Juventude do Bico do Papagaio, como um dos principais demandantes do projeto de diagnóstico participativo, atuou como sujeito na sua construção e

⁵ Parceria Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e Alternativa para a Pequena Agricultura no Tocantins (APA-TO), apoio da Escola Família Agrícola (EFA) Padre Josimo em julho de 2019 com dois instrumentos principais questionário e grupos focais. Os grupos focais permitiram um diálogo amplo, no entanto, sem identificação de idades e perfis específicos para todas as manifestações. Por essa razão suas falas estão identificadas principalmente por sexo, jovem ou adulto (e derivações) e grupo. Em fevereiro de 2020 o relatório final foi apresentado e debatido em um seminário com as juventudes, as comunidades e lideranças locais.

ao mesmo tempo como parte dos/das respondentes dos instrumentos aplicados. Se a identidade *juventudes* unifica a percepção do que os aproximam, a diversidade das juventudes no território, nas relações de gênero, vivência das suas sexualidades e racialmente identificadas apareceram como intersecções que os diferenciam. E o que pudemos constatar é que os marcadores da diferença que os identificam socialmente são também acionados para construção da ação e do fortalecimento de uma identidade política como *juventudes do Bico* na sua diversidade e pluralidade. Essa identidade política se mostrou atravessada especialmente por relações históricas de poder e dominação na vivência das jovens como mulheres de diferentes territórios rurais da região, e de forma ainda mais intensa quando racialmente marcadas.

Concomitantemente aos constrangimentos socioeconômicos, a investigação jogou luz sobre a vocalização de formas de opressão e de conflitos intergeracionais, os quais evidenciam a visão desqualificadora e as nuances de subalternidade entre pessoas de diferentes gerações. Conforme apontado em outros estudos sobre juventude rural (CASTRO, 2013; WEISHEIMER, 2013), estes também constituem fatores de distanciamento dos jovens e, sobretudo, das jovens da região. Ainda, o Diagnóstico desvelou a persistência de outras formas de opressão e conflito, ligadas à discriminação racial e por “ser do campo”. Igualmente contundentes, relações de gênero e a difícil ruptura com uma estrutura patriarcal marcam as falas de mulheres de três gerações. Como em Stropasolas (2004), observamos a persistência de relações que privilegiam ainda homens na sucessão, gestão e tomada de decisões. Segue um sentimento percebido no estudo de Stropasolas de que as relações vividas pelas jovens mulheres do campo estão *enviesadas contra a mulher* (2004, p. 54). O próprio casamento aparece como uma categoria questionada por possibilitar representar a continuidade de relações de poder. Contudo, assim como no território analisado pelo autor, na Região do Bico do Papagaio verificamos conflitos e mudanças na divisão das tarefas domésticas, da produção agrícola e extrativista, e mesmo na sua gestão. Contudo, os jovens, e em especial as

jovens, ainda se sentem excluídos de espaços de decisão e do acesso à renda sob o controle dos mais velhos.

Nesse contexto, as experiências de organização social e política fomentam processos reflexivos de construção das mulheres e de suas realidades, ao mesmo tempo que abrem caminhos para a participação política e para o enfrentamento das múltiplas e persistentes opressões. Tais processos de emancipação, desconstrução de subalternidades e construção de alternativas ocorrem sobretudo no âmbito das entidades presentes na região: sindicatos das trabalhadoras e dos trabalhadores rurais; associações de assentamentos da reforma agrária; associações de mulheres trabalhadoras rurais; cooperativas; movimentos sociais representativos das quebradeiras de coco babaçu (Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, MIQCB), Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), quilombolas (Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Estado do Tocantins, Coeqto); agricultoras e agricultores familiares; e o GT de Juventudes do Bico do Papagaio.

Vale notar que a construção cultural e política das relações no Bico são historicamente marcadas pela violência, aspecto que evidencia a formação de muitas das entidades da região. No que tange à violência no campo, o assassinato de Padre Josimo em 1986 tornou-se um dos episódios emblemáticos, que retrata uma realidade de conflitos fundiários entre grileiros e posseiros (OLIVEIRA; CRESTANI; STRASSBURG, 2014). A marca das violações na região motivou inclusive a criação de uma Regional da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Araguaína-Tocantins. Segundo o Relatório da Violência no Campo da mesma CPT, em 2021 o estado do Tocantins registrou 62 conflitos no campo envolvendo diretamente cerca de 15 mil pessoas (CPT, 2022). A vivência das juventudes sempre foi, portanto, atravessada pelas memórias das violências sofridas por seus pais e avós. No presente, outras formas de opressão se somam às marcas do passado. Neste artigo, apresentamos como as juventudes enfatizam sobremaneira violências de gênero – que já vinham sendo notadas e enfrentadas pelas mulheres nas décadas anteriores –, de raça e os preconceitos que enfrentam por serem do campo. Denunciam ainda formas menos visíveis de expressão das relações de poder nas famílias e nas comunidades, tais como

conflitos, tensões e violências nos espaços da casa, das associações e sindicatos, da escola, do ir e vir no território, com mais ou menos liberdade.

As formas de violência relacionadas a marcadores sociais como raça e território foram mais presentes nas falas das jovens, em especial sobre a identificação racializada do corpo e, mais ainda, dos cabelos. “A questão da cor. Do cabelo. Eu sofria muito preconceito onde eu estudava” (Jovem mulher, EFA). Ser rural em espaços escolares ainda carrega a desqualificação e violência de preconceitos e agressões verbais “jocosos” como *Chegou os hepatite⁶ do ônibus amarelo. Os come barro. Os poeirinha, os do mato, os macaco* (Jovem mulher, EFA). Processos de reprodução de um olhar que reforça um rural pobre e desqualificável, em oposição “à cidade”, como registrado em *morar bem e morar mal. Lá vem os poeira* (CASTRO, 2013, p. 50). No entanto, no Bico, o uso de termos racistas como na reprodução da nossa interlocutora são frequentes. Nestas persistências, pobreza e território rural são intersecções que reforçam um marcador social da diferença de classe. Além da identificação com o território, ser negro, e mais ainda negra, também aparecem como essas convergências alvo de agressões verbais e exclusão nos espaços de sociabilidade. Como na fala da nossa interlocutora: “Sou preta, pobre e bicho do mato. É muita coisa pra uma pessoa só!” (Jovem mulher, EFA).

A presente análise buscou trazer de forma sistematizada parte da riqueza dos diálogos ocorridos no Projeto Diagnóstico, com seus múltiplos olhares e desejos. Por essa razão, optamos por combinar distintas abordagens, quanti e qualitativas, provenientes de levantamentos primários e secundários sobre o território e a população em questão. A riqueza da análise provém sobretudo das falas dos interlocutores e, principalmente, das interlocutoras. Nos incluímos nessa condição de *interlocutoras* por termos a possibilidade de, nessa experiência, sermos três mulheres pesquisadoras. Se o olhar informado não deve ser tomado de forma essencializada por essa identificação generificada, não devemos, também, deixar de considerar o que pode ter sido posto em movimento por encontros entre as interlocutoras *de fora e de dentro*.

⁶ Em referência ao ônibus escolar amarelo que serve de transporte aos estudantes entre as áreas rurais e a cidade.

As fontes primárias analisadas constituem questionário e grupos focais, ambos idealizados com a participação direta do GT das Juventudes Rurais, desde o desenho à aplicação, envolvendo ainda um seminário destinado ao diálogo entre as diferentes gerações de sujeitos presentes na região. O questionário distribuiu 80 questões em sete blocos temáticos – identificação do entrevistado; escolarização; uso e propriedade da terra; trabalho e renda; lazer; percepção sobre a permanência no meio rural; e participação – além de uma questão “aberta” referente ao papel da juventude do campo na região. Ele foi respondido por 245 pessoas, sendo 111 mulheres, 128 homens e 2 pessoas autodeclaradas “Outro” gênero. Já os 12 grupos focais contaram com participantes das 19 comunidades, envolvendo “jovens”; “pais”; “avós” “professores”; e “lideranças de organizações e movimentos sociais/outros atores que atuam com juventude”.⁷ Os dados secundários provêm de fontes públicas e de organizações sociais.

O diálogo de jovens e mais velhos, o fortalecimento de espaços de fala, por meio de coletivos e formas de organização dos e das jovens, surgiram como modos de resistência e mudança. Consideramos que ter como chave analítica a interseccionalidade e dar visibilidade às diferentes opressões e maneiras de enfrentá-las, como observamos nas entrevistas, e principalmente no Seminário de apresentação dos resultados, contribui para o que Patrícia Hill Collins define como a articulação entre produção de conhecimento e *arma política* (COLLINS, 2014 *apud* HIRATA, 2014, p. 69).

O artigo está organizado em quatro seções, além desta Introdução. Na segunda seção, analisamos dados que nos permitiram conhecer o território do Bico do Papagaio – TO e a diversidade das juventudes e, em particular, das mulheres. A terceira seção trata das desigualdades de gênero, em especial a persistência da divisão sexual do trabalho. A quarta, discute perspectivas

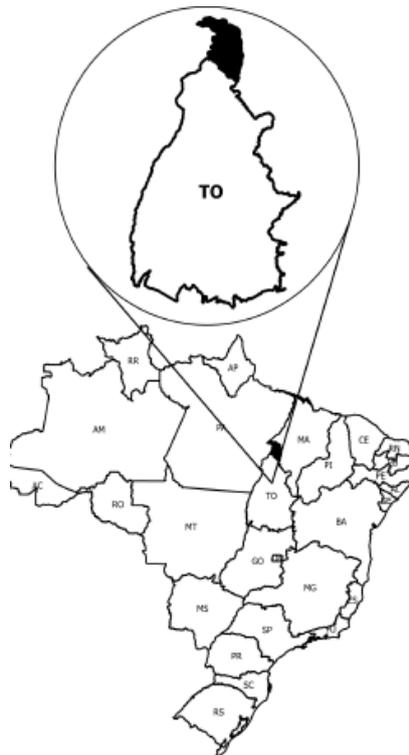
⁷ A comunidade Olhos D'Água (São Miguel), área regulamentada para a ocupação comunitária de pequenos produtores, todos pertencentes à mesma família. Juverlândia e de Folha Seca (Sítio Novo), comunidades extrativistas do coco do babaçu, presença de lideranças do Movimento das Quebradeiras de Coco de Babaçu (MIQCB). As comunidades quilombolas Carrapiché e Prachat (Esperantina). O Acampamento Pe. Josimo (Carrasco Bonito), organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). A Escola Família Agrícola (EFA) Pe. Josimo (Esperantina). Grupo de Trabalho Juventudes do Bico do Papagaio e o Projeto Jovens em Comunicação surgiram a partir da atuação da APA-TO com as juventudes da região. E um GF de lideranças dos movimentos sociais (STTR Regional, STTR de Axixá, STTR de Sítio Novo, ASBB, Coaaf-BICI).

interseccionais na persistência de conflitos e formas de violência mas, também, de resistência e ressignificação. E, por fim, as Considerações Finais.

O território do Bico do Papagaio e o perfil das juventudes

O Território do Bico do Papagaio encontra-se na fronteira entre o Cerrado e a Amazônia. Situa-se em região historicamente marcada pela pobreza e por conflitos agrários, ao mesmo tempo que é referência no processo de luta e de organização das populações extrativistas, com destaque para as mulheres quebradeiras de coco babaçu. São 12 os municípios abarcados no Projeto: Araguatins; Augustinópolis; Axixá do Tocantins; Buriti do Tocantins; Carrasco Bonito; Esperantina; Itaguatins; Praia Norte; Sampaio; São Miguel do Tocantins; São Sebastião do Tocantins; e Sítio Novo do Tocantins.

Figura 1 – Localização do Bico do Papagaio, relativamente ao Tocantins e ao Brasil



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, 2015.

Os municípios possuem baixa densidade demográfica, com população inferior a 18 mil habitantes – à exceção de Araguatins, com 35 mil habitantes. Outras características compartilhadas referem-se à renda e ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM),⁸ Esses indicadores refletem o contexto de alta incidência de pobreza em que a população, particularmente das áreas rurais, encontra-se submetida, refletindo em más condições de moradia, falta de trabalho e informalidade e pouca inserção nas cadeias produtivas agrícolas.

Juventudes: diversidade e persistências

A aplicação do questionário permitiu a constituição de um perfil detalhado das juventudes da região. Para fins do debate proposto, destacamos dados sobre faixa sexo/gênero, faixa etária, cor, estado civil e renda. Os respondentes têm idade entre 12 e 39 anos, sendo 29 adolescentes de 12 a 14 anos, 209 jovens de 15 a 29 anos e 7 de 30 a 39 anos.⁹

Na divisão das juventudes entrevistadas, segundo sexo/gênero, a porcentagem entre homens (53%) e mulheres (46%) foram próximas. Mesmo que em menor número (1%), vale ressaltar a presença de jovens que declararam “outro” gênero. A maior parte declarou estado civil como “solteiro” (83,3%) e não possuir filhos (86,5%). Com relação à cor/raça, a média de autodeclarados negros (88,6%, preta e parda) ultrapassou a média nacional e estadual, 4,9% declaram-se amarelos, 4,1% indígenas e somente 2,4% se autodeclaram brancos.¹⁰ Entre a juventude autodeclarada negra, 47,4% são mulheres e 52,6% são homens.

Quanto à renda familiar mensal, 6,6% dos jovens responderam não possuir nenhuma renda; 34,4% disseram ter renda mensal familiar de até um salário mínimo;¹¹ e outros 24,6% de 1 a 2 salários mínimos. Isso faz com que 65,6% dos

⁸ O intervalo 0,600 a 0,699 caracteriza IDHM médio, no qual se localizam nove dos 12 municípios pesquisados. São Sebastião do Tocantins, Carrasco Bonito e Praia Norte apresentam IDHM inferior a 0,600, considerado índice baixo (0,500 a 0,599).

⁹ Embora o Estatuto da Juventude utilize a faixa etária de 15 a 29 anos para fins de identificação da juventude, optou-se pela autodeclaração visando incluir nas atividades do Projeto todas as pessoas que se identificavam como jovens.

¹⁰ Em termos percentuais, a população negra local é substancialmente maior do que a brasileira, 53,92%, e um pouco maior do que a tocantinense, 78,8%, segundo dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PAND/IBGE) de 2015 e 2019, respectivamente.

¹¹ R\$ 998,00 SM em 2019.

jovens pertençam a famílias com renda mensal entre 0 e 2 salários mínimos. Destaca-se ainda que 68 jovens (27%) afirmaram não saber qual é a renda mensal de suas famílias.¹²

Não há dúvida de que o tema da renda é central para o debate das juventudes e das mulheres. Suas implicações para as condições de permanência no campo são largamente tratadas pela literatura (BRUMER, 2007; OLIVEIRA; MENDES; VASCONCELOS, 2021). O tema adquire ainda mais relevância quando analisado em perspectiva com a dimensão de gênero. Os resultados da presente investigação evidenciam que, em meio à diversidade populacional da região, há marcadores sociais específicos que unificam realidades e vivências. O racismo e a renda são destacados pelos jovens e, sobretudo, pelas jovens mulheres, como fatores que desqualificam suas condições de vida, reforçando, assim, imagens depreciativas do “rural” em oposição ao “urbano”.

A trajetória das quebradeiras de coco babaçu mostra que tais representações não são novidade. Tomadas aqui como caso paradigmático, sua história retrata a persistência de desigualdades e de conflitos vivenciados nas buscas pelo reconhecimento de seu trabalho e pela construção de identidades políticas materializadas em formas de auto-organização. O caso é também privilegiado para demonstrar as persistências de relações de gênero marcadas por enfrentamentos com a autoridade masculina tanto nas famílias quanto nas comunidades. Esses processos de permanente tensão trouxeram rupturas progressivas, ainda que parciais da estrutura patriarcal, como veremos a seguir.

Desigualdades de gênero: persistências e rupturas da divisão sexual e valorização do trabalho

“As meninas vão aprender a quebrar coco, e os meninos vão aprender a trabalhar na roça.” (*Homem jovem, 17 anos. GF – Juventude Juverlândia/Folha Seca*)

O tratamento da interseccionalidade como caminho analítico nos permite dar visibilidade às persistências da desvalorização do trabalho das mulheres, associado à precarização e à remuneração desigual, ou da não remuneração.

¹² Segundo a Pnad/IBGE de 2018, o rendimento nominal mensal domiciliar *per capita* da população brasileira era de R\$ 1.373 em 2018. O estado do Tocantins apresentou rendimento domiciliar mensal *per capita* de R\$ 1.045.

Como define Jules Falquet (2008), o trabalho desvalorizado tem sexo e raça – é desempenhado majoritariamente por mulheres negras. Helena Hirata (2014) demonstra ainda como os trabalhos associados aos cuidados envolvem outro segmento vulnerabilizado, as mulheres migrantes, sejam elas de outros países ou de outras regiões de um mesmo país.¹³

A divisão sexual do trabalho marca, ao mesmo tempo, aspectos de continuidades e descontinuidades geracionais entre as comunidades rurais do Bico. Por um lado, cada comunidade rural guarda particularidades históricas ligadas aos processos de ocupação e uso das terras, bem como à incidência de lutas e à organização social específicas. Por outro, o cotidiano das mulheres e a presença das desigualdades de gênero e suas variações interseccionais apresentam traços comuns entre todas as comunidades, ainda que vivenciados de forma distinta, por exemplo, nos espaços da EFA Padre Josimo, nos quilombos Carrapiché e Prachata ou nas comunidades Juverlândia e Folha Seca, as quais congregam lideranças do MIQCB.

A identificação com a zona rural é também um elemento comum. A maior parte das famílias se dedica ao trabalho na roça, porém há uma diferença expressiva entre a declaração das ocupações dos pais e das mães. No caso das mães, o trabalho na roça (informado por 31,7% dos jovens respondentes ao questionário) acompanha outros afazeres, sendo o principal deles o trabalho no lar (21,6%). Já no caso dos pais, mais da metade (52,5%) é identificado como trabalhador da roça. A vida das mulheres expressa em grande medida um cotidiano de duplas e triplas jornadas:

E mulher quando vai pra roça com o pai, ainda faz a comida pro pai. (Jovem mulher, GF estudantes da EFA Pe. Josimo)

E sem contar final de semana, que o homem tem folga e a mulher não. (Jovem mulher, GF estudantes da EFA Pe. Josimo)

¹³ Dados de 2018 indicam que sete em cada dez pessoas com fome no mundo são mulheres. Em termos fundiários, as mulheres possuem menos de 15% das terras e menos de 2% das propriedades rurais registradas. Recebem apenas 10% de toda a renda global, embora sejam responsáveis por 2/3 do trabalho. Considerando as áreas rurais, 60% das famílias chefiadas por mulheres situam-se em terras marginais, desprovidas de saneamento básico e de insumos e máquinas para a produção. Soma-se a isso o fato de que dos 194 países que compõem a ONU, 102 possuem leis e práticas que negam e/ou dificultam às mulheres o direito à terra. Ainda assim, as mulheres produzem a metade dos alimentos no mundo e até 80% em países em desenvolvimento (IICA, 2018).

Estas falas mostram que as mulheres acumulam funções, ao passo que não é esperado que os homens contribuam com o preparo da comida, com o cuidado das crianças e com as demais tarefas domésticas. A esse respeito, duas questões merecem destaque. A primeira delas tem a ver com o fato de o trabalho doméstico ser atribuído majoritariamente às mulheres – apenas 7% dos pais foram identificados com a ocupação “no lar (sem remuneração)”. No entanto, alguns jovens, tanto mulheres quanto homens, sinalizam a existência de certo grau de igualdade na divisão das tarefas:

Rapaz, na minha casa é igualdade. (Jovem mulher, 20 anos, GF com jovens da comunidade Olhos D'Água)

Lá em casa eu faço tudo, principalmente minha roupa, minha mãe nunca lava minha roupa. (Jovem homem, 16 anos, GF jovens da comunidade Olhos D'Água)

No processo de criação das(os) filhas(os), algumas mães demonstram se empenhar na desconstrução das desigualdades características da divisão sexual do trabalho:

Lá em casa pelo menos meus meninos, eles fazem de tudo, o almoço, eles lava a roupa, eles varrem casa. Eu posso sair tranquila, que eles tomam conta de casa... eu não criei eles no preconceito. (Mulher, GF pais do acampamento Pe. Josimo)

Em alguns casos, a divisão mais igualitária extrapola o trabalho doméstico e alcança também o trabalho na roça:

Não, a gente sempre é igual, aqui não diferencia, ne? A gente sempre trabalha isso. Pra não “ah, a mulher não pode porque é mais fraca”. Aqui não tem essa história. Vamos os dois fazer isso, é isso, vamos fazer. A gente não diferencia um trabalho do outro. (Mulher, GF pais do acampamento Pe. Josimo)

Priorizar na análise a dimensão do trabalho doméstico e do cuidado importa não somente do ponto de vista das relações sociais e de poder no interior das famílias e da sociedade de maneira geral, como também traz implicações analíticas relevantes. Uma leitura restrita aos aspectos monetários leva a uma compreensão das mulheres como dependentes dos homens – maridos, pais, irmãos –, ao passo que a perspectiva do cuidado inverte a lógica e coloca os

homens no lugar de dependentes, uma vez que as mulheres realizam trabalhos igualmente produtivos, indispensáveis à reprodução social (CARRASCO, 2003).

O segundo aspecto de relevo sobre a divisão sexual do trabalho diz respeito às percepções e à forma como as(os) rurais classificam as atividades desempenhadas por seus pais e mães. Embora o trabalho na roça seja comumente realizado por todos da família, a parcela desempenhada pelas mulheres nem sempre é reconhecida como trabalho. Isto é, embora sejam elas as principais responsáveis pelo cultivo de hortas e plantas medicinais, pelo cuidado dos quintais produtivos e o manejo dos animais de pequeno porte, essas atividades não são vistas com frequência como *trabalho na roça*. Segundo Jalil (2009), o trabalho das mulheres não é associado à roça porque o espaço das hortas, dos quintais produtivos e do manejo de pequenos animais é, via de regra, entendido como extensão do espaço doméstico. E podem ser associadas a trocas não monetizadas que têm lugar no próprio território e, assim, deixam de ser percebidas e valorizadas como trabalho. Ou seja, como na noção de trabalho desvalorizado (FALQUET, 2008) observamos atividades percebidas como femininas associadas aos cuidados e não reconhecidas como trabalho, em oposição ao trabalho percebido como “produtivo” por ser realizado por homens. A desqualificação e mesmo a invisibilidade do trabalho feminino é um componente-chave das formas de reprodução de desigualdades de gênero e uma das razões pelas quais as mulheres, especialmente as mulheres jovens, participam menos do planejamento das decisões produtivas nas propriedades da agricultura familiar do Bico.

O item sobre o planejamento da produção agropecuária e extrativista e uso das terras, presente no questionário, mostrou que em menos da metade (42,2%) das famílias as decisões são tomadas coletivamente. A exclusão dos jovens é evidente: somente 35,5% afirmaram participar do planejamento; 45,9% disseram que participam “às vezes”; e 7,4% não participam. Dentre os que afirmaram fazer parte do planejamento de maneira recorrente, 23,4% são homens e menos da metade (11,3%) são mulheres; já entre os que participam “às vezes”, 25,5% são mulheres e 20,5% são homens.

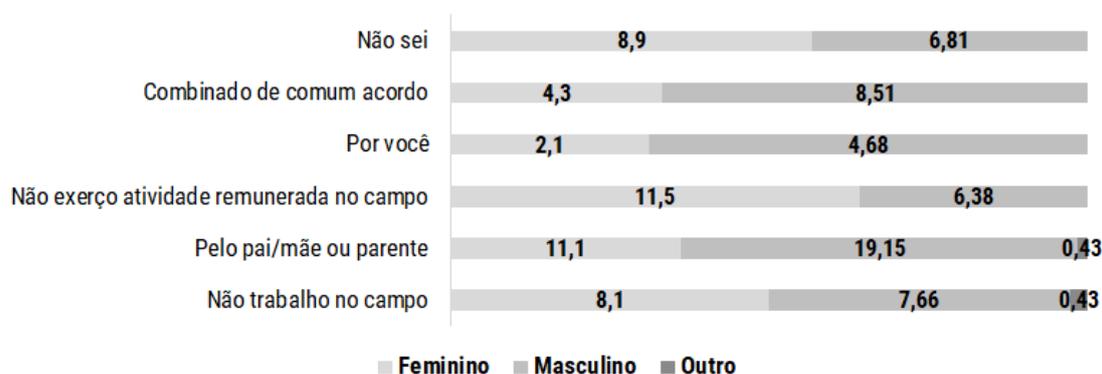
Nos grupos focais, pudemos observar que a participação das mulheres é frequentemente negada por justificativas que desqualificam sua capacidade de

opinar sobre o trabalho. O depoimento de uma jovem estudante da EFA Pe. Josimo discorre sobre a desconsideração dos conhecimentos das mulheres e, em particular, das jovens mulheres no manejo da lavoura:

O pai sabe que eu tô aqui, sabe que eu vou me formar em agroecologia. Aí às vezes ele me pergunta alguma coisa. Eu dou minha opinião como técnica. Aí meus irmãos: “ela não sabe de nada, o senhor não tem que ficar ouvindo a opinião dela”. Aí o que eu falei, o que falo, nem leva em consideração. (Jovem mulher, GF estudantes da EFA Pe. Josimo)

A opinião da jovem é desconsiderada não apenas pelo pai, o que evidencia uma barreira geracional, mas também pelos irmãos, fato que denota a reprodução de formas culturais machistas e da desigualdade de gênero nos espaços de decisão. Como extensão do que ocorre em relação ao planejamento, as jovens mulheres são igualmente excluídas das decisões sobre a remuneração do trabalho que realizam na roça das famílias, conforme mostra o Gráfico 1, a seguir:

Gráfico 1 – Participação dos jovens na forma como a remuneração é decidida, segundo sexo/gênero



Fonte: Elaboração própria a partir dos questionários da pesquisa Diagnóstico da Realidade das Juventudes Rurais do Bico do Papagaio – TO.

Tanto em relação às definições de “comum acordo” com as famílias quanto às definições “dos próprios jovens”, o contingente de mulheres corresponde à metade dos homens. Além disso, a maior participação das mulheres na

categoria dos que “não exercem atividade no campo” reforça o questionamento anterior a respeito do reconhecimento do trabalho. Quando perguntados sobre o grau de satisfação com a forma como a remuneração do trabalho nas famílias é paga, entre os que se dizem satisfeitos, 21,6% são mulheres e 37,1% são homens. A pesquisa também desvelou que muitos jovens, tanto homens quanto mulheres, trabalham em múltiplas atividades, porém com baixa ou nenhuma remuneração. Tal constatação destoa de percepção recorrente entre os adultos de que os jovens não gostam de trabalhar.

Quem enfrenta mesmo são os antigos que tão acostumados. Eles que são novos não querem pegar na enxada, na foice... acham que saindo ... vão arrumar um dinheiro mais ligeiro. (Mulher, GF pais e tios da comunidade Olhos D'Água)

Como se vê, múltiplas construções da divisão sexual do trabalho estão interseccionadas por percepções geracionais, assim como são impactadas diretamente pelas condições de vida atuais encontradas na região.

Interseccionalidade: desigualdades, violências, enfrentamento e ressignificação

“Aí nós chega nelas e pergunta o que é? Ela é um bicho por acaso? Ela é um ser humano, e ela é linda, vocês não devem ficar mangando dela.” (*Jovem mulher quilombola. Carrapichê*)

Preconceitos, ofensas e violências são elementos corriqueiros da paisagem rural do Bico do Papagaio, no passado e também no presente. Os dados obtidos nos questionários mostram que 40,9% dos respondentes relataram já terem vivido situações de preconceito e/ou discriminação por serem do campo. Essas situações foram vivenciadas predominantemente no espaço escolar, envolvendo diferentes sujeitos, dentre os quais colegas de escola (29,7%), professores (4%), estudantes de outras escolas e no ônibus escolar (1,8%). Outras formas de preconceito e discriminação estão relacionadas à “cor da pele/cabelo/raça” (23,2%); à “condição econômica” (11,8%); ao fato de “ser mulher” (6,4%); “ser jovem” (5,4%); e também relativos a atributos físicos (alto, magro, gordo, orelhas etc.), constituindo 2,5%.

Apontados desde os questionários, somente durante a realização dos grupos focais que foi possível identificar e compreender os vários significados atribuídos aos preconceitos por parte das juventudes. Ao mesmo tempo que a marca da discriminação é forte e ubíqua, nota-se a construção de subjetividades a partir de vivências em particular e coletivas. A variedade de reações tem a ver, portanto, com os temas dos preconceitos – racial, gênero, renda, sexualidade, ser do campo etc. –, porém é sentida e processada de maneiras diferentes a depender dos sujeitos em questão. Evidencia-se corpos não aceitos em espaços como a escola e no comércio local, onde a intersecção de raça e ser do campo/quilombo, assentamento rural – podendo ainda ser associada a construções heteronormativas – produzem agressões verbais violentas. Não sem reação e resistência.

No que concerne às questões gênero e sexualidade, a realidade das comunidades rurais do Bico do Papagaio nos remete a Scott (1990), para quem o aprofundamento da análise deve relacionar as percepções sobre gênero – tidas em muitas representações, incluindo os marcos teóricos, como binárias – e as relações de poder. Os resultados do Diagnóstico mostram que a variável gênero precisa ser interpretada a partir das percepções flutuantes e transbordantes, que extrapolam o binarismo, como ferramenta analítica para a compreensão de relações de poder. Tal construção permite relacionar dois fatores que apareceram de formas distintas nas falas de jovens e de adultos: os entendimentos sobre a violência simbólica e física dos homens em comparação às das mulheres; e sobre a vivência da sexualidade. Há aí persistências e ressignificações que evocam continuidades e rupturas. Tal configuração evidencia-se, por exemplo, nas compreensões da geração adulta de hoje sobre seus pais, relativamente às relações de hoje com seus filhos e filhas. O mesmo ocorre nas falas de jovens sobre seus pais e seus avós. Gênero e geração se cruzam neste percurso. O controle sobre a sexualidade dos e das jovens é mais presente na fala dos e das jovens, enquanto é mais ausente nas falas dos mais velhos e mais velhas, como veremos adiante.

A perspectiva interseccional permite o diálogo entre as vivências e relações nas comunidades e nas famílias, e outros marcadores, como *ser do campo*, que

demarcam as diferenças “de dentro” e “de fora”. Como veremos a seguir, de fato, nota-se que as desigualdades são múltiplas. Retomando Brah e Phenix (2004, p. 75), a interseccionalidade é percebida como a indissociabilidade das variáveis de múltiplos eixos de diferenciação.¹⁴ Por fim, a recuperação de estudos sobre as quebradeiras de coco babaçu (ANTUNES, 2006; BARBOSA, 2006) contribuiu para a análise da persistência de desqualificadores de gênero e raça e a vivência de preconceitos observados naquele território.

Ser do campo, raça e classe: violência, resistência e ressignificação

O debate sobre “rural” e “urbano” e suas fronteiras movimenta, há décadas, distintas análises e compreensões que fogem ao escopo deste artigo. Interessa analisar aqui como as experiências e as impressões das juventudes a respeito de seus processos de socialização fora das comunidades rurais são atravessadas por formas de preconceito e discriminação que extrapolam os marcadores de raça, gênero e geração. Se, por um lado, as discriminações ligadas à origem rural permitem articular maneiras simbólicas de construção e afirmação das identidades entre as *juventudes do Bico*, por outro, reforçam estereótipos e representações de caráter negativo. A maior parte das vivências do preconceito se dá em espaços urbanos.

A mãe foi comprar uma blusa branca, e a mulher pergunta onde ela mora, diz leva outra. Ela responde vou levar a branca, a gente mora no campo, mas tem água pra lavar. (Mulher Jovem, GF com as Juventudes em Comunicação)

No rol das discriminações e das imagens distorcidas a respeito das comunidades rurais, destacam-se as ofensas endereçadas aos sem-terra, frequentemente referidos como PA:

No meu primeiro ano na escola esperava o ônibus, aí teve uma vez que a gente chegou e se encostou no ônibus que tava sujo de poeira e o cara falou “ô PA, tu não se banhou hoje não?”. Aí eu disse “pelo menos eu tenho dinheiro no bolso”. Eles

¹⁴ Tradução livre: “We argue that the need for understanding complexities posed by intersections of different axis of differentiation is as pressing today as it has always been” (BRAH; PHENIX, 2004, p. 75).

chamam de PA, de projeto de assentamento. (Homem Jovem, GF com as Juventudes em Comunicação)

Eles falam que a gente é bandido, ladrão, fica tomando as terras dos outros. Mas a gente sabemos que terra não é do proprietário que diz que sim, ne? Que a terra é da União. (Homem Jovem, GF com estudantes da EFA Pe. Josimo)

Os relatos dos dois jovens e da jovem nos mostram as formas de violência sofridas por moradores do campo, mas demonstram também como são respondidas com a valorização de identidades coletivas e das suas lutas pela terra e seus direitos.

Como vimos no início deste artigo, a escola é o espaço de maior vivência dessas violências para os e as jovens, com termos como os *hepatite do ônibus amarelo*. *Os come barro*. *Os Zé fumaça por causa do ônibus*. *Os poeirinha, os do mato, os macaco*. A questão do racismo foi um dos aspectos mais destacados na investigação. O cabelo, em especial, é foco de preconceitos que mesclam aspectos de gênero e raça, uma vez que têm como alvo prioritário as mulheres. Como afirmamos anteriormente, evidencia-se corpos jovens não aceitos em especial na escola. A violência das agressões verbais partem principalmente de estudantes. No entanto, é clara a não ação institucional e mesmo agressões de professores. Nesse contexto, reolocamos a fala de nossa interlocutora que compõe o título deste artigo. Agora desvelando que o agente da construção violenta desses marcadores da desigualdade foi um professor em sala de aula.

A questão da cor. Do cabelo. Eu sofria muito preconceito onde eu estudava. Ela era índia também. Só que eu morava no centro, ela era da cidade. E o professor disse que além de eu ser preta, pobre ainda era bicho do mato. E disse só pra mim. Eu me senti muito mal. Ele me ofendeu muito. E eu sofri muito. E eu ainda sofri bullying porque sou preta, pobre e bicho do mato. É muita coisa pra uma pessoa só. Risos. (Mulher jovem, GF estudantes da EFA Pe. Josimo)

A violência sofrida por essa jovem é difícil de descrever. No entanto, a maneira como ela jocosamente ressignifica o que viveu, rindo e reforçando *é muita coisa para uma pessoa só*, e seu reconhecimento como jovem liderança demonstram como os espaços coletivos de organização e vivência *como*

juventudes do Bico contribuíram para a resistência e reação aos processos cotidianos de exclusão.¹⁵ Portanto, como afirmamos, essas ações não são recebidas sem resistência e ressignificação.

Em outro caso, a manifestação contra as violências recorrentes sofridas por uma das jovens do quilombo demonstra uma experiência coletiva compartilhada (BRAH; PHENIX, 2004) em defesa do direito à diversidade. O relato seguinte também pode ser lido como um laço afetivo importante dos e das jovens dessa comunidade.

Por causa da cor, do cabelo, a maioria fala que ela é macho, é feia porque o cabelo dela é curto [jovem de cabelo negro curto presente no Grupo], tem várias pessoas que faz piadinha com ela. Ela gosta de sair com nós e as pessoas ficam olhando de cara feia e mangando. Aí nós chega nelas e pergunta o que é? Ela é um bicho por acaso? Ela é um ser humano, e ela é linda, vocês não devem ficar mangando dela. Aí ela acaba se zangando acaba xingando as pessoas. (Jovem mulher quilombola, Carrapiché)

Os depoimentos evidenciam como raça, “ser do campo”, serem associadas a uma categoria de trabalho rural, e ainda gênero, se intersectam na perspectiva de diferenciação, que vem atravessada pela história dos conflitos por terra na região, como tratamos na Introdução. Tais desqualificadores carregam formas de reprodução de uma sociedade racializada (PINHO, 2004). Mas pontuamos como a reação a formas de violência são processos de resistência e ressignificação. Ao mesmo tempo que a vocalização das violências marca e interdita relações com o outro, veremos adiante como violências persistentes nas comunidades e nas famílias reforçam maneiras de opressão de gênero e geração.

Gênero, geração e sexualidade no território das quebradeiras de coco

As questões sobre o controle da circulação e da vivência da sexualidade apareceram em diversos relatos no *Diagnóstico*. Contudo, dois Grupos Focais permitiram um olhar diferenciado. O GF de Jovens de Juverlândia e Folha Seca

¹⁵ A jovem é uma das organizadoras do GT *Juventudes* e muito atuante na comunidade e nos espaços de organização das e dos jovens na região. Em conversas informais relatou a importância dos espaços das *juventudes do Bico* organizados pela Apto para que pudesse enfrentar a violência cotidiana e valorizar a sua realidade.

e o GF mães e avós da mesma região, territórios do extrativismo do coco babaçu, localizados no município de Sítio Novo. O primeiro grupo, formado por um jovem e todas as demais jovens mulheres, foi realizado na igreja católica da comunidade. O segundo, foi composto por mulheres, a sua maioria integrante do MIQCB, e ocorreu na casa da principal liderança do MIQCB. Talvez esses formatos propostos pelas próprias interlocutoras tenham gerado um ambiente que possibilitou o aprofundamento dessas questões. Os Grupos permitiram abarcar um olhar privilegiado sobre três gerações de mulheres, as adultas de hoje, falando sobre seus pais e suas filhas, e as jovens, falando sobre seus pais e avós. As principais questões tratadas foram as desigualdades entre homens e mulheres e o papel da participação no MIQCB para mudanças nessas relações de poder. Já a conversa com o grupo focal de jovens permitiu tratar também do tema diversidade sexual.

Para analisarmos os relatos colhidos, é preciso apresentar alguns elementos a mais sobre a região. O Bico do Papagaio integra o que podemos chamar de território do coco babaçu.¹⁶ Lá as quebradeiras encontram-se organizadas no MIQCB e produzem, além do coco *in natura*, produtos dele derivados, como o óleo e a farinha. A história do extrativismo do coco babaçu é reconhecida pela luta de trabalhadores contra o domínio dos grandes produtores. Nessa trajetória, as mulheres são protagonistas nos movimentos que lutam pelo direito da coleta e do beneficiamento e, sobretudo, pela manutenção e proteção dos babaçuais (ANTUNES, 2006; BARBOSA, 2006). Ambas as autoras enfatizam o papel do MIQCB para a promoção da autonomia das mulheres na região, assim como para o aumento dos níveis de renda, para a preservação ambiental e o fortalecimento dos mecanismos políticos relativos ao cumprimento da Lei do Babaçu Livre. Apontam, contudo, que o empoderamento das mulheres não representou a superação definitiva de desigualdades de gênero nas famílias. A participação política delas segue como um assunto conflituoso, e elas nem sempre encontram suporte familiar na divisão das tarefas.

¹⁶ A produção extrativa do coco babaçu está presente em seis estados brasileiros: Maranhão, Pará, Piauí, Tocantins, Mato Grosso e Goiás.

Nossa investigação corrobora esses estudos e detalha a percepção das pessoas do Bico sobre o histórico das lutas na região. Em ambos os grupos focais foi possível perceber a reprodução dos mecanismos de controle sobre a circulação espacial de mulheres de distintas gerações, bem como a persistência da divisão desigual das tarefas e, ainda, o diálogo nem sempre livre de conflitos no âmbito das famílias. As mulheres mais velhas reiteradamente afirmaram que era muito mais difícil na época em que eram jovens. Segundo avaliam, o controle era muito maior tanto em termos de circulação quanto na divisão das tarefas, e, em especial, no que se refere à renda.

Os pais antes administrava tudo, dizia pra onde a gente ia pra fazer o trabalho, era o pai. [...] Nós nem sabia quanto dava, nem quanto lucrava. [...] Eu não tinha dinheiro não tinha nada. E era a mesma coisa, quando queria ir pra algum lugar pedia pro papai. (Mulher, GF mães e avós da comunidade de Juverlândia e Folha Seca)

Papai não deixava nada. (Mulher, GF pais e avós da comunidade de Juverlândia)

Eu não tinha pai, fui criada pela vovó, minha vó não deixava eu ir pra lugar nenhum, só trabalhando. Não sabia nem o que era dinheiro. Fui conhecer o dinheiro quando quebrei o coco e vendi. (Mulher, GF mães e avós da comunidade de Juverlândia e Folha Seca)

Segundo afirmaram, o casamento reproduzia o mesmo padrão de dominação.

Eu sofri muito que todo ano eu tinha filho, todo ano eu tinha filho. Todo tipo de serviço eu fiz. Vendia banca em festa, com cocada de coco. Eu comecei dando meu dinheiro pra ele. (Mulher, GF mães e avós da comunidade de Juverlândia e Folha Seca)

Os relatos apontam como as condições mudaram quando começaram a quebrar coco e, de forma mais preponderante, após a criação do Movimento. O direito à aposentadoria também apareceu como outro elemento que conferiu mais autonomia financeira. Ainda assim, como apresentado por Antunes (2006), se a violência doméstica persiste, a atividade extrativista e de

beneficiamento organizado a partir do MIQCB trouxe autonomia para essas duas gerações, hoje avós e mães das jovens com quem conversamos.

Mas depois que eu passei a me governar ai mudou. Eu passei a ganhar meu dinheiro. A humilhação é demais, mas só quando ele tá bêbado. Quando tá bom ele é bom. E as meninas quando tavam aqui eu que administrava. Depois que eu botei o pano no ombro melhorou. (Mulher, GF mães e avós da comunidade de Juverlândia e Folha Seca)

Aí chegou a idade de aposentar aposentei. Aí minha vida mudou. O marido domina a mulher, ele tinha até vontade que eu desse meu dinheiro pra ele, mas aí cada um domina seu salário. (Mulher, GF mães e avós da comunidade de Juverlândia e Folha Seca)

Assim como ocorreu no estado do Maranhão (BARBOSA, 2006; ANTUNES, 2006), também na região do Bico, em Tocantins, a participação das mulheres no movimento social foi e continua sendo, para muitas lideranças, um processo de enfrentamento com os maridos. Em alguns casos, os conflitos familiares foram atenuados ou até mesmo superados em razão do aumento da renda e da garantia de trabalho remunerado por meio de sindicatos e associações. No entanto, a aceitação ou o reconhecimento do direito à atuação política das mulheres segue como um tema contencioso na relação com os maridos.

O meu marido chegava a me chamar de vagabunda. E eu dizia vai te embora, me deixa como vagabunda. Me esculhambava. E eu não tinha medo não. Toda vez que tinha reunião eu perguntava se tinha vaga. Eu dizia to lá. E eu voltava e era uma briga, tinha vez que passava dias intrigado comigo. E eu trabalhando, cantando e fazendo o almoço. (Mulher, GF mães e avós da comunidade de Juverlândia e Folha Seca)

Na visão desta liderança, o apoio por parte dos maridos fez a diferença para permitir que algumas mulheres conseguissem participar e outras não.

O marido ajuda. Porque tem gente que não chegou nessa luta porque o marido não ajuda, não combinou. Fazer viagem de três dias o marido tem que combinar. O meu marido combinou. (Mulher, GF mães e avós da comunidade de Juverlândia e Folha Seca)

A fala das gerações mais velhas contrasta com a dos jovens em alguns temas, ao passo que demonstra a persistência de padrões de desigualdade de gênero, especialmente no que tange ao controle sobre a circulação espacial e da violência doméstica. Em estudos sobre a juventude rural (STROPASOLAS, 2004; CASTRO, 2013) é recorrente o controle diferenciado sobre a circulação de homens e mulheres. Distintas formas de controle, ontem e hoje, seguem constituindo dimensão relevante das desigualdades de gênero. Tanto é assim que as jovens se referem reiteradamente ao controle imposto pelos pais. As restrições às jovens mulheres são muito mais comuns do que aquelas impostas aos seus irmãos homens. Elas são submetidas ao controle dos homens – pais, irmãos e outros parentes – quando crianças e jovens. As pressões pelo casamento se apresentam como um dos mecanismos de manutenção da hierarquia masculina:

Eu particularmente lá em casa a gente não pode fazer nada. O pai não deixa. Só deixa sair se tiver uma pessoa de responsabilidade pra sair. A menina tem que chegar as 10 em casa, o menino pode chegar a hora que quiser. E quando chega numa idade tem que casar com um homem pra ser respeitada. Ai se não casar todo homem quer tomar uma saliência. Essa pressão é um dos motivos das mulheres saírem. De não ter a liberdade que não tem. E muitas vezes saem casadas ou na primeira oportunidade de sair. Mas, quando casam descobrem que o marido é pior que os pais. (Mulher, GF jovens da comunidade Juverlândia e Folha Seca)

Contudo, as jovens afirmaram que estão ocorrendo mudanças. Por exemplo, a cavalgada, muito associada a uma atividade masculina, passou a ser praticada por jovens mulheres. Na citação a seguir, a jovem reforça a questão geracional no controle sobre o que as mulheres podem ou não fazer, mas fala sobre a cavalgada como um símbolo de mudança.

E também a menina é vista muito como sexo frágil. Não pode fazer isso porque é menina, e os meninos podem porque são fortes. O preconceito com a menina é muito forte, isso aqui a menina não pode usar, isso aqui não pode fazer porque é coisa de homem. Já vem das criações dos nossos pais, porque eles aprenderam isso. Uma coisa que vem trazendo pro lado positivo nas cavalgadas é que as meninas estão andando de

cavalo. Antes era só menino, e agora tão participando e sendo a guia do cavalo mesmo. Tem mais menina que menino. (Mulher jovem, Juverlândia e Folha Seca)

O cerceamento da liberdade também se apresenta no aspecto da orientação sexual. Segundo um professor da EFA Padre Josimo, até então nenhum estudante da região havia assumido a condição de LGBTQIA+,

Nesses três anos eu não vi nenhum aluno que se sentiu à vontade pra assumir a sua sexualidade sei lá diferenciada né? Então eu acho que ainda tem um tabu pra eles se sentirem a vontade de se expor, tem algum medo. (Homem, GF com professores da EFA Pe. Josimo)

A questão só apareceu nas conversas com as juventudes e sempre atravessada por elementos de conflito e de violência simbólica, sendo ainda apontada como fator determinante para a saída daqueles que desejam viver sua sexualidade. Além do grupo de Juverlândia e Folha Seca, outros(as) jovens corroboram a difícil vivência da diversidade sexual na região do Bico, principalmente nas áreas rurais. Algumas manifestações demonstram que os homens, sobretudo, têm mais dificuldade de romperem com formas heteronormativas de vivência de sua sexualidade.

O preconceito tem em todo lugar, mas na zona rural é maior porque eles dizem que aprenderam assim dos pais, homem é homem e mulher é mulher. Os jovens aceitam mais. (Homem jovem, 17 anos GF jovens da comunidade Juverlândia e Folha Seca)

Porque assim quem é camponês trabalha com gado. E quem trabalha com gado tem que ser muito machão... O pai já diz: toma jeito de homem! (Homem jovem, GF as Juventudes em Comunicação)

O preconceito tem em todo lugar, mas na zona rural é maior porque eles dizem que aprenderam assim dos pais, homem é homem e mulher é mulher. Os jovens aceitam mais. Os mais velhos não aceitam e acham que é influencia, ou então porque você quer. Quem que escolhe passar por tudo isso, todo o preconceito, ter dificuldade pra estudar pra trabalhar. Aí você ouve a esse menino é muito inteligente, mas ele é gay. Eles veem como defeito. (Homem jovem Juverlândia/Folha Seca)

Os diálogos nos grupos focais e outros dados mobilizados ao longo do Diagnóstico apontaram como as relações de gênero reproduzem formas históricas típicas de sociedades patriarcais, heteronormativas e racializadas, com a persistência de representações que desqualificam os trabalhadores e, em especial, as trabalhadoras do campo. A realidade do Bico mostrou, contudo, que as relações de poder e os mecanismos de reprodução das desigualdades são também enfrentadas com experiências coletivas que as ressignificam e vêm promovendo mudanças.

Considerações finais: persistências, resistências e mudanças

Ao retomar o percurso do Diagnóstico e seus resultados, procuramos tratar território, gênero, raça, geração e sexualidade por uma perspectiva interseccional, que demonstra sua indissociabilidade. O tema das violências e desigualdades foi sem dúvida o mais presente nas falas, mas vimos também formas de se contraporem, enfrentarem, resistirem e ressignificarem essas experiências. Embora materializadas e percebidas de maneira plural, especialmente no que tange ao aspecto geracional, raça, gênero, sexualidade e território aparecem em relevo na percepção das interlocutoras, principalmente das jovens.

No esforço de conclusão, destacamos processos de mudança em curso. As diferenças geracionais indicam que há transformações ocorrendo com respeito às formas de uso e ocupação das terras, à divisão sexual do trabalho, aos níveis de renda e escolaridade da população, assim como quanto à participação dos e das jovens. Em meio a estas transformações, continuidades e rupturas marcam as vivências e percepções das jovens mulheres, suas mães e avós, com respeito à família, ao trabalho doméstico e na roça e ao cotidiano da vida coletiva das comunidades. Se há muitas persistências em relação ao marcador social de raça, há também novas questões no que tange a gênero e sexualidade.

Interessadas em aprofundar leituras sobre a formação e as expressões dessas diversas identidades das mulheres do Bico do Papagaio – TO, analisamos se e como fronteiras visíveis e invisíveis no âmbito das desigualdades de gênero vêm sendo superadas ou, ao invés, reificadas pela combinação de antigas e

novas dinâmicas de sociabilidade. Nos dedicamos ainda a compreender como se dá o processo de reinvenção e pertencimento à ruralidade a partir desses corpos/sujeitos e identidades. Como afirmamos na Introdução, observamos que os marcadores da diferença que os identificam socialmente são também acionados para construção da ação e do fortalecimento de uma identidade política como *juventudes do Bico* na sua diversidade e pluralidade.

Na perspectiva dos pais e professores, as juventudes têm o papel de dar seguimento ao trabalho das gerações anteriores, seja no âmbito da produção, do cultivo da lavoura, seja no sentido da luta pela terra na região do Bico.

Eu creio que a função da juventude é levar a diante de onde a gente parar, eles têm que crescer pra ser alguém na vida. Buscar os objetivos deles. Tudo que a gente não conseguiu ter pra gente, a gente tá ali incentivando pra que eles venham a ter. (Mulher, GF pais da comunidade quilombola Carrapiché e Prachata)

Introduzir o jovem nesse espaço justamente pra que ele dê continuidade nesse processo de luta que nós tivemos e nós precisamos dessa juventude pra dar continuidade a este processo. (Mulher, GF professores da EFA Pe. Josimo)

Uma questão que já se apresenta nas falas de jovens e adultos é que as mudanças nas práticas produtivas devem vir acompanhadas de uma maior abertura para a participação das juventudes. Exemplo disso é o MIQCB, que mais recentemente passou a contar com uma assessoria de juventude, atento à questão da transição geracional.

No MIQCB pela primeira vez tá tendo espaço pra juventude. Antes não tinha. Agora tem assessoria jovem, eu sou de lá. Nos encontros estamos sempre priorizando. As mulheres mesmo tão percebendo que daqui um tempo elas não vão conseguir mais então que tem que formar essa juventude. (Mulher, GF jovens da comunidade Juverlândia e Folha Seca)

Eu acho que com as mudanças ainda tem muito jovem querendo espaço pra essa troca de experiências. Só falta garantir esse espaço. Porque os jovens dizem que quando os mais velhos estão eles não dão espaço pra eles falarem. E os mais velhos dizem que os jovens não querem se misturar.

Então a gente precisa unir esse povo. (Mulher, GF jovens da comunidade Juverlândia e Folha Seca)

Outro aspecto relevante é o fato de que as mudanças surtem mais efeito quando são fruto de trabalho coletivo entre as várias organizações presentes na região, conforme apontou uma professora da EFA:

E eu acho também que não é só a escola, eu sempre coloco isso ne? Existe a EFA, existe os movimentos, existe a APATO, a gente vai ter que pensar isso coletivamente ne? (Mulher, GF com professores da EFA Pe. Josimo)

Todo o processo de elaboração do Diagnóstico da Realidade das Juventude Rurais do Bico do Papagaio – TO, bem como a trajetória das quebradeiras de coco babaçu evidenciam idas e vindas de lutas históricas pelo território, por direitos e igualdade. Nesse sentido, corroboram a análise de Miguel e Biroli (2014), para os quais a luta contra as desigualdades e pelo direito das mulheres é ela mesma a luta pela democracia, uma vez que esta não existe sem a participação efetiva das mulheres em toda a sua diversidade. Mostram ainda que as necessárias mudanças formais na legislação relativa ao direito das mulheres não devem negligenciar o descompasso entre os direitos formais já estabelecidos e as desigualdades efetivas que ainda persistem. À luz da realidade do Bico, acrescentamos que a sustentação das mudanças requer legislações e políticas públicas que combinem melhorias materiais e transformações nas estruturas políticas, culturais e sociais.

As demandas das juventudes do Bico pelo Diagnóstico podem ser lidas como uma forma de resistência e busca de mudanças. O processo do Diagnóstico permitiu um diálogo, há muito desejado, entre jovens e mais velhos, que vivenciam espaços de conflito aberto e contínuo na região, e constroem demandas políticas de fortalecimento de seus espaços de organização. Um desses encontros de diálogo entre gerações foi proporcionado ao final dos trabalhos. Ali, jovens e adultos dos movimentos, coletivos e organizações que participaram do Projeto, se reencontraram em um seminário de trocas e análise coletiva dos resultados. Os(as) jovens expuseram suas preocupações, assim como suas propostas para enfrentar as violências e a desqualificação cotidiana que sofrem. Apresentaram ainda proposições para fortalecer formas de

organização das juventudes e dos próprios movimentos sociais. Nesse espaço foi amplamente defendido que o diálogo entre *jovens* e *mais velhos* é um caminho para novas formas de participação política e a ampliação das juventudes nos espaços organizativos. Chamaram especial atenção sobre o controle da vida das jovens mulheres, a divisão desigual de trabalho, o racismo e outros preconceitos vivenciados principalmente nas escolas, o controle das sexualidades e a violência heteronormativa, com ênfase na reprodução de padrões de masculinidade. Nesse sentido, o diálogo intergeracional se mostra um caminho fundamental no que se refere às possibilidades de rupturas com práticas e estruturas opressoras que persistem nas famílias e comunidades.

Esse percurso nos aproximou não só de um território, mas das vivências dessas juventudes e das mulheres marcadas por violências, resistências e suas formas de luta. Para além do espaço, o tempo informa nosso olhar em diálogo com nossas interlocutoras. *Estar lá*, de julho de 2019 a fevereiro de 2020, e *Escrever aqui*, em novembro de 2022 – em uma livre apropriação (GEERTZ, 1998) –, remete e movimenta muitas formas de violência, resistência e luta, nos aproximando ainda mais. E informa olhares mais densos de significados em ser jovem, mulher e negra no Bico do Papagaio ontem, mas especialmente hoje. O fortalecimento de jovens “dentro”, em especial em suas possibilidades coletivas, contribui para o enfrentamento de históricas desigualdades sociais “fora”, abrindo caminho para a derrubada de muros e a abolição de fronteiras, visíveis e invisíveis, que seguem controlando corpos e limitando seus espaços de vivência e atuação.

Referências

- ANTUNES, Marta. As guardiãs da floresta e o tortuoso caminho do empoderamento. *In: WOORTMANN, Ellen et al. (Orgs.). Margarida Alves: coletânea sobre estudos rurais e de gênero. Brasília: MDA, 2006.*
- BARBOSA, Viviane de Oliveira. A Caminho dos babaçuais – gênero e imaginário no cotidiano de trabalhadoras rurais no Maranhão. *In: WOORTMANN, Ellen et al.*

- (Orgs.). *Margarida Alves*: coletânea sobre estudos rurais e de gênero. Brasília: MDA, 2006.
- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 26, p. 329-376, 2006. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644745>. Acesso em: 5 out. 2022.
- BRAH, Avtar; PHENIX, Ann. Ain't I a Woman? Sojourner's 'Truth'. *Journal of International Women's Studies*, [s.l.]. v. 5, n. 3, p. 75-86, 2004.
- BRUMER, Anita. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de (Orgs.). *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- CARRASCO, Cristina. A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres? In: FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam (Orgs.). *A produção do viver*. São Paulo: Sempre Viva Organização Feminista, 2003.
- CASTRO, Elisa Guaraná de. *Entre ficar e sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2013.
- CPT – Comissão Pastoral da Terra. *Conflitos no campo no Brasil*. Goiânia: CPT, 2019.
- FALQUET, Jules. Repensar as relações sociais de sexo, classe e “raça” na globalização neoliberal. *Mediações*, Londrina, v. 13, n. 1-2, pp. 121-142, 2008.
- GEERTZ, Clifford. O dilema do antropólogo entre "estar lá" e "estar aqui". *Cadernos de Campo*, São Paulo, v. 7, n. 7, p. 205-235, 1998.
- GRANOVETTER, Mark. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. *The American Journal of Sociology*, Chicago, v. 91, n. 3, p. 481-510, 1985.
- HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, São Paulo, v. 26, n. 1, 2014.
- IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. Marco de referencia de género y mujeres rurales. San José: IICA, 2018. Disponível em: <https://repositorio.iica.int/handle/11324/8599>. Acesso em: 1 maio 2023.
- JALIL, Laeticia Medeiros. *Mulheres e soberania alimentar: a luta para a transformação do meio rural brasileiro*. 2009. 197 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <https://tede.ufrj.br/jspui/handle/jspui/1241>. Acesso em: 10 out. 2022.
- MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- OLIVEIRA, Márcia Freire; MENDES, Luciano; VASCONCELOS, Andrea Costa van Herk. Desafios à permanência do jovem no meio rural: um estudo de casos em Piracicaba-SP e Uberlândia-MG. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 59, n. 2, 2021.
- OLIVEIRA, Nilton Marques de; CRESTANI, Leandro de Araújo; STRASSBURG, Udo. Conflitos agrários no Bico do Papagaio. *IDEAS*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 104-134, 2014. Disponível em:

<https://revistaideias.ufrrj.br/ojs/index.php/ideias/article/view/160>. Acesso em: 23 set. 2022.

PAULILO, Maria Ignez. O peso do trabalho leve. *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, n. 28, 1987.

PICCHIO, Antonella. Visibilidad analítica y política del trabajo de reproducción social. In: CARRASCO, Cristina (Org.). *Mujeres y economía: nuevas perspectivas para viejos y nuevos problemas*. Barcelona: Icaria, 1999.

PINHO, Osmundo. de A. O efeito do sexo: políticas de raça, gênero e miscigenação. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 23, p. 89-119, 2004.

SANTOS, Milton *et al.* Território e Sociedade – entrevista com Milton Santos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1996.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para os estudos históricos? *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, 1990.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. O valor (do) casamento na agricultura familiar. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 253-267, 2004.

WEISHEIMER, Nilson. Sobre a invisibilidade social das juventudes rurais. *DESidades*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 22-27, 2013.

Como citar

CASTRO, Elisa Guaraná de; DULCI, Luiza Borges; CARVALHO, Joyce Gomes de. ‘Sou preta, pobre e bicho do mato. É muita coisa pra uma pessoa só!’: violências, resistências e formas de luta das jovens mulheres na Região do Bico do Papagaio – TO, Brasil. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, e2331111, 30 jun. 2023. DOI: https://doi.org/10.36920/esa31-1_st06.



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.

Seção Temática

Mulheres, territorialidades e epistemologias feministas – conflitos, resistências e (re)existências

Novos modos de resistência protagonizados por ‘mulheres atingidas’ a partir das intervenções no âmbito territorial

New expressions of resistance by women affected by territorial interventions

 Rodica Weitzman¹

 https://doi.org/10.36920/esa31-1_st07

Resumo: Este artigo propôs analisar as dinâmicas protagonizadas pelas mulheres que são impactadas de algum modo pelos efeitos de intervenções no âmbito territorial. Os processos indenizatórios, implementados pelas autoridades estatais e empresariais a partir de acontecimentos que alteram o cotidiano de uma forma drástica –, seja uma tragédia ocasionada pelas forças da natureza, seja uma obra que faz parte de uma megaprojeto – acarretam a conversão das perdas em valores monetários. Ser sujeitada, de forma repentina, à contabilização de bens simbólicos coletivos – a casa, o quintal e

¹ Doutora em Antropologia Social pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGAS-MN/UFRJ), Pós-doutora pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Ippur/UFRJ) dentro da linha de pesquisa associada a “Conflitos Socioambientais”. Pós-doutoranda no Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). E-mail: roassessorias@yahoo.com.br.

as áreas dedicadas às atividades agroextrativistas, que são carregados de valores e emoções não mensuráveis – representa a domesticação das experiências de violência mediante técnicas e instrumentos. Examinamos de que maneira mulheres atingidas por estas tragédias criam estratégias para subverter os modos hegemônicos de controle da gestão territorial. Constituem marcas de uma práxis política que se integra a uma epistemologia ecofeminista relacional.

Palavras-chave: mulheres; atingidas; territórios.

Abstract: This article analyzes the dynamics utilized by women impacted by territorial interventions. The process of calculating indemnities from government authorities and business after events that drastically alter the daily lives of families and communities (whether natural disasters or large-scale development projects such as dams or mining operations) involves converting losses into monetary values. Suddenly being subjected to calculations of the symbolic value of assets such as a home, a backyard, or areas dedicated to extractivism (which are all associated with emotions that cannot possibly be measured) is a domestication of violent experiences through techniques and instruments. This article examines how women affected by these tragedies create strategies to subvert the hegemonic modes of exercising control over territorial management, tactics which signal a political practice that is part of an ecofeminist and relational epistemology.

Keywords: women; affected; territories.

Introdução

Este artigo tem como principal objetivo abrir um campo de reflexão que aponta em duas direções. Primeiramente, buscamos trazer uma leitura aguçada dos impactos dos grandes projetos de desenvolvimento a partir das perspectivas daqueles que são diretamente afetados – “os” e “as atingidas” –, demonstrando de que maneira estes processos de expropriação territorial, que chegam de forma unilateral, recaem principalmente sobre os grupos sociais de modos distintos de acordo com marcadores sociais (gênero, raça, etnia, classe, geração

e nacionalidade). À luz de vertentes das teorias e epistemologias feministas interseccionais (HOOKS, 2000; HILL COLLINS, 2015), decoloniais (SEGATO, 2012; LUGONES, 2014) e de feminismo comunitário e territorial (PAREDES, 2008; CABNAL, 2010; SVAMPA, 2021), propõe-se entender os múltiplos “efeitos” (SIGAUD, 1992) das intervenções do setor empresarial e governamental sobre os modos de subjetivação² das mulheres, o que tem rebatimentos sobre suas territorialidades em diferentes escalas.

Em segundo lugar, exploraremos algumas estratégias que são construídas por mulheres que se situam nos territórios impactados com o principal objetivo de problematizar e subverter os modos hegemônicos de controle da gestão territorial, que se revelam no cerne dos processos de indenização e deslocamento compulsório. Os dois casos trazidos para este exercício analítico, tanto aqueles(as) que são afetados(as) pelos processos de implementação de megaprojetos quanto aqueles(as) que são sujeitados(as) aos efeitos de desastres ambientais, desvelam as tensões inerentes ao gerenciamento dos conflitos socioambientais dentro de uma densa “rede de responsabilidades” (DAS *et al.*, 2000), envolvendo diversos atores sociais. Na gestão de procedimentos que buscam aliviar e compensar danos ocasionados – como as medidas indenizatórias –, é importante pontuar que amiúde as fronteiras entre os agenciamentos estatais e empresariais se tornam bastante acinzentadas. De acordo com Mitchell, “a divisão Estado-Empresa não é uma simples distinção entre dois objetos ou domínios autônomos, mas uma fronteira complexa, interna ao reino das práticas” (MITCHELL, 1999, p. 83).

As situações vivenciadas por mulheres atingidas por uma “tragédia das chuvas” nas comunidades urbanas do Rio de Janeiro e por mulheres afetadas pela instalação de uma obra hidrelétrica em Tucuruí, Pará, obviamente apresentam distinções importantes, as quais são exploradas no corpo deste texto, mas sinalizamos que estaremos fiéis ao fio condutor da análise a ser efetivada: as reações que são desencadeadas quando as autoridades estatais e/ou empresariais passam a regulamentar e controlar as condições da ocupação

² Alinhamo-nos com a noção de “modos de subjetivação” trazida por Guattari; Rolnik (2005), que revela um entendimento mais amplo da subjetividade, enquanto um terreno que revela a justaposição entre o coletivo e o individual, o social e o pessoal. Estes modos de subjetivação são considerados singulares, porque não há repetição nos processos vividos, sendo que a interioridade se instaura no cruzamento de múltiplos componentes de forma inusitada.

territorial e orquestrar uma nova linguagem: a mensuração dos danos. As ações que são ativadas nestes momentos críticos se dividem em dois campos distintos:

- (i) uma postura de questionamento da lógica que esteja na base das medidas “compensatórias” e a proposição de um outro modo de reconhecer e valorar os significados de “bens”, “objetos” e “territorialidades”;
- (ii) formas de ação política que passam pelas múltiplas expressões de “cuidado coletivo” no âmbito territorial, propondo outras lógicas do bem viver.

Em relação ao segundo ponto, é importante exercer um olhar aguçado sobre as transformações nas estratégias de luta de mulheres que manifestam suas identidades coletivas por meio de um processo de territorialização. Como Svampa (2021) afirma, no bojo das estratégias protagonizadas por mulheres “atingidas” pelos impactos do neoextrativismo, testemunhamos “as bases de uma nova linguagem comum de valorização da territorialidade, que podemos denominar de giro ecoterritorial, ilustrado pela convergência de diferentes matrizes e linguagens” (SVAMPA, 2021, p. 63). Sinalizam novos fundamentos entre dádiva e mercado dentro de uma reescritura das relações “natureza-cultura” (GUÉTAT-BERNARD; VERSCHUUR; GUÉRIN, 2015), além de revelar novos significados para a gestão dos recursos naturais, enquadrados como “bens comuns”³ (FEDERECI, 2014; OROZCO, 2017). Distintas expressões de agência – com base nas configurações de redes de interdependência e apoio mútuo que atestam a força do “trabalho de cuidados” para a sustentabilidade da vida (CARRASCO, 2006, 2018) – podem ser lidas como manifestações do que Svampa nomeia de “feminismos ecoterritoriais”. Como bandeira política de movimentos inspirados nos “feminismos ecoterritoriais”, a noção de bem viver se torna mais tangível, como “um conjunto de ideias plurais, que insistem na mudança do paradigma desenvolvimentista para uma visão de crescimento econômico limitado, solidário e sustentável, incentivando a (re)criação de

³ Partimos de um entendimento dos “comuns” como relações constituídas e constituintes de uma racionalidade ambiental não mercantil. Existem diversas leituras deste termo a partir do olhar de diferentes teóricos: enquanto Dardot e Laval (2017) trazem um entendimento dos “comuns” como uma base da reprodução humana, Federici (2014) insere uma leitura feminista dos comuns, colocando ênfase na coletivização da gestão da terra e do trabalho de reprodução social que as mulheres efetivam em diferentes momentos históricos.

espaços comuns (da comunidade), além de colocar os direitos da natureza como uma premissa incontornável” (COCATO, 2021, p. 9). De acordo com Svampa, “a denominação específica de ‘feminismos ecoterritoriais’”, que tem surgido com força nos países latino-americanos, enfatiza “seu vínculo com o giro ecoterritorial das lutas, assim com as mobilizações dos afetados socioambientais, que também constroem sua narrativa em torno da justiça ambiental” (SVAMPA, 2021, p. 1).

Tanto Cabnal (2010) quanto Svampa (2021) destrincham os princípios subjacentes a uma postura política epistêmica que ganha inteligibilidade a partir da denúncia da violência sobre os territórios/corpos e da crítica contundente aos processos de desenvolvimento capitalista e extrativista. Um elemento central desta visão de feminismo – feminismo comunitário ou “ecoterritorial” – é a geopoliticização do espaço em diversas escalas, começando pela ligação estreita entre “corpo-território.” Estas “narrativas ecopolíticas”, que emanam de coletivos protagonizados por mulheres em diversos contextos sociopolíticos, nos dizem respeito ao fortalecimento de identidades coletivas – “guardiões de sementes”, “razeiras”, “quebradeiras de coco babaçu” e assim por diante – e evocam a emergência de uma “subjatividade comum” (SVAMPA, 2021, p. 8), enraizada nos solos dos territórios. Sinalizamos a potência destas iniciativas que tem surgido nos últimos anos nas configurações organizacionais e que devem ser objeto de análise de uma futura investigação. A avaliação das formas organizativas protagonizadas pelos coletivos de mulheres que são sujeitados às ameaças de expropriação territorial será o foco de outro trabalho a ser desenvolvido posteriormente, como uma continuidade deste processo inicial de pesquisa.

A seguir, fazemos algumas ponderações sobre algumas dimensões metodológicas: as vozes que foram ouvidas e as fontes de informação que foram consultadas. Ressaltamos que este trabalho apresenta um mapa polifônico de vozes sobre o tema analisado, uma vez que foi possível estabelecer interlocuções com perfis diferentes de entrevistados(as): mulheres atingidas em contextos urbanos e rurais, um dos seus filhos, e também uma assessora de uma organização que atuava nos grupos atingidos.

Trazemos alguns elementos que consideramos ser fundamentais para entender as fontes de informação que subsidiaram a análise a ser efetivada neste empreendimento intelectual. Um dos casos analisados constituiu o foco da pesquisa de mestrado da autora em Antropologia Social no período de 2010 a 2011, que abordou os processos de deslocamento de mineiros para favelas cariocas. Assim, incorporamos alguns dados etnográficos das sistematizações feitas durante o trabalho de campo, incluindo as entrevistas com as principais interlocutoras. O outro caso focalizado – os grupos atingidos pela usina hidrelétrica de Tucuruí –, foi o alvo de um projeto aprovado pela Capes em 2015, dentro do Edital nº 12/2015, “Memórias Brasileiras: Conflitos Sociais”, durante estágio do pós-doutorado no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Ippur/UFRJ) no período de 2017 a 2018. Um acervo que foi constituído no Ippur/UFRJ ao longo de 30 anos a partir de diversas fontes (documentos, gravações de entrevistas e fotos) foi acessado para a construção das análises dentro deste artigo. Ao longo do engajamento no projeto de pesquisa, foi efetivado um trabalho de análise documental a partir dos diversos arquivos fabricados pelos grupos atingidos – tais como folhetos, boletins, cartas e atas de reuniões –, muitas vezes de forma artesanal – com o intuito de disseminar suas bandeiras de luta e construir uma via de comunicação com o setor elétrico de forma mais efetiva. Esta base de sistematizações prévias foi utilizada para as finalidades deste trabalho. Merece destaque os registros das palestras realizadas por lideranças e ex-técnicos(as) de organizações locais durante o Seminário “Tucuruí: Memórias de uma luta em curso” (Auditório de Geociências, UFF, Belém, Pará, 24 de abril de 2018), que forneceu subsídios para a análise efetivada no escopo deste artigo.

Adentrando no universo das ‘mulheres atingidas’: questões norteadoras da análise a ser efetivada

Ao adentrar no universo das mulheres “afetadas” por desastres, acontecimentos e eventos críticos no âmbito territorial, primeiramente, é importante esclarecer que jogamos luz em uma categoria identitária que vem se consolidando e ganhando força política – “atingida” –, e que unifica, de algum modo, um amplo leque de mulheres que se identificam mutuamente a partir de

sua condição, embora sejam atravessadas por distintos marcadores sociais. De acordo com Furtado e Andriolli (2021), o foco para a análise efetivada é o plano empírico da vida social das mulheres como “sujeitos” que demonstram diferentes formas de agência, uma vez que, “apesar das suas diferenças – quilombolas, camponesas, na sua maioria negras, e indígenas, além de outras formas de identificação (de geração, por exemplo) –, têm em comum o fato de serem “atingidas” (FURTADO; ANDRIOLLI, 2021, p. 69). O conceito de “atingido(a)”, como Vainer (2008) pontua, representa uma categoria “em construção”; por assim dizer, não é uma nomeação cristalizada e fixa, mas tem sido sujeitada às disputas e às divergências imanentes ao campo político em diferentes marcos históricos. No entanto, apesar destas oscilações, a categoria identitária – atingido(a) – tem sido um elemento-chave no processo de reconhecimento e legitimação das vozes das pessoas que são afetadas em diferentes graus por alterações no seu entorno que já os(as) deslocam para uma “situação do risco”, seja em função do modo de operacionalização de um empreendimento, seja por causa de uma tragédia ocasionada por fatores oriundos “da natureza” (enchentes, deslizamentos de terras, entre outros). No caso das megaprojetos, vemos que a conceituação sobre ser ou não ser atingido(a) sofre oscilações ao longo do ciclo de implementação das obras, justamente em função da ampliação paulatina dos seus efeitos no espaço físico.⁴ Ao mesmo tempo, esta categoria identitária é moldada no decorrer das interações, a partir de um jogo de interesses que transcorre ao longo de um processo árduo de negociação com as autoridades estatais e empresariais para colocar em ação medidas voltadas para a reparação dos danos.

Ao trazer nossa reflexão para o universo das mulheres “atingidas”, cabe ressaltar dois pontos-chaves em relação ao uso desta nomeação como dispositivo de articulação, luta e negociação de *direitos e deveres*. Em primeiro lugar, representa um caminho fundamental para a afirmação de sujeitos que

⁴ No caso da região de Tucuruí, Pará, onde houve a instalação de uma UHE no final dos anos 1970, percebemos que uma distinção foi estabelecida entre a população afetada diretamente, ao redor do lago e “as famílias na região jusante embaixo da barragem”, que formalmente não faziam parte da área de intervenção da Eletronorte, uma visão que era apresentada nos estudos rotulados como “preliminares”: “os Estudos de Inventário e Viabilidade.” Cabe ressaltar que, no final dos anos 1980, o termo “Atingidos” denota o processo de ampliação dos efeitos perceptíveis da intervenção da UHE, no sentido de incluir aqueles que sofreram com o alagamento da região – direta ou indiretamente –, como foi denunciado em alguns documentos produzidos nesta época.

tiveram seus direitos violados e que articulam este processo de violação a partir do lugar que ocupam. Em segundo lugar, de acordo com Furtado e Andriolli (2021), “indica também a necessidade de reconhecimento dessa violação e da justa reparação”, o que possibilita ainda uma postura proativa perante um campo de disputa assimétrica e extremamente polarizada, que se exprime na dicotomia entre os poderes instituídos e suas armas de intervenção, por um lado, e os grupos e indivíduos atingidos, enraizados nos seus respectivos territórios, por outro (VAINER, 2003). As assimetrias de poder potencialmente interdita a capacidade criativa e adaptativa dos grupos “atingidos” em face das condições ambientais que se apresentam no cerne dos regimes de expropriação e expansividade mercantil sobre os *bens comuns*.

O pano de fundo: as manifestações do neoextrativismo desde a ótica das mulheres atingidas

Svampa (2021) nomeia este período que revelou o domínio do neoextrativismo de “Consenso das *Commodities*”, marcado pelos “altos preços das *commodities*, de uma balança comercial favorável para os países exportadores e de uma nova fé na doutrina do desenvolvimento produtivo a partir dessas explorações” (SVAMPA, 2021, p. 8). Levando em conta a lógica neoextrativista que se embasa na extração dos recursos oriundos dos territórios a qualquer custo (FURTADO; ANDRIOLLI, 2021), percebemos que os impactos não podem ser apreendidos a partir de uma leitura neutra, uma vez que as mulheres são “atingidas” por intervenções dos setores empresariais e estatais no âmbito territorial de uma forma muito desigual. Cruz Hernández (2017) nos alerta que os espaços extrativistas são altamente masculinizados e que a instalação de empresas provoca uma “patriarcalização dos territórios” (CRUZ HERNÁNDEZ, 2017). Este processo de “patriarcalização dos territórios” é revelador de um processo de transmutação dos territórios, o que Augé chama de um “verdadeiro não lugar” (AUGÉ, 2003), uma vez que, por meio dos fluxos de capital e da difusão de tecnologias que estes projetos demandam, o local se transforma em um espaço de produção transnacional. Assim, a existência de outros esquemas referenciais que são fundamentais para as mulheres na costura de suas territorialidades, como o acesso às fontes de água ou matas e a

diversidade de plantas nas áreas de produção agrícola são sistematicamente negados.

Torna-se imprescindível adotar uma abordagem mais abrangente e multidimensional das intervenções assentadas na lógica neoextrativista, de forma alinhada com a posição endossada por Furtado e Andriolli (2021) que propõe “examinar os megaprojetos, levando em conta as mulheres não como um apêndice a outras análises sobre os Grandes Projetos de Desenvolvimento (GPI), mas como uma maneira de reexaminar o processo de construção das suas lógicas com base nos feminismos, nas experiências das mulheres: a partir da expropriação dos territórios e do trabalho das mulheres; dos seus corpos; e da capacidade de ação política” (FURTADO; ANDRIOLLI, 2021, p. 89). Assim, a perspectiva analítica que trazemos para este artigo envolve a incorporação de um enfoque de gênero com base em diferentes óticas das vertentes feministas, na leitura destes conflitos socioambientais.

Os contextos sobre os quais desenvolvemos este exercício de análise crítica revelam as assimetrias estruturais que caracterizam conflitos ambientais agudos e que se materializam nos territórios⁵ e nas formas de relacionalidade com territorialidades⁶ distintas. Tomamos como ponto de partida uma visão acerca dos conflitos socioambientais inspirada nas leituras de Sigaud (1992) e Acelrad (2006). É sabido que os projetos de grande envergadura – como a Usina Hidrelétrica em Tucuruí, PA, ou em Sobradinho, BA – desencadeiam “um conjunto de conflitos entre diferentes forças sociais” (SIGAUD, 1992, p. 34), tendo início destas situações conflitantes a intervenção estatal. Acelrad (2006) define “conflitos socioambientais” como processos deflagrados por modos diferenciados de uso e apropriação do território, nos quais seus significados estão no cerne da disputa, sendo foco de interpretações diferenciadas e reformulações. São desencadeados geralmente com base em pressões e ameaças

⁵ Aqui nos aproximamos das grandes contribuições do pensamento decolonial latino-americano ao debate sobre território, a partir de sua leitura pelo viés ontológico, que endossa a defesa do território como espaço de vida e concebe este espaço como uma fonte de criação de expressões de existência em sentido amplo. Partimos da visão de Arturo Escobar (2015), de uma “ontologização do território”, que aposta que apenas se compreende o ser ao entender sua territorialidade.

⁶ Para a melhor compreensão da “territorialidade”, utilizamos o conceito de Almeida (ESCOBAR, 2015 *apud* ALMEIDA, 2006): “Uma forma dinâmica que funciona como um fator de identificação, defesa e força dos grupos que mantêm laços solidários e de ajuda mútua. Informam um conjunto de regras firmadas sobre uma base física considerada comum, essencial e inalienável, não obstante disposições sucessórias porventura existentes.”

sofridas por grupos sociais em função das práticas de intervenção de agentes externos e da distribuição de “externalidades.”⁷ Na visão da pesquisadora Lygia Sigaud,⁸ as diferentes forças sociais que transparecem em situações de conflito “não estão dadas *a priori*, mas se constituem no próprio processo, a partir de uma estrutura social preexistente, da lógica de atuação do Estado, que varia historicamente, e também das alianças construídas e desfeitas” (SIGAUD, 1992, p. 34).

Introduzimos também aqui a leitura crítica sobre determinadas localidades que são sujeitadas à superposição de empreendimentos e instalações responsáveis por danos e riscos ambientais, as chamadas “zonas de sacrifício” (BULLARD, 1996; VIÉGAS, 2006), que nos revelam nitidamente de que modo os territórios são racializados dentro de uma lógica operante de “naturalização” das catástrofes ambientais. Em alguns cenários, percebemos de que modo os agentes governamentais, em aliança com o mundo empresarial, constroem práticas discursivas embasadas na culpabilização daqueles(as) que ocupam determinados espaços que se caracterizam como “áreas de risco”, o que agrava o grau dos conflitos que se eclodem dentro dos territórios. Svampa (2021) realça os significados de uma “zona de sacrifício”, que pressupõe “a radicalização de uma situação de desigualdade e de racismo ambiental”, onde se encontra as intersecções entre “o social, o étnico e a problemática de gênero” (SVAMPA, 2021, p. 10).

Zhour e Oliveira (2007) nos alertam para o fato de que os conflitos ambientais não deveriam ser lidos estritamente a partir da chave interpretativa de “conflitos de interesses”, uma vez que também se configuram como “conflitos de valores, cosmovisões, racionalidades e modos de vida” (ZHOURI; OLIVEIRA, 2007, p. 4). No cerne dos processos de construção de empreendimentos ou de gestão de “crises” (enchentes, chuvas fortes), testemunhamos de que modo “a base cognitiva para os discursos e as ações dos

⁷ “Externalidades” podem ser definidas como “os efeitos colaterais” de uma ação que envolve terceiros. Este termo se refere às consequências – negativas e positivas – para “terceiros” que não são levadas em consideração pela empresa ou indústria que executa a ação.

⁸ Em meados da década de 1980, Sigaud, Rosa e Mielnik (1983) e Sigaud (1988) abriram uma nova linha de pesquisa que abordava, de modo frontal, as repercussões sociais das barragens hidrelétricas sobre os camponeses, com foco nas barragens de Sobradinho (no sertão da Bahia) e Machadinho (entre os estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina). Sigaud, Rosa e Mielnik (1983) e Sigaud (1988) criticavam incessantemente uma visão simplificadora do “social”, que resultava na padronização das reações das populações atingidas perante os grandes projetos de desenvolvimento.

sujeitos neles envolvidos configura-se de acordo com suas visões sobre a utilização do espaço” (ZHOURI; LASCHEFSKI; PAIVA, 2005, p. 4). Observa-se um certo reducionismo em relação ao valor atribuído aos espaços e seus usos dentro dos territórios impactados por parte do setor empresarial, o que suscita diversos pontos de tensionamento. Deste modo, podemos citar alguns exemplos concretos que revelam a falta de entendimento dos modos de vida de comunidades tradicionais, como populações ribeirinhas, nos processos de negociação. De acordo com Zhouir, Laschefski e Paiva (2005), percebe-se uma contraposição entre duas lógicas que dificultam a implementação de medidas compensatórias: por um lado, as populações ribeirinhas atribuem significados à terra e ao rio como componentes essenciais de seu “metabolismo territorial” (ZHOURI; LASCHEFSKI; PAIVA, 2005, p. 4), defendendo a noção destes bens comuns como parte da memória coletiva, que passa por regras de uso e compartilhamento dos recursos. Por outro lado, o setor elétrico, incluindo o Estado e empreendedores públicos e privados, “adotam uma ótica sobre a terra e seus usos restrita ao funcionamento do mercado, que reduz a apreensão do território à propriedade e, como tal, o concebe como uma mercadoria passível de valoração monetária” (SIGAUD; MARTINS-COSTA; DAOU, 1987; VAINER, 2008).

A maleabilidade das categorias identitárias se torna um elemento central que rege o fluxo de acontecimentos que eclode nos territórios atingidos. Como referência, seguimos a leitura de Weber (1987), que parte de uma noção da identidade não como uma ideia descritiva ou naturalizante, mas como uma categoria afirmativa e propositiva, que vai se consolidando a partir da construção de um repertório⁹ de ações coletivas, inaugurado quando acontece um evento de ordem “extraordinária” (DAS *et al.*, 2000).¹⁰ A abordagem adotada neste artigo endossa a linha de pensamento que é defendido por Bell Hooks (2000), que propõe pensarmos em termos plurais como saída para que as

⁹ Partimos da ideia de “repertório”, apresentada por Sidney Tarrow e Douglas McAdam, como “mecanismos dinâmicos que colocam em interação variáveis como oportunidades políticas, peso da mudança social, estruturas de mobilização, ações transgressoras e quadros explicativos (*framings*)” (MCADAM; TARROW; TILLY, 2001). Sigaud (1988) afirmava, no caso da implantação da barragem em Sobradinho e suas repercussões, que “a invasão inaugurou uma modalidade de ação que não estava inscrita no repertório de ações daquele mundo” (SIGAUD, 1988, p. 104).

¹⁰ Das *et al.* (2000) definem o plano do “extraordinário” como “o lugar das crises e momentos críticos”, que se destaca do plano “ordinário” da vida cotidiana, no qual os acontecimentos corriqueiros ocorrem. Por certo, um acontecimento como a construção de uma usina hidrelétrica e seus efeitos socioambientais pode ser tomado como um evento crítico, que pertence à ordem extraordinária da vida social.

identidades sejam tratadas fora do escopo das noções ocidentais de um ser unitário. Ao abordar as formas de agência das mulheres “atingidas” – em todas suas dimensões –, torna-se fundamental problematizar a noção de uma experiência vivida por mulheres agricultoras e extrativistas como algo universal e uniforme,¹¹ desafiando o entendimento padronizado de gênero como uma categoria estável, homogênea e autocontida (SCOTT, 1995), ao mostrar as múltiplas dimensões da construção identitária de mulheres que ocupam distintas posições sociais. Neste sentido, adotamos uma concepção da “agência” que tira o peso do “indivíduo” como sujeito de mudança e contextualiza as diferentes posições que as mulheres ocupam – muitas vezes desde o lugar da “fronteira” (ANZALDÚA, 1987)¹² e/ou a partir de formas inusitadas de resistência que surgem no cerne dos coletivos autogestionados (ABU-LUGHOD, 1986; MAHMOOD, 2005; LUGONES, 2014). A abordagem interseccional de feminismo¹³ nos habilita para compreender as interseções entre relações de poder, indo além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que operam para iluminar os cruzamentos entre marcadores de gênero, raça, etnia, geração e classe na produção e na reprodução das desigualdades sociais. Algumas formas de agência perante os processos indenizatórios impostos pelos agentes empresariais e/ou do Estado são perscrutadas aqui a partir de um recorte espacial e temporal. Este recorte se justifica pelo fato de que a modalidade do poder estatal e empresarial nestes dois contextos – da implantação de uma obra hidrelétrica em Tucuruí, PA, e da tragédia das chuvas e deslizamento de terras nos morros dos Prazeres e do Escondidinho/RJ – está fundada no culto de *expertise*, uma manifestação do saber técnico inerente à figura do especialista que efetiva suas mensurações com base em um mapeamento dos danos cometidos sobre os corpos e territórios em um determinado período de tempo – a instalação da crise e a etapa pós-crise. Tendo

¹¹ A suposição de uma identidade “universal” que atravessa diferenças culturais tem sido uma das questões propulsoras de um debate contemporâneo entre as feministas no campo teórico e político, um diálogo que se revigorou sobre as bases das inspirações pós-estruturalistas ou pós-modernas. Neste sentido, merecem destaque as contribuições trazidas pelas teóricas Donna Haraway (1995) e Judith Butler (1998, 2003).

¹² Caso queiram enveredar por uma discussão sobre concepções de “feminismo do sul” ou “feminismo fronterizo”, ou “uma epistemologia de fronteira”, ver Mohanty, 2003; Anzaldúa, 1987.

¹³ A abordagem interseccional dentro da teoria feminista foi construída a partir da crítica trazida do feminismo negro nos anos 1990, no que diz respeito às concepções hegemônicas da “mulher” como “sujeito” universal, e a visão reducionista das relações de poder a partir da categoria-chave de “gênero” que se encontrava nas vertentes do movimento feminista que ganhavam expressão nos Estados Unidos desde os anos 1960.

como parâmetro de nossa análise a interpretação foucaultiana do “biopoder”,¹⁴ definido como “o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais, vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral do poder” (FOUCAULT, 2008a, p. 3), é evidente que os marcadores de “tempo” e do “espaço” se tornam fundamentais para decifrar as dinâmicas construídas dentro de uma “micropolítica” de resistência que brota no cerne dos grupos subalternos.

Esta ótica de análise permite ampliar nosso olhar para além de iniciativas que busquem responder aos eventos críticos – a partir de sua capacidade reativa – e contemplar, de algum modo, um amplo leque de lutas que exprimem outras lógicas de resistência, visando à resiliência e à sustentabilidade de modos de vida. Assim, embora este artigo não tenha a pretensão de explorar a fundo cada uma destas iniciativas, é importante reconhecer suas dimensões subversivas, reveladas em situações etnográficas distintas: as lutas das quebradeiras de coco babaçu pela preservação e livre acesso a este bem comum (para que “não tenhamos babaçus livres em territórios presos”); a participação de apanhadoras de flores vivas em um sistema tradicional agrícola que combate um processo veloz de erosão genética; as resistências vivenciadas pelas mulheres nas casas de sementes contra a uniformidade genética e o poder das corporações; e o engajamento das raizeiras na fabricação de remédios naturais que contrapõem o domínio dos seus saberes tradicionais. Todas estas expressões, protagonizadas por mulheres nas suas comunidades e territórios demonstram a força dos “comuns” como princípio da organização da sociedade (FEDERECL, 2014), que rege as experiências de reciprocidade e possibilita a sustentação do “bem viver.”

É inegável que as mulheres “atingidas” por situações adversas que revelam as facetas do poder corporativo, empresarial e estatal desvelam os princípios fundantes de um modo de vida que vai na contramão das lógicas predominantes do capital a partir da criação de modos políticos “de composição, de feitura do território” (COELHO, 2019, p. 15) ao longo das etapas da “crise” instalada. Nestes

¹⁴ As análises de Foucault sobre o “biopoder” (2008a, 2008b) se torna fundamental para pensar sobre os modos de operacionalização das políticas e ações de deslocamento compulsório e indenização coordenadas pelo setor empresarial e/ou estatal.

pequenos gestos de resistência perante o *modus operandi* do setor empresarial e governamental, é possível enxergar a reprodução deste modo de vida específico, que sinaliza a potência da ação coletiva nos termos do que Stengers e Pignarre (2011) chamam de uma espécie de “contrafeitiçaria.” De acordo com estas autoras, muitos gestos que surgem de forma espontânea¹⁵ com base nas iniciativas embrionárias das mulheres nos diversos contextos socioculturais poderiam ser enquadrados como indícios de um modo alternativo de resistência. É esta ótica que orienta as análises das experiências concretas a partir de duas situações etnográficas, como veremos a seguir.

Os múltiplos 'efeitos' das estratégias e táticas de intervenção por parte dos agentes empresariais e governamentais no âmbito territorial

Neste texto, partimos do entendimento de que a categoria de “atingido(a)” não apenas se refere a aqueles(as) que são afetados(as) pelos processos de implementação de megaprojetos, mas também a aqueles(as) que são sujeitados(as) aos efeitos de desastres ambientais, a maioria dos quais pode ser interpretada como “tragédias anunciadas”, pelo fato de que sua ocorrência se deve a uma postura de negligência e descaso com as repercussões sociais, políticas, econômicas e ambientais de tais acontecimentos por parte de autoridades políticas. De algum modo, tanto as crises enquadradas como “ambientais” (enchentes, deslizamentos de terras) quanto os empreendimentos – obras hidrelétricas, de mineração ou de infraestrutura – podem ser perscrutados como eventos “críticos” que, como Das *et al.* (2000) nos lembram, se enquadram no que poderíamos classificar como o plano “extraordinário” da vida social. Na sua análise da catástrofe industrial que ocorreu em Bhopal em dezembro de 1985, a autora se empenha na tarefa de mostrar de que forma atos que “aparecem como frutos de contingência absoluta podem ser revelados como carregando os vestígios de histórias, de falhas institucionais e da violência rotineira do cotidiano” (DAS, 2000, p. 130). Assim,

¹⁵ Citamos alguns exemplos destas iniciativas, que são autogestionadas, como as mulheres que se integram ao movimento social das Quebradeiras de Coco na região Norte e que buscam coletivamente formas de quebrar “os novos cercamentos” para o acesso aos bens de uso comum. Ganham legitimidade a partir de uma luta pelo que têm nomeado de “babaçu livre”, na defesa da “palmeira mãe do povo”, como é reconhecida pelos seus vários usos.

estes dois eventos críticos – a Usina Hidrelétrica (UHE) em Tucuruí/PA e a tragédia das chuvas nas comunidades dos Prazeres e do Escondidinho no Rio de Janeiro/RJ – serão perscrutados a partir da interpretação de Das *et al.* (2000). São apresentados, de alguma maneira, pelos setores do mundo empresarial e estatal, como eventos que têm sua origem no plano “extraordinário” – frutos dos fenômenos alheios, fora do controle da agência humana e submetidos às forças do acaso (DAS *et al.*, 2000).

Nota-se que esta leitura de um evento como um fenômeno movido por fatores alheios se torna mais acentuada ainda no caso das crises enquadradas como “ambientais”, como enchentes ou chuvas fortes que acarretam deslizamentos de terra,¹⁶ afetando as populações que habitam localidades que, em muitos casos, têm sido classificadas como “áreas de risco”. O tom ambientalista, que pervade o discurso oficial das autoridades, camufla que as tragédias ocorridas com mais frequência nos últimos anos não são apenas fatos aleatórios, mas sim decorrentes de uma relação assimétrica, estabelecida historicamente entre diferentes segmentos sociais. Atentamos para os detalhes da narrativa de uma das moradoras, Dona Lúcia, uma mulher negra de aproximadamente 68 anos, que chegou ao Rio de Janeiro nos anos 1970, vinda de seu lugar de origem, Caratinga, Minas Gerais, onde trabalhou por muitos anos nas fazendas, feliz por ter encontrado a cessão de uso de um terreno que poderia chamar do “seu” no contexto do morro dos Prazeres, localizado na região central do Rio de Janeiro. A fala dela é marcante na construção de uma denúncia sobre o fato de ter sido “atingida” por uma crise desta natureza, no dia 6 de abril de 2010, quando chuvas intensas provocaram o desabamento de 15 casas e a morte de 21 pessoas. Revela as lacunas existentes dentro desta linha de argumentação, endossada pelos “técnicos” e *experts* que protagonizam estas intervenções:

Acho que eles pensam muito assim – como se fosse coisa somente da natureza. Chovia muito, encharcou e aí desceu tudo. Mas não era apenas isso que aconteceu. Tenho pouco

¹⁶ Nos últimos 15 anos, tem havido aumento das tragédias causadas em parte por fatores ambientais como enchentes e chuvas intensas – que recaem, principalmente, sobre os pobres, moradores de áreas que são mais expostas aos processos de desmoronamento e degradação ambiental nas margens de córregos e encostas de morros das grandes cidades. Portanto, há uma relação direta entre as moradias da população de baixa renda e a precariedade ambiental.

estudo. Mas tenho uma visão – eu vejo o que pode ser prevenido antes. Poderiam ter prevenido tudo isso aqui. (Entrevista com Dona Lúcia, 2010)

As “armas” utilizadas pelos poderes constituídos – sejam instituições privadas ou governamentais – são pautadas na construção de práticas discursivas estritamente “tecnicistas” – cujas interpretações são incorporadas nos instrumentos (planilhas, tabelas) e documentos produzidos (relatórios, laudos) –, e que ocultam a cadeia de causas e efeitos que esteja por trás de tais acontecimentos. A estratégia utilizada pelo setor empresarial e pelo Estado – que, nas suas extensões, engloba os técnicos de órgãos públicos – envolve uma apropriação burocrática e científica do evento, por meio de uma linguagem puramente tecnicista que transmite a certeza dos fatos. Como Das *et al.* (2000) afirmam, responder às situações de incerteza “como se certeza fosse possível” é promover uma visão ilusória sobre a própria natureza de um acontecimento como esse. A autora mostra de que modo o enquadramento de uma experiência de sofrimento na linguagem de ciência tem como um dos seus efeitos reforçar a culpabilização da vítima por seu sofrimento (DAS, 2000, p. 156).

À luz da orientação foucaultiana, podemos entender como as autoridades políticas que efetivam intervenções antes, durante e depois de tais “eventos críticos” desencadeiam um processo de desumanização e apagamento da “agência” dos sujeitos diretamente envolvidos(as), a partir da mobilização de recursos, regras e técnicas em torno de um projeto civilizatório voltado para a racionalização do seu processo de intervenção que reforça esta sensação de estar “fora do controle” e reféns das forças do “acaso.” Abrams (2006) afirma que faz parte da construção do Estado a dissociação de suas estruturas – de tal forma que deixa transparecer que apenas fatores alheios provocam este tipo de acontecimento – as quais fogem do domínio do aparelho estatal. São os modos pelos quais o poder camufla seu próprio mecanismo de funcionamento (SHORE; WRIGHT, 1997, p. 8).

A *gestão* das medidas ligadas a tais acontecimentos (deslocamentos compulsórios, indenizações, remoções e assim por diante), passa por redes capilares – formas não institucionais – que revelam as nuances do funcionamento de um complexo sistema de poder. De acordo com Zhouri e

Oliveira (2007), estes mecanismos de poder são construídos com base em um paradigma em vigência – o “paradigma da adequação” – que consiste na apresentação do empreendimento ou qualquer outra intervenção do setor empresarial “de forma inquestionável e inexorável” (ZHOURI; OLIVEIRA, 2007, p. 122). Esta concepção apresenta “o ambiente” – o território e seus respectivos ecossistemas, que são apropriados pelos sujeitos – “como externalidade, paisagem que deve ser modificada e adaptada aos objetivos do projeto técnico” (ZHOURI; OLIVEIRA, 2007, p. 123).¹⁷ O processo de *naturalização* do empreendimento e das medidas de mitigação empregadas gira em torno de uma concepção de que é um processo “inevitável” que foge ao controle dos atores que residem nas localidades diretamente impactadas, de modo que a “necessidade” e a viabilidade socioambiental da obra” não são consideradas questões dignas de serem “colocadas em pauta” (ZHOURI; OLIVEIRA, 2007, p. 5).

Tanto no caso de um grande projeto de desenvolvimento, no qual se observa um processo de intervenção que passa por distintas etapas – antes, durante e após a implantação da UHE – quanto no caso de um desastre ambiental que é enquadrado como um acontecimento abrupto e inesperado provocado pelas forças da natureza, percebe-se que há semelhanças no gerenciamento de tais conflitos socioambientais por parte das autoridades governamentais e empresariais. A partir da ótica dos grupos sociais atingidos, podemos constatar que esta sensação de serem atravessados(as) por um acontecimento que seja ocasionado por forças alheias se consolida na medida em que as intervenções coordenadas pelo setor empresarial, em aliança com instituições governamentais, se concretizam: sem nenhuma interlocução efetiva e dialogada. Esta falta de diálogo se revela em distintos marcos temporais: seja pelas falhas no processo de exercitar os direitos dos povos e comunidades tradicionais à “consulta livre, prévia e informada”¹⁸ antes da implementação dos

¹⁷ No que tange à observação do campo “social” dentro do plano de intervenção do setor elétrico, Castro (1988) aponta para a fusão entre a população atingida e o meio ambiente circundante, de modo que os dois elementos são visualizados como partes que integram o “objeto impactado” do empreendimento. Isso acarreta uma “naturalização” da população atingida, uma vez que as especificidades dos segmentos contidos neste grupo social “atingido” – que, em muitos casos, é bastante diversificado, sendo compostos por comunidades quilombolas, indígenas e ribeirinhas – não são consideradas.

¹⁸ Os direitos específicos das comunidades ao Direito à Consulta Livre, Prévia e Informada” são citados na Convenção 169 da ONU, que foi ratificada pelo Brasil e internalizada em Decreto no ano 2004.

grandes projetos de desenvolvimento, seja durante o estágio posterior, que visa à construção das medidas compensatórias, entre elas as indenizações. Nestas etapas dentro do processo de implementação dos megaprojetos, “o controle”, que se revela na gestão dos espaços e na disciplinarização dos corpos e das populações, é transmitido por “tecnologias políticas” (FOUCAULT, 1979, 1991) que, na linguagem foucaultiana, são permeadas por racionalidades específicas. O saber técnico opera com base nas mensurações, cálculos e estimativas que são efetivados dentro de “estudos preliminares”, compreendidos como um requisito para viabilizar a implementação da obra. Instrumentos como “mapeamentos” e “cadastramentos” visam à transformação dos territórios em “áreas de intervenção” e à classificação das comunidades como “populações atingidas”. No caso de momentos críticos que são enquadrados como “tragédias ambientais”, podemos entender que a medição da área de risco, por exemplo, pode ser configurada como uma estratégia que consolida o saber técnico inerente à figura de *expert* – aquele que calcula –, o que contribui para comprovar a legitimidade do discurso empresarial e estatal.

Nos casos a serem analisados, deparamos com os impactos dos processos indenizatórios sobre os grupos atingidos, o que engloba uma análise aguçada das reações das mulheres perante as medidas adotadas nas áreas de intervenção, incluindo suas formas de contestação. Partimos de uma conceituação da “indenização” como uma reparação que assume um valor monetário, no intuito de que os bens ou infraestruturas destruídas, ou ainda a situação social prejudicada, sejam repostas ou reconstituídas. Grosso modo, o processo indenizatório é regido pela contabilização de processos e bens. Assim, na etapa posterior ao surgimento de crise, quando as repercussões se tornam tangíveis, os(as) “técnicos(as)” dos órgãos que efetivam as intervenções se empenham em um esforço voltado para a conversão das perdas em medidas compensatórias a partir de “cálculos” e “estimativas”, o que inegavelmente suscita pontos de tensionamento com os grupos atingidos.

É importante pontuar a primazia atribuída ao viés tecnicista de um conjunto de documentos (inquéritos, cadastros, planilhas) que integram os chamados “programas” de “amparo social”, voltados para aliviar os efeitos destes acontecimentos – desde a implantação de um megaprojeto até uma crise

enquadrada como sendo “da natureza” – dentro de uma lógica compensatória. Segundo Brown (2006), esta modalidade do poder – que se operacionaliza por meio do preenchimento de inquéritos e planilhas – está fundada no culto de *expertise*, a partir de uma aposta no plano técnico como um valor supremo no contexto de intervenções no campo de cunho *social e ambiental*, o que reforça a hierarquização inerente às estruturas organizacionais do Estado e do mundo empresarial (BROWN, 2006).

Os processos indenizatórios, na maior parte dos casos, têm sido conduzidos de forma que o registro de danos se enquadre em uma fórmula padronizada e objetivada que, de acordo com Laschefski (2020), representa uma perspectiva empresarial “urbana e/ou agroindustrial”, que desconsidera “as dimensões específicas dos agricultores familiares, camponeses, pescadores artesanais, grupos tradicionais e étnicos” (LASCHEFSKI, 2020, p. 120). De acordo com este autor:

Essa lacuna limita o instrumento à aferição de dados majoritariamente patrimoniais e censitários, subsumidos em uma lógica que é estranha ao modo de vida da maioria da população. Assim, os instrumentos para o levantamento dos danos não englobam as redes de relações sociais territorializadas (trabalho, parentesco, vizinhança e apoio), formas de significação e uso do espaço e dos recursos, valores culturais, entre outros. (p. 121)

A afirmação de Laschefski (2020) ganha maior potência quando se aplica também à realidade diferenciada das mulheres agricultoras e extrativistas nos territórios impactados. Na seção seguinte, a intenção foi explorar as limitações inerentes à visão endossada pelos agentes do mundo empresarial e estatal na construção de instrumentos que não consideram as formas difusas e capilares de construir relações com a gestão dos territórios por parte das mulheres que pertencem a distintas comunidades (vazanteiras, ribeirinhas, periurbanas e assim por diante) e as estratégias que elas desenham para contrapor a lógica hegemônica que predomina nestas medidas e instrumentos.

Os espaços de interlocução com o setor empresarial e/ou com outras autoridades políticas têm sido relatados pelos grupos atingidos em diversos

contextos como momentos assentados em dinâmicas de poder que se expressam de forma assimétrica, reforçando a automatização dos sujeitos como indivíduos (FOUCAULT, 1979), uma vez que, de acordo com Vainer (2008), a abordagem dos grandes projetos de desenvolvimento tem sido historicamente norteadada pela estratégia “territorial-patrimonialista”, quase sempre “indenizatória”. Dentro desta abordagem vertical, constata-se uma tática de tratamento “caso a caso” (proprietário por proprietário) por parte do setor empresarial, o que, para Vainer e Araújo (1990), tem constituído sistematicamente uma forma de repelir a validade de processos coletivos de negociação na maior parte dos casos que tratam de deslocamento compulsório. Dentro desta lógica, a população é tomada “como um obstáculo a ser removido, de modo a viabilizar o empreendimento” (VAINER, 2008, p. 41), por meio da negociação dos valores da desapropriação. O autor afirma que o tratamento focado no indivíduo/unidade familiar representa “uma prática constante do setor elétrico, na esperança de que a recusa em se sentar à mesa de negociações acabe por inviabilizar a legitimação da representação e, em consequência, deixe o campo aberto aos acordos individuais” (VAINER; ARAÚJO, p. 23, 1990).

No caso da implantação da obra hidrelétrica no contexto de Tucuruí, Pará, com base nesta perspectiva “territorial-patrimonialista” (VAINER; ARAÚJO, 1990), observamos de que modo a empresa Eletronorte restringiu seu olhar para um determinado segmento – “os proprietários atingidos pela água” – e se propôs apenas a negociar com “indivíduos proprietários”, o que implicava a negação de uma gama de outras “identidades” que se enquadram na categoria de “atingidos”: posseiros, vazanteiros, assalariados, agregados, parceiros e arrendatários. No caso das comunidades morro dos Prazeres e do Escondidinho, na cidade do Rio de Janeiro, também nota-se a abordagem dos(as) moradores(as) de modo individualista, restringindo seu olhar sobre a “casa” – como estrutura habitacional –, o que excluía deste jogo de negociação as formas de se relacionar com outros espaços (ex.: quintal) e os processos de territorialização vivenciados pelas mulheres a partir de suas práticas agroextrativistas.

Nos dois casos analisados, este viés individualista, inerente às estratégias de intervenção, focado nos atingidos como se todos(as) fossem donos de

pequenas propriedades ou de habitações, fomentou a divisão entre os sujeitos afetados, um efeito que inegavelmente recai de forma diferenciada sobre as mulheres, seus corpos e seus territórios, como veremos a seguir.

Distintas situações etnográficas: ressignificação de práticas e instrumentos que contrapõem a lógica indenizatória

As reações das mulheres que foram afetadas pelas estratégias de intervenção das forças empresariais e estatais no âmbito territorial assumem diferentes roupagens de acordo com cada situação, o que revela sua capacidade para ressignificar práticas e instrumentos que são implementadas a partir de um *modus operandi* empresarial e estatal, no processo de conversão de perdas em medidas compensatórias. Para entender melhor as diferenciações entre as reações das mulheres atingidas, se torna importante situar os(as) leitores(as) em relação aos processos indenizatórios em cada um dos contextos analisados: a Região Amazônica (Tucuruí, Pará) e a região metropolitana do Rio de Janeiro (morro dos Prazeres e do Escondidinho). A primeira situação etnográfica a ser retratada diz respeito a uma tragédia que foi deflagrada nas comunidades dos morro dos Prazeres e do Escondidinho no Rio de Janeiro, na terça-feira, 6 de abril de 2010, quando chuvas intensas provocaram o desabamento de 15 casas e a morte de 21 pessoas. Considerando o evento em nível microscópico, revela-se a vulnerabilidade dos que constroem suas casas em condições precárias nas periferias das grandes cidades. Subjacente a todos os planos de intervenção, havia um tom de culpabilização dos pobres por terem efetivado a ocupação ilegal do solo, um discurso oficial que teve início durante a administração de Pereira Passos, no início do século XX, e se enraizou nos anos 1940, ao longo do governo Vargas. Algumas lideranças comunitárias, como Eliza, presidenta da Associação do morro dos Prazeres, apontavam o caráter político do acontecimento, a partir da afirmação do que foi uma “tragédia anunciada”. Em uma das entrevistas que realizada com Elisa, uma mulher negra de 35 anos, que desde 16 anos de idade se engaja ativamente nos processos organizativos, ela aponta a falta de compromisso com a finalização das obras já iniciadas, como foi o caso do Programa Favela-Bairro. De acordo com Eliza, este Programa “parou

pela metade”, impedindo a priorização de projetos emergenciais como a contenção de encostas, o que poderia ter prevenido a contingência de situações desastrosas.

No contexto da “tragédia das chuvas” – nomeada assim pelos próprios moradores destas comunidades –, o discurso *remocionista* ganhou força com os deslizamentos ocorridos em diversas favelas no Rio de Janeiro, nos seus arredores e no interior do estado, por ocasião das fortes chuvas em 2010. Na etapa “pós-tragédia”, o primeiro passo da intervenção por parte de técnicos(as) de órgãos públicos, envolveu a delimitação de uma “área de risco.” As famílias entrevistadas contaram que logo depois da tragédia, um raio de 60 m foi traçado em torno do lugar de deslizamento que foi atingido pelas chuvas, o que passou a representar simbolicamente “uma chaga”, “uma ferida aberta” – termos utilizados pelos(as) entrevistados(as). Segundo Eliza, o ato de interdição foi conduzido de forma arbitrária. Ela defendia a demolição apenas das casas próximas aos deslizamentos e denunciava a tendência por parte da Defensoria Pública e Defesa Civil de fazer uma leitura superficial da situação de todas as moradias, como se todas estivessem ocupando lugares de risco. Em seguida, percebemos de que modo as pessoas “atingidas” foram rapidamente transformadas em atores sociais deslocados e desarraigados – objetos de um amplo leque de medidas dentro de uma política orientada pela contingência da “remoção”, desde indenizações até o pagamento de “aluguel social.”¹⁹ A maior parte das entrevistadas cujas residências eram localizadas dentro de um espaço considerado uma “área de risco” recebeu visitas por parte dos técnicos destes órgãos públicos para negociação das medidas indenizatórias, o que gerou diversos tipos de conflitos, como será retratado a seguir.

A segunda situação etnográfica em foco se refere ao processo de implantação da obra hidrelétrica durante o período de 1978 a 1990 em Tucuruí, Pará, que afetava tanto a população ao redor do lago quanto as famílias na região jusante embaixo da barragem, que formalmente não eram vistas como sendo parte da

¹⁹ O aluguel social foi uma opção concedida pelas autoridades estatais para quem teve sua casa destruída no deslizamento, pois obviamente não existiam meios, nesses casos específicos, para contabilizar a casa como um bem material. O aluguel social foi visualizado pelo Poder Público como uma solução temporária, até se concretizarem as construções do conjunto habitacional da Frei Caneca – conhecido ex-presídio – para onde os “desarraigados” seriam deslocados.

área de intervenção da Eletronorte. Os grupos de atingidos – constituídos por uma diversidade de comunidades tradicionais: ribeirinhas, vazanteiras, pescadoras, indígenas e assim por diante – vivenciaram diversas etapas de mobilização social a partir do seu mergulho em processos contenciosos de negociação perante a empresa Eletronorte e seus aliados. No período de 1978 a 1985, os Movimentos de Atingidos se mobilizaram de forma veemente, se apoiando em uma crítica contundente da condução dos processos indenizatórios e das proposições dos agentes do setor elétrico para efetivar o reassentamento destes grupos sociais para outras áreas. A primeira bandeira de luta disseminada amplamente pelos movimentos embrionários evocava a noção de “indenização justa” pelas terras e benfeitorias por meio da introdução das seguintes palavras de ordem: “Terra por Terra”, “Casa por Casa, Vila por Vila” nos diversos documentos produzidos e disseminados. Estas *palavras de ordem* eram articuladas a partir da concepção de que deveria existir uma equiparação nas situações que demandavam algum tipo de compensação, como é perceptível em um dos primeiros abaixo-assinados direcionados às autoridades municipais, estaduais e federais por parte de moradores de Tauri e Ipuxina, localizados no baixo Tocantins e pertencentes ao município de Itupiranga, Pará, em 1979.

Os empecilhos nos processos de negociação estavam relacionados aos significados atribuídos a cada uma das “palavras de ordem” que compunham a agenda política dos grupos de atingidos, as quais se diferenciavam drasticamente dos enquadramentos conceituais trazidos pelo setor elétrico. Seguindo a linha de pensamento posta por Fraser (2000), é possível ver de que maneira a palavra “justiça”²⁰ foi ressemantizada nas mobilizações protagonizadas pelos atingidos, dentro de um horizonte que visualizava o acesso à terra como um condicionante, atrelado a determinados critérios (como a proximidade ao lago), no intuito de garantir a eles reprodução social como produtores rurais.

²⁰ Uma espécie de “justiça” reparadora, que se vincula ao “reconhecimento” das raízes estruturantes de sua condição social, constitui, de fato, a espinha dorsal dos seus discursos, que transparece nos documentos produzidos pelos grupos de atingidos no final dos anos 1970 e no início dos anos 1980.

Nos dois cenários trazidos para nossa reflexão, corroboramos de que modo as mulheres demonstram diferentes formas de construir novos significados para determinados objetivos e bens no decorrer dos processos indenizatórios, o que, de algum modo, envolve a subversão dos princípios que são inerentes aos procedimentos técnicos que operacionalizam a lógica gerencial e administrativa das empresas e dos órgãos governamentais nos territórios atingidos. Assim, uma gramática de resistência que vai sendo costurada não se caracteriza por enfrentamentos diretos perante condições repressivas, mas assume novas configurações. São estratégias que ganham inteligibilidade por meio de formas difusas e pulverizadas de contrapor os elementos que predominam as práticas do mundo empresarial e estatal nestes contextos. Refletem modos de atuação que problematizam a capacidade de mensurar “o imensurável” a partir da lógica subjacente aos processos indenizatórios.

Dona Ana: um modo de resistir dentro de uma ‘área de risco’ no espaço periférico urbano

A primeira situação etnográfica a ser retratada nesta análise focaliza a trajetória da Dona Ana, uma mulher que se identificava como “filha de índios”, e falava, em diversas ocasiões, de suas “andanças” intermináveis, até chegar no seu lugar de destino – morro dos Prazeres – há 35 anos. Originária de Águas Claras, distrito próximo a Carangola, Minas Gerais, sua casa foi classificada como sendo um bem localizado em uma “área de risco” logo depois da crise que se deflagrou no dia 6 de abril de 2010. Na etapa “pós-tragédia”, quando houve uma intervenção por parte de técnicos(as) de órgãos públicos, foi possível testemunhar o medo vivenciado pelos(as) moradores(as), muitos dos quais provenientes da área rural de Minas Gerais nos anos 1970,²¹ perante a ameaça representada pelo Estado, que acenava com uma possível remoção, em função da precariedade das moradias em uma área que passou a ser rotulada como “área de risco”. Após o acontecido, os(as) moradores passaram a se ver pelas lentes do Estado; ou seja, a partir de uma leitura tecnicista que os reduzia a uma

²¹ A relacionalidade é o pano de fundo para os processos de deslocamento; isto é, os mineiros explicam sua ida para um lugar “estranho” – a cidade – a partir da teia de relações construídas, que se estendem para além das redes de parentesco.

“população de risco” e classificava a tragédia como um acontecimento que foi ocasionado apenas por fatores ambientais. O que observamos é que tal evento desencadeou uma nova relação com o lugar de moradia – no âmbito privado – e também com o Estado – que, na esfera pública, passa a regulamentar e controlar as condições da ocupação territorial, como veremos a seguir.

Para as pessoas que vieram de Minas Gerais, que representam uma grande parcela dos(as) habitantes destas comunidades, a ameaça da remoção e a possibilidade de ter que se deslocar mais uma vez – seja para um apartamento alugado com o recurso recebido, seja para o antigo presídio da Frei Caneca –, geraram frustrações por causa dessa perda irreparável que é “a casa” construída e seus arredores. Segundo o autor Klauss Woortman (1981), a casa é fundamental “não apenas de um ponto de vista material, óbvio, mas igualmente por constituir uma categoria central de um domínio cultural e um mapa simbólico de representações ideológicas” (WOORTMAN, 1981, p. 119), uma lógica que também se estende para o espaço do quintal, em função dos significados materiais, simbólicos e imateriais associados a ele. Outra mulher “atingida” por este acontecimento, Dona Vitalina, uma mulher branca que também é oriunda de Carangola, expressa o sacrifício que envolveu a construção das casas: “não tem preço”. Portanto, não é negociável em termos financeiros: “vai espremendo todo o dinheiro para investir em construção. Constrói com sacrifício danado – e aí, acontece uma coisa dessas e querem te retirar. E a verdade é que nunca dão o valor que você realmente gastou”. Percebemos que o valor simbólico da casa na territorialidade urbana é derivado do processo de sua construção, o que envolve uma série de negociações, reestruturações do espaço, recursos e estratégias, como Marcelin (1996) aponta em sua tese sobre famílias negras na Bahia, ao explicitar os vários fatores que influenciam a construção de uma casa, como operação coletiva.

A sensação expressa por muitos(as) moradores(as) é a de que estão sendo sujeitados a um processo de negociação estabelecido a partir de parâmetros assimétricos, em função de uma lógica que reduz e contabiliza um bem simbólico coletivo – a casa e o quintal –, que é carregado de valores e emoções não mensuráveis.

Para pessoas que, na maior parte dos casos, residiam anteriormente nas casas cedidas pelos fazendeiros, a vigência da relação de moradia – por assim dizer, sentir “dono” de uma casa e seus arredores – apenas ocorreu no contexto da área urbana. Mesmo que este direito não esteja formalizado pelas vias legais e por meio de medidas formalizadas e documentadas, há uma sensação de enraizamento que se consolida a partir da casa construída e seus arredores – em alguns casos, encarnado pelo quintal,²² como extensão do espaço doméstico. Também é importante considerar que, para as camadas populares, a casa e suas extensões – principalmente o quintal –, constituem elementos emblemáticos de uma rede afetivo-espacial e refletem nitidamente um modelo representativo de organização das relações familiares, como demonstram Duarte e Gomes (2008) em seu estudo etnográfico sobre histórias familiares. Nas comunidades dos Prazeres e do Escondidinho, como em outras comunidades urbanas, periurbanas e rurais, a construção desta rede afetivo-espacial que alimenta a sociabilidade e que vai se configurando em torno do espaço do quintal é protagonizada pelas mulheres, que também, de modo geral, se responsabilizam no âmbito familiar pelos cuidados em relação às diversas zonas de manejo, onde elas tendem a conjugar a criação de pequenos animais com a plantação de verduras, legumes, frutas, plantas medicinais e flores ornamentais (PACHECO, 1997).

Chamamos a atenção aqui para as formas pelas quais o espaço do quintal também proporciona o que Sabourin (2008) identifica como o princípio da “reciprocidade generalizada” que, de acordo com as premissas trazidas por Mauss (1974), pode ser compreendida como a “rocha” ou “matriz” das relações sociais, que se exprime na tendência a viver a tripla obrigação: “dar, receber e retribuir” (SABOURIN, 2008). No contexto destas comunidades, cabe salientar que este fluxo de doações e trocas de mudas, sementes e alimentos constituem estratégias protagonizadas na maior parte dos casos por mulheres que visam garantir a diversificação de espécies. Muitas mulheres que foram entrevistadas testemunharam que “um quintal diversificado” – ou seja, repleto de uma

²² Diversos estudos enfatizam a multifuncionalidade do *quintal*, ao se tornar um espaço estético, social, recreativo e utilitário, no provimento de plantas, mudas e sementes, além de materiais para construção e condições para lazer, dentre outros (MURRIETA, 2001).

variedade de alimentos – geralmente foi construído não apenas por uma ou duas pessoas, mas “a muitas mãos”, a partir de doações e trocas com seus vizinhos, o que foi fundamental para a consolidação dos vínculos afetivos no âmbito territorial. É interessante notar que, desta ampla variedade de plantas alimentícias e medicinais, muitas foram trazidas de Minas Gerais, durante as viagens de volta para o lugar de origem, representando, assim, uma forma de estreitar os vínculos entre os espaços urbano e rural.

À luz de algumas vertentes da Economia Feminista, podemos afirmar que estas transações “não econômicas” – de doação e troca de mudas, sementes e plantas – que se evidenciam de forma expressiva nos processos de interação social que as mulheres têm nutrido na vida cotidiana, constituem expressões de “cuidado” com os espaços, as pessoas e as relações que de algum modo são voltadas para a “produção do viver”, embora não sejam compreendidas como “formas de trabalho” dentro da visão econômica neoclássica (CARRASCO, 2006). Um dos esforços dentro dos estudos feministas é justamente trazer um novo olhar para estas práticas que têm sido invisibilizadas a partir de uma nova nomeação – “o trabalho de cuidados” –, o que envolve uma ruptura com a visão dicotômica dos dois polos – “trabalho” x “não trabalho” –, que faz parte da operacionalização da ideologia da divisão sexual de trabalho como princípio organizador das relações sociais no interior das famílias das comunidades urbanas e rurais.

No caso da Dona Ana, que se enquadra na categoria classificatória de “atingidos(as)”, a partir dos processos indenizatórios que sucedem no estágio “pós-tragédia”, é evidente que, como Halbwachs (2006) afirma, a memória coletiva está sedimentada em um contexto espacial. Quando ocorre uma modificação nesse arranjo material, isto é, a transformação espacial de um bairro ou cidade ou a demolição de uma casa, os hábitos são perturbados e é como sentir que “uma parte sua morreu” (HALBWACHS, 2006, p. 164). Assim, quando houve a nomeação da área onde está localizada sua morada como “área de risco” e houve a ameaça de uma mudança iminente no arranjo material – a casa a ser interditada e a perda da casa e do quintal –, Dona Ana relata que foi tomada por sentimentos intensos de dor aguda e tristeza.

Diante das “opções”²³ oferecidas pelas autoridades estatais durante suas visitas à “área de risco”, Dona Ana mostrou sinais de resistência à aceitação das *regras do jogo*, expressando seu apego à localidade, que não apenas se limitava às fronteiras da casa, como estrutura física, mas também englobava os arredores – o quintal e as plantações contidas nele. Seu filho José relatou que a dificuldade que sua mãe tinha, de desapegar da casa e aceitar a recompensa oferecida pelo Poder Público, está extremamente ligada aos seus anos de dedicação à horta, pois “cada planta aí tem uma história para contar”. Nas palavras dele:

Ela gosta de espaço... ela vai ali...vai aqui. Gosta muito de ter sua horta. Eu trabalho o dia inteiro – aí tem como esquecer mais rápido. Mas, ela fica em casa. Aí complica. Ela ama suas plantas. Sempre está doando o que tem ali para os vizinhos. Todo mundo tem costume de visitar seu quintal para pedir alguma mudinha. Não consegue nem pensar em largar todas aqui.

Este gesto de apego ao espaço que Dona Ana ajudou a criar e enriquecer com plantas oriundas de múltiplos lugares pode ser lido como um processo de enraizamento territorial que resiste aos modos inestáveis de composição das territorialidades. Se enquadra nas “formas cotidianas de resistência” às quais Scott (1985)²⁴ se refere, que são ativadas a partir de situações que ameaçam maneiras de existir e criar territorialidades.

O que observamos neste caso é que estas expressões de resistência se tornaram mais acentuadas na medida em que as pressões alheias se intensificaram a partir da maior frequência das visitas de autoridades dos órgãos públicos. Dona Ana não concordava com a posição expressa pelos técnicos do “Poder Público” e negava a possibilidade de ser retirada, até o último instante do prazo estipulado pelas autoridades. Ela também se posicionava contra as medidas impostas pelas autoridades estatais – indenização ou aluguel social –, ambas vistas como paliativos para a crise instalada. Sua posição era que não se conformaria com nenhum tipo de negociação, uma vez que não estava

²³ Tanto a indenização quanto o aluguel social são apresentados no discurso oficial das autoridades estatais como “opções”, como se os moradores tivessem a liberdade de escolher o que “desejam” diante de uma ampla gama de possibilidades. Esta chave de leitura – “opção” – é um componente das práticas discursivas exercidas pelo Poder Público, que reforçam sua posição como guardião de processos de democratização.

²⁴ Nas palavras do autor: “Onde a política institucional é formal, evidente e interessada em mudanças sistemáticas e de direito, a resistência cotidiana é informal, frequentemente encoberta e preocupada com ganhos imediatos e de fato” (SCOTT, 1985, p. 33).

de acordo com a lógica subjacente às medidas de indenização. O ápice deste processo de resistência foi contado por seu filho, José, quando ela ficou “plantada” em frente da casa sem embalar as coisas para a mudança, mesmo ante os avisos da iminência da remoção.

Cabe salientar que esta iniciativa – de resistência, até o último momento, ao processo indenizatório pautado nos termos determinados pelas autoridades políticas –, foi articulada de forma individualizada, embora Dona Ana tivesse uma relação estreita com seus vizinhos, por meio das doações e trocas de sementes e mudas. Durante nossas incursões pelo campo, observamos a construção de uma rede de relações no âmbito territorial a partir de um circuito intenso de trocas dentro de um sistema fluído de reciprocidade, pois, como disse uma de nossas interlocutoras, Dona Rosa, “as pessoas pedem porque também plantam” e têm, portanto, condições de retribuir. É importante sublinhar que estes gestos de dar e receber, que marcam as relações entre a vizinhança e que têm como vetor dessa mediação as plantas, mudas e sementes, foram costurados a partir do protagonismo das mulheres que habitam esta localidade, muitas das quais vieram da área rural e fizeram parte de um fluxo migratório incessante desde os anos 1950. Assim, observamos de que modo essa dimensão da “dádiva” aparece de maneira intensa, como um elo entre um segmento de mulheres agricultoras e extrativistas que, paulatinamente, vai costurando formas de “cuidado coletivo” que sedimentam suas sensações de pertencimento aos territórios pelos quais circulam dentro da área urbana. Durante o surgimento de estratégias de resistência perante as medidas de deslocamento compulsório e indenizações este “circuito de trocas” entre vizinhos(as) serviu como base para o amadurecimento de ideias ou proposições; porém, não se consolidou como um espaço de construção de estratégias organizativas de forma coordenada entre todos os atores sociais envolvidos.

A assessora Aida Maria Farias da Silva e as agricultoras e extrativistas na região de Tucuruí, Pará: formas de mensuração dos danos ocasionados pela Usina Hidrelétrica (UHE)

A segunda situação mostra outro modo de “resistir” que surge dentro do processo de negociação dos valores de “bens” depois da implantação da obra da hidrelétrica em Tucuruí, Pará, no final dos anos 1980. As formas de resistência se manifestam aqui pela via da problematização da lógica subjacente aos instrumentos criados e implementados pelo setor elétrico para garantir a calculabilidade dos danos ocasionados. Percebe-se que algumas mulheres que lideravam os grupos de Atingidos na região – uma junção de pessoas de diversas origens: comunidades indígenas, ribeirinhas, vazanteiras e assim por diante –, desempenhavam um papel de protagonistas na articulação de um plataforma de reivindicações ao longo das diferentes fases do seu ciclo de implementação. A partir da análise dos documentos que produziram durante esta época, um tom de reivindicação em torno da condução dos processos indenizatórios por parte da empresa Eletronorte se torna perceptível: os grupos atingidos refutavam a mercantilização dos processos sociais mediante procedimentos que procuravam encontrar equivalentes monetários para experiências subjetivas, materializadas nos objetos e nas coisas. Esta postura de revolta se revela na linguagem dos documentos (cartas, boletins) produzidos na época pelos grupos de atingidos e seus assessores(as), alguns dos quais eram endereçados para as autoridades do setor elétrico, enquanto outros eram utilizados com a finalidade de agregar aliados e intensificar o grau de mobilização em torno das bandeiras “de luta” que eram lançadas no cenário político. De acordo com Aida Maria Farias da Silva, ex-técnica da Comissão Pastoral da Terra – CPT, que prestou assessoria ao longo dos anos 1980, as mulheres atingidas que pertencem aos grupos sociais afetados nos territórios foram as forças motoras de uma crítica contundente sobre uma das lacunas nos inventários aplicados para mensurar os danos e calcular os custos dentro de uma política voltada para os processos indenizatórios. A lacuna identificada reside em uma postura de descaso em relação aos indícios de agrobiodiversidade que se encontravam nos espaços de produção agrícola e extrativismo dentro das propriedades e assentamentos rurais das famílias das comunidades atingidas – fatores que dificilmente são

calculáveis, mas que constituem modos de vida que, de acordo com seus posicionamentos, deveriam ser considerados. Ao chamar a atenção para a amplitude das áreas utilizadas como fontes de “bens comuns” dentro dos territórios atingidos, as mulheres lideranças e assessoras (como Aida Maria Farias da Silva), que se envolvem nos processos de mobilização social, trouxeram para a agenda política uma questão que é negligenciada pelo universo empresarial nos processos indenizatórios: os múltiplos usos do território e as relações costuradas pelos grupos locais com os recursos naturais.

Em uma entrevista concedida em 7 de agosto de 2017, Aida Maria Farias da Silva revela que, durante suas visitas e em reuniões coordenadas pela CPT e outras organizações sociais que atuavam na região, as mulheres agricultoras e extrativistas das comunidades atingidas expressavam a seguinte opinião: que a empresa Eletronorte e “os técnicos de Brasília” eram incapazes de enxergar outras “economias menores” que fazem parte do que chamavam das “pequenas lutas”. Estas “economias menores” abarcam as árvores frutíferas e plantas que estejam no quintal e cujo uso é fundamental na promoção da saúde e de segurança alimentar e nutricional a partir da postura de “cuidado” que as mulheres manifestam com os(as) outros(as), especialmente aqueles(as) que são mais desamparados(as) dentro do âmbito familiar e comunitário, como as crianças. De acordo com ela:

As mulheres com quem conversava durante minhas idas para as comunidades sempre mostravam o que ninguém estava vendo. Quando elas olhavam para aquelas tabelas e planilhas que os técnicos de Eletronorte usavam para calcular os custos para as indenizações, elas falavam que o que fazem uma diferença na vida são as economias invisíveis que Brasília não enxergava, não conseguia. Tem a ver com o que acontece quando uma família economiza pelo que ela usa de quintal. As mulheres mostravam para mim o que tinha no seu quintal e diziam: “aqui tem uma bananeira, tem uma laranjeira, tem um canteiro de verdura e também aqui se cria galinha”. E aí, pensava... e você vai colocar ele numa outra terra que não tem nada daquilo. (Entrevista realizada em 17 de agosto de 2017, Brasília/DF)

Outro elemento que Aida da Silva aponta dentro desta reflexão sobre o que deveria ser incorporado na lógica subjacente ao processo indenizatório é o tempo de gestão das árvores para que frutifiquem, uma vez que tudo que se plantou no quintal foi fruto de um esforço empreendido principalmente por parte das mulheres que se envolvem diretamente nestes processos produtivos dentro dos pomares, hortas e quintais. De acordo com ela: “Hoje quando você tira um ou um(a) trabalhador(a) de uma terra que já tem árvores dando fruto, você tem que indenizar o tempo que ele ou ela vai levar para plantar até a árvore chegar nessa condição” (Entrevista concedida em 17 de agosto de 2017, Brasília/DF).

Para Aida, foram as mulheres agricultoras e extrativistas que conseguiram alertar para estas “economias invisíveis” que não eram incorporadas na lógica indenizatória. Sua capacidade perceptiva sobre os fatores que entremeiam as relações costuradas com a terra e com a propriedade, com base em uma compreensão mais ampliada das diversas inserções dos segmentos atingidos no seu ambiente circundante, era fruto de suas vivências na gestão moral dos espaços e dos processos no âmbito territorial (Entrevista concedida em 17 de agosto de 2017, Brasília/DF). Ao mesmo tempo, elas trazem novos significados para o conceito de “recursos naturais”, que são enquadrados, segundo a visão adotada pelo setor empresarial, como “insumos” ou “bens” a serem apropriados para usos particulares dentro de um regime “proprietário”. No entendimento das mulheres atingidas na região de Tucuruí, Pará, a concepção mais adequada para descrever esta correlação com os elementos primordiais de sua gestão territorial seria “bens comuns”, como um eixo orientador de práticas coletivas que articulam modos de vida. Esta perspectiva, apresentada por elas, foge de um olhar puramente econômico, que apenas se refere à relação entre os usuários e os bens. O foco principal se torna as dimensões dos valores compartilhados e a dimensão simbólica desses bens, que são ressignificados dentro da teia de relações sociais.

O modo de resistência que se torna perceptível neste contexto se refere ao processo de dar visibilidade para “os valores” atribuídos aos atos que fogem da lógica econômica padronizada. Testemunhamos aqui os percursos trilhados dentro de um processo inusitado de mensurar o plano “imensurável” da vida

social. Estas opiniões foram gradualmente incorporadas na plataforma das reivindicações dos grupos de atingidos, se convertendo em propostas para reformulação dos instrumentos empregados para que pudessem efetivar medições visando à inclusão destes bens e processos que interferem, de forma indireta, na vida econômica dos sujeitos. O desafio inerente a este processo de contestação é não cair no risco de reducionismo, uma vez que os processos sociais constituintes daquilo que se define como “economias menores” dificilmente seriam abarcados dentro de uma lógica estritamente economicista. Cabe ressaltar que estes questionamentos foram articulados de forma coletiva por parte de uma variedade de “grupos de atingidos” que, ao longo dos anos 1980, foram se tornando um grupo mais coeso e unificado, que se autoidentificava como Cahtu – Comissão dos Atingidos pela Barragem e costurou uma relação estreita com o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB. A partir dos subsídios que deram suporte para a análise efetivada – gravações de entrevistas, boletins e atas produzidos –, torna-se evidente que as mulheres que participavam destes processos contínuos de mobilização auxiliaram, de forma direta, na formulação de reivindicações que ampliavam as concepções ortodoxas de território, quintal e recursos naturais, revelando as várias maneiras de se relacionar com o que era enquadrado como “economias menores” dentro da política indenizatória em vigência.

Conclusões

Ao longo deste artigo, houve a tentativa de entender as lógicas que são subjacentes às intervenções do setor empresarial, a partir de uma aposta em instrumentos que transmitam “racionalidades” embasadas em uma noção pura e cristalizada de “ciência” e que, ao mesmo tempo, negligenciam o peso das redes de relações sociais territorializadas e dos usos diferenciados de espaços e recursos. Além disso, os/as leitores/as foram convidados/as a fazer um pequeno mergulho em algumas experiências etnográficas que revelam de que modo as mulheres de diferentes comunidades – vazanteiras, ribeirinhas e periurbanas – se engajam na invenção de estratégias que confrontam a lógica hegemônica que sustenta estas medidas e instrumentos. São estratégias que costumam para dentro dos coletivos com os quais elas articulam, seja um grupo social que se

identifica como “atingidos”, seja um “circuito” de vizinhança que nutre práticas de reciprocidade ao nível local. Assim, o foco de nossas atenções são as dinâmicas coletivas desencadeadas a partir das posições sociais ocupadas por mulheres que são, no fundo, plurais e múltiplas, uma vez que tecem conexões entre diversos aspectos que atravessam suas identidades: gênero, classe, raça, etnia e geração.

São as ressonâncias dos feminismos comunitários, territoriais e decoloniais, centrados na circulação e defesa da vida, dos corpos, dos territórios e das forças da natureza perante as ameaças que permeavam atravessam os tecidos socioculturais que encontram seu eco nas narrativas das mulheres que lideram processos de resistência nas comunidades de Tucuruí, Pará, e dos Prazeres e do Escondidinho do Rio de Janeiro. Testemunhamos deslocamentos nas óticas adotadas pelas “grandes lutas” que norteiam os esquemas referenciais da maior parte dos movimentos sociais a partir de uma virada ecoterritorial dentro das abordagens feministas. Assim, nos pequenos gestos das mulheres agricultoras e extrativistas – negras e indígenas – que resistem às pressões de um modo neoextrativista e capitalista de gerir relações e bens, enxergamos uma postura política epistêmica que vislumbra novos percursos de ação política.

As tensões vivenciadas durante os processos de deslocamento compulsório e as negociações acerca das indenizações no âmbito territorial se devem às dificuldades de efetivar uma “tradução” de bens carregados de significados em valores monetários. Da mesma forma que este “sacrifício danado” com que se constrói uma casa no contexto das comunidades periféricas na cidade do Rio de Janeiro envolve inúmeros recursos econômicos e humanos, as “economias menores” que são provenientes dos quintais ou das áreas coletivas de agroextrativismo na região de Tucuruí, Pará, constituem os frutos das redes de sociabilidade que sustentam os bens comuns. Nestes dois contextos, testemunhamos um processo dinâmico de costura de espaços e relações que não são facilmente “calculáveis.”

Dentro de uma micropolítica composta por pequenos atos de resistência, as mulheres atingidas pelos impactos das intervenções no âmbito territorial sinalizam as limitações da lógica calculista e monetária que servem como força

motora dos processos indenizatórios dentro de uma política voltada para aliviar os danos e compensar as perdas.

Contrapor o *modus operandi* do mundo empresarial e estatal envolve, como um primeiro passo, o esforço coletivo de dar visibilidade para as deficiências e lacunas. Desse modo, as mulheres atingidas apontam para a “cegueira” exercida pela “Eletronorte e os técnicos de Brasília”, quando não se mostram capazes de enxergar outras “economias menores” que fazem parte do que chamam de “pequenas lutas”. É importante salientar que a problematização expressa pelas mulheres atingidas nos seus posicionamentos passa por uma crítica dos procedimentos técnicos unilaterais e restritos que são acoplados aos documentos – “cadastros” e “tabelas” –, a partir de cujo uso as pessoas afetadas pela obra são rotuladas, quantificadas e mensuradas dentro de um campo de regulação política.

Observamos um amplo leque de estratégias que as mulheres sujeitadas às intervenções dos agentes empresariais estatais desenham para contrapor as medidas e instrumentos que são instrumentalizados dentro de um processo de controle e regulação dos territórios atingidos. Porém, o que é importante pontuar é que as mulheres atingidas não apenas protestam a respeito dos termos que regem os mecanismos regulatórios, mas buscam construir um modo alternativo de resistência, de acordo com Stengers e Pignarre (2011), que poderia ser enquadrado como novas formas de existir diante das pressões de expropriação territorial. Envolve a renovação de práticas ligadas a outras lógicas operantes – de troca, reciprocidade e construção coletiva – como princípios fundantes de um modo de vida que vai na contramão das lógicas predominantes do capital. São práticas capazes de criar e gerir relações entre pessoas, e entre estas e a terra, as plantas e as águas, que constituem uma espécie de “contrafeitiçaria” – ou práticas de *désenvoûtement*, como se referem Stengers e Pignarre (2011). São práticas que dão vazão para a expressão de identidades coletivas que se assentam no “aqui e agora”, se enraizando nos solos dos territórios, como o “lugar” que permite a construção de uma nova gramática das relações e bens comunais.

Referências

- ABRAMS, Philip. Notes on the difficulty of studying the state. In: SHARMA, Aradhana; GUPTA, Akhil (Eds.). *The anthropology of the state: a reader*. Oxford: Blackwell Publishing, 2006. p. 112-130.
- ABU-LUGHOD, Lila. *Veiled sentiments: honour and poetry in a Bedouin society*. Berkeley: University of California Press, 1986.
- IPPUR/UFRJ – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. *Entrevista com Aida Maria Farias da Silva concedida em 17 ago. 2017*. Brasília: Ippur, 2017.
- ACSELRAD, Henri. Vulnerabilidade ambiental, processos e relações. In: ENCONTRO NACIONAL DE PRODUTORES E USUÁRIOS DE INFORMAÇÕES SOCIAIS, ECONÔMICAS E TERRITORIAIS, 2., 2006, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: FIBGE, 2006.
- ANZALDÚA, Gloria. *La Frontera: The New Mestiza*. São Francisco: Aunt Lute Books, 1987.
- AUGÉ, Marc. *Le temps en ruines*. Paris: Galilée, 2003.
- AUGÉ, Marc. Não lugares: introdução a uma antropologia da sobremodernidade. 1. ed. Lisboa: 90 Graus, 1992.
- BROWN, Wendy. Finding the man in the State. In: SHARMA, Aradhana; GUPTA, Akhil (Eds.). *The anthropology of the state: a reader*. Oxford: Blackwell Publishing, 2006. p. 187-210.
- BULLARD, Robert D. *Unequal protection: environmental justices and communities of color*. São Francisco: Sierra Club Books, 1996.
- BUTLER, Judith. *Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo*. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 11, 1998.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CABNAL, Lorena. Acercamiento a la construcción de la propuesta de pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yal. In: ACSUR. *Feminismos diversos: el feminismo comunitario*. Guatemala: Acsur, 2010.
- CARRASCO, Cristina. La economía feminista: una apuesta por otra economía. In: VARA, María Jesús. *Escritos sobre género y economía*. Madri: Akal, 2006.
- CARRASCO, Cristina. A economia feminista: um panorama sobre o conceito de reprodução. *Temáticas*, Campinas, v. 26, n. 52, p. 31-68, 2018.
- CASTRO, Eduardo Viveiros; Lúcia Mendonça Morato de. Hidrelétricas do Xingu: o Estado contra as sociedades indígenas. In: SANTOS, Leinad Ayer; ANDRADE, Lúcia Mendonça Morato de (Orgs.). *As Hidrelétricas do Xingu e os Povos Indígenas*. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1988.
- COCATO, Guilherme Periera. O giro ecoterritorial de Maristella Svampa como a amálgama necessária das tradições emancipadoras na periferia do capitalismo. *Espaço e Geografia*, Brasília, v. 24, n. 1, p. 6-11, 2021. Disponível em:

- <https://periodicos.unb.br/index.php/espacoegografia/article/view/40262>.
Acesso em: 9 set. 2022.
- COELHO, Karina da Silva. “O GPS perde pra mim longe!” Cartopráticas e políticas caiçaras em navegação no mar de dentro. *EntreRios*, Teresina, v. 2, n. 1, 2019.
- CRUZ HERNÁNDEZ, Delmy Tania. Una mirada muy otra a los territorios-cuerpos femeninos. *Solar*, [s.l.], v. 12, n. 1, p. 35-46, 2017.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- DAS, Veena *et al.* (Eds.). *Violence and subjectivity*. Berkeley: University of California Press, 2000.
- DUARTE, Luiz Fernando Dias; GOMES, Edlaine de Campos. *Três Famílias. identidades e trajetórias transgeracionais nas classes populares*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.
- ESCOBAR, Arturo. Territorios de diferencia: la ontología política de los “derechos al territorio”. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, v. 35, 2015.
- FEDERICI, Silvia. O feminismo e as Políticas do Comum em uma era de acumulação primitiva. In: MORENO, Renata (Org.). *Feminismo, economia e política*. São Paulo: SOF, 2014. p. 1-160.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.
- FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.
- FOUCAULT, Michel. Questions of method. In: BURCHELL, Graham; GORDON, Colin; MILLER, Peter (Eds.). *The Foucault effect. Studies in governmentality*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991. p. 73-86.
- FRASER, Nancy. Rethinking recognition. *New Left Review*, [s.l.], n. 3, 2000.
- FURTADO, Fabrina; ANDRIOLLI, Carmen. Mulheres atingidas por megaprojetos em tempos de pandemia: conflitos e resistências. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, 2021. Disponível em: https://www.revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/esa29-1_06_mulheres. Acesso em: 2 set. 2022.
- FURTADO, Rafael Nogueira; CAMILO, Juliana Aparecida de Oliveira. O Conceito de biopoder no pensamento de Michel Foucault. *Subjetividades*, Fortaleza, v. 16, n. 3, p. 34-44, 2016. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/rmes/article/view/4800>. Acesso em: 15 set. 2022.
- GUÉTAT-BERNARD, Hélène; VERSCHUUR, Christine; GUÉRIN, Isabelle. *Sous le développement, le genre*. Marseille: IRD Éditions, 2015.
- HAESBAERT, Rogério. Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais. *GEOgraphia*. Niterói, v. 22, n. 48, 2020.
- HALBWACHS, Maurice. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Éditions Albin Michel, 1994.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995.
- HILL COLLINS, Patricia. Em direção a uma nova visão: classe, raça e gênero como categorias de análise e conexão. In: MORENO, Renata. *Reflexões e práticas de transformação feminista*. São Paulo: SOF, 2015. p. 13-42.
- HOOKS, Bell. *Feminism is for everybody: passionate politics*. Londres: Pluto Press, 2000.
- LASCHEFSKI, Klemens. Com licença – o que o pobre fala não nos interessa: governança ambiental como meio de apropriação de terras por neocoroneis. In: SILVA, Rubens Alves da; SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; COAN, Samanta; MOREIRA, Frederico Luiz (Org.). *Patrimônio, informação e mediações culturais*. 1. ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2020.
- LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.
- MARCELIN, Louis Herns. A invenção da família afro-americana: família, parentesco e domesticidade entre os negros do Recôncavo da Bahia, Brasil. 1996. 348 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: <https://buscaintegrada.ufrj.br/Record/aleph-UFR01-000206916>. Acesso em: 3 out. 2022.
- MAHMOOD, Saba. *Politics of Pity. The Islamic revival and the feminist subject*. Princeton: Princeton University Press, 2005.
- MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia v. II*. São Paulo: Edusp, 1974.
- MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. *Dynamics of contention*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- MITCHELL, Timothy. State, economy, and the state effect. In: STEIMENTZ, George (Ed.). *State/culture: state formation after de cultural turn*. Cornell: Cornell University Press, 1999.
- MOHANTY, Chandra. *Feminism without borders: decolonizing theory, practicing solidarity*. Durham: Duke University Press, 2003.
- MURRIETA, Rui Sérgio Sereni. Dialética do sabor: escolhas alimentares, ecologia e vida cotidiana em comunidades ribeirinhas da Ilha de Ituqui, Pará, Brasil. *Revista de Antropologia da Universidade de São Paulo*, São Paulo, v. 44, n. 2, p. 39-88, 2001.
- OROZCO, Pérez Amaia. *Subversión feminista de la economía: aportes para un debate sobre el conflicto capital-vida*. Madri: Traficantes de Sueños, 2014.
- PACHECO, Maria Emília. Sistemas de produção: uma perspectiva de gênero. *Revista Proposta – Desenvolvimento Sustentável*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 71, 1997.
- PAREDES, Julieta. *Hilando fino desde el feminismo comunitario, Comunidad Mujeres Creando*. La Paz: Deutscher Entwicklungsdienst, 2008.

- SABOURIN, Eric. Marcel Mauss: da dádiva à questão da reciprocidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 23, n. 66, 2008.
- SEGATO, Rita. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. *E-cadernos CES*, [s.l.], v. 18, 2012.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, n. 2, vol. 20, 1995.
- SCOTT, James. *Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance*. New Haven: Yale University Press, 1985.
- SHORE, Chris; WRIGHT, Susan (Eds.). *Anthropology of policy. Critical perspectives on governance and power*. Londres; New York: Routledge, 1997.
- SIGAUD, Lygia. A dimensão social em uma abordagem antropológica. Crença, descrença e interesses. Por uma sociologia das condutas face ao deslocamento compulsório. In: PINGUELLI, Luiz (Org.). *Estado, energia elétrica e meio ambiente: o caso das grandes barragens*. Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE/PPGAS, 1995.
- SIGAUD, Lygia. Implicações sociais da política do setor elétrico. In: SANTOS, Leinad Ayer O. (Org.). *Hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas*. São Paulo: CPI-SP, 1988.
- SIGAUD, Lygia. O efeito das tecnologias sobre comunidades rurais: o caso das grandes barragens. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 7, n. 18, 1992.
- SIGAUD, Lygia; MARTINS-COSTA, Ana Luiza; DAOU, Ana Maria. Expropriação do campesinato e concentração de terras em Sobradinho: uma contribuição à análise dos efeitos da política energética do estado. São Paulo: Vértice; Anpocs, 1987.
- SIGAUD, Lygia; ROSA, Luiz Pinguelli; MIELNIK, Otávio. *Impactos de grandes projetos hidrelétricos e nucleares: aspectos econômicos, tecnológicos, sociais e ambientais*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- STENGERS, Isabelle; PIGNARRE, Philippe. *Capitalist sorcery: breaking the spell*. Londres: Palgrave Macmillan, 2011.
- SVAMPA, Maristella. Feminismos ecoterritoriales em América Latina. *Documentos de trabalho*, [s.l.], n. 59, 2021.
- SZTUTMAN, Renato. Reativar a feitiçaria e outras receitas de resistência – pensando com Isabelle Stengers. *Revista IEB*, São Paulo, n. 69, p. 338-360, 2018.
- VAINER, Carlos Bernardo. Conceito de "atingido": uma revisão do debate e diretrizes. In: ROTHMAN, Franklin Daniel (Org.). *Vidas alagadas: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens*. Viçosa: UFV, 2008. p. 39-63.
- VAINER, Carlos Bernardo. Planejamento e questão ambiental: qual é o meio ambiente que queremos planejar? In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 5., 1993, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: Anpur; UFMG, 1993.
- VAINER, Carlos Bernardo; ARAÚJO, Frederico Guilherme. Implantação de grandes hidrelétricas: estratégias do setor elétrico das populações atingidas. *Travessia*, [s.l.], 1990.
- VALLADARES, Licia do Prado. *A invenção da favela: do mito de origem à favela.com*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

- VIÉGAS, Rodrigo Nuñez. Desigualdade ambiental e “Zonas de Sacrifício”. Rio de Janeiro: FASE; IPPUR, 2006.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Tradução de Maria Irene de Q. F. Szmrecsányi e Tomás J. M. K. Szmrecsányi. 5. ed. São Paulo: Pioneira, 1987.
- WEITZMAN, Rodica. *Entre a roça e a cidade – um processo de invenção de práticas alimentares e agrícolas*. 2011. 210 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://buscaintegrada.ufrj.br/Record/aleph-UFR01-000757110>. Acesso em: 8 set. 2022.
- WEITZMAN, Rodica. “Documentos” e “procedimentos técnicos”: saberes e métodos em disputa na UHE-Tucuruí. *Antropolítica*, Niterói, n. 46, 2019.
- WEITZMAN, Rodica. A introdução da explicação científica dos acontecimentos ambientais: focos de disputa entre o Setor Elétrico e os movimentos de Atingidos – Tucuruí, Pará. *Anuário Antropológico*, Brasília, v. 47, n. 1, 2022.
- WEITZMAN, Rodica. Mulheres na produção agroecológica: uma ética de ‘cuidado’ e ‘controle.’ In: COMERFORD, John *et al.* (Orgs.). *Casa, corpo, terra e violência: abordagens etnográficas*. Rio de Janeiro: Faperj; PPGAS/UFRJ, 2021.
- WOORTMANN, K. *Casa e família operária*. Anuário Antropológico. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1981.
- ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Raquel. Desenvolvimento, conflitos sociais e violência no Brasil rural: o caso das Usinas Hidrelétricas. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, v. 10, n. 2, p. 119-135, 2007.
- ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PAIVA, Angela. Uma sociologia do licenciamento ambiental: o caso das hidrelétricas em Minas Gerais. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; BARROS, Doralice (Orgs.). *A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 89-116.

Como citar

WEITZMAN, Rodica. Novos modos de resistência protagonizados por ‘mulheres atingidas’ a partir das intervenções no âmbito territorial. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, e2331112, 30 jun. 2023. DOI: https://doi.org/10.36920/esa31-1_st07.



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.

Pareceristas

Alexandra Filipak

Instituto Federal de São Paulo (IFSP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Ana Carolina Sousa Castro

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, Espírito Santo, Brasil

Antonádia Borges

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Arlson Favareto

Universidade Federal do ABC (UFABC), Santo André, São Paulo, Brasil

Camila Dutra dos Santos

Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, Ceará, Brasil

Carmen Veronica dos Santos Castro

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Cíntia Beatriz Müller

Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, Bahia, Brasil

Claudia Maria Inacio Costa

Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Ceará, Brasil

Cristiano Wellington Noberto Ramalho

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, Pernambuco, Brasil

Daniela Carolina Perutti

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Daniela Fernandes Alarcon

University of Pennsylvania, Filadélfia, Pensilvânia, EUA

Débora Assumpção e Lima

Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, São Paulo, São Paulo, Brasil

Elisângela Soldatelli Paim

Fundação Rosa Luxemburgo, São Paulo, SP, Brasil

Emma Siliprandi

Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO), Santiago, Chile

Flavia Charão-Marques

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

Gilmara Gomes da Silva Sarmento

Instituto Federal de Alagoas (IFAL), Maragogi, Alagoas, Brasil

Givânia Maria da Silva

Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Distrito Federal, Brasil

Guilherme Cavicchioli Uchimura

Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, Paraná, Brasil

Iolanda Araújo Ferreira

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil

Janaína Betto

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil

Janaína Tude Sevá

Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, Goiás, Brasil

Jorge Luan Teixeira

Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Sobral, Ceará, Brasil

José Ambrósio Ferreira Neto

Universidade Federal de Viçosa (UFV) – Viçosa, Minas Gerais, Brasil

José Giacomo Baccarin

Universidade Estadual Paulista (Unesp), Jaboticabal, São Paulo, Brasil

Juliana Neves Barros

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Cruz das Almas, Bahia, Brasil

Kelly Regina Santos da Silva

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Letícia de Faria Ferreira

Universidade Federal do Pampa (Unipampa), Bagé, Rio Grande do Sul, Brasil

Lia Pinheiro Barbosa

Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, Ceará, Brasil

Lucrécia Greco

Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, Bahia, Brasil

Marcela Rabello de Castro Centelhas

Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Marcio Gazolla

Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Curitiba, Paraná, Brasil

Marcos Otávio Bezerra

Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

Maria Aparecida de Moraes Silva

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil

Maria Aparecida de Oliveira Lopes

Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), Itabuna, Bahia, Brasil

María del Carmen Villarreal Villamar

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Seropédica, Rio de Janeiro, Brasil

Maria Rossi Idárraga

Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus, Amazonas, Brasil

Mégui Del Ré

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

Mónica Fernanda Figurelli

Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET), Argentina

Natalia Ribas Guerrero

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Paulo Eduardo Moruzzi Marques

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Ramonildes Alves Gomes

Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campina Grande, Paraíba, Brasil

Raquel Giffoni Pinto

Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

Rejane Medeiros

Universidade Federal do Tocantins (UFT), Tocantinópolis, Tocantins, Brasil

Renato Linhares de Assis

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa Agrobiologia), Nova Friburgo, Rio de Janeiro, Brasil

Roberta Novaes

Centro Universitário Nobre (UNIFAN), Feira de Santana, Bahia, Brasil

Sergio Feliciano Come

Universidade Zambeze (UniZambeze), Beira, Moçambique

Thereza Cardoso Menezes

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Vera Rodrigues

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (Unilab), Redenção, Ceará, Brasil